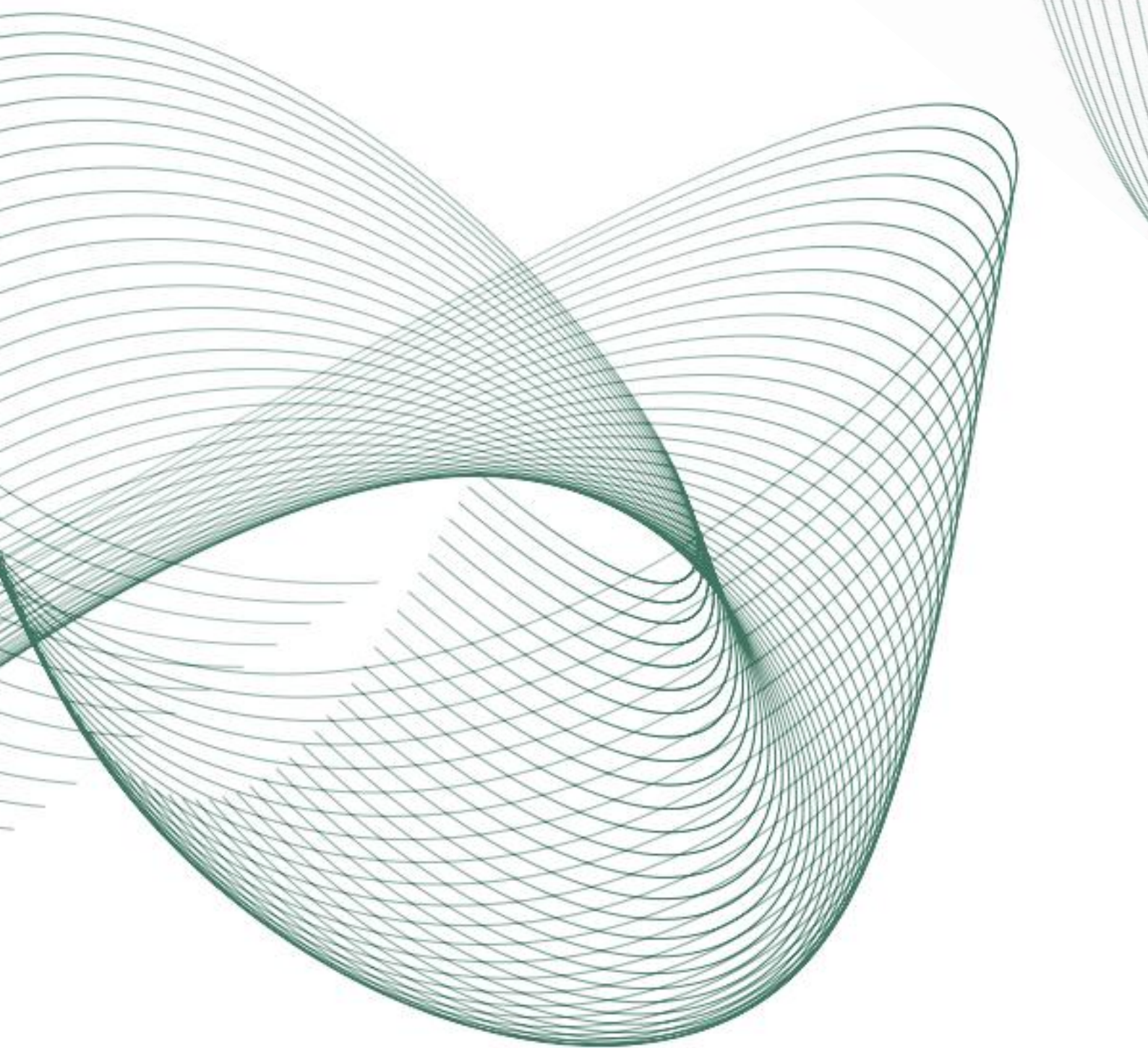


FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES **2011**



Produzido por:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Av. D. Carlos I, 126, 2º
1249-074 Lisboa
Portugal

<http://www.fct.pt/>
Tel.: 213924300

Versões electrónicas de relatórios e planos de actividades estão disponíveis em
<http://www.fct.pt/fct#documentos>

Contactos dos diversos serviços da FCT estão disponíveis em
<http://www.fct.pt/contactos>

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2011	0
ÍNDICE	2
ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE QUADROS	8
ÍNDICE DE TABELAS	9
1. A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I. P. (FCT)	11
1.0. AGRADECIMENTO	11
1.1. NOTA INTRODUTÓRIA	12
1.1.1 – INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO EM I&D	12
1.1.2 – RECURSOS HUMANOS	14
1.1.3 – REFORÇO INSTITUCIONAL NUM CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	17
1.1.4 – IMPACTE NA ECONOMIA	25
1.1.5 – O FUTURO	28
1.2. ACTIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EM DESTAQUE	31
1.2.1. ABERTURA AO PÚBLICO DO ARQUIVO DA FCT	31
1.2.2. CEDÊNCIA AO ARQUIVO DE C&T DA FCT DO ESPÓLIO PESSOAL DE JOSÉ MARIANO GAGO	34
1.2.3. AMPLIAÇÃO DO ACORDO FEITO COM A FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	35
1.2.4. CRIAÇÃO DAS BOLSAS JOSÉ MATTOSO	36
1.2.5. INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE RETRATOS DE EX-PRESIDENTES DA JNICT E DA FCT	37
1.2.6. INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE AS I JORNADAS NACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA REALIZADAS EM 1987	39
1.2.7. CRIAÇÃO DO GABINETE POLAR	40
1.2.8. CRIAÇÃO DO GABINETE DE IMPRENSA DA FCT	42
1.2.9. LANÇAMENTO DO Nº 0 DA FCT NEWSLETTER	42
1.2.10. CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM A AGENCE NATIONALE DE RECHERCHE (ANR)	43
1.2.11. CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO COM FUNCIONALIDADES INTEGRADAS MULTI-CANAL	44
1.2.12. LANÇAMENTO DO EXERCÍCIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE I&D E DE LABORATÓRIOS ASSOCIADOS	46
1.2.13. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PROGRAMAS INTEGRADOS SUBMETIDOS NA SEQUÊNCIA DE CONCURSOS PÚBLICOS ABERTOS PELAS CCDR DO NORTE, DO CENTRO E DO ALENTEJO	48
1.2.14. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UM CENTRO UNESCO PARA FORMAÇÃO AVANÇADA EM CIÊNCIAS BÁSICAS NO ESPAÇO CPLP	49
1.2.15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA E O INSTITUTO DOS MUSEUS E CONSERVAÇÃO	50
1.2.16. PARCERIAS INTERNACIONAIS EM C&T DE ÂMBITO ESTRATÉGICO: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	51
1.3. A FCT	56
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO AS PRINCIPAIS LINHAS DE ACTUAÇÃO DA FCT	60

2.1. REFORÇO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	60
2.1.1. BOLSAS	60
2.1.2. ESTÍMULO À INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DOUTORADOS NO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL	67
2.1.3. OBJECTIVOS DO DFRH	75
2.2. DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE MODERNA DE INSTITUIÇÕES DE I&D	75
2.2.1. AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE I&D	76
2.2.2. FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE I&D	78
2.2.3. PRORROGAÇÃO PARA 2011 DA EXECUÇÃO DO FINANCIAMENTO PLURIANUAL DE 2010	80
2.2.4. ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE FINANCIAMENTO 2003-2008	81
2.2.5. PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAS	82
2.2.6. REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE I&D	84
2.2.7. SUBMISSÃO DOS RELATÓRIOS CIENTÍFICOS DE 2010	85
2.2.8. COMISSÕES EXTERNAS DE ACOMPANHAMENTO	85
2.2.9. EXECUÇÃO FINANCEIRA	86
2.2.10. INFRAESTRUTURAS DE C&T	87
2.2.11. PROGRAMA FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA (FACC)	92
2.2.12. OBJECTIVOS DO DSRICT	94
2.3. PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO	97
2.3.1. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	97
2.3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2011	103
2.3.3. ACTIVIDADES REALIZADAS	106
2.3.4. OUTRAS ACTIVIDADES NA ÁREA DE C&T	112
2.3.5. ACÇÕES DE CONTROLO A PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	114
2.3.6. OBJECTIVOS DO DPPICDT EM 2011	116
2.4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM C&T	117
2.4.1. RELAÇÕES EUROPEIAS	118
2.4.2. RELAÇÕES BILATERAIS	130
2.4.3. RELAÇÕES MULTILATERAIS	134
2.4.4. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP	144
2.4.5. COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERSECTORIAL (COI-MCTES)	144
2.4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA	145
2.4.7. OBJECTIVOS DO DREBM	146
2.5. GABINETE DE PROMOÇÃO DO PROGRAMA QUADRO (GPPQ)	148
2.5.1. DIVULGAÇÃO DO 7ºPQ	148
2.5.2. APOIO AOS DELEGADOS NACIONAIS AOS COMITÉS DO 7ºPQ	151
2.5.3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7ºPQ EM 2011	152
<u>3. ACCÕES DIRECTAMENTE COORDENADAS PELO CONSELHO DIRECTIVO</u>	<u>159</u>
3.1. GABINETE DO ESPAÇO DA FCT	159
3.1.1. REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DURANTE 2011	160
3.1.2 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DA ESA	166
3.1.3 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA	166
3.1.4 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES CONJUNTAS DA ESA E EC, SPACE COUNCILS, CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS INTERNACIONAIS	167
3.1.5 INDICADORES	168
3.2. GRUPO DE GESTÃO DOCUMENTAL	169
3.2.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVOS – SEGA	169

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

3.2.2 PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	170
3.2.3 INVENTÁRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	170
3.2.4 GESTÃO DE DEPÓSITOS DE ARQUIVO	171
3.2.5 BIBLIOTECA E EDIÇÕES	171
3.2.6 OUTRAS ACTIVIDADES	171
3.3. PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO	172
3.3.1. PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PCT	172
3.3.2. INFORMAÇÃO PÚBLICA, CONCURSOS	173
3.3.3. INTRANET E SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVO - SEGA	173
3.3.4. SISTEMA TRANSVERSAL DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA	173
3.3.5. INTERCÂMBIO DE DADOS COM O COMPETE/QREN	173
3.3.6. ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS EM OUTSOURCING	174
3.3.7. ACTIVIDADES DE SUPORTE E MANUTENÇÃO	174
3.3.8. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO APLICACIONAL	175
3.4. INTERACÇÃO COM O COMPETE	175
3.4.1. TAXA DE CO-FINANCIAMENTO FEDER	175
3.4.2. FUNDOS FEDER DO COMPETE	175
3.4.3. SUBMISSÃO ELECTRÓNICA E ANÁLISE DE DESPESA	175
3.4.4. ALTERAÇÕES A REGULAMENTO	176
4. RECURSOS NECESSÁRIOS	177
4.1. RECURSOS HUMANOS	177
4.1.1. COLABORADORES POR TIPO DE RELAÇÃO LABORAL	177
4.1.2. RECURSOS HUMANOS POR SEXO, CARGO E CARREIRA	178
4.1.3. RECURSOS HUMANOS POR ESCALÃO ETÁRIO	178
4.1.4. RECURSOS HUMANOS POR ESTRUTURA HABILITACIONAL	178
4.1.5. RECURSOS HUMANOS POR ANTIGUIDADE	179
4.1.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	180
4.1.7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	180
4.1.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	181
4.2. RECURSOS FINANCEIROS EM 2011	182
4.2.1 ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	183
4.2.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)	184
5. ACTIVIDADES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS	186
5.1. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	186
5.2. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS DA VIDA E DA SAÚDE	187
5.3. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DO AMBIENTE	188
5.4. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS EXACTAS E DA ENGENHARIA	188
ANEXOS	190
ANEXO I PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO	190
GRÁFICOS	190
ANEXO II DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EUROPEIAS, BILATERAIS E MULTILATERAIS	222
LISTA DE ERA NETS EM 2011	222

ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM C&T	223
ANEXO III DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO: AQUISIÇÕES EM 2010	225

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA EM I&D EM FUNÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, 1982-2009 .	13
FIGURA 2 –TOTAL DE INVESTIGADORES POR MIL ACTIVOS	15
FIGURA 3 – FORMAÇÃO AVANÇADA DE RECURSOS HUMANOS FINANCIADA PELA FCT: NÚMERO DE BOLSAS EM EXECUÇÃO (POR TIPO), 2003-2010	16
FIGURA 4 – NÚMERO DE ARTIGOS NO SCIENCE CITATION INDEX POR MILHÃO DE HABITANTES.....	24
FIGURA 5 – CANDIDATURAS DE PATENTES NA EUROPA SUBMETIDAS POR CANDIDATOS PORTUGUESES	24
FIGURA 6 – CANDIDATURAS DE PATENTES NA EUROPA SUBMETIDAS POR CANDIDATOS BASEADOS EM PORTUGAL	25
FIGURA 7 – SECTOR EMPRESARIAL: INVESTIGADORES (ETI)	25
FIGURA 8 – INVESTIMENTO EM I&D, POR SECTOR, DE 2005 A 2009	27
FIGURA 9 –TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES ENTRE 2007 E 2008 DA ECONOMIA PORTUGUESA E DAS 100 EMPRESAS COM MAIOR INVESTIMENTO EM I&D.....	28
FIGURA 10 –A ECONOMIA PORTUGUESA E AS 100 EMPRESAS QUE MAIS INVESTIRAM EM I&D.....	28
FIGURA 11 –PESSOAL EM I&D (INCLUSIVE INVESTIGADORES E APOIO TÉCNICO) COMO PERCENTAGEM DA TOTALIDADE DOS EMPREGOS EM REGIÕES SELECIONADAS DA EUROPA.....	31
FIGURA 12 – SALA DE CONSULTA DO ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32
FIGURA 13 – O ARQUIVO É COMPOSTO POR 3500METROS LINEARES DE DOCUMENTAÇÃO	33
FIGURA 14 – ASSINATURA DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA À FCT DO ESPÓLIO PESSOAL DE JOSÉ MARIANO GAGO	35
FIGURA 15 –ASSINATURA DO PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E A FCT.....	36
FIGURA 16 – O PROFESSOR JOSÉ MATTOSO FAZENDO A SUA INTERVENÇÃO.....	37
FIGURA 17 – GALERIA DE RETRATOS DE EX-PRESIDENTES DA JNICT E DA FCT	39
FIGURA 18 – JORNADAS NACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1987)	40
FIGURA 19 –ANFITEATRO – I JORNADAS NACIIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1987).....	40
FIGURA 20 –ASSINATURA DO ACORDO POR JACQUELINE LECOURTIER E JOÃO SENTIEIRO	44
FIGURA 21 - ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA EM 2011.....	59
FIGURA 22 – BOLSAS FINANCIADAS DE 2006 A 2011	66
FIGURA 23 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	68
FIGURA 24 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	69
FIGURA 25 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR SEXO	69
FIGURA 26 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR ESCALÃO ETÁRIO	70
FIGURA 27 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES FINANCIADOS	70
FIGURA 28 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR TIPOLOGIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	71
FIGURA 29 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	74
FIGURA 30 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS QUANTO À NACIONALIDADE DOS INVESTIGADORES.....	74
FIGURA 31 – FINANCIAMENTO APROVADO, EXECUTADO E PAGAMENTOS A 31/12/2011.....	79
FIGURA 32 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEST APROVADOS DOS LAS POR REGIÃO PARA 2011-2012	79
FIGURA 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEST APROVADOS DAS UNIDADES DE I&D POR REGIÃO PARA 2011-2012	80
FIGURA 34 – TAXA DE CRESCIMENTO DOS ETI’S NAS UNIDADES DE I&D E LA’S 2009-20010	84
FIGURA 35 – EVOLUÇÃO DOS ETI’S POR ÁREA CIENTÍFICA NAS UNIDADES DE I&D E LABORATÓRIOS ASSOCIADOS	84
FIGURA 36 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	98
FIGURA 37 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	99
FIGURA 38 - DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO.....	99

FIGURA 39 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO	100
FIGURA 40 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	101
FIGURA 41 - FINANCIAMENTO CONCEDIDO A PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	101
FIGURA 42 - TAXAS DE EXECUÇÃO DESPESA, PAGAMENTOS E TEMPORAL, À DATA DE 31/12/2011.....	102
FIGURA 43 - EXECUÇÃO DO CAPITAL POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	105
FIGURA 44 - CANDIDATURAS AVALIADAS, CANDIDATURAS FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO	106
FIGURA 45 - FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE APROVAÇÃO	107
FIGURA 46 - NÚMERO DE AVALIADORES	107
FIGURA 47 - CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS	109
FIGURA 48 - RELATÓRIOS FINAIS CIENTÍFICOS AVALIADOS.....	110
FIGURA 49 - DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL (2011)	111
FIGURA 50 - DESPESA ELEGÍVEL por rubricas orçamentais (2011)	111
FIGURA 51- Nº de projectos que se iniciaram em 2011 ao abrigo de acordos de cooperação científica	132
FIGURA 52 - Nº de projectos FINANCIADOS em 2011	133
FIGURA 53 - - PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE ENTIDADE	154
FIGURA 54 - % FINANCIAMENTO POR TIPO DE ENTIDADE	154
FIGURA 55 - % FINANCIAMENTO PT/UE (2011)	154
FIGURA 56 - ATRIBUÍDO A ENTIDADES PT EM CADA TEMA EM 2011	155
FIGURA 57 - NÚMERO DE PROJECTOS PT POR REGIÃO EM 2011.....	155
FIGURA 58 - FINANCIAMENTOS POR REGIÃO EM 2011 (M€).....	156
FIGURA 59 - CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES DO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT NO 1º SEMESTRE DE 2011.....	161
FIGURA 60 - CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES DO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT NO 2º SEMESTRE DE 2011.....	162
FIGURA 61 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO INDUSTRIAL NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2010 E VALOR APROXIMADO DE VOLUME DE CONTRATOS ADJUDICADOS A ENTIDADES NACIONAIS (VALORES EM MILHÕES DE EUROS).	168
FIGURA 62 - Nº EFECTIVOS EM 2011, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	179
FIGURA 63 - Nº DE EFECTIVOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE	180
FIGURA 64 - DESPESA	186

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO Nº.: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO	63
QUADRO Nº.: 2 - BOLSAS DE PÓS-DOUTORAMENTO	64
QUADRO Nº 3 – OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS	89
QUADRO Nº.: 4 - APOIOS FACC POR TIPO DE PEDIDO – 2011	93
QUADRO Nº.: 5 - FINANCIAMENTOS NO ÂMBITO DOS APOIOS ESPECIAIS - 2011	94
QUADRO Nº.: 6 –OBJECTIVOS	148
QUADRO Nº.: 7 - SESSÕES PÚBLICAS DE FORMAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO	149
QUADRO Nº.: 8 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS ACÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ DURANTE 2011	150
QUADRO Nº.: 9 - REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT	160
QUADRO Nº.: 10 - REUNIÕES EM EMPRESAS E INSTITUTOS DE I&D DO SECTOR ESPACIAL NACIONAL	160
QUADRO Nº.: 11 – INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL NAS ACTIVIDADES DA ESA (OS VALORES PARA 2011 NÃO ESTÃO AINDA DISPONÍVEIS).	169
QUADRO Nº.: 12 - TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS E BOLSEIROS	177
QUADRO Nº.: 13 - - CARGOS E CARREIRAS POR GÉNERO	178
QUADRO Nº.: 14 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL: FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO, POR FONTES DE FINANCIAMENTO	182
QUADRO Nº.: 15 - ORÇAMENYO DE FUNCIONAMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)	183
QUADRO Nº.: 16 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO	184
QUADRO Nº.: 17 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)	184
QUADRO Nº.: 18 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PIDDAC POR FONTES DE FINANCIAMENTO	185
QUADRO Nº.: 19 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DE 2011 POR ÁREA DE INTERVENÇÃO	185

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA Nº. 1 - DESPESA EM I&D ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (FCT) (EXCLUÍ CUSTOS OPERACIONAIS; VALORES EM K EUROS)	13
TABELA Nº. 2 – PRINCIPAIS FLUXOS DE DOUTORADOS NOS ÚLTIMOS 40 ANOS, 1970-2008	17
TABELA 3 – TAXA DE RETORNO INDUSTRIAL DOS ESTADOS-MEMBROS DO CERN, 2010	19
TABELA 4 – DESPESA EM I&D POR INVESTIGADOR (1000 USD / ETI) E GERD PER CAPITA PARA 2009 OU PARA O ÚLTIMO ANO PARA O QUAL EXISTEM RESULTADOS DISPONÍVEIS, EM PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE.....	30
TABELA Nº. 5 – CÁTEDRAS CONVIDADAS CONTRATAÇÃO DE DOUTORADOS PARA O SCTN	67
TABELA Nº. 6– Nº DE CANDIDATURAS POR INSTITUIÇÃO DE ACOlhIMENTO E POR ÁREA CIENTÍFICA	72
TABELA Nº. 7– Nº DE LUGARES VÁLIDOS POR INSTITUIÇÃO PROPONENTE	73
TABELA Nº. 8 – LISTA DOS LAS POR REGIÃO	77
TABELA Nº. 9 – SALDOS DO FINANCIAMENTO PLURIANUAL DE 2010	81
TABELA Nº. 10 – LISTA DAS ÁREAS CIENTÍFICAS.....	83
TABELA Nº. 11 – MONTANTES PAGOS EM 2011	87
TABELA Nº. 12– DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS APROVADOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO	100
TABELA Nº. 13– PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	102
TABELA Nº. 14– EXECUÇÃO FINANCEIRA TOTAL.....	104
TABELA Nº. 15– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO OE EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	104
TABELA Nº. 16– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FEDER EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	104
TABELA Nº. 17– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RNA EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	105
TABELA Nº. 18– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	105
TABELA Nº 19 - MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2011.....	113
TABELA Nº. 20 – PARTICIPAÇÃO DO DREBM EM COMITÉS E OUTROS EVENTOS	120
TABELA Nº. 21– IPC EXISTENTES E O ENVOLVIMENTO DA FCT	121
TABELA Nº. 22 – PARTICIPAÇÕES DA FCT NAS INICIATIVAS ERA-NET, INCO-NET, ITC E ART.185 EM 2010	121
TABELA Nº. 23 – LISTA DE ESPECIALISTAS PORTUGUESES ENVOLVIDOS NO ÂMBITO DAS ERA-NETS, CSA, INCO-NETS E ITCS.....	122
TABELA Nº. 24 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT	124
TABELA Nº. 25 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT (CONT).....	125
TABELA Nº. 26 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ERA-NETS.....	126
TABELA Nº. 27 – CONCURSOS TRANSNACIONAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DAS ERA-NETS EM 2011	127
TABELA Nº. 28 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES ERA-NET.....	127
TABELA Nº. 29 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NET COM PARCERIA DA FCT	127
TABELA Nº. 30 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS E/OU PARTICIPADAS PELA FCT.....	128
TABELA Nº. 31 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS INCO-NETS.....	128
TABELA Nº. 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES INCO-NETS.....	129
TABELA Nº. 33 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NETS COM PARCERIA DA FCT	129
TABELA Nº. 34 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NETS COM PARCERIA DA FCT	130
TABELA Nº. 35 – CALENDÁRIO DE ABERTURA DOS ACORDOS CIENTÍFICOS BILATERAIS EM 2011 E RESPECTIVAS COMISSÕES MISTAS	131
TABELA Nº. 36 - RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO PELA FCT PARA A ESF.....	136
TABELA Nº. 37 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CERN - PRINCIPAIS INDICADORES	139
TABELA Nº. 38 – PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EMBC- PRINCIPAIS INDICADORES	140
TABELA Nº. 39 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO EMBL - PRINCIPAIS INDICADORES	141
TABELA Nº. 40 - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO ESO – PRINCIPAIS INDICADORES.....	142
TABELA Nº. 41 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO ESRF - PRINCIPAIS INDICADORES	142
TABELA Nº. 42 – PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7º PQ EM 2007-2011.....	153
TABELA Nº. 43 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2011 – PROGRAMA COOPERAÇÃO... 157	

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

TABELA Nº. 44 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2011 (CONT.) – PROGRAMAS IDEIAS,
PESSOAS, CAPACIDADES E EURATOM (FISSÃO APENAS)158

1. A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I. P. (FCT)

1.0. AGRADECIMENTO

Sendo este relatório de actividades o último da responsabilidade deste Conselho Directivo da FCT, é de inteira justiça aqui agradecer:

- Ao conjunto dos dirigentes e funcionários desta instituição pelas qualidades de trabalho, empenhamento e dedicação à causa pública com que exercem as suas funções.
- Aos que não sendo funcionários da FCT desempenharam funções de assessoria junto da Direcção, contribuindo com o seu trabalho, dedicação, e competência técnica e científica para o melhor desempenho da Fundação na sua relação com a comunidade científica nacional e internacional.
- Aos membros dos Conselhos Científicos da FCT, pela visão, empenhamento, intenso labor e grande cultura e competência científicas com que contribuíram para o prestígio da Ciência que se faz em Portugal.
- Às centenas de investigadores nacionais e internacionais que como avaliadores ou delegados da FCT contribuíram com a sua grande competência, reputação, experiência, rigor e entusiasmo para o crescente prestígio e visibilidade internacional da ciência que se faz em Portugal e das instituições científicas portuguesas.

Por fim queremos expressar o nosso respeito e agradecimento a todos os investigadores que nas suas Universidades, Centros e Laboratórios de Investigação deram vida aos indicadores de que tanto nos orgulhamos.

João Sentieiro

Lígia Amâncio

Francisco Teixeira

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este Relatório de Actividades refere-se às actividades desenvolvidas pela FCT durante 2011. Este foi o último de um conjunto de 6 anos (2006-2011) em que coube à Direcção da FCT cujo mandato terminou a 4 de Janeiro de 2012, a responsabilidade e o privilégio de, em conjunto com os funcionários da instituição, assegurar a concretização de medidas de política que caracterizaram um período de contínuo crescimento do investimento em ciência e tecnologia e na formação avançada em Portugal, apesar das dificuldades financeiras vividas pelo país.

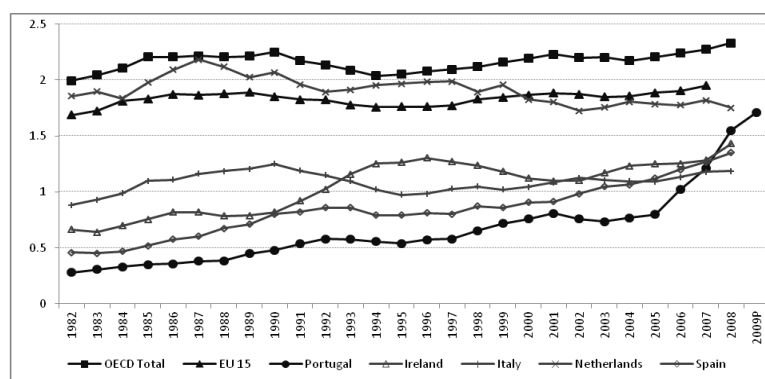
Neste contexto, coube à FCT operacionalizar uma estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico, em estreita colaboração com a comunidade científica, para vencer o atraso científico que vinha tolhendo o nosso desenvolvimento social, cultural e económico. O aumento do investimento foi orientado sobretudo segundo três linhas de acção, designadamente a formação avançada de recursos humanos, onde Portugal exhibe um maior défice estrutural com impacte severo no seu desenvolvimento económico, o reforço das instituições científicas e a internacionalização.

Os progressos verificados durante este período são espelhados por um conjunto de indicadores e de estudos que são bem reveladores da importância do investimento público em ciência e tecnologia na alavancagem do investimento privado, assim como do seu impacte no médio e longo prazo no desempenho das instituições científicas, na economia, e na valorização da imagem internacional do país. Entre outros trabalhos, o relatório *“Science, Technology and Tertiary Education in Portugal, 2011”*, apresentado à OCDE em Junho de 2011, inclui detalhes que podem ajudar o leitor interessado a fazer o seu próprio balanço deste período.

1.1.1 – INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO EM I&D

Portugal superou recentemente o seu atraso tradicional relativamente ao desenvolvimento científico e tecnológico e ultrapassou a média da OCDE em termos do número de investigadores por cada mil activos, atingindo um valor de 8,2 investigadores a tempo inteiro por cada mil activos em 2009, (quando este valor era apenas 3,5 em 2005 e 1,5 no final da década de 1980). A despesa global em I&D duplicou ao longo dos últimos cinco anos, tendo atingido em 2009 cerca de 1,7% do PIB, enquanto era de 0,8% em 2005 e apenas 0,4% no final da década de 1980 (Figura 1).

Foi neste contexto que o período de crescimento acelerado no investimento em I&D que caracterizou Portugal a partir de 2006 permitiu ultrapassar pela primeira vez a “meta” de 1% do PIB, que vinha a ser perspectivada desde há mais de vinte anos. Adicionalmente, o crescimento da despesa em I&D ocorreu tanto nas empresas como no sector público e reflecte, sobretudo, o aumento do número de empresas com actividade de I&D.



Nota: dados para 1982-2009p; Portugal: valor preliminar para 2009. OECD Total, EU15, Irlanda e Itália: valores preliminares para 2008.

Fonte: GPEAR/IPCNTN (Portugal); OECD, Main Science and Technology Indicators (OECD Total, EU15, Irlanda, Itália, Netherlands and Spain)

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA EM I&D EM FUNÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, 1982-2009

O número de empresas, em todos os sectores empresariais, com atividade de I&D atingiu cerca de 2000 em 2011, face às cerca de 930 em 2005. Este número é particularmente relevante no contexto global da crise económica que tem afectado Portugal e a Europa desde 2008. A despesa empresarial em I&D (BERD) praticamente triplicou desde 2005 (a preços correntes), para 1 303 milhões de Euros em 2009 (face a 462 milhões de Euros em 2005, 1 010 milhões de Euros em 2007 e 1 295 milhões de Euros em 2008). A despesa empresarial em I&D é agora próxima de 0,80% do PIB (comparativamente com 0,78% em 2008 e 0,31% em 2005).

A componente pública deste investimento foi no essencial gerida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, como a principal agência de financiamento de I&D em Portugal, tendo a sua despesa efetiva em I&D praticamente duplicado entre 2006 e 2010 e atingindo em 2010 um valor próximo dos 500 milhões de Euros (Tabela Nº1).

Programas	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Recursos Humanos:	99,757	126,846	178,003	197,713	217,340	227,000
Formação avançada de recursos humanos: Bolsas de doutoramento, Pós-doutoramento e outras	99,757	126,846	178,003	152,848	167,077	162,568
Emprego científico (contratos de 5 anos para investigadores doutorados)	--	--	--	44,865	50,263	58,401
Instituições e actividades:						
Laboratórios Associados, Unidades de I&D e Laboratórios de Estado	36,304	76,669	93,803	78,513	85,084	48,362
Laboratório Internacional de Nanotecnologia	--	5,000	3,000	9,000	8,000	6,500
Projectos de I&D	32,926	65,746	81,027	79,367	85,138	63,845
Cultura Científica e Tecnológica	9,074	22,445	16,689	16,488	13,559	13,125
Cooperação Internacionalem C&T	40,002	42,702	41,721	54,665	55,801	53,673
Equipamento científico	45,455	23,555	8,137	6,521	1,996	2,200
Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	1,712	3,368	2,979	2,841	1,819	2,619
Assistência técnica	2,365	3,052	1,836	1,088	0,635	0,785
Total	267,595	369,383	427,195	446,196	469,373	412,079

TABELA Nº. 1 - DESPESA EM I&D ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (FCT) (EXCLUI CUSTOS OPERACIONAIS; VALORES EM K EUROS)

Este resultado foi conseguido através de vários programas e acções de financiamento, como demonstrado abaixo:

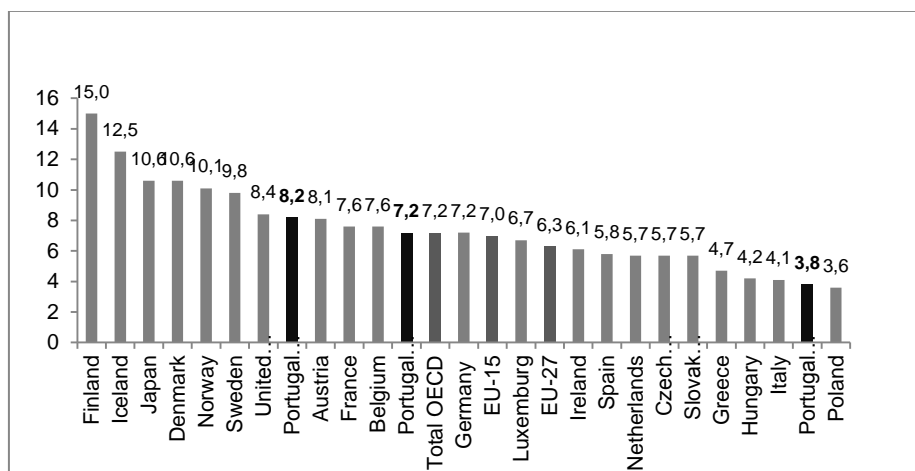
- Formação avançada de recursos humanos, incluindo um programa competitivo de bolsas de doutoramento, que foi consideravelmente alargado a partir 2006 para cerca de 2 000 novas bolsas por ano (eram cerca de 1 000/ano em 2005), e um programa de bolsas de pós-doutoramento, também numa base competitiva (atribuindo cerca de 600 novas bolsas por ano). No final de 2011, estava activo o financiamento a mais de 11 000 bolsas (eram cerca de 5 000 em 2005), com uma despesa pública global superior a 160 milhões de Euros (Figura N°3);
- Emprego científico através de um novo programa lançado em 2007 para contratar investigadores doutorados numa base competitiva (contratos de cinco anos), que envolveu mais de 1 200 novos contratos por universidades e unidades de investigação portuguesas até ao final de 2010, 41% envolvendo estrangeiros, com uma despesa pública global superior a 67 milhões de Euros;
- Desenvolvimento institucional, através de um programa de financiamento inicial para unidades de investigação e Laboratórios Associados por todo o país (em universidades e instituições privadas sem fins lucrativos que lhes estão associadas), com base numa avaliação periódica, que envolveu mais de 85 milhões de Euros em 2010 e em 2011;
- Dinamização de actividades competitivas, através da abertura sistemática de concursos nacionais para financiamento de projectos de I&D em todas as áreas científicas, com mais de 4 000 projectos activos no final de 2011 e uma despesa pública global de 85 milhões de Euros;
- Promoção da cultura científica e tecnológica a nível nacional, através do desenvolvimento e promoção sistemáticos de actividades de sensibilização para a ciência, da educação científica e do papel da ciência no quotidiano dos cidadãos, conforme implementado através da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, “Ciência Viva”, com uma despesa pública global superior a 15 milhões de Euros em 2011;
- Promoção da internacionalização da I&D e da formação avançada, através da participação sistemática em grandes organizações internacionais (CERN, EMBL, ESFR, ESO, ESA, entre outras), o desenvolvimento de cooperação bilateral em C&T e a promoção de parcerias estratégicas internacionais (MIT, Carnegie Mellon University, UT Austin, Harvard Medical School). A despesa pública global nestes programas atingiu os 55 milhões de Euros em 2010 e em 2011;
- Promoção de infra-estruturas científicas, que envolveu o financiamento de uma rede diversificada de instalações físicas e equipamentos, com uma despesa pública global superior a 90 milhões de Euros ao longo dos últimos seis anos.

1.1.2 – RECURSOS HUMANOS

O número de investigadores em Portugal atingiu recentemente, em 2010, os 8,2 por cada mil activos (ou seja, cerca de 46 000 investigadores em equivalente a tempo inteiro, dos quais aproximadamente ¼ no sector empresarial; Figura 2). Este valor está actualmente acima da

média da UE, e até da OCDE, e é semelhante (e nalguns casos superior) aos níveis da Áustria, da França e dos E.U.A. A análise demonstra que:

- Em anos recentes, Portugal teve a maior taxa de crescimento na Europa em termos do número total de investigadores (medidos em Equivalente a Tempo Inteiro, ETI) por mil activos (aproximadamente 95%), bem acima da média europeia (que cresceu apenas 14% entre 2003 e 2008), de Espanha (21%) e da Irlanda (13%);
- O número total de investigadores aumentou cerca de 9 vezes desde o início dos anos 80, de 0,9‰ investigadores por mil activos em 1982 (ou seja, aproximadamente 4 000 investigadores ETI) para 3,5‰ em 2002 e 8,2‰ em 2009.
- Houve um aumento de 25%, nos últimos dois anos, do número de investigadores que trabalham em centros de I&D (12 000 investigadores doutorados ETI) e duplicou o número de investigadores doutorados desde 2000.
- A distribuição de investigadores em Portugal tem vindo a aumentar em todas as áreas científicas desde 2005. Nos últimos anos, cerca de 70% do total de investigadores em Portugal desenvolve investigação nas áreas das ciências exactas, naturais e agrárias, e da engenharia (designadamente com 27% na engenharia, 25% nas ciências exactas e naturais e 21% nas ciências sociais).



Nota: dados de 2008; França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Japão, México, EU-27, EU-15: 2007; E.U.A., Total da OCDE: 2006; Portugal: 2005, 2008 e 2009p (p – preliminar); Fonte: OCDE, Main Science and Technology Indicators

FIGURA 2 –TOTAL DE INVESTIGADORES POR MIL ACTIVOS

O aumento do número de doutorados foi particularmente promovido em anos recentes, juntamente com o emprego científico, através do programa lançado pela FCT em 2007 para apoiar a contratação de investigadores nos centros de investigação das universidades e nos Laboratórios Associados:

- Foram contratados cerca de 1 200 novos investigadores doutorados até 2009 (dos quais 41% são estrangeiros), baseados em 264 unidades de investigação (43% nas ciências naturais e exactas e 24% na engenharia e tecnologia);
- Este programa está a estimular grandes mudanças na comunidade académica e a facilitar a renovação do pessoal docente e de investigação. O número de investigadores/docentes estrangeiros nas universidades portuguesas duplicou para próximo dos 6% do total (representavam apenas 3% em 2005).

- A qualificação do pessoal académico está a aumentar no sistema de ensino superior em Portugal. Em 2009, a percentagem de pessoal académico com doutoramento atingiu os 68% nas Universidades públicas, 39% nas Universidades privadas e 19% tanto nos Institutos Politécnicos Públicos como Privados.
- O crescimento do número de recursos humanos estrangeiros altamente qualificados na última década reflectiu-se no número e percentagem de académicos estrangeiros no sistema de ensino superior português, totalizando 1 400 académicos em 2009 (um aumento de 26% desde 2001). Actualmente, a percentagem de docentes estrangeiros tanto nas universidades públicas como privadas aumentou de perto de 3% em 2001 para 6% em 2010. Adicionalmente, o número de investigadores estrangeiros praticamente duplicou de perto de 1 900 em 2005 (6% do número total de investigadores) para cerca de 3 800 em 2008 (7% do número total de investigadores).

Os dados também demonstram que o aumento global do pessoal de investigação foi acompanhado por um aumento significativo no pessoal afecto a I&D no sector empresarial, que praticamente triplicou de 4 014 para 10 841 investigadores (ETI) entre 2005 e 2009, correspondendo a 24% do total de investigadores (ETI) a trabalhar em Portugal.

Os últimos dados disponíveis mostram que a percentagem de mulheres entre os investigadores em Portugal é bastante elevada, principalmente na investigação académica, com a percentagem de mulheres no número total de investigadores a subir de perto de 41% em 1997 para 44% em 2009.

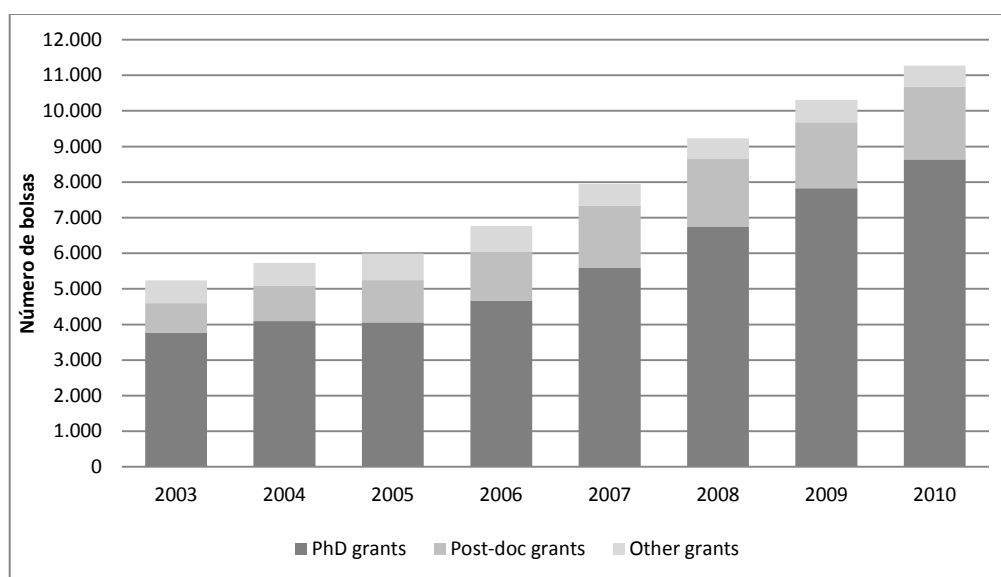


FIGURA 3 – FORMAÇÃO AVANÇADA DE RECURSOS HUMANOS FINANCIADA PELA FCT: NÚMERO DE BOLSAS EM EXECUÇÃO (POR TIPO), 2003-2010

Estes números mostram ainda que a imagem positiva sobre as condições de trabalho e a qualidade dos investigadores e das instituições científicas em Portugal contribuiu para tornar o país atractivo para fazer Ciência de elevada qualidade. Este processo foi sendo construído ao longo dos anos, nomeadamente através da avaliação internacional regular das unidades de I&D e, mais recentemente, pelas parcerias estratégicas com as melhores universidades e instituições de I&D do mundo, MIT, CMU, UTA, Harvard, Fraunhofer-Gesellschaft.

Na verdade, um estudo conduzido pelo GPEARI sobre o fluxo de doutorados em Portugal ao longo dos últimos 40 anos (de 1970 a 2008) confirmaram a crescente capacidade do país para atrair talento e empregar doutorados (Tabela nº 2). De um total de 19 884 doutorados a trabalhar em Portugal em 2009 e/ou graduados desde 1970, apenas 667 trabalhavam no estrangeiro, enquanto 1 523 doutorados estrangeiros estavam a trabalhar em atividades relacionadas com I&D em Portugal. Mais detalhadamente:

- As análises preliminares para 2009 demonstraram que dos 14 147 doutorados que realizaram o seu doutoramento em universidades portuguesas desde 1970, só 3,7% trabalhavam no estrangeiro. A grande maioria dos doutorados estava a trabalhar em actividades relacionadas com I&D (84,3%), maioritariamente em instituições de ensino superior e de investigação;
- A maioria dos doutorados cujos doutoramentos foram realizados no estrangeiro e reconhecidos por universidades portuguesas desde 1970 trabalhavam em Portugal (89,2%), maioritariamente em instituições de ensino superior e de investigação.

1. Doutorados por universidades portuguesas entre 1970 e 2008	14147
1.1 % Doutorados a desenvolver actividades relacionadas com I&D em Portugal (2009)	84.4%
1.2 % Doutorados a desenvolver actividades não relacionadas com I&D em Portugal (2009) ou noutras situações (p.e. reformados)	9.3%
1.3 % Doutorados a trabalhar no estrangeiro (2009)	3.7%
1.4* Doutorados sem local de trabalho identificado	2.6%
2. Doutorados por universidades estrangeiras e reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 2008	4206
2.1 % Doutorados a desenvolver actividades relacionadas com I&D em Portugal (2009)	83.3%
2.2 % Doutorados a desenvolver actividades não relacionadas com I&D em Portugal (2009) ou noutras situações (p.e. reformados)	6.0%
2.3 % Doutorados a trabalhar no estrangeiro (2009)	3.5%
2.4* % Doutorados sem local de trabalho identificado	7.0%
3. Doutorados estrangeiros a trabalhar em Portugal (em 2009)	1836
3.1 % Doutorados estrangeiros a desenvolver actividades relacionadas com I&D em Portugal (em 2009)	82.9%
3.2 % Doutorados estrangeiros a desenvolver actividades não relacionadas com I&D em Portugal (2009)	17.1%
4. Doutorados por universidades estrangeiras ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 2008 a trabalhar no estrangeiro em 2009 (1.3+2.3)	667

Nota: * A máxima incerteza esperada desta análise está associada aos doutorados com local de trabalho não identificado.

Fonte: MCTES/ GPEARI (<http://www.gpearl.mctes.pt/index.php>)

TABELA Nº. 2 – PRINCIPAIS FLUXOS DE DOUTORADOS NOS ÚLTIMOS 40 ANOS, 1970-2008

1.1.3 – REFORÇO INSTITUCIONAL NUM CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O desenvolvimento da base científica portuguesa ao longo dos últimos 30 anos tem sido conseguido em estreita colaboração internacional, com ênfase na formação de investigadores

portugueses em instituições de indiscutível proeminência académica e científica na Europa e nos E.U.A., assim como na sua participação activa nas redes e organizações europeias de C&T.

O reforço da participação de Portugal nas mais importantes organizações internacionais (incluindo o CERN, ESA e o ESO, entre outras) e a extensão dessa participação a outras instituições e redes de C&T (designadamente as parcerias estratégicas com MIT, CMU, UTA, Harvard, Fraunhofer) tem sido um objectivo estratégico que tem marcado as políticas públicas para a C&T em Portugal desde há muitos anos, com resultados que hoje são considerados como muito positivos.

Durante o período a que respeita este relatório comemoraram-se 25 anos de adesão de Portugal ao CERN. Esta participação permitiu a formação avançada de várias gerações de investigadores, assim como o seu acesso a instalações no estado da arte para realizar investigação e promover a transferência de tecnologia. Entre os 20 estados-membros do CERN, Portugal ocupa a 4ª posição, a seguir à França, no respeitante à venda de serviços, e a 6ª na venda de bens, a seguir à Hungria (Tabela Nª3). Portugal tem uma balança de pagamentos particularmente favorável no que respeita aos serviços, com uma taxa de retorno de 1,30 (acima do limiar de 0,40 que define um Estado com uma situação equilibrada).

Countries	Goods	Countries	Services
Switzerland	5.77	Switzerland	6.40
France	2.00	Netherlands	2.99
Czech Republic	1.41	France	2.86
Poland	0.90	Portugal	1.30
Hungary	0.78	Denmark	1.26
Portugal	0.66	Bulgaria	1.09
Finland	0.63	Poland	0.88
Germany	0.62	Belgium	0.83
Netherlands	0.61	Spain	0.52
Italy	0.60	Austria	0.18
Slovak Republic	0.48	Germany	0.16
Austria	0.43	Italy	0.13
Sweden	0.43	UK	0.08
Denmark	0.26	Sweden	0.03
Spain	0.25	Hungary	0.02
UK	0.25	Czech Republic	-
Belgium	0.22	Finland	-
Greece	0.22	Greece	-

Norway	0.17	Norway	-
Bulgaria	0.12	Slovak Republic	-

Nota: coeficiente de retorno industrial – relação entre as aquisições feitas pela ESA ao estado membro (empresas) e percentage da contribuição nacional (quota) para o orçamento global da ESA; Fonte: FCT/GPPQ

TABELA 3 – TAXA DE RETORNO INDUSTRIAL DOS ESTADOS-MEMBROS DO CERN, 2010

Também se comemoraram 10 anos de adesão à ESA com resultados igualmente positivos. Portugal investiu cerca de 112 milhões de euros em programas da ESA desde que se tornou membro da agência, com 91% dos contratos atribuídos pela ESA a Portugal a serem dirigidos para empresas. Em 2009, o valor destes contratos – com empresas – foi de 17 milhões de Euros (mais 1 milhão em contratos com as universidades). Também em 2009, a taxa de retorno para Portugal foi de 99%, face a apenas 75% em 2005. Além disso, a participação nacional na ESA evoluiu a partir de um cenário em que a investigação estava focada em software, em 2000, para um em que 25% dos contratos são referentes a hardware e 33% a I&D e serviços. Hoje, a participação de Portugal na ESA centra-se principalmente nas seguintes áreas: telecomunicações e aplicações integradas (cerca de 36%), observação da terra (25%) e navegação por satélite.

A criação na FCT do Gabinete do Espaço e do Gabinete de Promoção da Participação Portuguesa no Programa Quadro permitiu progressos ainda mais significativos na participação da Indústria portuguesa e da academia na ESA e nos consórcios internacionais no âmbito do Programa Quadro da EU.

O lançamento do primeiro Laboratório Internacional sediado em Portugal – O Instituto Internacional de Nanotecnologias (INL) (www.inl.int) numa área de grande importância estratégica e com elevada capacidade de geração de resultados com potencial de valorização industrial, colocou Portugal no mapa das grandes organizações internacionais de C&T.

O reforço da internacionalização do ensino superior e da C&T está reconhecido como uma forma de estimular a integração das instituições nacionais em redes científicas emergentes ao nível internacional. Neste contexto, foi desenvolvido com sucesso, ao longo dos últimos anos, um conjunto de colaborações internacionais com características únicas com instituições-líderes de todo o mundo, baseado em redes temáticas de I&D, integrando iniciativas de formação avançada e programas de afiliação industrial. Foram lançados projectos de interesse para a indústria portuguesa, através de programas de afiliação industrial, principalmente na engenharia de células estaminais para a medicina regenerativa, engenharia automóvel, sistemas de baixo consumo (através do programa MIT-Portugal), tecnologias de informação e comunicação (através dos programas CMU-Portugal e Fraunhofer-Portugal) e média digital interactiva (através do programa UT Austin-Portugal). Abaixo é apresentada uma síntese das actividades desenvolvidas nas parcerias internacionais:

- A joint-venture MIT-Portugal (www.mitportugal.org) foi lançada em Outubro de 2006 na área de “engenharia de sistemas” com particular ênfase nos processos complexos associados aos sistemas energéticos, bio-engenharia, transporte e produção industrial. Nestas áreas, os docentes e investigadores portugueses e do MIT identificaram três eixos temáticos principais para investigação e desenvolvimento, em estreita colaboração com um grupo diversificado de afiliados industriais. Estes eixos de investigação incluem sistemas sustentáveis de energia e transportes, engenharia de células estaminais para novas terapias em medicina regenerativa, e materiais e

produtos inspirados em design com aplicações específicas na mobilidade eléctrica e novos dispositivos médicos.

- Ao longo dos últimos cinco anos, o programa teve um impacto significativo na educação universitária em Portugal. Envolveu um total de 6 universidades portuguesas, 20 centros de investigação e laboratórios nacionais e 210 docentes portugueses, juntamente com 25 departamentos do MIT, todas as 5 Escolas do MIT e 70 docentes do MIT. Foram criados sete novos programas de Mestrado e Doutoramento nas áreas de Sistemas de Bio-engenharia, Sistemas Sustentáveis de Energia e Transporte, Engenharia de Concepção e Produção Avançada. Estes programas incluem actualmente 276 alunos de doutoramento e 60 de mestrado, oriundos de mais de 44 países de todo o mundo. Cerca de 89 alunos já terminaram o seu mestrado. Ao todo foram desenvolvidos 71 novos cursos, muitos dos quais introduzem elementos curriculares novos no ensino da engenharia em Portugal e internacionalmente.
- Foi lançado um outro programa em cooperação com a MIT Sloan School of Management em 2008, com o objectivo de criar um MBA internacional, o “Lisbon MBA”, (www.thelisbonmba.com), que é oferecido através de duas escolas de gestão portuguesas de topo, a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade Nova de Lisboa. É um programa a tempo inteiro em administração empresarial – enquadrado num ambiente internacional com foco tanto na componente académica como nas competências interpessoais que desenvolvem líderes empresariais fortes. O programa envolve o co-financiamento de sete grandes empresas e bancos portugueses e irá estimular nova investigação e melhorar a qualidade da educação nas ciências de gestão em Portugal. Cerca de 60 diplomados já concluíram este programa.
- A colaboração com o MIT foi alargada através de um acordo de colaboração para investigação conjunta a longo-prazo com o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL, www.inl.int). Este Laboratório foi criado através de um tratado internacional entre Portugal e Espanha assinado no final de 2006, e está agora na fase inicial de operação em Braga. Está previsto tornar-se uma instituição internacional de excelência na áreas da qualidade alimentar e da água, monitorização ambiental e nanomedicina, e contará com cerca de 200 investigadores de todo o mundo, com um orçamento anual de quase 32 milhões de Euros a partir de 2015 (financiados equitativamente por Portugal e Espanha). O Laboratório planeia desenvolver uma colaboração forte com a indústria e estimular novas colaborações para investigação a nível mundial. O INL foi lançado juntamente com redes Luso-Espanholas orientadas para novos desenvolvimentos e aplicações das nanociências;
- O Programa Carnegie Mellon-Portugal (www.cmuportugal.org) foi lançado em Outubro de 2006, com ênfase nas tecnologias de informação e comunicação, em particular os futuros serviços e tecnologias da Internet. As áreas abrangidas incluem as redes de nova geração, engenharia de software, sistemas ciber-físicos para inteligência ambiental, computação centrada no ser humano (incluindo tecnologia da linguagem), investigação em políticas públicas e empreendedorismo, e matemática aplicada. A crescente comunidade de investigação do Carnegie Mellon Portugal está a produzir investigação de nível mundial envolvendo 70 alunos de doutoramento com supervisão conjunta e mais de 100 docentes e investigadores seniores. Há actualmente 22 projectos de investigação colaborativa seleccionados através de dois concursos (em

2008 e 2009) que envolvem equipas de pelo menos duas instituições em Portugal, uma empresa e uma equipa de investigação na Carnegie Mellon. Foram publicados mais de 290 artigos em revistas científicas com arbitragem pelos pares e em conferências internacionais. O número e a qualidade das publicações conjuntas com autores de uma ou mais universidades portuguesas e da Carnegie Mellon está a aumentar de forma constante.

- Nove universidades portuguesas, nomeadamente a Universidade de Aveiro, a Universidade Católica Portuguesa, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade da Madeira, a Universidade do Minho, a Universidade do Porto e a Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior Técnico), tiveram sucesso no estabelecimento de programas de formação avançada com certificação dupla, atribuído por, pelo menos, uma instituição parceira portuguesa e pela Carnegie Mellon. Vários destes programas envolvem parcerias e partilha de conhecimento entre múltiplas universidades portuguesas e a Carnegie Mellon nas áreas das Ciências da Computação (CS), Engenharia Electrotécnica e de Computadores (ECE), Matemática Aplicada (Math), Mudança Tecnológica e Empreendedorismo (TCE), e Engenharia e Políticas Públicas (EPP). Os cursos são partilhados entre os parceiros e leccionados através de vídeo-conferência a partir da Carnegie Mellon para as universidades portuguesas e, em alguns casos, das universidades portuguesas para a Carnegie Mellon. Três novas redes de inovação foram lançadas entre as instituições parceiras e os afiliados industriais: Segurança e Protecção de Infra-estruturas Críticas (NET-SCIP); Tecnologia e Serviços para a Internet do Futuro (NET- FIT); e Serviços e Tecnologias para Média Interactivos (NET-STIM).
- Ao abrigo do Programa da University of Texas em Austin-Portugal, foi lançado um “Collaboratory for Emerging Technologies” (CoLab) em Março de 2007, (www.utaustinportugal.org), centrado na investigação colaborativa em média digital interactiva avançada e integrando computação avançada e matemática aplicada. No total, o programa envolveu, até ao final de 2010, cerca de 80 alunos de doutoramento.
- O CoLab conseguiu lançar um programa doutoral em média digital na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade do Porto, e apoiou um programa crescente e dinâmico de Mestrado em Multimédia na Universidade do Porto. A colaboração teve sucesso no lançamento de projectos conjuntos de investigação e no lançamento de eventos de calibre internacional que trouxeram um conjunto de especialistas internacionais a Portugal. Ao longo dos últimos quatro anos, o programa recrutou mais de 50 alunos de doutoramento, com 96 alunos também inscritos no programa de mestrado, assim como quatro bolseiros de pós-doutoramento que passaram parte do tempo na UT-Austin. O corpo docente e os alunos produziram mais de 125 publicações e fizeram apresentações nas principais conferências internacionais. Foram realizados pequenos workshops, com uma duração de um a cinco dias, para mais de 200 estudantes no *Future Places Festival*, no Mostra – Festival de Animação de Lisboa, no Simpósio Internacional de Jornalismo Online, entre outros. O programa de média digital criou relações mais profundas e abrangentes ao longo do tempo. A abrangência mostra-se evidente na teia crescente de empresas e organizações envolvidas no programa, catalizada, em parte, através de nove novos projectos de investigação financiados pela FCT, mas também através de eventos como a *International School on Digital Transformation and Future Places*. O programa também apoiou os estágios profissionais e de investigação de 19 alunos, incluindo os vencedores do prémio ZON.

- Como parte das colaborações com a Universidade do Texas em Austin, da Carnegie Mellon e do MIT, foi estabelecida a *University Technology Enterprise Network* (UTEN) em 2007 (www.utenportugal.org). Destina-se à comercialização internacional de tecnologia e à profissionalização dos gestores de tecnologia nas universidades. É composta por uma rede de cerca de 40 universidades e instituições de investigação em Portugal. Trabalha em conjunto com organizações homólogas nos E.U.A., onde foram incubadas novas empresas e formados os gabinetes de transferência de tecnologia, incluindo também um concurso internacional para novas empresas de base tecnológica - o “*ISCTE-MIT Portugal Venture Competition*” ([www.mitportugal - iei.org](http://www.mitportugal-iee.org)).
- O Programa Harvard Medical School-Portugal (www.hmsportugal.org) foi lançado em Maio de 2009 para fomentar programas de investigação translacional e clínica, e o desenvolvimento de uma nova infra-estrutura para disseminar a informação produzida pelas faculdades de medicina aos alunos de medicina de todas as instituições académicas, aos profissionais de saúde e ao público em geral. Este inovador quadro de colaboração contribuirá desta forma para o reforço das relações entre as faculdades de medicina e as instituições das ciências da saúde e os seus principais constituintes.
- Em 2008, a cooperação com o *Fraunhofer Gesellschaft* facilitou o estabelecimento em Portugal do primeiro Instituto Fraunhofer na Europa, fora da Alemanha, através da Associação *Fraunhofer Portugal Research* (www.fraunhofer.pt). Trata-se de um projecto ambicioso centrado em tecnologias de informação e comunicação emergentes, como o “*Ambient Assisted Living*”, que será complementado pelo estabelecimento de consórcios de I&D e projectos cooperativos envolvendo várias instituições portuguesas e institutos Fraunhofer na Alemanha.

Em todas estas iniciativas, a FCT teve um papel destacado, não apenas como entidade pública financiadora mas, especialmente como instituição coordenadora, através da sua posição institucional nos órgãos de gestão dos programas ou instituições criadas.

Deve ainda ser particularmente notado que no período a que se refere este relatório a FCT estimulou, de forma inédita em Portugal, novas competências em transferência e comercialização de tecnologia. Foram desenvolvidas novas ações por todo o país e, presentemente, a maioria das universidades portuguesas, Laboratórios Associados e instituições de investigação consideram o apoio técnico especializado para promover a transferência e comercialização de tecnologia:

- Este movimento foi implementado pela FCT desde 2007 através da *University Technology Enterprise Network* (UTEN), que tem sido orientada para impulsionar a transferência e comercialização de tecnologia a uma escala internacional.
- Esta iniciativa é promovida e apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) em estreita colaboração com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), envolvendo parcerias estratégicas com instituições de indiscutível proeminência académica e científica. Esta rede foi lançada em estreita colaboração com a University of Texas - Austin, envolvendo hoje um crescente esforço colaborativo com a Carnegie Mellon University e o Massachusetts Institute of Technology (MIT).

- A UTEN evoluiu ao longo dos últimos quatro anos e a sua missão foi reforçada para ajudar a construir em Portugal uma rede profissional, globalmente competitiva e sustentável, de transferência e comercialização de tecnologia orientada para os mercados mundiais.

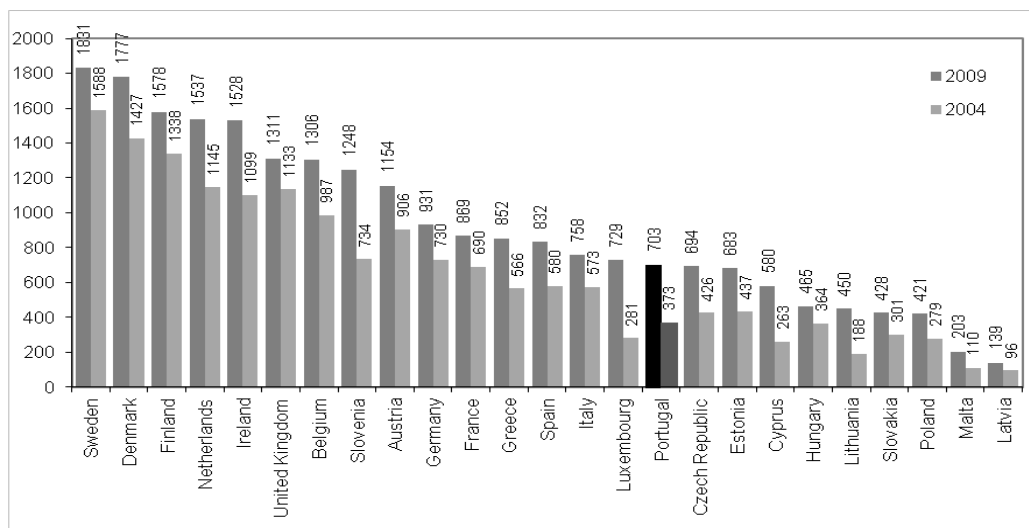
Deve ainda ser notado que os pedidos de registo de patentes por investigadores em Portugal têm aumentado consideravelmente ao longo da última década, tendo começado com valores relativamente baixos, mas com uma crescente contribuição de grupos académicos de investigação¹. A análise mostra que:

- Os pedidos de registo de patentes portuguesas junto do EPO aumentaram 2,4 vezes entre 2005 e 2009 (89 patentes em 2009), enquanto o número de patentes registadas no USPTO mais que triplicou durante este período (22 patentes em 2009). O número de patentes publicadas por inventores baseados em Portugal cresceu 3,5 vezes entre 2005 e 2009 (Figura Nº 5).
- Há uma percentagem substancial de patentes publicadas de requerentes internacionais, desenvolvidas a partir de inventores baseados em Portugal (Figura Nº6). Em 2009, apenas 58% das 145 patentes publicadas cujos inventores estavam baseados em Portugal foram submetidas por requerentes nacionais. Isto é explicado pela presença de empresas multinacionais em Portugal, que preferem ter os seus pedidos de patente registados a partir do seu país de origem, ou no país onde a sede está localizada.

Este processo foi naturalmente acompanhado por um crescimento muito significativo do número de publicações em revistas internacionais de elevada reputação, como ilustrado na Figura Nº4. A produção científica das instituições de investigação portuguesas, conforme medida pelo número de publicações em revistas científicas internacionais com arbitragem pelos pares, constantes do SCI (relativo a publicações científicas nas áreas das ciências exactas, naturais e da saúde, assim como da agricultura e da engenharia), atingiu os 7 470 artigos, cartas, notas e resenhas em 2009, de 2 702 artigos, cartas, notas e resenhas em 2000. A análise mostra que:

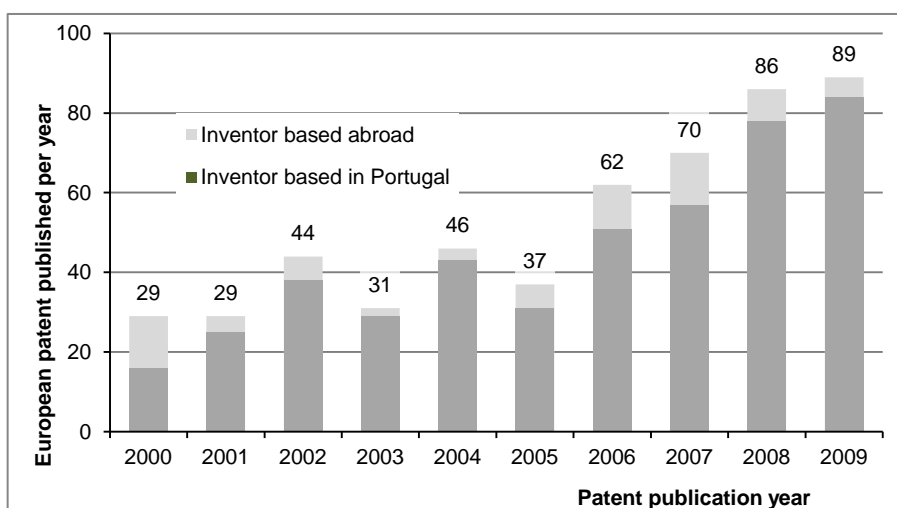
- A publicação de artigos, cartas, notas e resenhas portuguesas em revistas científicas internacionais com arbitragem pelos pares, nas áreas das ciências exactas, naturais e da saúde, da agricultura, e da engenharia, aumentou perto de 2,8 vezes desde 2000;
- Este crescimento também é observado no número de publicações em relação ao total da população que atingiu 703 artigos por milhão de habitantes em 2009, de 373 em 2004;
- O número de artigos em relação ao total da população é actualmente 77% da média da UE-27, quando era apenas 51% em 2004, sugerindo que a base científica nas áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática em Portugal está a tornar-se internacionalmente competitiva, embora carecendo ainda de massa crítica.

¹ A compilação dos dados foi efectuada no conjunto de bases de dados esp@cenet a 2 de Dezembro de 2010, usando os seguintes termos de pesquisa: [(Inventor(s) = "PT") OR (Applicant(s) = "PT")] AND [Publication date = (2000 OR 2001 OR 2002 OR 2003 OR 2004 OR 2005 OR 2006 OR 2007 OR 2008 OR 2009 OR 2010)].



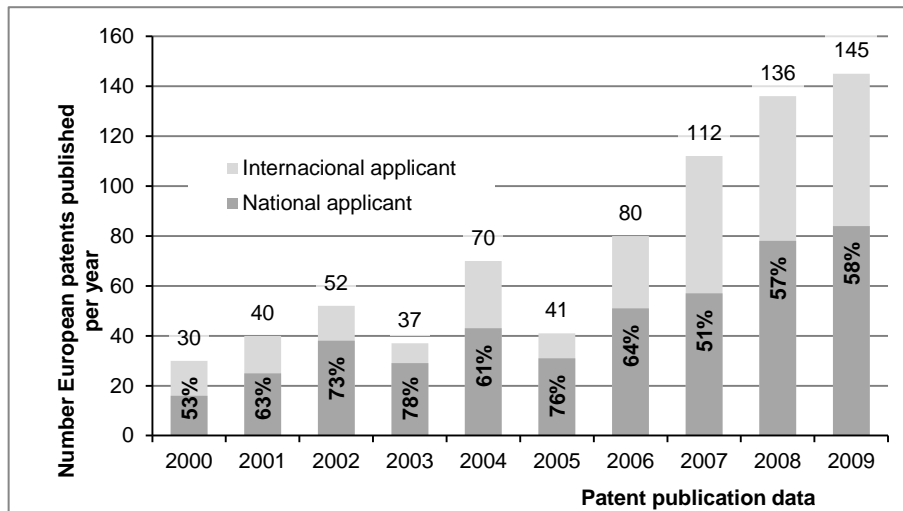
Fonte: GPEARI/MCTES/Reuters ISI Thomson/Eurostat, 2004-2009

FIGURA 4 – NÚMERO DE ARTIGOS NO SCIENCE CITATION INDEX POR MILHÃO DE HABITANTES



Nota: As percentagens nas barras referem-se às patentes publicadas em que o candidato é português

FIGURA 5 – CANDIDATURAS DE PATENTES NA EUROPA SUBMETIDAS POR CANDIDATOS PORTUGUESES

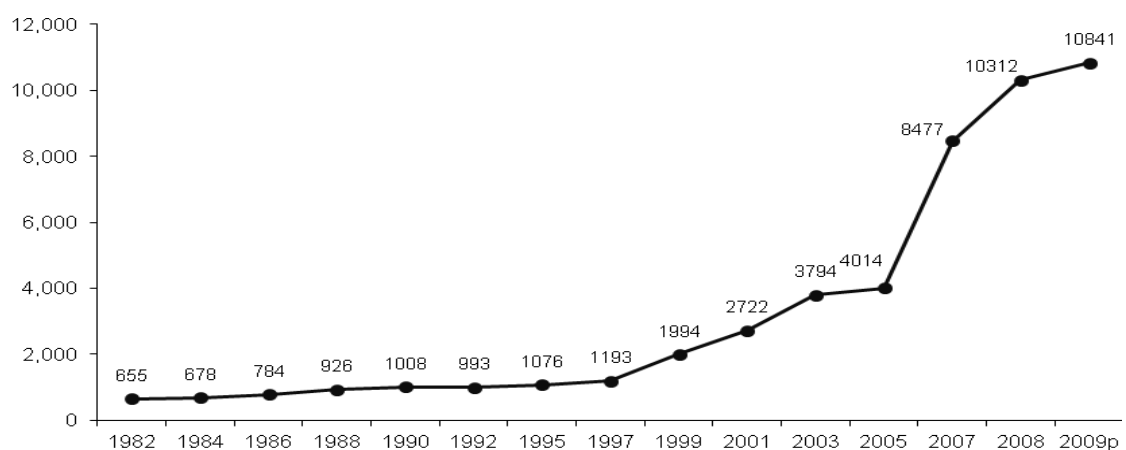


Nota: As percentagens nas barras referem-se às patentes publicadas em que o candidato é português

FIGURA 6 – CANDIDATURAS DE PATENTES NA EUROPA SUBMETIDAS POR CANDIDATOS BASEADOS EM PORTUGAL

1.1.4 – IMPACTE NA ECONOMIA

Um dos efeitos da política de investimento na qualificação de recursos humanos quer ao nível de licenciatura e mestrado, quer ao nível de doutoramento foi tornar disponível para a economia um número significativo de jovens com elevadas capacidades técnicas e científicas e cultura de inovação. Este processo contribui assim para colmatar um dos factores mais críticos para a modernização das nossas empresas e instituições e conseqüentemente para a sua competitividade internacional, embora a contratação de doutorados pelas empresas seja ainda marginal. Os dados mostram, no entanto, que o aumento global do pessoal de investigação foi acompanhado por um aumento significativo no pessoal afecto a I&D no sector empresarial, que praticamente triplicou de 4 014 para 10 841 investigadores (ETI) entre 2005 e 2009, correspondendo a 24% do total de investigadores (ETI) a trabalhar em Portugal (Figura 7).



Fonte: MCTES/ GPEARI (<http://www.gpearl.mctes.pt/index.php>), 1982-2009p

FIGURA 7 – SECTOR EMPRESARIAL: INVESTIGADORES (ETI)

A análise também mostra que:

- Esta evolução foi particularmente evidente nos sectores intensivos em conhecimento, nos quais o aumento dos recursos humanos afectos a I&D foi especialmente significativo, com o número de investigadores (ETI) a crescer perto de quatro vezes entre 2005 e 2009.
- O volume de recursos humanos afectos a I&D no sector das TIC cresceu de 650 ETI em 2005 para 3 100 ETI em 2007. Os serviços financeiros também triplicaram os seus recursos humanos em I&D e no sector automóvel estes cresceram cinco vezes entre 2005 e 2007, e 50% entre 2007 e 2008.

O sector dos Serviços empregou 66% dos investigadores que trabalhavam em Portugal em 2009, ou seja, 7 175 investigadores (ETI), correspondendo a um crescimento de 10% desde 2008 e a um aumento de três vezes desde 2005. Considerando as 100 principais empresas que mais investiram em I&D em 2008:

- 45% dos investigadores encontravam-se em actividades relacionadas com as TIC e electrónica; 14% na indústria transformadora; 12% nos serviços financeiros, em que o maior banco privado português emprega 400 investigadores (ETI), mais de metade do total do sector; e 11% noutros serviços (ex.: engenharia, consultoria, transportes e logística).
- O maior aumento de recursos humanos especializados foi observado em empresas do sector da energia e do ambiente, nas quais o número de investigadores quadruplicou entre 2007 e 2008, atingindo os 604 investigadores (ETI), dos quais 378 são da Galp Energia. Na indústria transformadora, é de realçar o caso da indústria automóvel em que o número de investigadores cresceu 56%, com a AutoEuropa, o principal fornecedor do sector, a empregar 130 investigadores (ETI).
- A indústria farmacêutica, agro-alimentar e química empregou em 2008 cerca de 7% dos investigadores (ETI) que trabalhavam nas 100 empresas mais intensivas em investigação, ou seja, 435 investigadores (ETI), representando um aumento de 7% face a 2007. Na indústria farmacêutica a percentagem de investigadores (ETI) aumentou 10% entre 2007 e 2008, para 284 investigadores (ETI), um quarto dos quais trabalhavam no principal empregador de investigadores da indústria, a Hovione, seguida pela Bial e pela Tecnimede, ambas empregando 52 investigadores (ETI).

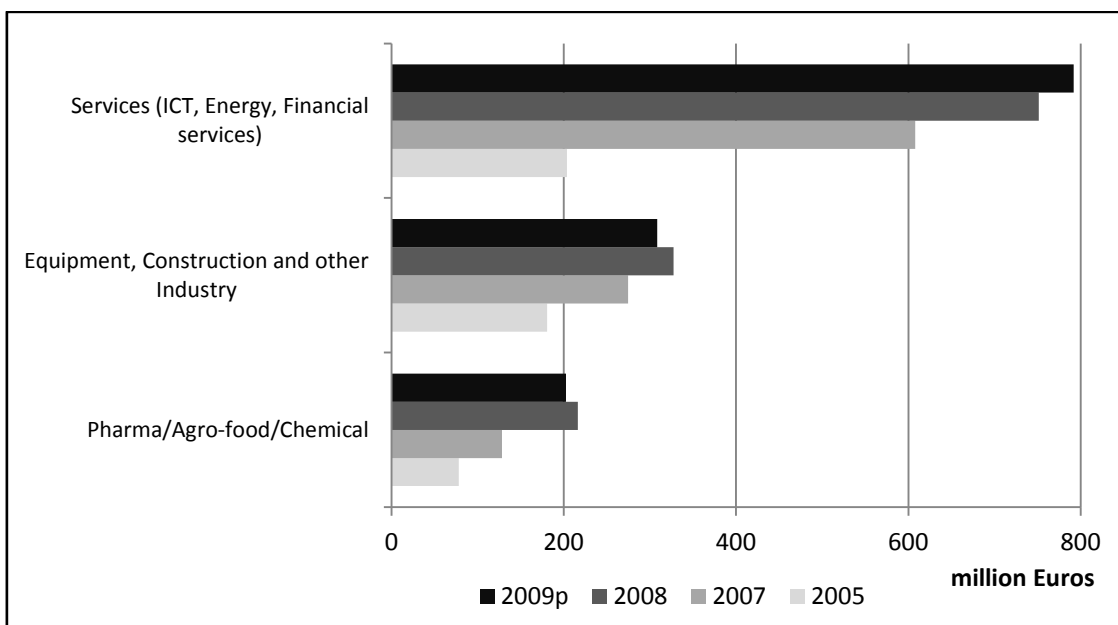
Neste contexto é certamente de *salientar que as parcerias estratégicas com as Universidades Americanas e com o Fraunhofer Gesellschaft* e o envolvimento de dezenas de empresas nestas parcerias, contribuíram para uma nova cultura de cooperação entre as empresas e as universidades e Centros de Investigação e para a melhor adequação das empresas aos desafios do futuro, nomeadamente em domínios como os das TIC e da Energia.

Nota-se ainda que os serviços intensivos em conhecimento, incluindo as TIC, energia e serviços financeiros, são os sectores com os maiores investimentos em I&D e, simultaneamente, aqueles em que este investimento mais cresceu entre 2005 e 2009, 3,9 vezes neste período (Figura N°8):

- O investimento em I&D em sectores intensivos em conhecimento quadruplicou desde 2005, sendo que os serviços financeiros e os seguros foram os responsáveis pelo maior aumento (nove vezes), liderados pelo maior banco privado português com 82 milhões

de Euros investidos em I&D em 2008, enquanto as comunicações registaram um aumento de oito vezes, seguidas pelas tecnologias de informação (seis vezes), com a Portugal Telecom, o maior investidor português em I&D, a liderar nestes dois sectores;

- A despesa privada no sector da energia teve um crescimento de 80 vezes entre 2005 e 2008, com a EDP, o principal operador nacional da rede de distribuição de electricidade – a liderar o sector com 69 milhões de Euros investidos em I&D em 2008, enquanto o sector automóvel cresceu sete vezes, liderado pela AutoEuropa com uma despesa de 25 milhões de Euros em I&D nesse ano (a AutoEuropa é também a empresa com o maior número de investigadores no sector);
- Durante o mesmo período, o investimento em I&D no sector agro-alimentar aumentou 3,5 vezes, com uma contribuição significativa da Unicer. Apesar da ligeira redução da despesa do sector em I&D em 2009, algumas empresas contrariaram esta tendência, como a Frulact, que aumentou a sua despesa em I&D quase três vezes em apenas um ano;
- A indústria farmacêutica também cresceu 1,5 vezes entre 2005 e 2008, liderada pela Bial, que investiu cerca de 60 milhões de Euros em I&D em 2008;
- Por outro lado, a despesa em I&D diminuiu no período 2005-2007 no sector dos equipamentos eléctricos e da construção, embora em níveis ainda relativamente baixos. Isto é devido, em parte, a questões metodológicas que afectam a classificação de empresas dos vários sectores listados e aos ajustamentos do mercado nestes dois sectores, que são particularmente afectados pela procura no sector da construção (principalmente infra-estruturas públicas).



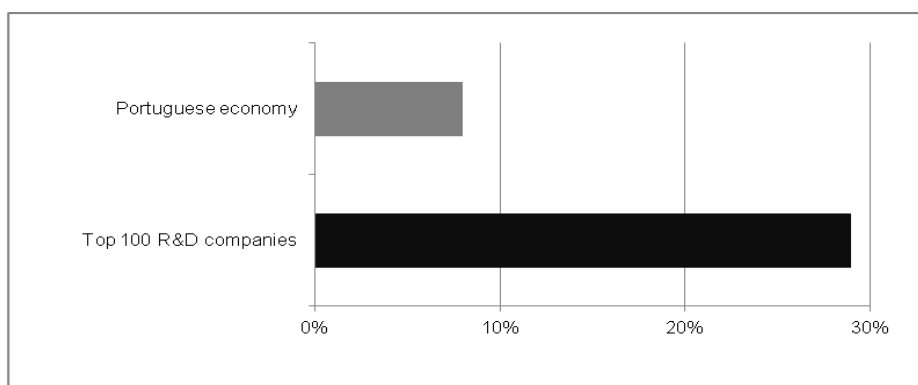
Fonte: MCTES/ GPEARI (<http://www.gpeari.mctes.pt/index.php>) – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), 2005-2009p

FIGURA 8 – INVESTIMENTO EM I&D, POR SECTOR, DE 2005 A 2009

O impacto da despesa das empresas em I & D nas exportações é um indicador importante de como o investimento público arrasta o privado e como ambos contribuem para dinamizar a economia e promover a sua competitividade. As 100 empresas que maior investimento fizeram em I & D respondem por 80% da despesa em I&D feita pelas empresas em Portugal, e

são responsáveis por 5% do emprego total assegurado pelas empresas em Portugal. Por outro lado essas 100 empresas representam 23% do volume de negócios total das empresas em Portugal, correspondentes a 84.000 milhões de euros.

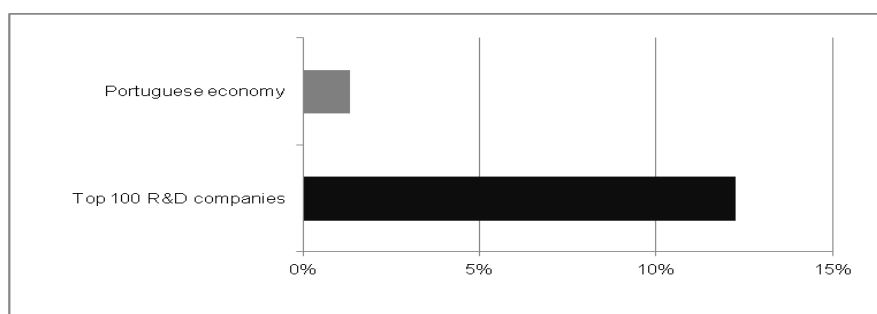
O mesmo grupo de empresas registaram cerca de 15.000 milhões de euros em exportações, o que **corresponde a 29% do total das exportações nacionais**. Na verdade, os dados mostram que **as exportações deste grupo cresceu 4 vezes mais entre 2007 e 2008 do que as exportações totais da economia portuguesa** (Figura 9).



Fonte: INE. GPEARI/IPCTN

FIGURA 9 –TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES ENTRE 2007 E 2008 DA ECONOMIA PORTUGUESA E DAS 100 EMPRESAS COM MAIOR INVESTIMENTO EM I&D

Este grupo de 100 empresas também gerou 11.000 milhões de euros de valor acrescentado bruto (VAB), correspondente a 13% do valor total nacional. O valor gerado em Portugal por estas 100 empresas, quando expressa em termos de VAB, cresceu a uma taxa de 12% (entre 2007 e 2008), uma taxa de crescimento de quase 10 vezes maior do que a do conjunto da economia portuguesa no mesmo período (Figura 10) .



Fonte: INE; GPEARI/IPCTN

Taxa de crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) entre 2007 e 2008 para

FIGURA 10 –A ECONOMIA PORTUGUESA E AS 100 EMPRESAS QUE MAIS INVESTIRAM EM I&D

1.1.5 – O FUTURO

Sabemos o efeito devastador que as políticas de “*stop and go*” têm no desenvolvimento da Ciência e como se traduzem em desperdício de fundos e de inteligência. Sabemos também como o investimento público em Ciência e Formação em períodos de crise financeira exige

ainda mais visão estratégica e vontade política do que acontece em períodos de desafogo financeiro. O investimento feito nos últimos anos, que a alguns parecerá ter sido suficiente ou quicá demasiado, revela-se, na comparação com o investimento feito por outros países, ainda longe do necessário para garantir a sustentação de um Sistema de C&T capaz de apoiar o país no seu esforço para vencer a crise e assegurar um desenvolvimento económico que garanta a qualidade de vida a que aspiramos.

De facto, como vimos em 1.1.1 e 1.1.2 o número de investigadores em Portugal e a despesa relacionada com a I&D têm vindo a aumentar nos últimos anos a uma das mais altas taxas observadas no âmbito da OCDE, mas uma análise cuidada indica claramente que eles precisam de continuar a crescer. Isto pode ser observado em termos de intensidades de investigação medidos através de financiamento da investigação disponível por investigador ou da despesa em I&D por habitante, sendo que ambos são em Portugal ainda relativamente baixos quando comparados com os da maioria dos países europeus como é patente na tabela seguinte:

País	Despesa em I&D por investigador				GERD/ population	Ano de Referência
	Total	sector Empresarial	sector do Ensino Superior	Sector do Governo		
Sweden	223	250	163	311	1114	2009
United States	220	199	n.a	n.a	1030	2007
Austria	210	234	157	256	866	2009
Germany	203	240	133	188	773	2009
Japan	188	196	116	320	966	2008
Italy	184	251	137	157	311	2009
OECD Total	181	197	110	276	599	2007
Australia	168	347	70	229	711	2008
Ireland	168	211	113	195	558	2009
Belgium	168	241	85	189	578	2009
Korea	162	158	123	297	787	2008
France	161	178	107	324	574	2008
European Union -27	151	206	88	161	463	2009
Finland	150	185	94	123	1145	2009
Canada	139	125	147	228	603	2007
Denmark	138	150	121	107	882	2009
Norway	137	144	128	133	754	2009

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

United Kingdom	134	243	59	355	527	2009
Iceland	129	145	115	110	929	2008
Slovenia	112	164	61	80	408	2009
Czech Republic	109	149	59	107	299	2009
Spain	109	164	64	121	318	2009
Netherlands	86	199	186	170	593	2007
Hungary	84	108	58	69	169	2009
Greece	75	69	63	151	139	2007
Portugal	69	137	40	70	299	2009
New Zealand	66	109	32	157	287	2007
Estonia	63	93	48	58	203	2009
Poland	63	112	38	100	101	2009
Slovak Republic	33	109	12	54	81	2009

Note: figures are in US dollars at 2000 constant prices (PPPs). Total R&D expenditure per researcher at national level was calculated by dividing GERD by the total number of researchers (FTE); total R&D expenditure per business researcher was calculated by dividing BERD by the total number of business sector researchers (FTE); total R&D expenditure per higher education researcher was calculated by dividing HERD by the total number of higher education researchers (FTE); total R&D expenditure per government researcher was calculated by dividing GOVERD by the total number of government researchers (FTE).

Source: OECD, MSTI indicators accessed online through OLIS, April 2011.

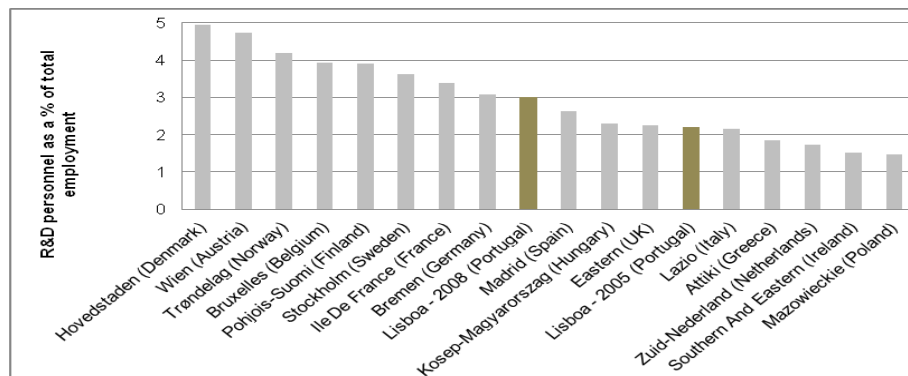
TABELA 4 – DESPESA EM I&D POR INVESTIGADOR (1000 USD / ETI) E GERD PER CAPITA PARA 2009 OU PARA O ÚLTIMO ANO PARA O QUAL EXISTEM RESULTADOS DISPONÍVEIS, EM PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE.

Na verdade, em Portugal, o financiamento total disponível por investigador em 2009 foi de apenas 46% da média da UE-27, a que acresce o facto de que a média de financiamento disponível para um investigador universitário na Europa foi de 80% do que está disponível para um investigador japonês e 31% do que está disponível para um investigador nos EUA. Por exemplo, a despesa por investigador em Portugal é de apenas 63% do que na República Checa e em Espanha.

Por outro lado, o notável crescimento do número de investigadores (referido em 1.1.2) e a média de 8,2 investigadores por 1000 activos (esperado em 2009), embora seja um contributo para atingir a massa crítica fundamental para a manutenção da qualidade da investigação, a criação de laços mais fortes entre os diferentes sectores envolvidos na investigação, e para estimular a criatividade e a inovação a nível regional e revele de facto uma mudança de patamar quanto aos níveis de recursos humanos em C&T, mostra também o muito ainda por fazer.

Com efeito, observe-se como, sendo Lisboa a região de Portugal com a maior proporção de pessoas ocupadas em I & D, a concentração do pessoal relacionado com a investigação é em Lisboa de apenas cerca de 60% do registado na maioria das regiões europeias de conhecimento intensivo (Figura Nº 11), como Londres (Reino Unido), Viena (Áustria) ou Hovedstaden (Dinamarca). Além disso, apenas cerca de 3% do total da população na região de Lisboa se ocupa a realizar trabalho de I & D, um valor ainda baixo quando comparado com

regiões europeias onde esse número chega a 4% (por exemplo, Bratislavský kraj na Eslováquia ou og Oslo Akershus na Noruega) ou 5% (por exemplo, Buckinghamshire e Oxfordshire, no Reino Unido, ou Bruxelas, na Bélgica). Esta disparidade ainda é maior quando se procuram situar internacionalmente outras regiões do país.



Nota: Dados para 2007: Dinamarca, Áustria, Noruega, Bélgica, Finlândia, Suécia, Espanha, Hungria, Reino Unido, e Portugal; Dados para 2005: Alemanha, Itália, Grécia, Holanda; Dados para 2001: França. Dados referentes a cabeças.

Fonte: OECD, OLIS Regional Statistics dataset

FIGURA 11 –PESSOAL EM I&D (INCLUSIVE INVESTIGADORES E APOIO TÉCNICO) COMO PERCENTAGEM DA TOTALIDADE DOS EMPREGOS EM REGIÕES SELECIONADAS DA EUROPA

É pois claro que o futuro da Ciência em Portugal depende da continuidade de políticas de investimento, internacionalização e capacitação institucional que não rompam com o trajecto iniciado e antes pelo contrário reforcem ainda mais o financiamento público e os instrumentos criados.

1.2. ACTIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EM DESTAQUE

Durante 2011, a FCT, para além das actividades decorrentes da natureza plurianual dos programas que financia, nomeadamente no âmbito da Formação Avançada de Recursos Humanos, do Emprego Científico, dos Projectos de I&D, do Suporte à Rede de Instituições Científicas, do apoio à promoção da Cultura Científica, da participação em Organismos Internacionais, e do apoio à comunidade científica que se encontram descritas em detalhe neste relatório, concretizou um outro conjunto de iniciativas e actividades que pela sua importância ou carácter singular merecem ser salientadas nesta introdução ao Relatório. Algumas delas advêm de reflexão e estudo feitos no sentido de corrigir algumas deficiências detectadas no apoio aos bolseiros e/ou cientistas, outras de sugestões recolhidas na comunidade científica e nas suas organizações (e.g., CLA – Conselho dos Laboratórios Associados, Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia - ANICT, Associação de Bolseiros de Investigação Científica - ABIC), outras ainda são o resultado de ideias que ao longo dos últimos 6 anos foram sendo amadurecidas.

1.2.1. ABERTURA AO PÚBLICO DO ARQUIVO DA FCT

No dia 16 de Dezembro, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Educação e Ciência, procedeu-se à abertura ao público do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT. Participaram nesta cerimónia mais de 60 pessoas, entre as quais a Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, o ex-presidente da República, Mário Soares, o ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago, o historiador José Mattoso, Presidente do Conselho

Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT, o investigador Alexandre Quintanilha, secretário do CLA, António Rendas, Reitor da Universidade Nova e Presidente do CRUP, Rosalia Vargas, Presidente da Ciência Viva, dirigentes académicos e científicos, membros da Comunidade Científica, bem como dirigentes e funcionários da FCT .

Este arquivo histórico, que se encontra actualmente acessível na sede da FCT, em Lisboa, nasceu de um património documental significativo antes disperso por diferentes locais e ilustra a história da organização, administração da ciência e das políticas científicas nacionais.



FIGURA 12 – SALA DE CONSULTA DO ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Trata-se de um acervo de carácter único e de reconhecido valor, que acompanha a actividade cultural e científica portuguesa desde a década de 60 até à actualidade. Contempla o fundo da Junta Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica (JNICT, organismo que precedeu a FCT), assim como o de outras entidades públicas do sector da ciência.

O processo de tratamento e organização deste arquivo teve início em Maio de 2008. Com o objectivo de garantir a preservação do seu arquivo histórico assim como a sua organização e divulgação, a FCT celebrou nessa data protocolos com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) e com a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ), garantindo o apoio técnico e científico a um projecto desta natureza.

Iniciou-se assim o trabalho de estudo deste acervo por uma equipa de arquivistas, investigadores e técnicos do IHC, que até Dezembro de 2009 procedeu à análise e levantamento das mais de 40.000 pastas que compõem o arquivo da FCT. Alguns destes técnicos vieram a ser entretanto admitidos pela FCT para o seu quadro de pessoal e contam actualmente com o apoio indispensável de alguns bolseiros do IHC, cujo desempenho recomenda a sua integração na FCT logo que possível.



FIGURA 13 – O ARQUIVO É COMPOSTO POR 3500METROS LINEARES DE DOCUMENTAÇÃO

Em Maio de 2010, o parecer favorável da DGARQ ao trabalho realizado possibilitou a continuidade do projecto e novos passos no seu tratamento. A reordenação e limpeza dos corpos, estantes e prateleiras dos vários depósitos e a triagem da documentação para eliminação constituíram a primeira fase deste processo.

A segunda fase, ainda em execução dado o elevado número de documentos existentes, passa pela descrição da documentação utilizando a aplicação informática DigitArq e pela finalização do inventário da totalidade do acervo documental. Esta aplicação vai permitir também disponibilizar uma versão digital dos documentos. A descrição do Arquivo até agora concluída está disponível em <http://arquivo.fct.mctes.pt/>.

Em Maio foi publicado em portaria conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e do Ministério da Cultura (MC) o "Regulamento de gestão de documentos da FCT, I.P.", (Diário da República, Iª série, nº 194 de 16 de Maio de 2011), documento essencial e obrigatório (por lei), que estabelece o Plano de classificação documental e Tabela de selecção, esta última essencial para a avaliação, selecção e eliminação da documentação.

Integram actualmente o Arquivo de Ciência e Tecnologia os seguintes fundos:

- Junta Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica (1967-1997)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (1997-)
- Comissão Instaladora e Comissão de Extinção do Instituto de Física Nuclear e Física das Partículas Elementares (1973-1976[?])
- Instituto Nacional de Investigação Científica (1976-1992)
- Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI (1994-1999)
- Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (1997-2002)
- Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (2002-2007)
- Comissão Permanente INVOTAN (1959-)
- Junta de Energia Nuclear – JEN (1954-1979) – Fundo à guarda do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN)

Ainda em 2011, o Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (AHCT) passou a integrar a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) (<http://portal.arquivos.pt>), canal que proporciona a partilha, também por essa via, da missão de divulgação do património arquivístico, tornando-o acessível ao cidadão, de forma rápida e eficaz. A integração na RPA tornou-se oficial com a assinatura de um Acordo de Adesão da FCT com a DGARQ, órgão coordenador da RPA, com data de 27 de Dezembro 2011.

O desenvolvimento de um sistema de arquivo na FCT e a disponibilização da informação em acesso livre representam as condições base para integração na RPA. Esta rede tem como objectivo a divulgação do património arquivístico, disperso pelos vários arquivos, tornando-o acessível em forma de estrutura agregadora, e também em articulação com estruturas de âmbito internacional, como a EUROPEANA ou a APENET.

1.2.2. CEDÊNCIA AO ARQUIVO DE C&T DA FCT DO ESPÓLIO PESSOAL DE JOSÉ MARIANO GAGO

Assinalando a abertura do arquivo ao público, momento tão importante da vida da FCT e da Comunidade Científica Portuguesa o Professor José Mariano Gago decidiu doar ao Arquivo da FCT todo o seu arquivo pessoal de política científica, sendo a sua transferência para as instalações da FCT feita faseadamente, e à medida que o actual proprietário for procedendo à sua organização. Desde já foram transferidas para a FCT 72 pastas correspondentes a dois núcleos fundamentais: os textos preparatórios das primeiras Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica de 1987 e o conjunto dos trabalhos preparatórios do Programa Mobilizador de C&T. Estes materiais complementam muitos outros que se encontravam já no Arquivo e podem assim ajudar rapidamente a suprir lacunas importantes.

A digitalização e tratamento sistemático da totalidade do material doado, será realizada no âmbito da colaboração entre a FCT e a Fundação Mário Soares.

Antes, no entanto vai ser necessário realizar ainda um sério trabalho prévio de organização, inventariação e qualificação de muitos outros núcleos, sem falar de correspondência, notas de reuniões, e outras fontes, tarefas que serão realizadas em estreita cooperação dos serviços técnicos do Arquivo da FCT com o Professor José Mariano Gago.



FIGURA 14 – ASSINATURA DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA À FCT DO ESPÓLIO PESSOAL DE JOSÉ MARIANO GAGO

1.2.3. AMPLIAÇÃO DO ACORDO FEITO COM A FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

O objectivo primordial deste acordo é o de criar as condições para o tratamento e reprodução de acervos de grande valor associados à vida e à obra de intelectuais, artistas e cientistas portugueses que se tenham distinguido pela qualidade da sua intervenção e pelo seu reconhecimento internacional e, promover o estudo e a investigação sobre esses contributos intelectuais, artísticos e científicos no contexto internacional em que se desenvolveram. Com efeito, a Fundação Mário Soares (FMS) tem vindo a desempenhar um papel crucial no tratamento, organização e disponibilização de acervos importantes contribuindo assim para o seu estudo e para o incremento da investigação em domínios importantes das ciências sociais, das humanidades e das artes tendo para o efeito desenvolvido elevadas competências e experiência no tratamento, organização e disponibilização de acervos documentais, artísticos, fotográficos e outros usando as mais modernas tecnologias para o efeito. Deste modo, decidiram a FCT e a FMS celebrar um protocolo de cooperação neste domínio. O primeiro objecto de instanciação deste protocolo, assinado em 11 de Maio de 2011, e que constitui o seu primeiro anexo, relaciona-se com o apoio da FCT ao tratamento e à divulgação da obra de Alberto Lacerda, uma das grandes vozes da poesia portuguesa da segunda metade do Século XX, e cujo espólio foi posto à responsabilidade da FMS.

No dia da inauguração do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT foi ampliado o acordo existente com a Fundação Mário Soares desde 11 de Maio de 2011 para o tratamento e digitalização dos materiais incorporados neste Arquivo, com prioridade para o espólio cedido na altura pelo Professor José Mariano Gago.



FIGURA 15 –ASSINATURA DO PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E A FCT

1.2.4. CRIAÇÃO DAS BOLSAS JOSÉ MATTOSO

O Arquivo de C&T da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) dispõe actualmente de um acervo único de inestimável valor científico e patrimonial para a investigação histórica relativa ao desenvolvimento da Ciência em Portugal, que acompanha e repercute a textura e a actividade científica portuguesa desde meados do século XX até à actualidade. É pois natural que a FCT, em primeira linha, estimule o estudo e a investigação sobre esse notável acervo. Foi assim que o Conselho Directivo da FCT decidiu criar uma bolsa de Doutoramento e outra de Mestrado em áreas de investigação histórica relativa ao desenvolvimento da Ciência em Portugal.

Decidiu também o CD da FCT ser a abertura ao público do Arquivo de Ciência e Tecnologia, a ocasião mais oportuna para anunciar a criação destas bolsas designando-as de Bolsas José Mattoso em homenagem ao Professor José Mattoso, vulto maior da investigação histórica, e intelectual e humanista de grande estatura para com quem o país e a FCT, em particular, têm uma elevada dívida de gratidão.



FIGURA 16 – O PROFESSOR JOSÉ MATTOSO FAZENDO A SUA INTERVENÇÃO

1.2.5. INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE RETRATOS DE EX-PRESIDENTES DA JNICT E DA FCT

Estando próximo o momento de cessação de funções da equipa que dirigiu a FCT desde Janeiro de 2006 e aproveitando a presença na FCT de tão ilustres convidados o Conselho Directivo decidiu proceder à inauguração, no espaço consagrado ao novo Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, de uma galeria fotográfica dedicada aos ex-presidentes desta instituição e também da entidade que a precedeu, a Junta Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica (JNICT).

Ao longo de quase meio século, a JNICT e a FCT foram responsáveis pelo enquadramento e concretização das políticas científicas nacionais. A galeria, inaugurada em simultâneo com o Arquivo, é uma forma de assinalar a memória de personalidades que contribuíram de forma decisiva para a história do desenvolvimento da Ciência em Portugal.

Foi ainda preparada pelo IHC uma página sobre a História da FCT e suas antecessoras, que se encontra online (<http://www.fct.pt/historia/>)

EX- PRESIDENTES REPRESENTADOS NA GALERIA

JNICT



Francisco Leite Pinto 1967 – 1971



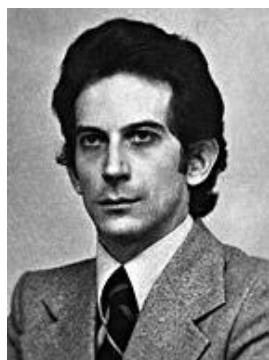
João Salgueiro 1972 – 1974



Fernando Dias Agudo 1974 – 1976



Adérito Sedas Nunes 1976 – 1977



José Mendes Mourão 1979 – 1985



José Mariano Gago 1986 – 1989



Carlos Salema 1989 – 1992



Mário Barbosa 1992 – 1994



Fernando Ramôa Ribeiro 1994 – 1996

FCT



Luís Magalhães 1997 – 2002



Fernando Ramôa Ribeiro 2002 – 2005

FIGURA 17 – GALERIA DE RETRATOS DE EX-PRESIDENTES DA JNICT E DA FCT

1.2.6. INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE AS I JORNADAS NACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA REALIZADAS EM 1987

Por ocasião da abertura ao público do Arquivo de C&T da FCT foi ainda inaugurada uma exposição fotográfica temporária evocando as I Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica (ICT) realizadas em 1987, no Fórum Picoas. As fotografias foram seleccionadas de um conjunto enorme que integra o espólio fotográfico do Arquivo da FCT e ilustram momentos de especial relevância como a sessão inaugural com a Presença do Presidente da República Mário Soares, do Primeiro Ministro Cavaco Silva, do Secretário de Estado da Ciência Arantes e Oliveira, do Presidente da JNICT Mariano Gago, a presença da imprensa estrangeira, e as discussões nas sessões sobre as várias disciplinas científicas.

Foi nestas Jornadas que se começou a afirmar uma nova geração de cientistas animada por uma dinâmica de mudança que veio contribuir para operar as transformações ocorridas nos últimos 25 anos que permitiram a Portugal sair do seu atraso científico secular e ganhar para esta causa a sociedade portuguesa e internacional. Foi na sequência das I Jornadas Nacionais de ICT que foi lançado o Programa Mobilizador da Ciência e da Tecnologia (1987-1988) com a apresentação pública de propostas de projectos de investigação.



FIGURA 18 – JORNADAS NACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1987)



FIGURA 19 – ANFITEATRO – I JORNADAS NACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1987)

1.2.7. CRIAÇÃO DO GABINETE POLAR

A importância das regiões polares para o sistema climático global e, conseqüentemente, para o ambiente e para a vida à escala planetária, tornam-nas regiões particularmente importantes para a investigação científica. Entre outros aspectos, as regiões polares são também arquivos naturais riquíssimos para as reconstituições paleo-ambientais, bem como fronteiras do conhecimento em várias disciplinas, como por exemplo, a microbiologia, a ecologia, a

oceanografia, a glaciologia, bem como locais de excelência para a observação do espaço. Aproveitando estes factores de interesse, e como contributo para o esforço internacional para a investigação polar, a comunidade científica portuguesa, em especial desde o Ano Polar Internacional 2007-08, tem vindo a dedicar um esforço cada vez maior à investigação polar e à sua divulgação na sociedade e em particular junto das gerações mais jovens.

As características extremas das regiões polares, a sua complexidade, os constrangimentos logísticos e a necessidade de partilha de meios, propiciam colaborações inter e multidisciplinares a nível internacional entre equipas de excelência, onde as equipas portuguesas têm ocupado nichos que contribuem para a consolidação da massa crítica. Este facto levou a que Portugal se tenha tornado membro do *Scientific Committee for Antarctic Research* em 2006 e do *European Polar Board* em 2008. Em 2009, Portugal ratificou o Tratado da Antártida, onde se reconhece o interesse da humanidade em que toda a região a sul do paralelo 60ºS continue a ser utilizada exclusiva e pacificamente para fins científicos. Portugal assumiu assim responsabilidades na contribuição para o conhecimento científico como resultado da cooperação internacional na investigação científica da Antártida.

Dados os condicionalismos da investigação polar, em várias vertentes, particularmente ao nível do respeito pelas normas do Tratado da Antártida, do elevado capital envolvido nas tecnologias de ponta, nas infra-estruturas e na logística necessárias ao seu desenvolvimento, esta investigação depende fortemente do investimento institucional e das parcerias e internacionalização de todas as entidades envolvidas.

Assim, foi reconhecida pelo CD da FCT a necessidade da existência na estrutura desta instituição de um Gabinete de apoio e acompanhamento às actividades portuguesas de investigação polar, a designar gabinete Polar, criado por despacho de 29 de Novembro de 2011 cuja coordenação é assegurada pela técnica superior Dra Ana Quartim, assessorada nos aspectos jurídicos (direito internacional) pela Dra. Maria Manuel Borges Meruje, bolseira de Gestão em Ciência e Tecnologia da FCT, e tendo por conselheiros científicos os Professor Gonçalo Vieira da Universidade de Lisboa e o Doutor José Xavier da Universidade de Coimbra.

São objectivos principais deste Gabinete: organizar acções de divulgação e comunicação sobre a investigação polar portuguesa, na Antártida e no Ártico; propor e coordenar medidas de apoio logístico à investigação polar portuguesa; estabelecer as práticas necessárias à correcta aplicação por parte de investigadores de instituições nacionais, por forma a cumprir as normas para a investigação na Antártida decorrentes da assinatura do Tratado da Antártida e do Protocolo de Madrid; propor acções de reforço das colaborações e protocolos internacionais na área das ciências polares; servir de ligação entre a FCT e a comunidade científica nacional interessada em temas polares; assegurar a ligação entre o MEC e o MNE para promover a ciência polar e o correcto enquadramento dos cientistas nacionais nos protocolos internacionais; assegurar que a comunidade científica portuguesa se encontra representada nas principais organizações científicas e de gestão de ciência polar internacionais (*Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR*, *European Polar Board EPB*, *International Arctic Science Committee - IASC*, *Council of Managers of national Antarctic Programs - COMNAP*); apoiar o Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente e o Conselho Directivo da FCT sobre questões de ciência polar; organizar a base de dados polares nacionais encaminhando-os para o *Antarctic Master Directory*, tal como sugerido pelo SCAR e COMNAP no âmbito do Sistema Consultivo do Tratado da Antártida; propor e dinamizar parcerias entre instituições de investigação e a indústria por forma a promover a transferência de tecnologia e a valorização económica do conhecimento.

1.2.8. CRIAÇÃO DO GABINETE DE IMPRENSA DA FCT

A comunicação é hoje reconhecida como um vector estratégico na estrutura das organizações, nos mais diversos sectores de actividade. Os meios que permitem a uma entidade comunicar para o exterior, de forma eficaz e prestigiante para a sua imagem, requerem o conhecimento de profissionais especializados, designadamente no contacto com os meios de comunicação social.

No âmbito da sua missão e actividade, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia é detentora de um amplo e dinâmico conjunto de informações e conhecimentos de relevância pública, cuja divulgação de forma correcta e adequada, com recurso a uma metodologia profissional, constitui um valor acrescentado em termos de notoriedade e eficiência institucional. No quadro da modernização da FCT, a criação de um Gabinete de Comunicação e Imagem ocorre em plena consonância com uma das linhas de força inscritas no seu Plano de Acção: "a promoção da comunicação científica", tendo como objectivo fundamental a sensibilização do público para a importância da investigação científica e tecnológica no desenvolvimento económico, social e cultural do país, bem como a divulgação do trabalho desenvolvido pelos investigadores portugueses.

Assim, através do despacho nº 25/2011/CD de 25 de Novembro de 2011, procedeu-se à criação do Gabinete de Comunicação e Imagem da FCT, o qual será coordenado pela técnica superior do mapa de pessoal da FCT, Dra. Maria do Céu Novais dos Santos, e constituído ainda pela Dra. Ana Sena Lino, bolseira de Gestão em Ciência e Tecnologia da FCT, e o Dr. Bruno Miguel Morgado Cardoso Monteiro, técnico superior de informática do mapa de pessoal da FCT e que tem por objectivos:

- Conceber e organizar acções de sensibilização e divulgação no domínio da ciência e da tecnologia, destinadas a diferentes públicos alvo;
- Definir estratégias de sensibilização destinadas aos meios de comunicação social, a públicos alvo especializados e ao público em geral, sobre a importância das políticas de Ciência e Tecnologia;
- Definir e promover campanhas de carácter pedagógico sobre a Investigação Científica e Tecnológica, destinadas ao grande público;
- Definir e executar uma estratégia de comunicação institucional da FCT, I. P. e dos respectivos serviços junto dos órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros;
- Aconselhar, gerir e mediar o relacionamento entre quadros dirigentes da FCT, I. P. e a comunicação social especializada e generalista, em todos os contextos que se afigurem pertinentes e necessários;
- Redigir notas e comunicados de Imprensa;
- Conceber e produzir acções de divulgação junto da comunidade científica;
- Coordenar equipas e meios para produção de eventos destinados a divulgação da Ciência e da Tecnologia;
- Produzir conteúdos para o sítio da FCT.

1.2.9. LANÇAMENTO DO Nº 0 DA FCT NEWSLETTER

Pela natureza e dimensão da sua missão, a FCT é sede de um vasto manancial de informação, de carácter dinâmico, sectorial e especializado sobre a nossa actividade científica. No entanto,

e no que respeita à difusão e comunicação dessa informação, não dispunha a FCT, para além da sua página na internet, de outros canais que, alimentados por esse caudal informativo, dessem origem à regular publicação de notícias e comunicados sobre a actividade científica nacional a que a FCT está de alguma forma associada, e ainda às actividades e iniciativas da própria FCT.

Assim, para colmatar esta lacuna o CD da FCT decidiu lançar a “FCT Newsletter” cujo primeiro número aproveitou o facto de se estar a inaugurar o Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT. Através desta publicação electrónica, visou-se contribuir para a divulgação do progresso científico em Portugal e para o melhor conhecimento dos seus actores fundamentais: os investigadores, portugueses e estrangeiros, que têm construído o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no nosso País.

A Newsletter será aquilo que a comunidade científica quiser e dependerá dos contributos de todas e todos. O Gabinete de Comunicação e Imagem da FCT, recentemente criado, e que é responsável pela Newsletter, tem por missão ajudar a projectar o que de melhor se faz nos nossos laboratórios de investigação. E é muito o que se faz, como bem sabemos!

1.2.10. CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM A AGENCE NATIONALE DE RECHERCHE (ANR)

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a sua congénere francesa, a Agence Nationale de la Recherche (ANR) assinaram, a 23 de Maio, em Paris, um Protocolo que visa o reforço da cooperação luso-francesa em matéria de investigação científica, bem como o lançamento de projectos conjuntos dirigidos por cientistas de ambos os países.

As áreas de investigação definidas como prioritárias são Biologia, Saúde, Ecossistemas e Ambiente, Ciências Sociais e Humanidades.

Nos termos deste Protocolo, em vigor por um período de três anos, os projectos serão submetidos a nível nacional mas apoiados somente mediante decisão consensual entre ambas as instituições. Caberá à FCT financiar os cientistas portugueses envolvidos nas equipas mistas, o mesmo sucedendo com a ANR, que assumirá o financiamento dos investigadores franceses.

O Protocolo foi assinado pelo Presidente da FCT, João Sentieiro, e pela Directora-Geral da ANR, Jacqueline Lecourtier. A sessão decorreu na sede da ANR, na capital francesa na presença de Andre Syrota, Presidente do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale - INSERM, Maria Manuela Bairos, ministra conselheira da Embaixada de Portugal em Paris, e Nakita Vodjani, responsável pelas relações internacionais da ANR.



FIGURA 20 –ASSINATURA DO ACORDO POR JACQUELINE LECOURTIER E JOÃO SENTIEIRO

1.2.11. CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO COM FUNCIONALIDADES INTEGRADAS MULTI-CANAL

O aumento verificado no orçamento da FCT, nos últimos anos, permitiu um incremento significativo do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas² o que gerou algumas dificuldades nos respectivos processos de atribuição e gestão.

Perante este cenário, a FCT decidiu em 2010 encomendar a uma entidade externa (empresa Novabase) um estudo de diagnóstico e reengenharia dos processos de atribuição e gestão de bolsas de investigação visando atingir os seguintes objectivos:

- Compreender onde se encontram e qual a tipologia das principais fragilidades das actividades inerentes à atribuição de bolsas;
- Identificar áreas de melhoria dos actuais processos administrativos de atribuição de bolsas;
- Reduzir os tempos de processamento e de resposta;
- Prestar um melhor serviço de atendimento aos bolseiros;
- Deter um controlo sobre o processo assente em informação de gestão produzida tanto quanto possível automaticamente por sistemas de informação;
- Racionalizar os meios físicos e humanos afectos à gestão do processo de atribuição de bolsas e contratação de doutorados.

² As bolsas atribuídas em maior número são as Bolsas de Doutoramento (BD) – cujo número evoluiu de 4.060 em 2006 para 8.676 em 2011 e as de pós-doutoramento cujo número evoluiu de 1363 em 2006 para 2275 em 2011.

O trabalho decorreu em 2010, ao longo de 10 semanas, com grande participação da Direcção e de funcionários do Departamento de Formação de Recursos Humanos em C&T, envolveu uma análise crítica à organização, aos processos e aos sistemas de informação, a realização de um inquérito a cerca de 1500 bolseiros e uma auditoria ao serviço de atendimento. O relatório presente à FCT em Junho de 2010 sistematizou um conjunto de constrangimentos e recomendações, de entre as quais se destacam, no que se refere ao sistema de gestão do atendimento (*front-office*), as seguintes necessidades:

- Reformulação do modelo de atendimento e clarificação do papel de cada canal;
- Integração de canais (online, atendimento presencial, telefónico, correio);
- Proactividade na gestão da comunicação com o Bolseiro / Comunidade Científica;
- Constituição de uma base de conhecimento
- Expansão e refinamento do actual portal a disponibilizar a Bolseiros

Reconhecendo a pertinência das conclusões resultantes, a FCT procurou encontrar os apoios necessários para levar em frente o projecto de reforma e modernização do sistema de atendimento.

Acontece que a 14 de Julho de 2010 a Agência para a Modernização Administrativa (SAMA) publicou o Aviso nº1 abrindo concurso público, entre 12 de Julho e 30 de Setembro de 2010, para apresentação de candidaturas a apoio de operações que concorressem para a Qualificação do Atendimento e Administração em Rede de acordo com o Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa.

A FCT apresentou uma candidatura destinada à criação de um serviço de atendimento com funcionalidades integradas multi-canal.

O projecto envolve a reformulação do modelo de atendimento e a clarificação do papel de cada canal, a integração de canais (on-line, atendimento presencial, telefónico correio), a centralização do cadastro do bolseiro e do histórico de interações entre Bolseiro e a FCT, a pro-actividade na gestão da comunicação com os bolseiros e a comunidade científica, a constituição de uma base de conhecimento e a expansão e refinamento do actual portal a disponibilizar aos bolseiros.

Esta candidatura mereceu a aprovação do SAMA que considerou para este projecto a verba total elegível de 381.155,13 €, a que atribuiu um valor de incentivo FEDER no valor de 182.763,89 €.

As delongas na decisão e o facto de a concretização do projecto obrigar ao lançamento de concurso internacional levaram a FCT a solicitar à SAMA o adiamento da data de início do projecto para 2012 pelo que caberá já à nova direcção da FCT a sua concretização.

No orçamento para 2012 foi acautelado o investimento correspondente a este projecto.

1.2.12. LANÇAMENTO DO EXERCÍCIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE I&D E DE LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

Uma vez que o anterior exercício de avaliação de Unidades de I&D havia sido lançado em Abril de 2007 e o intervalo entre exercícios de avaliação se encontra definido, entre 3 e 5 anos, no Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D em vigor, não tendo no passado este intervalo ultrapassado os 4 anos, decidiu o CD da FCT iniciar os procedimentos conducentes ao lançamento de novo exercício, que incluiria igualmente a avaliação dos Laboratórios Associados, tendo presente o despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 23 de Março de 2011.

No uso das competências que lhe haviam sido delegadas através do Despacho nº 1480/2010 publicado no DR, 2ª série, de 21 de Janeiro de 2010, o Presidente da FCT convidou para Coordenador Geral da Avaliação um Professor Catedrático de Física do IST, e seu anterior Presidente, Professor Carlos Matos Ferreira que aceitou o convite. Desse facto foi dado conhecimento ao Ministro da tutela através da Informação Externa nº8/DSRICT/2011 de 3 de Junho.

Atendendo ao grau de complexidade deste processo de avaliação, nomeadamente o elevado número de Unidades de I&D e de Laboratórios Associados, diversidade dos domínios científicos, interdisciplinaridade cada vez mais frequente e especificidades de cada área científica, para além de garantir um acompanhamento de maior proximidade, foi decidido constituir uma Comissão de Acompanhamento da Avaliação, composta por cinco cientistas. A decisão quanto aos cientistas a convidar foi articulada entre o CD da FCT e o coordenador nacional, por forma a que a comissão a constituir traduzisse a abrangência das áreas científicas em avaliação, bem como pudesse contribuir com a sua experiência e reflexão para enriquecer os critérios de avaliação, garantindo assim uma cada vez maior qualidade do sistema de Avaliação das Instituições de I&D, a cargo da FCT. Assim foram convidado(a)s e aceitaram os seguintes cientistas:

- **Leonor Parreira** - Professora Catedrática de Histologia e Biologia do Desenvolvimento, Faculdade de Medicina de Lisboa, Universidade de Lisboa; Directora do Instituto de Histologia e Biologia do Desenvolvimento, Faculdade de Medicina de Lisboa e Investigadora associada no Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC);
- **Salwa Castelo Branco** - Professora Catedrática, Departamento de Ciências Musicais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Fundadora e Presidente do Instituto de Etnomusicologia (INET) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;
- **Arsélio Pato de Carvalho** – Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra e Presidente honorário e fundador do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra;
- **Mário Barbosa** – Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Professor Catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Fundador e Presidente do Instituto de Engenharia Biomédica, ex-Presidente da JNICT;
- **João Ferrão** - Investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A realização de eleições legislativas e a posterior nomeação de Leonor Parreira para Secretária de Estado da Ciência criou uma vaga na Comissão de Acompanhamento.

Após a tomada de posse do governo e na primeira reunião havida entre a Secretária de Estado da Ciência e o Presidente da FCT este sugeriu que a posição deixada vaga na Comissão de Acompanhamento por Leonor Parreira fosse ocupada por Rui Victorino o que mereceu a concordância da Senhora Secretária de Estado. O convite foi feito durante a primeira quinzena de Julho e aceite.

- **Rui Victorino** é Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e Director do Serviço de Medicina II do Hospital de Santa Maria, e também Investigador principal na Unidade de Imunologia Clínica do Instituto de Medicina Molecular.

A Comissão de Acompanhamento começou a trabalhar tendo realizado a sua primeira reunião no dia 1 de Julho de 2011. Nesta reunião foi debatida a questão dos termos de referência e da natureza do mandato da Comissão tendo ficado acordado que cabia à Comissão, com o apoio dos serviços técnicos da FCT:

- Apoiar o Coordenador e a FCT na constituição dos painéis (coordenadores e avaliadores) antes de se iniciar o processo de avaliação;
- Definir critérios para a selecção dos membros dos painéis de forma a abranger o maior número de áreas possível com avaliadores seniores e com CVs reconhecidos internacionalmente;
- Redefinir critérios de avaliação, caso necessário;
- Rever formulário de relatório de actividades e propor alterações/melhorias;
- Rever formulário de relatório de avaliação;
- Apoiar o Coordenador e a FCT nas visitas dos painéis (coordenadores e avaliadores) às Unidades e Laboratórios Associados.

A FCT responsabilizou-se por disponibilizar ao Coordenador e a todos os membros da Comissão, informação sobre o histórico dos exercícios de avaliação (iniciados em 1997) bem como toda a outra informação que fosse considerada útil para o trabalho da Comissão, e de providenciar no sentido de activar o diálogo com os Coordenadores de anteriores exercícios de avaliação.

Foi também decidido dar seguimento a uma sugestão feita por Leonor Parreira de solicitar a todos os coordenadores científicos de Unidades e LAs a elaboração de notas sobre os aspectos que considerassem poder vir a ser melhorados.

Foi também estabelecido o calendário para o presente exercício:

- Envio de convites formais pela FCT aos coordenadores, havendo a possibilidade de se sugerir nomes de avaliadores – até ao fim de Setembro, início de Outubro de 2011;
- Submissão dos Relatórios Científicos até ao final do ano de 2011;
- Avaliações no terreno (*site visits*) – em 2012.

Numa primeira fase, a culminar na terceira semana de Setembro, a Comissão definiu como prioridades:

- Identificar coordenadores de painéis desenvolvendo contactos informais;

- Contactar membros dos Conselhos Científicos para recolher opiniões e consensos sobre melhorias a implementar no processo de avaliação;
- Contactar outras instituições congéneres para troca de impressões/comparações sobre critérios de avaliação;
- Estabelecer critérios para a escolha dos avaliadores;
- Propor alterações ou manter critérios de avaliação;
- Propor alterações aos relatórios científicos.

Em reunião realizada no fim de Julho o Presidente da FCT fez um ponto de situação à Senhora Secretária de Estado que aconselhou alguma desaceleração deste processo (cerca de um mês) para permitir ao governo alguma folga para reflexão.

Dessa reflexão resultou, por razões de certo ponderosas, a suspensão do processo de avaliação comunicada a 22 de Agosto ao Presidente da FCT pela Senhora Secretária de Estado, decisão que a FCT pediu que fosse transmitida pela tutela aos membros da Comissão.

Ficando este processo suspenso por decisão superior, a FCT apenas coligiu as respostas dadas pelos coordenadores das unidades consultados, estando o correspondente relatório disponível para consulta no Departamento de Suporte à Rede de Instituições de C&T - DSRICT.

1.2.13. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PROGRAMAS INTEGRADOS SUBMETIDOS NA SEQUÊNCIA DE CONCURSOS PÚBLICOS ABERTOS PELAS CCDR DO NORTE, DO CENTRO E DO ALENTEJO

As Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Centro, Norte e Alentejo publicaram, as duas primeiras a 2 de Junho de 2011 e a terceira a 14 de Junho de 2011, avisos de abertura de Concurso Público para Apresentação de Candidaturas a “Programas Integrados de IC&DT”.

Na base do lançamento destes programas estão vários aspectos que convém explicitar:

- (i) Por um lado, a constatação de que o rápido progresso científico e tecnológico em Portugal assume num contexto de mais intensa cooperação e competição internacionais uma importância e uma urgência renovadas.
- (ii) Por outro, a observação de que os mais recentes indicadores deste progresso revelam a constituição de massas críticas de competência científica ou tecnológica de elevada qualidade e relevância, enraizadas em redes nacionais e internacionais, cuja acção é crescentemente decisiva para o futuro de sectores económicos críticos, e para o desenvolvimento cultural e social do País.

É assim que as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais lançaram os Programas Integrados de IC&DT como instrumentos fundamentais para o reforço de redes e instituições científicas, a convergência de esforços para a atracção e fixação de recursos humanos muito qualificados e para o enriquecimento de toda a cadeia de valor com base em conhecimento novo, e aspectos centrais não apenas à escala nacional mas, especialmente, à escala regional, pela sua contribuição para abrir as instituições e as iniciativas à cooperação nacional e internacional alargadas e converter pólos locais e regionais de elevada qualidade em líderes nacionais e internacionais relevantes.

Nos avisos, e em resultado de acordo estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi estabelecido que caberia à FCT a emissão de parecer sobre o enquadramento das candidaturas no domínio das políticas públicas sectoriais, bem como a avaliação de mérito quer dos Programas Integrados de IC&DT quer dos projectos/linhas de investigação que os integram. A FCT era ainda responsável pelo financiamento de 7,5% do financiamento elegível.

A regulação das responsabilidades partilhadas pelas Autoridades de Gestão e pela FCT foi plasmada em protocolos entre cada uma das autoridades regionais e a FCT.

Todo o processo foi organizado na FCT pelo DSRICT e pelo Serviço de Informática sob orientação do CD da FCT e da Professora Maria Isabel Ribeiro.

As autoridades regionais concluíram o processo de transferência para a FCT de todos os elementos necessários ao início do processo de avaliação de mérito entre 16 e 23 de Dezembro de 2011.

Os pareceres sobre o enquadramento das candidaturas no domínio das políticas públicas sectoriais foram remetidos pela FCT às Autoridades Regionais até ao dia 14 de Dezembro de 2011.

A conclusão do processo de avaliação de mérito (realizada por 150 de cientistas internacionais) ficou prevista para o dia 30 de Abril de 2012, data que foi cumprida.

1.2.14. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UM CENTRO UNESCO PARA FORMAÇÃO AVANÇADA EM CIÊNCIAS BÁSICAS NO ESPAÇO CPLP

Por iniciativa do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, promovida em 18 de Junho de 2009, foi submetida à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) uma proposta de criação de um Centro UNESCO (Categoria II) para formação avançada em ciências básicas no espaço CPLP.

A 29 de Agosto de 2009 na Iª Reunião Extraordinária dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, esta iniciativa teve por parte dos ministros responsáveis pelas políticas de ciência, tecnologia e ensino superior, reunidos em Lisboa, um entusiástico apoio. Portugal assumiu então que através da FCT cumpriria os seus compromissos de ser precursor do Centro com o lançamento do Programa Ciência Global.

A criação do Centro foi aprovada na Conferência Geral da Unesco realizada em Novembro de 2011 devendo a cerimónia oficial de instalação do Centro decorrer após o Verão de 2012.

Com o objectivo de estabelecer os termos do entendimento entre a FCT e a CPLP com vista à contratualização entre as partes que permita a preparação e instalação do Centro, foi assinado no dia 1 de Julho de 2011, na sede em Lisboa da CPLP, pelo Secretário Executivo desta organização, Engº Domingos Pereira e pelo Presidente da FCT, Professor João Sentieiro, o Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de um Centro UNESCO para formação avançada em ciências básicas no espaço CPLP.

Neste memorando é estabelecido o montante do subsídio anual que a FCT atribuirá à CPLP para despesas inerentes à contratação de 2 técnicos que assegurarão a instalação do Centro. Este compromisso será mantido durante o período de 6 anos.

1.2.15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA E O INSTITUTO DOS MUSEUS E CONSERVAÇÃO

A 4 de Abril de 2011 a FCT e o Instituto dos Museus e Conservação (IMC), representados respectivamente pelo seu Presidente João Sentieiro e pelo seu Director João Brigola, celebraram um protocolo de colaboração. A assinatura decorreu no Palácio da Ajuda.

O Protocolo pretende estabelecer os termos de uma parceria entre o IMC e a FCT, identificando os papéis e actividades dos parceiros e explicitando os mecanismos de articulação adoptados, visando o reforço de uma política científica de conservação e salvaguarda do património e a necessidade de reforço e criação de investigação centrada nos Museus Portugueses e suas colecções.

No âmbito deste protocolo cabe à FCT:

- Considerar o Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo como uma infraestrutura científica com capacidade para acolher e desenvolver actividades de investigação na área das Ciências e Técnicas do Património e Conservação e Restauro;
 - Apoiar projectos integrados de conservação e restauro, em peças de relevante interesse patrimonial ou artístico, promovidos e coordenados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, através da atribuição de Bolsas de Investigação (BI), Bolsas de Técnico de Investigação (BTI) ou Bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia (BGCT), anuais e renováveis de acordo com o estipulado no Regulamento da Formação Avançada e Qualificação de Recursos Humanos da FCT e com as disponibilidades financeiras;
 - Criar uma área temática no concurso geral para atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento intitulada “Investigação em contexto museológico - museologia, museografia, história, história de arte, conservação e restauro e ciências do património” ou abrir um concurso específico fora do concurso geral, em parceria ou promovido pelo Instituto dos Museus e da Conservação, que tenha como objectivo o desenvolvimento de trabalhos de investigação em Museus da Rede Portuguesa de Museus;
 - Comparticipar o pagamento de propinas de doutoramento a trabalhadores e colaboradores do IMC cujos projectos tenham sido aprovados e autorizados pela sua Direcção, de acordo com as disponibilidades financeiras. O reembolso das propinas será exigido caso o doutoramento não se conclua num prazo de 5 anos;
- Assegurar o financiamento dos encargos referentes à taxa de acesso à base digital de imagens ARTstor e a ligação por fibra óptica do Museu Nacional do Azulejo à Rede Ciência Tecnologia e Sociedade (RCTS) gerida pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN).

Ao IMC cabe:

- Promover e desenvolver projectos de investigação e de conservação de património cultural móvel e integrado e proporcionar condições de acolhimento e acompanhamento técnico a bolseiros FCT que se traduzam na valorização pessoal e profissional dos mesmos e na produção de novo conhecimento científico;
- Possibilitar aos trabalhadores e colaboradores do IMC condições para o aprofundamento dos conhecimentos nas suas áreas de especialidade a nível de formação de 2º e 3º ciclos, designadamente através da concessão de equiparações a bolseiro aos seus trabalhadores,

nos termos da legislação nacional em vigor e regulamentado pelo Despacho Interno nº 19, de 23 de Março de 2010;

- Apoiar iniciativas desenvolvidas pela FCT, no âmbito das suas competências, disponibilizando os meios técnicos e materiais do Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo e do Departamento de Conservação e Restauro e participando em iniciativas de divulgação e promoção da Ciência aplicada ao património e conservação;
- Facilitar o acesso gratuito aos fundos de arquivo documental e fotográfico do IMC (designadamente os inscritos nas bases de dados Matriz, MatrizPix, Matriz PCI e Restauro.PT bem como as imagens de alta resolução do arquivo da Divisão de Documentação fotográfica) e às reservas de museus e serviços dependentes para efeitos de investigação, desde que enquadrada no âmbito de projectos financiados ou promovidos pela FCT ou no âmbito de actividades de natureza académica da responsabilidade de instituições de Ensino Superior. Os investigadores deverão garantir que os créditos fotográficos e documentais são salvaguardados, mencionar o apoio do IMC e entregar no IMC um exemplar da cada documento produzido com recurso à documentação referida;
- Proporcionar à comunidade científica o livre acesso à base digital de imagens ARTstor nas suas instalações na Biblioteca do Museu Nacional do Azulejo;
- Quando solicitado, o IMC compromete-se a informar a FCT sobre o andamento dos trabalhos nos projectos realizados no âmbito da presente colaboração, assegurando a disponibilização de toda a informação produzida. Em todos os trabalhos será referido o apoio da FCT e dos seus mecanismos de financiamento.

1.2.16. PARCERIAS INTERNACIONAIS EM C&T DE ÂMBITO ESTRATÉGICO: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em Setembro de 2011, concluíram-se os primeiros 5 anos de execução dos contratos assinados pela FCT relativos a Parcerias Internacionais de âmbito estratégico estabelecidas com as Universidades Americanas MIT (Massachusetts Institute of Technology), CMU (Carnegie Mellon University) e UTA (University of Texas at Austin). As parcerias com a Sociedade Fraunhofer alemã (i.e., “Fraunhofer Gesellschaft”) e com a Harvard Medical School têm calendários que se prolongam para além de 2011.

Estas parcerias internacionais congregam um grande número de instituições de ensino superior e de investigação portuguesas e empresas através de projectos colaborativos de I&D e de formação avançada, assim como iniciativas para estimular a produção e difusão de novos conhecimentos e explorar novas ideias para mercados internacionais. O programa, no seu conjunto, tem tido como objectivo estratégico facilitar, estimular e reforçar redes de colaboração científica entre grupos universitários portugueses e a sua integração em redes internacionais de conhecimento de grande credibilidade e reconhecimento internacional. Permitiu ainda lançar redes temáticas de C&T e projectos de interesse estratégico para a indústria portuguesa através de programas de afiliação industrial, com ênfase nas áreas de sistemas sustentáveis de energia e transportes, engenharia de células estaminais para medicina regenerativa, sistemas avançados de produção (através do programa MIT-Portugal), tecnologias de informação e comunicação (através dos programas Carnegie Mellon-Portugal e Fraunhofer Portugal Research) e matemática e conteúdos digitais interactivos (através do programa UT Austin-Portugal).

Estas acções foram ainda complementadas com um programa de formação avançada em gestão (através do programa “Lisbon MBA”) e a criação de vários mestrados e acções para a formação de

especialistas para as empresas portuguesas (através do programa MIT-Portugal e Carnegie Mellon – Portugal), os quais têm alavancado um conjunto vasto e diversificado de relações entre as comunidades académicas e empresariais.

Na área específica da medicina foram lançadas acções concretas (sobretudo através do programa Harvard Medical School-Portugal, para além das actividades em medicina regenerativa do programa MIT-Portugal) para reforçar as actividades de investigação de translação e clínica em Portugal, assim como de estímulo à divulgação de informação médica pelas Escolas de Medicina, com impacto expectável na modernização do ensino da medicina e no apoio à difusão da cultura científica da população.

Ainda no âmbito do programa de parcerias internacionais de âmbito estratégico, foi também concluído em 2011 a primeira fase da Rede “University Technology Enterprise Network”, UTEN, a qual foi promovida desde 2006 pela FCT com o objectivo de estimular a profissionalização e internacionalização de serviços de apoio à difusão e comercialização de ciência e tecnologia em Portugal. A Rede UTEN inclui todos os principais gabinetes a nível nacional de transferência de tecnologia, incubação de novas empresas de base tecnológica, ligação à indústria e de apoio à protecção da propriedade intelectual, tendo sido particularmente lançada no âmbito do programa de cooperação com a Universidade do Texas em Austin. As actividades ao longo dos últimos anos vieram a incluir acções e iniciativas com os outros programas, designadamente com o MIT, a Universidade de Carnegie Mellon e a Sociedade Fraunhofer. De uma forma geral, o principal objetivo da Rede UTEN centrou-se na formação de peritos e profissionais em comercialização de ciência e tecnologia nas instituições científicas e académicas em Portugal, orientando-os para processos de internacionalização. Foram sobretudo desenvolvidas e estimuladas novas competências para facilitar o acesso de novas ideias a mercados emergentes, assim como a criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica com actividades de exportação nesses mercados.

A despesa pública associada especificamente com as instituições estrangeiras associadas a estas parcerias totalizou em média cerca de 17 milhões de Euros por ano, representando 3% do total da execução da FCT.

As várias parcerias internacionais promovidas pela FCT desde 2006 mereceram, quer por parte da FCT, quer pelas entidades parceiras (académicas e empresariais), um acompanhamento de proximidade e uma avaliação internacional que se distinguiram pela sua regularidade e elevada exigência científica. Identificam-se quatro níveis de coordenação, acompanhamento e avaliação, como descrito nos parágrafos seguintes:

- A **governança e supervisão** dos vários programas foi coordenada por “Conselhos de Administração”, constituídos para todos os programas, os quais foram particularmente críticos na sua condução e orientação estratégica, incluindo a implementação e validação dos concursos para projectos e bolsas e a preparação, avaliação e coordenação de projectos de desenvolvimento institucional. O Presidente da FCT coordenou todos os “Conselhos de Administração”, sendo acompanhado por um representante do MCTES.
- A **coordenação executiva de cada programa** foi conduzida por uma “Direção” (incluindo um director nacional e outro director na instituição parceira), à qual competiu a implementação e coordenação operacional de todas as actividades. Todos os directores foram nomeados pelo Presidente da FCT, sob proposta do parceiro internacional, a quem a FCT solicitou a identificação inicial de potenciais lideranças.

- A **avaliação dos vários concursos** (anuais e plurianuais) para projetos e bolsas foi conduzida por júris internacionais, cuja condução foi sempre validada ao nível dos “Conselhos de Administração”.
- A **avaliação internacional de todos os programas**, no seu conjunto, foi realizada anualmente por Comitês Externos de Avaliação (i.e., “*ERC - External Review Committees*”), constituídos para todos os programas, os quais consideraram a análise crítica dos relatórios anuais preparados pelas direcções de cada um dos programas, assim como visitas às instituições envolvidas e entrevistas presenciais a investigadores, estudantes e dirigentes académicos e empresariais. As conclusões de todos os exercícios anuais de avaliação foram tornadas públicas. Nota-se que muitos dos membros destes Comitês participaram ainda em avaliações específicas dos concursos para projectos de I&D, assim como supervisionaram os concursos anuais de atribuição de bolsas e a atribuição dos projectos de desenvolvimento institucional aprovados pelos “Conselhos de Administração”.

Para os Comitês Externos de Avaliação foram nomeados pelo Presidente da FCT cientistas da mais elevada craveira internacional, nomeadamente:

PROGRAMA MIT-PORTUGAL (“MPP”):

Áreas principais: sistemas sustentáveis de energia e transportes; engenharia de projecto e sistemas avançados de produção; sistemas de bioengenharia; sistemas de engenharia.

- Prof. Henk Sol (Chair)
University of Groningen, The Netherlands
- Prof. Roland Clift
University of Surrey, United Kingdom
- Prof. César Dopazo
Universidad de Zaragoza, Spain
- Prof. Jonathan Dordick
Rensselaer Polytechnic Institute, USA
- Prof. Nick Oliver
University of Edinburgh, United Kingdom
- Dr. Robert E Skinner Jr.
National Academies of Sciences and Engineering, USA

PROGRAMA CARNEGIE MELLON-PORTUGAL (“INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES INSTITUTE, ICTI”):

Áreas principais: tecnologias de informação e comunicação; sistemas e robótica; engenharia e políticas públicas; mudança tecnológica e empreendedorismo; matemática aplicada

- Sir John O'Reilly (Chair)
Cranfield University, United Kingdom
- Prof. Joel Moses

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

MIT, USA

- Prof. Tariq Durrani
University of Stratchclyde, United Kingdom
- Prof. David Audretsch
Indiana University, USA
- Prof. Luigia Aiello
Università di Roma, Italy

PROGRAMA UTAUSTIN- PORTUGAL (“COLLABORATORY FOR EMERGING TECHNOLOGIES, COLAB”; “UNIVERSITY TECHNOLOGY ENTREPRISE NETWIORK”, UTEN):

Áreas principais: media digital interactiva e sistemas de informação; matemática aplicada; transferência e comercialização de tecnologia;

- Prof. David W. Walker (Chair)
University of Cardiff, United Kingdom
- Prof. Josep Blat
Universitat Pompeu Fabra, Spain
- Prof. Glorianna Davenport
MIT, USA
- Dr. Bob Hodgson
Managing Director, Zernike, United Kingdom
- Prof. Benoît Perthame
École Normale Supérieure, France

PROGRAMA HARVARD MEDICAL SCHOOL- PORTUGAL

Áreas principais: investigação clínica e de translação; sistemas de informação médica.

- Prof. Fernando Lopes da Silva (Chair)
University of Amsterdam, The Netherlands
- Sir John Skehel
National Institute for Medical Research (NIMR), United Kingdom
- Prof. Alice Shih-hou Huang
California Institute of Technology, USA
- Prof. Pier Paolo Di Fiore
Medical School of the University of Milan, Italy
- Prof. K. Mike Spyer
University College London, United Kingdom

Para o acompanhamento da gestão de todos estes programas e em complemento dos gabinetes de coordenação autónoma de cada programa, a FCT implementou um “Gabinete de Gestão de Parcerias Internacionais”, que apoia o Presidente e os Conselhos de Administração das várias parcerias no acompanhamento dos vários programas no que respeita sobretudo à sua avaliação e financiamento. Este gabinete inclui 3 técnicos. O acompanhamento jurídico tem sido feito ao nível do Gabinete do MCTES.

No início de 2011, estando a chegar ao fim o período relativo aos 5 anos contratados com o MIT, a CMU e a UTA, foram solicitadas recomendações explícitas aos Comitês Externos de Avaliação sobre o potencial e interesse para a continuação destes programas. Cabia naturalmente à FCT, com base na análise dos resultados e em particular dessas recomendações, assim como das disponibilidades financeiras, decidir sobre a renegociação e renovação dos contratos. Tal decisão era premente atendendo à necessidade eventual de planear concursos para bolsas e projectos que facilitassem a continuidade aos programas em causa, assim como eventuais alterações. Nota-se que todas as recomendações foram extraordinariamente positivas e no sentido da renovação, assim como de reforço de muitas das áreas temáticas promovidas. Adicionalmente, o programa de parcerias internacionais, como instrumento de política científica, foi extraordinariamente elogiado pelos comitês internacionais, tendo sido reconhecido a sua relevância e impacto a nível internacional para a afirmação de Portugal, das instituições científicas e académicas nacionais e da comunidade científica portuguesa.

No entanto, atendendo ao processo eleitoral em curso e à eminente mudança de Governo, a FCT propôs à tutela que autorizasse uma extensão dos contratos em vigor por mais um ano, deixando a decisão de renovação para o próximo governo. A sugestão foi aceite, sendo autorizada a extensão até Agosto de 2012 dos contratos celebrados com aquelas 3 instituições americanas, assim como a evolução do seu modelo de supervisão no sentido da sua autonomia.

No âmbito estrito do planeamento inicial elaborado pela FCT e na sequência dos contactos sistemáticos com as Universidades portuguesas, designadamente através do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e da sua Comissão Executiva, bem como dos contactos entretanto estabelecidos directamente pelo CRUP com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Universidade de Carnegie Mellon (CMU) e a Universidade do Texas em Austin, (UTA), o modelo de governo e gestão das parcerias estratégicas com estas três universidades evoluiu no sentido da sua autonomia académica e científica, facilitando a efectiva concretização de redes entre instituições universitárias e de investigação.

O papel da FCT ficou centrado no co-financiamento e avaliação destas redes, cabendo ao “colectivo” das universidades portuguesas, através do CRUP e em estreita colaboração com o Conselho dos Laboratórios Associados (CLA), a sua coordenação e acompanhamento estratégico, para além da atracção do financiamento, público e privado, necessário à sua promoção e desenvolvimento. Em termos operacionais, o Presidente da FCT e o representante do MCTES foram substituídos por representantes do CRUP nos “Conselhos de Administração” dos vários programas. Deve ser notado que esta estratégia de autonomização progressiva e gradual concretizada com os programas referidos já tinha sido testada e assegurada com bastante sucesso desde a criação dos Programas “Lisbon MBA” e “Fraunhofer Portugal Research”.

Naturalmente que, neste contexto, a FCT assegurou a continuação do funcionamento de Comissões Externas de Avaliação (i.e., “*External Review Committes*”) de todos os programas, tendo por base peritos estrangeiros de grande reconhecimento internacional.

Com a entrada em funções do novo Governo e a criação do MEC em Junho de 2011, a nova tutela decidiu sujeitar as parcerias internacionais a uma nova avaliação encomendada a uma entidade externa escolhida pelo Governo, sem recorrer aos Comités de Avaliação Externa nomeados pela FCT. Foi a FCT assim informada da escolha da Academia da Finlândia para realizar esse exercício. Para apoiar esta operação, a Academia da Finlândia envolveu a empresa de consultoria Ramboll Manag. Consult. Ltd.

Os termos de referência deste exercício foram acordados entre o gabinete da Secretária de Estado da Ciência e a Academia da Finlândia. Aos serviços técnicos da FCT coube apenas a responsabilidade de disponibilizar informação e todos os elementos que entretanto foram solicitados pela tutela. Os termos de referência da avaliação estabeleceram as responsabilidades da Academia da Finlândia (nomeadamente, convidar um painel de avaliação em consulta com o Governo), assim como da empresa de consultoria envolvida no processo (designadamente a produção de resumos e revisão dos relatórios e outros materiais produzidos pelos três programas, para serem presentes a um Painel de avaliação, assim como discussão com o Governo da primeira versão do relatório com conclusões preliminares). O processo previa ainda a apresentação do relatório final em Dezembro de 2011, não tendo a FCT sido entretanto informada sobre a sua eventual conclusão.

1.3. A FCT

A MISSÃO DA FCT

“A FCT, I. P., tem por missão o desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infra-estruturas, equipamentos científicos, programas, projectos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional”.

AS ATRIBUIÇÕES DA FCT

- a) Promover e apoiar a realização de programas e projectos, nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- b) Promover e apoiar a investigação, desenvolvimento e inovação empresarial em áreas chave e a participação de empresas portuguesas e de associações empresariais em programas e projectos internacionais;
- c) Financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução, bem como financiar ou co-financiar acções de formação e qualificação de investigadores, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo no País e no estrangeiro e de subsídios de investigação;
- d) Promover e apoiar a criação e modernização de infra-estruturas de apoio às actividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;
- e) Celebrar contratos-programa ou protocolos e atribuir subsídios a instituições que promovam ou se dediquem à investigação científica ou ao desenvolvimento tecnológico;
- f) Avaliar a actividade da ciência e da tecnologia nacional sob todas as suas formas;
- g) Promover a cultura científica e tecnológica e a difusão e a divulgação do conhecimento científico e técnico e do ensino da ciência e da tecnologia;
- h) Promover a transferência de conhecimento a nível nacional e internacional, designadamente através da concessão de subsídios a conferências, colóquios, jornadas, seminários, encontros e, em geral, quaisquer projectos, programas ou eventos de interesse científico ou tecnológico, bem como da concessão de apoio financeiro a publicações científicas;

- i) Promover e apoiar a participação da comunidade científica, tecnológica e de inovação nacional em projectos internacionais relevantes, quer em termos de criação, absorção e difusão de conhecimento, quer propiciadoras do acesso a equipamentos científicos altamente sofisticados;
- j) Assegurar a cooperação internacional nos domínios da ciência e da tecnologia, sem prejuízo da coordenação exercida pelo Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- k) Assegurar a inventariação, gestão e preservação do património científico e tecnológico nacional;
- l) Propor ao membro do Governo responsável pela área da ciência, tecnologia e ensino superior o reconhecimento da actividade de entidades públicas ou privadas como de interesse científico ou tecnológico.”

Em 2010 foi definido o mapa estratégico da organização, integrando a Missão, nos termos já referidos, a Visão, os Valores e os Objectivos estratégicos.

Na sua **VISÃO**, a FCT aspira ser, não só uma instituição de referência nacional, como afirmar-se ao nível europeu e internacional enquanto agência pública de avaliação, financiamento, acompanhamento e promoção da ciência e da tecnologia, correspondendo às necessidades e expectativas da comunidade científica e da sociedade portuguesa e europeia.

Os **VALORES** reflectem-se nas acções da FCT e pautam-se em geral por princípios culturais, éticos e intelectuais, de rigor na aplicação dos fundos públicos, de independência e transparência nos processos de decisão, de repúdio pela discriminação nas suas várias formas, e suportam-se numa cultura organizacional de responsabilização.

Decorrente da implementação da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Setembro, foi também definido o **QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2011**, um documento que recolhe os compromissos da instituição em termos de objectivos estratégicos e operacionais com determinadas metas e indicadores e de que apresentará resultados no final do ciclo de gestão. Do confronto entre os objectivos assumidos e os resultados alcançados resultou a avaliação do desempenho dos serviços suportado pelo Relatório de Auto-avaliação. Na definição dos objectivos, prevalece o alinhamento com as políticas sectoriais, com a carta de missão do dirigente máximo e com o mapa estratégico.

O QUAR de 2011 encontra-se disponível no sítio da FCT na internet.

Ver <http://www.fct.pt/QUAR/QUAR2011.pdf>

OS ÓRGÃOS DA FCT

O D.L. nº 152/2007, de 27 de Abril estabeleceu os seguintes órgãos na FCT:

Conselho Directivo, composto por um Presidente e dois vogais.

Conselho Coordenador: órgão colegial plenário, de articulação transversal;

Conselhos Científicos: em número de quatro, têm natureza consultiva e de apoio à actividade;

Fiscal Único: Tem as suas competências e é nomeado nos termos previstos na Lei N.O. 3/2004, de 15 de Janeiro.

O MODELO ORGANIZACIONAL DA FCT

A organização interna dos serviços da FCT obedece a um modelo misto, de estrutura matricial e estrutura hierarquizada.

De notar que, da derrogação da orgânica anterior da FCT, constante do Decreto-Lei nº 188/97, de 28 de Julho, resulta a manutenção do nº 2 do artº 11º e o artº 30º, este último referente ao funcionamento de **equipas de projecto**.

A estrutura hierarquizada da FCT integra cinco unidades operacionais, a saber:

- Departamento de Gestão e Administração (DGA)
- Divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGA/dor)
- Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRH)
- Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT)
- Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT)
- Departamento das Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM).

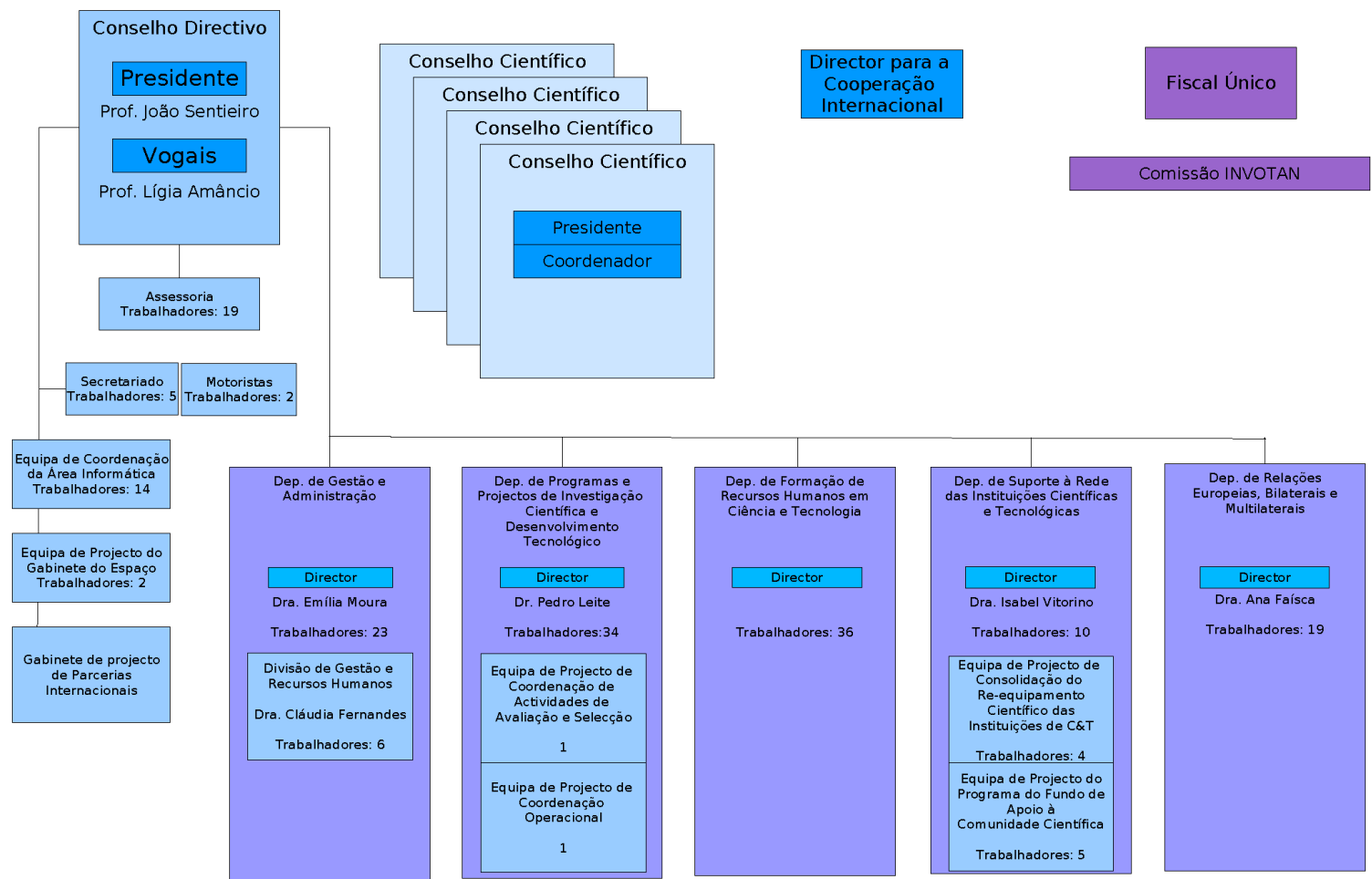
As competências e atribuições das unidades funcionais da FCT encontram-se definidas nos respectivos Estatutos, aprovados pela já referida Portaria nº 550/2007 e pelo Despacho nº 21530/2009, de 24 de Setembro.

A actividade da FCT desenvolve-se segundo uma lógica de gestão por objectivos.

A seguir, a Figura 21 apresenta o **organograma** que traduz a organização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2011.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Organograma

Membros do Conselho Coordenador



Fonte; DGRH, Dezembro 2011

FIGURA 21 - ORGANOGAMA DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA EM 2011

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO AS PRINCIPAIS LINHAS DE ACTUAÇÃO DA FCT

2.1. REFORÇO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

2.1.1. BOLSAS

Durante o ano de 2011, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano POPH do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (Portugal 2007-2013), e do Programa de Formação Avançada de Recursos Humanos (FARH), Programa de fundos exclusivamente nacionais, decorreram várias acções de formação destinadas a Doutores, Mestres, Licenciados ou Técnicos nelas envolvidos, de acordo com os requisitos pré-definidos nos Programas e nos respectivos Regulamentos para cada tipo de bolsa, tendo a formação sido realizada por Instituições nacionais ou estrangeiras onde decorreram as actividades de investigação, nomeadamente Instituições do Ensino Superior Universitário ou Politécnico, Laboratórios Associados, Laboratórios de Estado, Unidades de I&D, Instituições privadas sem fins lucrativos, empresas ou organismos públicos que desenvolvam actividades de I&D

Os concursos foram divulgados através de editais publicados na Internet, nos quais eram indicadas as condições de acesso.

Durante o ano de 2011 estiveram abertos em permanência os concursos para Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE), Bolsas de Licença Sabática (BSAB) e Apoio à Execução Gráfica de Teses de Doutoramento e obtenção de Certificados do Grau de Doutor (PAEGTD).

Ver <http://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt>

Durante o ano de 2011 continuaram a ser financiadas sete bolsas atribuídas anteriormente através dos concursos abertos em 2007 e em 2009 no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para Bolsas de Mestrado (BM), de Doutoramento (BD), de Pós-Doutoramento (BPD) e de Licença Sabática (BSAB) nas áreas das Ciências Biológicas, do Mar, do Ambiente e da Saúde, com o intuito de promover a mobilidade entre Portugal e os países da EEA/EFTA – Islândia, Liechtenstein ou Noruega. Em 2011 foram financiadas 5 BD e 2 BPD.

Em 2011 continuaram a ser financiadas 5 BD atribuídas a estudantes Luso-Venezuelanos no âmbito do Concurso aberto para o efeito.

Ainda no âmbito do Concurso para Formação Avançada em Investigação Clínica para Internos – Doutorandos, no âmbito de um protocolo de colaboração com o Ministério da Saúde, foram financiados 29 Médicos do Internato de Especialidade.

Ver <http://www.fct.pt/apoios/intdoutorando/index.phtml.pt>

Durante o ano de 2011 foi aberto um concurso a nível nacional, em todas as áreas científicas, para Doutoramentos e para Pós-Doutoramentos.

Ver <http://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/individuais2011.phtml.pt>

O período de candidatura decorreu entre 3 de Maio e 27 de Junho de 2011, apenas com um ciclo de avaliação.

As bolsas aprovadas, cujos candidatos obtivessem o grau académico exigido para o tipo de bolsa em causa, poderiam ter início em data a definir, mas nunca anterior a 1 de Outubro de 2011, desde que a data de obtenção do grau não fosse posterior a 30 de Setembro; as bolsas aprovadas, cujos candidatos apenas obtivessem o grau académico exigido entre 1 de Outubro a 31 de Dezembro, poderiam ter início em data a definir, mas nunca anterior a 1 de Janeiro de 2012.

Cada candidato poderia apenas candidatar-se a uma única área científica.

Neste concurso foram submetidas e lacradas 5283 candidaturas, que foram submetidas a avaliação das quais 3774 a BD e 1509 a BPD. Todos estes processos de candidatura foram avaliados entre 18 de Julho e 28 de Julho.

Tendo em conta a área científica indicada pelos candidatos, foram constituídos Painéis de Avaliação, um para cada uma das 36 áreas científicas.

Após análise da constituição dos Painéis de Avaliação de concursos anteriores, os Conselhos Científicos apresentaram uma proposta de reformulação dos mesmos tendo sempre presente a distribuição geográfica e as várias linhas de investigação dentro de cada área científica.

Esses [Painéis de Avaliação](#) foram constituídos por Professores Universitários, peritos nas respectivas áreas científicas, que foram expressamente convidados para neles participarem. O número de investigadores convidados rondou os 400.

A constituição dos Painéis de Avaliação de cada uma das áreas científicas bem como os Currícula disponibilizados pelos avaliadores estão disponíveis.

Ver <http://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/paineis.phtml.pt?idc=28&idav=37>

Os critérios definidos para a avaliação das candidaturas foram, de acordo com o Regulamento, os méritos do candidato, do programa de trabalhos e das condições de acolhimento. A cada um dos avaliadores foi dado acesso a um Guião de Avaliação.

Ver <http://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/guiao2011.phtml.pt>

Neste concurso (ainda sem as bolsas a conceder em Recurso) as taxas de concessão foram as seguintes:

BD	36,51%	1378 bolsas
BPD	44,20%	667 bolsas
Total	38,71%	2045 bolsas

O número de candidaturas, de bolsas concedidas e as taxas de concessão por área científica encontram-se nos quadros seguintes.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

ÁREA CIENTÍFICA	BOLSAS DE DOUTORAMENTO						
	Linha de Corte	Cand.submetidas	Bolsas Concedidas	%	País	Mistas	Estrangeiro
Matemática	3,870	41	11	26,83%	7	2	2
Física	4,150	72	30	41,67%	15	4	11
Química	4,160	113	42	37,17%	33	7	2
Ciências Biológicas	4,240	154	60	38,96%	29	22	9
Ciências da Terra e do Espaço	3,790	63	25	39,68%	14	6	5
Ciências do Mar	3,900	81	32	39,51%	16	16	0
Ciências do Ambiente	4,000	138	57	41,30%	36	19	2
Ciências Agrárias e Florestais	4,000	125	41	32,80%	26	13	2
Ciência Animal e Ciências Veterinárias	3,900	53	22	41,51%	11	10	1
Ciências da Saúde	3,900	377	165	43,77%	92	54	19
Ciências do Desporto	3,900	85	26	30,59%	21	5	0
Ciências e Engenharia de Materiais	3,900	113	41	36,28%	32	8	1
Engenharia Mecânica	3,700	101	38	37,62%	24	9	5
Engenharia Civil e de Minas	3,910	129	43	33,33%	35	6	2
Engenharia Química	4,000	47	18	38,30%	14	3	1
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	4,450	78	32	41,03%	19	12	1
Engenharia Electrotécnica e Informática	3,950	331	121	36,56%	98	20	3
Economia e Gestão	3,700	135	40	29,63%	24	4	12
Ciências Jurídicas	3,750	66	26	39,39%	18	1	7
Ciência Política	4,100	75	22	29,33%	15	2	5
Sociologia e Demografia	4,000	134	43	32,09%	33	6	4
Antropologia	3,800	44	16	36,36%	6	7	3
Geografia	4,000	55	20	36,36%	15	3	2
Psicologia	3,950	223	78	34,98%	58	12	8
Ciências da Comunicação	4,000	99	28	28,28%	24	4	0
Linguística	3,950	33	11	33,33%	7	3	1
Ciências da Educação	4,300	144	39	27,08%	25	10	4
Arquitetura, Urbanismo e Design	4,000	185	71	38,38%	55	9	7
História e Arqueologia	4,100	126	49	38,89%	34	9	6
História da Ciência	3,500	11	5	45,45%	5	0	0
Filosofia	3,940	61	24	39,34%	16	3	5
Estudos Literários	4,100	60	23	38,33%	15	4	4
Estudos Artísticos	4,700	177	55	31,07%	27	12	16
Estudos Africanos	3,850	13	6	46,15%	4	2	0
PACT - Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia	3,700	9	5	55,56%	4	1	0
Museologia, Conservação e Restauro	4,000	23	13	56,52%	12	1	0
TOTAIS		3774	1378	36,51%	919	309	150

QUADRO Nº.: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO

ÁREA CIENTÍFICA	BOLSAS DE PÓS-DOUTORAMENTO						
	Linha de Corte	Candidaturas submetidas	Bolsas Concedidas	%	País	Mistas	Estrangeiro
Matemática	4,820	31	16	51,61%	13	2	1
Física	4,320	89	40	44,94%	37	2	1
Química	4,610	123	51	41,46%	47	4	0
Ciências Biológicas	4,430	131	59	45,04%	50	4	5
Ciências da Terra e do Espaço	3,740	46	18	39,13%	14	4	0
Ciências do Mar	3,870	57	25	43,86%	16	9	0
Ciências do Ambiente	4,650	75	34	45,33%	24	10	0
Ciências Agrárias e Florestais	4,250	68	32	47,06%	24	8	0
Ciência Animal e Ciências Veterinárias	3,600	16	7	43,75%	3	4	0
Ciências da Saúde	4,250	160	70	43,75%	57	8	5
Ciências do Desporto	4,270	13	5	38,46%	4	1	0
Ciências e Engenharia de Materiais	4,160	97	37	38,14%	34	3	0
Engenharia Mecânica	3,800	46	22	47,83%	20	1	1
Engenharia Civil e de Minas	4,060	21	8	38,10%	4	4	0
Engenharia Química	4,380	27	12	44,44%	11	1	0
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	4,600	56	23	41,07%	17	6	0
Engenharia Electrotécnica e Informática	4,200	49	22	44,90%	20	2	0
Economia e Gestão	3,900	16	7	43,75%	3	1	3
Ciências Jurídicas	3,850	6	3	50,00%	2	1	0
Ciência Política	4,700	18	6	33,33%	4	2	0
Sociologia e Demografia	4,200	47	23	48,94%	13	9	1
Antropologia	4,200	20	12	60,00%	7	5	0
Geografia	4,340	11	6	54,55%	4	2	0
Psicologia	4,200	48	25	52,08%	16	9	0
Ciências da Comunicação	4,000	14	6	42,86%	3	3	0
Linguística	4,000	11	5	45,45%	4	0	1
Ciências da Educação	4,000	31	9	29,03%	8	1	0
Arquitectura, Urbanismo e Design	4,200	13	6	46,15%	4	2	0
História e Arqueologia	4,350	44	21	47,73%	17	4	0
História da Ciência	3,800	7	4	57,14%	1	3	0
Filosofia	4,000	29	12	41,38%	10	2	0
Estudos Literários	4,150	22	10	45,45%	8	2	0
Estudos Artísticos	4,730	32	16	50,00%	13	2	1
Estudos Africanos	4,200	11	5	45,45%	2	3	0
PACT - Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia	4,000	13	5	38,46%	5	0	0
Museologia, Conservação e Restauro	4,250	11	5	45,45%	5	0	0
TOTAIS		1509	667	44,20%	524	124	19

QUADRO Nº.: 2 - BOLSAS DE PÓS-DOUTORAMENTO

Destas bolsas, as elegíveis no âmbito do POPH do QREN, serão financiadas por aquele Programa. As restantes serão financiadas pelo PIDDAC nacional – Programa FARH.

O impacto financeiro destas bolsas apenas em 2012 se fará sentir, já que foi decidido que nenhuma bolsa poderia ter início em data anterior a 1 de Janeiro de 2012. Sendo assim a grande maioria das bolsas financiadas em 2011 resulta de atribuições em concursos anteriores, já que, na generalidade, as suas durações são plurianuais.

O Regulamento aplicável a estas bolsas está disponível no sítio Web da FCT

Ver <http://www.fct.pt/apoios/bolsas/regulamento.phtml.pt>

Assim em 2011 foram financiadas no âmbito dos vários Programas de Financiamento 11 545 bolsas (8 675 BD, 13 BM, 2 275 BPD e 582 bolsas dos restantes tipos). Destas 11 545 bolsas, 7 422 foram para o País, 1 344 para o estrangeiro e 2 779 mistas. O montante dos pagamentos efectuados em 2011 directamente a todos estes bolseiros totalizou cerca de 146 M€.

Nestas bolsas estão incluídas ainda algumas bolsas que transitaram do QCA III, as bolsas dos concursos abertos em permanência, bem como as bolsas atribuídas pela Agência de Inovação no âmbito dos seus vários concursos (CERN, ESA e ESO), as bolsas atribuídas no âmbito dos Programas Gulbenkian de Doutoramento em Biologia Computacional, em Biomedicina Integrativa e em Neurociências, do Programa GABBA da Universidade do Porto e do Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho e as bolsas atribuídas no âmbito das Parcerias Internacionais - Programas MIT – Portugal, CMU – Portugal e UT Austin – Portugal.

Foram ainda efectuados os pagamentos de subsídios ao Programa GABBA da Universidade do Porto e ao Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, no valor respectivamente de 50 000 € e de 35 000 €, que se destinam à gestão destes Programas para formação de doutorandos.

Foram também pagos os Custos de Formação – inscrição, matrícula e propinas – devidos às instituições nacionais que conferem os graus de Mestre ou de Doutor aos bolseiros. Os montantes pagos ascenderam a 17 M€. Este valor inclui os do ano anterior no montante de 2,1 M€ que por dificuldades orçamentais tiveram de deslizar para 2011.

Foram ainda efectuados pagamentos relativos aos custos das Avaliações e do Seguro de Acidentes Pessoais que abrange obrigatoriamente todos os bolseiros.

Todos os pagamentos efectuados no âmbito de cada bolsa são determinados pela aplicação dos Regulamentos e do Estatuto do Bolseiro.

O acompanhamento e controlo das acções faz-se através dos seguintes mecanismos:

- Verificação da elegibilidade do formando;
- Verificação dos documentos comprovativos da formação anterior, necessária à aceitação na acção;
- Verificação da aceitação do formando por parte da entidade responsável pela formação;
- Exames dos relatórios de actividades e certificados oficiais comprovativos das diversas operações, incluindo pareceres dos investigadores directamente responsáveis pela formação.

A avaliação das acções processa-se a diversos níveis e é feita pelos orientadores científicos dos formandos e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A avaliação do progresso dos formandos é feita pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia tomando como base os relatórios de progresso, as informações dos seus orientadores científicos e os certificados oficiais de aproveitamento. Esta avaliação é peça determinante na renovação da bolsa no final de cada um dos períodos. Se a avaliação for negativa, a bolsa não é renovada no final do período em questão.

Todos os pagamentos aos bolsеiros são efectuados, pelo menos, uma vez por mês por transferência bancária, via “home banking”, das contas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na Direcção Geral do Tesouro para as contas pessoais de cada um deles. Essa transferência efectua-se no último dia do mês de modo a que a quantia devida a cada bolsеiro possa estar na conta respectiva no primeiro dia útil do mês a que o pagamento respeita.

Considerando os 12 meses de cada ano e a totalidade dos pagamentos efectuados directamente aos bolsеiros em 2011, o valor mensal em média anual dos pagamentos foi o seguinte: $146 \text{ M€}/12 = 12,16 \text{ M€}$ por mês.

UM COMPROMISSO COM A CIÊNCIA PARA O FUTURO DE PORTUGAL

Neste documento eram assumidas cinco grandes orientações, uma das quais era “Apostar nos Recursos Humanos e na Cultura Científica e Tecnológica”. Para a concretização destas orientações era anunciada a seguinte medida: “Aumento em 60% do número de novas bolsas de doutoramento financiadas por ano”.

A evolução do número de bolsas financiadas de 2006 a 2011 é a indicada em seguida:

- Em 2006 foram financiadas 6 035 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos;
- Em 2007 foram financiadas 7 341 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos;
- Em 2008 foram financiadas 8 662 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos;
- Em 2009 foram financiadas 9 682 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos;
- Em 2010 foram financiadas 10 680 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos;
- Em 2011 foram financiadas 10 950 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos.

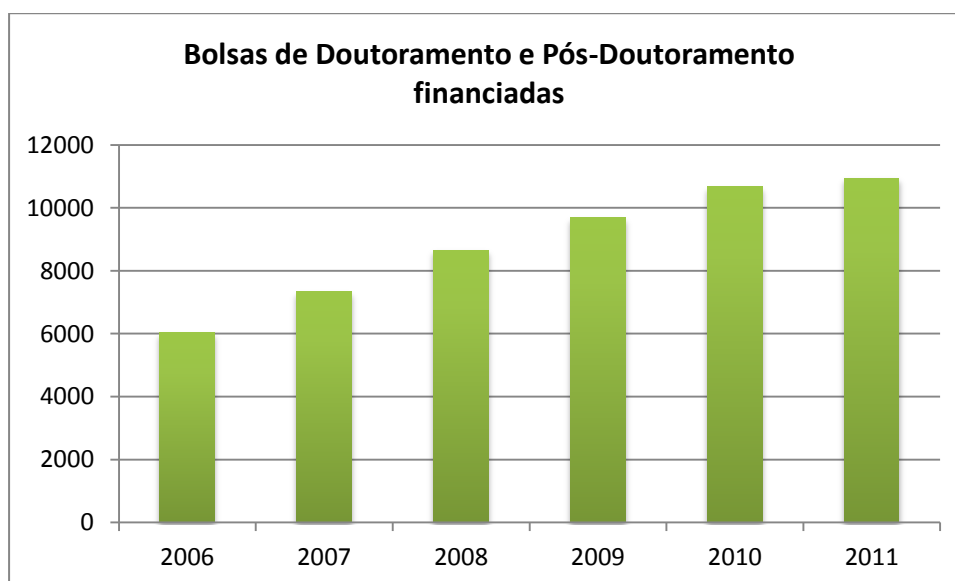


FIGURA 22 – BOLSAS FINANCIADAS DE 2006 A 2011

Pode constatar-se que de 2006 para 2011 houve um aumento de 4 915 bolsas de doutoramento e de Pós-Doutoramentos, ou seja, um aumento de 81,44 % relativamente aos valores de 2006.

2.1.2. ESTÍMULO À INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DOUTORADOS NO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

A convergência do número de investigadores (ETI) em relação à população activa em Portugal com a média europeia, foi acompanhada por políticas pró-activas no domínio do emprego científico que visam o reforço das oportunidades de emprego existentes bem como a criação de mecanismos de atracção e inserção profissional de investigadores doutorados.

Neste âmbito, durante o ano de 2011, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, prosseguiu no estímulo à inserção profissional de doutorados no Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Para tal contou com três programas de apoio: Cátedras Convidadas, Contratação de Doutorados para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o Welcome II.

CÁTEDRAS CONVIDADAS

A criação de Cátedras convidadas tem como objectivo atrair para Portugal investigadores de elevado reconhecimento internacional e consequentemente apoiar as instituições no seu esforço de internacionalização e no estabelecimento de parcerias.

Tendo o primeiro contrato-programa, após homologação do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sido celebrado em 2009, durante o ano de 2011 prosseguiu-se a celebração dos respectivos memorandos de entendimento e contratos-programa.

Os encargos associados a este programa no ano de 2011, ascenderam a 0,1 M€.

As cátedras constantes da tabela seguinte foram, até à presente data, autorizadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia:

Designação da Cátedra	Área de Investigação	Entidade Proponente	Entidades participantes
Cátedra BES - Biodiversidade	Biodiversidade	Universidade do Porto	BES
Cátedra “Rui Nabeiro”	Biodiversidade	Universidade de Évora	Delta Cafés
Cátedra EDP-Biodiversidade	Biodiversidade	Universidade do Porto	EDP - Energias de Portugal
Cátedra em Políticas Públicas e Sociais	Políticas Públicas e Sociais	ISCTE - IUL	Instituto de Emprego e Formação Profissional IP; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Cátedra em Teoria das Cordas	Teoria das Cordas	Instituto Superior Técnico	
Cátedra Odebrecht - Capistrano de Abreu	História do Brasil e Portugal	Universidade do Algarve	Fundação Odebrecht
Cátedra REFER - Biodiversidade	Biodiversidade	Universidade do Porto	REFER
Cátedra Santander	Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Banco Santander Totta, SA

TABELA Nº. 5 – CÁTEDRAS CONVIDADAS/CONTRATAÇÃO DE DOUTORADOS PARA O SCTN

Conforme definido no “Compromisso com a Ciência”, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, durante o ano de 2011, continuou a apoiar o reforço da massa crítica das instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional - SCTN através do financiamento de mais do que 1000 investigadores doutorados.

Para tal, o programa Contratação de Doutorados para o SCTN, que se iniciou em Julho de 2006, através do lançamento do concurso público para a celebração de contratos-programa com

instituições do SCTN, permitiu, de acordo com as recomendações do [Código de Conduta para o Recrutamento de investigadores da Comissão Europeia](#), a celebração de mais do que mil contratos individuais de trabalho.

Ver <http://www.europa.eu.int/eracareers/europeancharter>

No âmbito da implementação dos procedimentos inerentes ao Programa em análise e nos termos do Quadro de Referência Estratégico Nacional, Programa Operacional Potencial Humano, Tipologia 4.2 – Promover o Emprego Científico, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia é o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas – OREPP.

FINANCIAMENTO DOS CONTRATOS-PROGRAMA EM EXECUÇÃO

Durante o ano de 2011 foram financiados 1216 contratos individuais de trabalho, cuja distribuição pela região onde a sede da instituição proponente se localiza é a seguinte:

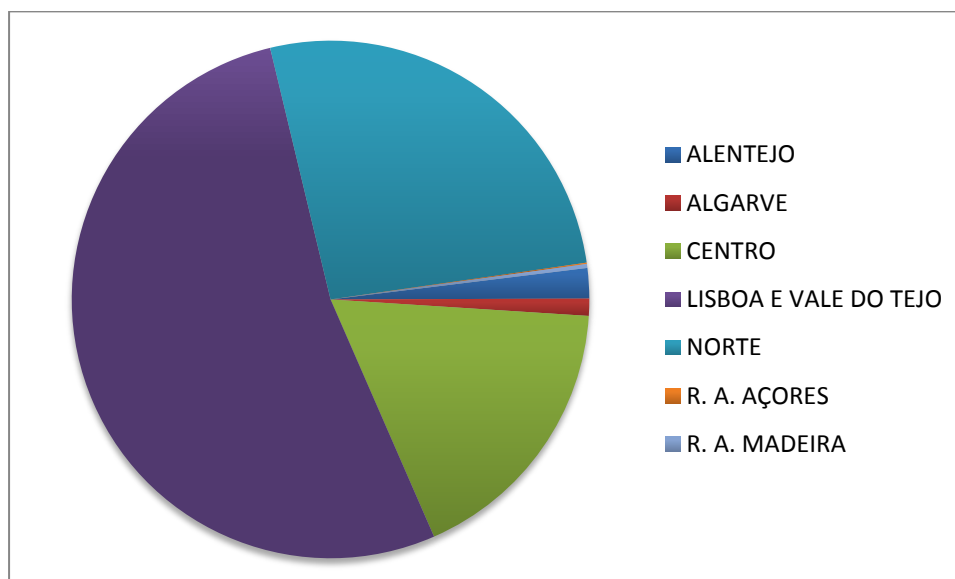


FIGURA 23 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO³ DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Quanto ao domínio científico temos a seguinte afectação:

³ As regiões identificadas correspondem às unidades de nível II da NUTS.

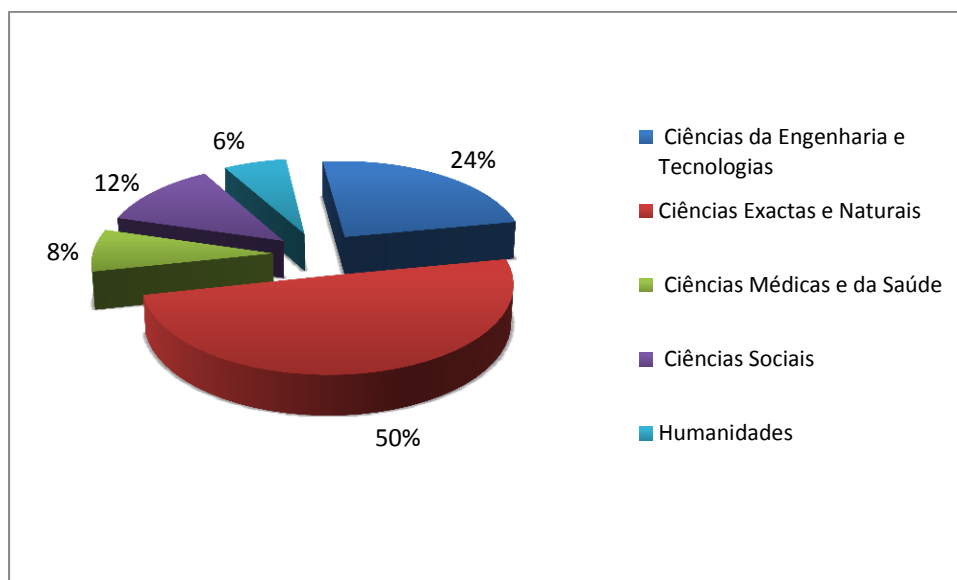


FIGURA 24 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO⁴

Quanto ao sexo predomina o masculino com 56% do total dos investigadores financiados durante o ano de 2011.

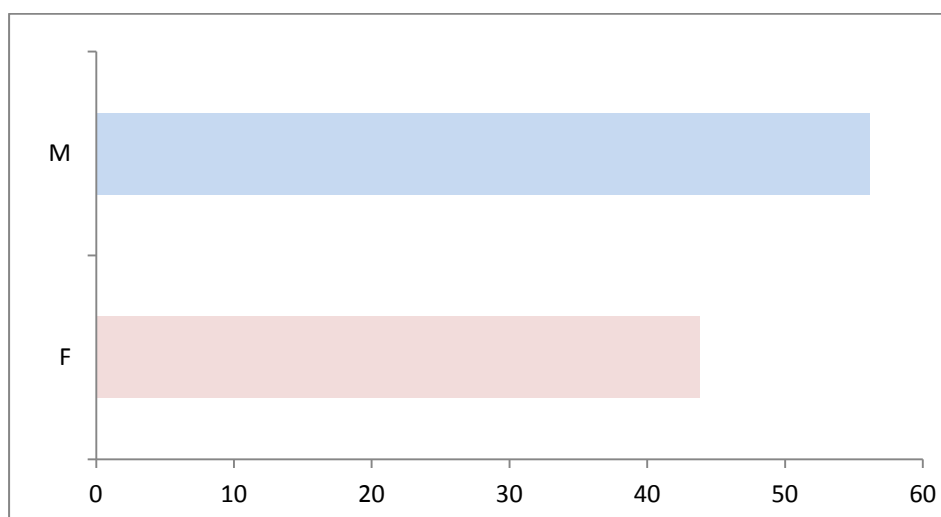


FIGURA 25 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR SEXO

A repartição por grupo etário permite aferir que predominam os investigadores cuja idade está compreendida entre os 35 e os 40 anos.

⁴ De acordo com a classificação FOS do Manual de Frascati / OCDE (revisão de Fevereiro de 2007).

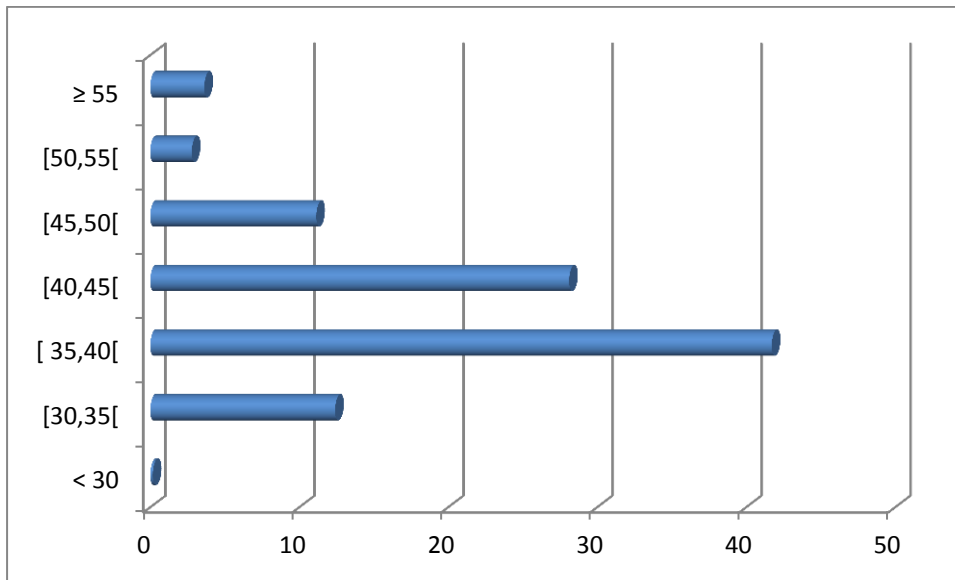


FIGURA 26 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR ESCALÃO ETÁRIO

O Financiamento dos 1216 contratos individuais de trabalho representou um esforço financeiro de 55 milhões de euros.

A distribuição dos encargos financeiros pela região onde a sede da instituição proponente se localiza permite a seguinte afectação:

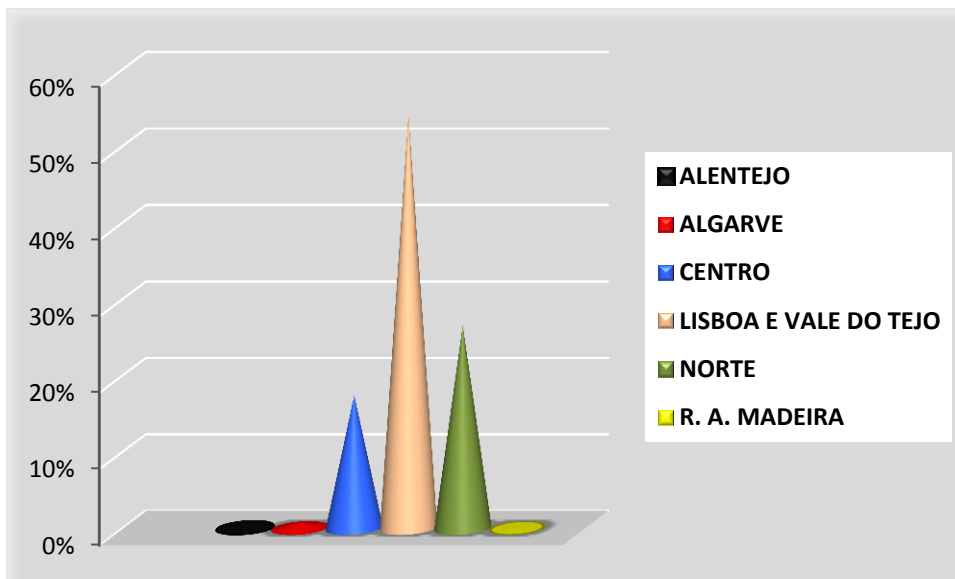


FIGURA 27 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES FINANCIADOS

No que concerne à tipologia das instituições de acolhimento, 61% dos lugares financiados estão afectos a investigadores que desenvolvem as suas actividades em unidades de I&D acreditadas pela Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 29% a Laboratórios Associados, 9% a Laboratórios de Estado e finalmente aproximadamente 1% a outras entidades, como se poderá constatar no gráfico seguinte:

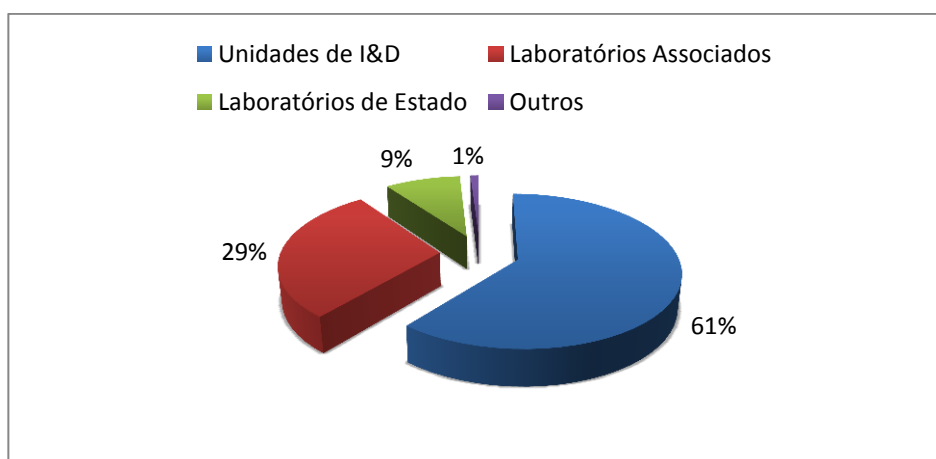


FIGURA 28 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR TIPOLOGIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

WELCOME II

O Programa Welcome II, co-financiado pelo 7º Programa Quadro, tem como objectivo a inserção profissional de doutorados europeus⁵ que pretendendo vir a trabalhar em instituições de investigação em Portugal tenham estado a trabalhar por um período igual ou superior a três anos em países terceiros.

No primeiro concurso, que decorreu entre 15 de Dezembro de 2010 e 14 de Março de 2011, foram lacradas 67 candidaturas, de 11 nacionalidades distintas, em que predominaram as ciências biológicas com 21 ou seja quase 1/3 das candidaturas submetidas. A repartição por área científica e por instituição de acolhimento encontra-se na tabela seguinte.

⁵ Que possuam nacionalidade de um dos Estados Membros da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia) ou de um dos Países Associados do 7º Programa Quadro (Albânia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Islândia, Israel, Liechtenstein, Montenegro, Noruega, República da Macedónia, Servia, Suíça e Turquia).

Área Científica Principal	Área Científica Secundária	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	Nº de Candidaturas
1a. Natural Sciences - Exact	1.1 Mathematics	Centro de Matemática da Universidade do Porto	1
		Centro de Álgebra da Universidade de Lisboa	1
		Centro de Matemática - CMAT	1
		Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica - CEMAPRE	1
	1.2 Computer and information sciences	INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: I&D em Lisboa	1
		INESC Porto - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto	1
	1.3 Physical sciences	Centro de Física do Porto	2
		Centro de Astrofísica da Universidade do Porto	2
		Centro de Física da Universidade do Minho	1
		Centro Multidisciplinar de Astrofísica - CENTRA	2
		Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas - LIP	1
		Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação	1
	1.4 Chemical sciences	REQUIMTE - Laboratório Associado para a Química Verde	1
		Centro de Investigação em Química da Universidade do Porto	1
1b. Natural Sciences - Natural	1.5 Earth and related environmental sciences	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM)	1
	1.6 Biological sciences	Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto Gulbenkian de Ciência	4
		Instituto de Tecnologia Química e Biológica	1
		REQUIMTE - Laboratório Associado para a Química Verde	1
		Centro de Biologia Ambiental	1
		Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais	1
		Instituto de Medicina Molecular - IMM	4
		Centro de Neurociências e Biologia Celular	1
		IBMC.INEB	2
		Centro de Oceanografia	1
		Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta	1
		Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud (FC)	2
		Center for Biodiversity Functional and Integrative Genomics	1
	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP)	1	
2. Engineering and Technology	2.2 Electrical engineering, electronic engineering, information engineering	CENTRO ALGORITMI	1
		Instituto de Sistemas e Robótica - ISR - Lisboa	1
	2.3 Mechanical engineering	Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação	1
	2.4 Chemical engineering	Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta	1
	2.7 Environmental engineering	CERENA - Centro de Recursos Naturais e Ambiente	1
	2.10 Nano-technology	REQUIMTE - Laboratório Associado para a Química Verde	1
	2.11 Other engineering and technologies	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.	1
3. Medical and Health Sciences	3.1 Basic medicine	Instituto de Medicina Molecular - IMM	1
	3.3 Health sciences	Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto Gulbenkian de Ciência	2
		Centro de Patogénese Molecular - Unidade de Retrovírus e Infecções Associadas	1
		Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia	2
	3.5 Other medical sciences	Instituto de Medicina Molecular - IMM	1
5. Social Sciences	5.1 Psychology	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	1
		Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social	1
	5.2 Economics and business	CEFUP - Centro de Economia e Finanças	2
		Centro de Sistemas Urbanos e Regionais - CESUR	1
		Unidade de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais - UNICEE	2
	5.4 Sociology	Centro de Estudos Africanos	1
		Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais	1
	5.6 Political Science	Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto Gulbenkian de Ciência	1
	5.7 Social and economic geography	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa	1
5.9 Other social sciences	Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)	1	
	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia	1	
6. Humanities	6.1 History and archaeology	Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação	1
Total			67

TABELA Nº. 6-- Nº DE CANDIDATURAS POR INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E POR ÁREA CIENTÍFICA

Após a avaliação internacional e a homologação a 28 de Julho de 2011, foram aprovados 51 contratos que deram lugar à celebração de 30 contratos-programa. Nos termos do código do procedimento administrativo, há, ainda, a adicionar os 8 lugares atribuídos no âmbito da audiência prévia e do período de recurso, o que perfaz o total de 59 contratos. Tendo, 16 candidatos apresentado a sua desistência, restam 43 lugares válidos, cuja distribuição por instituição proponente consta na tabela seguinte

Instituição Proponente	Nº de Lugares	%
Centro de Astrofísica da Universidade do Porto	1	2
Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica	1	2
Centro de Neurociências e Biologia Celular	1	2
Centro em Rede de Investigação em Antropologia - CRIA	1	2
EGP - University of Porto Business School	1	2
Faculdade de Ciências - U. Porto	2	5
Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNL	2	5
Faculdade de Economia - U. Porto	1	2
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa	1	2
Fundação Calouste Gulbenkian	5	12
Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	2	5
Instituto de Biologia Molecular e Celular	2	5
Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares - Porto	1	2
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	2	5
Instituto de Medicina Molecular	4	9
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	1	2
Instituto Superior Técnico	4	9
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	2	5
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.	1	2
Universidade Católica Portuguesa	2	5
Universidade de Aveiro	1	2
Universidade de Coimbra	1	2
Universidade de Lisboa	1	2
Universidade do Algarve	1	2
Universidade do Minho	2	5
Total	43	100

TABELA Nº. 7– Nº DE LUGARES VÁLIDOS POR INSTITUIÇÃO PROPONENTE

A distribuição pela região onde a sede da instituição proponente se localiza é a seguinte:

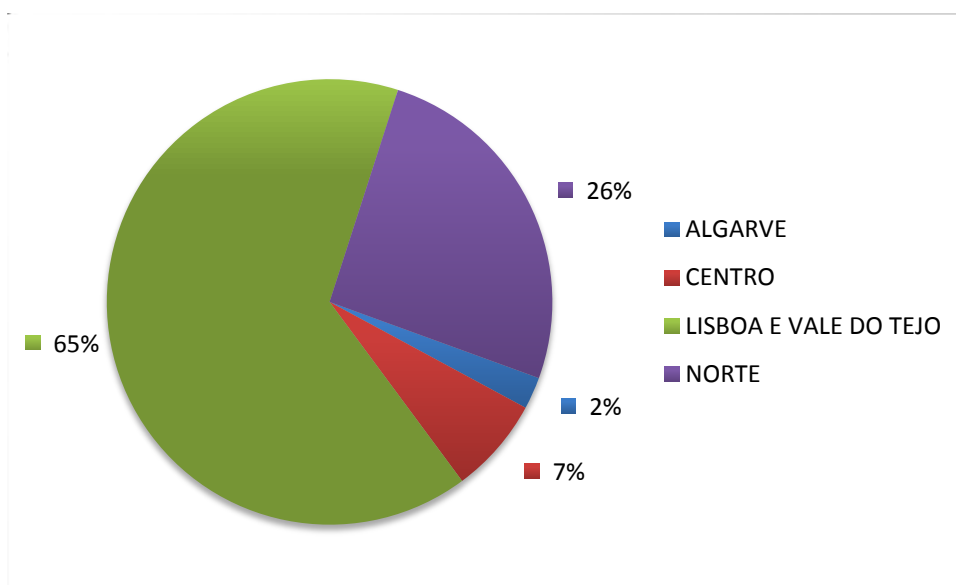


FIGURA 29 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO⁶ DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Relativamente à nacionalidade, o programa Welcome II conseguiu inserir no Sistema Científico e Tecnológico Nacional investigadores de 7 nacionalidades, para além da portuguesa, nomeadamente 6 provenientes do Reino Unido. A repartição pela nacionalidade dos investigadores contratados ou a contratar é a seguinte:

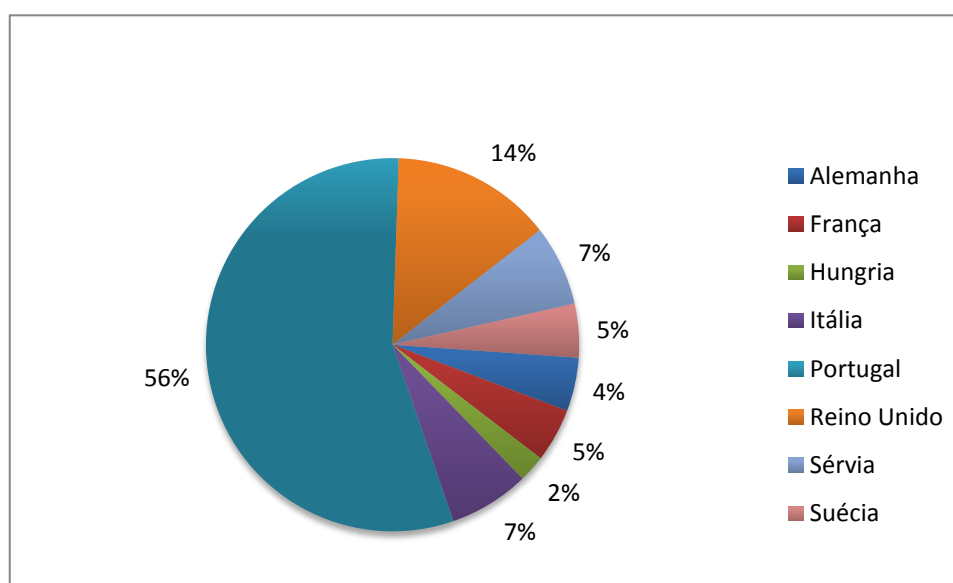


FIGURA 30 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS QUANTO À NACIONALIDADE DOS INVESTIGADORES

Dos 43 lugares atribuídos, as instituições proponentes procederam à celebração e ao envio para a FCT da cópia autenticada de 35 contratos, dos quais 21 tiveram início em 2011 e cujo financiamento ascendeu a 0,73M€.

⁶ As regiões identificadas correspondem às unidades de nível II da NUTS.

2.1.3. OBJECTIVOS DO DFRH

No âmbito do SIADAP 2011, foram definidos para o DFRH os seguintes objectivos:

OBJECTIVOS DE QUALIDADE E SERVIÇO

Implementar três funcionalidades para interacção com a comunidade científica:

- Prazo de implementação de todas as FAQ's relativas ao Regulamento da Formação Avançada e Qualificação de Recursos Humanos de 2011;
- Prazo de implementação e utilização das comunicações relativas às renovações das bolsas em execução directamente da base de dados através do envio de e-mails em substituição dos habituais ofícios;
- Prazo de implementação e utilização da comunicação relativa ao resultado das Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE) através do envio de e-mails em substituição dos habituais ofícios.

Implementar dois procedimentos administrativos de melhoria:

- Prazo de implementação de todos os procedimentos necessários com vista ao financiamento das bolsas no âmbito do Programa Ciência Global;
- Prazo de implementação de todos os procedimentos necessários com vista ao financiamento dos contratos no âmbito do Programa Welcome II.

OBJECTIVOS DE PRODUÇÃO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir o pagamento de 9 750 bolsas individuais assegurando a implementação de todos os procedimentos necessários;
- Divulgação dos resultados e assinatura dos contratos-programa no âmbito do Welcome II, na sequência da homologação pela tutela.

OBJECTIVOS DE EFICIÊNCIA ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Reduzir o prazo de resposta aos pedidos de reactivação de todos os tipos de bolsas, apresentados devidamente documentados, no prazo de um mês após a data de entrada do pedido no DFRH.

OBJECTIVOS DE RECURSOS HUMANOS

Elaborar a proposta do plano de qualificação dos colaboradores em 2012.

Todos estes Objectivos, que se reflectiram nos Objectivos de todos os Colaboradores do Departamento, foram sendo acompanhados e monitorizados ao longo do ano, tendo sido objecto de vários relatórios elaborados por cada um dos colaboradores, fazendo o ponto de situação sobre o cumprimento dos Objectivos Individuais de cada um deles.

Seguindo esta metodologia, todos os Objectivos fixados para este Departamento foram atingidos, sendo tal facto comunicado a quem de direito.

2.2. DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE MODERNA DE INSTITUIÇÕES DE I&D

Ao Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) cabe a gestão corrente dos apoios concedidos a Unidades de I&D e a Laboratórios Associados e a

preparação dos trabalhos de avaliação de candidaturas a financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual a Instituições I&D. É também da responsabilidade do DSRICT a promoção e organização das acções que concernem à avaliação da atividade das Instituições de I&D assegurando, nomeadamente, o apoio especializado à constituição e funcionamento dos painéis internacionais de avaliação independente.

A estrutura do DSRICT acolhe duas sub-unidades que desenvolvem pontos específicos das suas atribuições. Trata-se do Sector de Infraestruturas, que se dedica à área da “Reforma dos Laboratórios do Estado e criação de consórcios” e à gestão do “Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC)”, e ao Sector FACC, que faz a gestão do programa específico “Fundo de Apoio à Comunidade Científica”.

2.2.1. AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE I&D

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

No ano de 2011, com a apresentação dos Relatórios Finais de Avaliação pelos painéis internacionais, dos últimos 2 Laboratórios Associados que aguardavam os resultados, deu-se por terminado o processo de avaliação dos Laboratórios Associados iniciado em 2008, cujo objetivo assenta numa completa e exigente avaliação internacional de todos os 25 Laboratórios Associados, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 125/99. Deste modo, a avaliação realizada permitiu contribuir para a boa concretização dos propósitos para os quais os Laboratórios Associados foram criados.

Ainda neste ano, foram realizadas avaliações extraordinárias a duas unidades de investigação que, após parecer favorável de peritos internacionais de reconhecido mérito científico, puderam integrar-se nos Laboratórios Associados a que se pretendiam agregar.

RENOVAÇÃO DO ESTATUTO DE LABORATÓRIO ASSOCIADO

Na sequência da avaliação científica positiva dos Laboratórios Associados (LA's) e nos termos do art.º 6, nº 2 do Decreto -lei nº 125/99, de 20 de Abril, e do art.º 2º do Decreto-lei nº 214/2006, de 27 de Outubro, após ouvido o Conselho dos Laboratórios Associados, determinou, por Despacho de 23 de Março de 2011, o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o seguinte:

- a) A renovação do Estatuto de Laboratório Associado por um período de 10 anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, a **24 LA's**. Apenas 1 LA viu o seu estatuto ser suspenso por se encontrar em fase de reestruturação.
- b) A homologação da atribuição de Estatuto de Laboratório Associado por um período de 10 anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, a 2 novos LA's: o LA **ICVS/3Bs** que integrou duas unidades ambas com classificação de “Excellent” e o LA **InBio** que integrou igualmente duas unidades, uma com classificação de “Excellent” e outra de “Very Good”.
- c) A concessão e a aprovação de 5 propostas de reestruturações de Laboratórios Associados.

A FCT, dando cumprimento ao estipulado nos nºs 2 e 3 do art. 6º do Decreto -lei nº 125/99, de 20 de Abril, celebrou contratos com os 24 LA's que viram o seu estatuto renovado bem como com as 2 novas instituições às quais foi atribuído o estatuto de Laboratório Associado.

A 3 de Outubro de 2011 foi deferido pela Secretária de Estado da Ciência mais 1 proposta de reestruturação de um Laboratório Associado já existente, a qual resultou na integração no CIMAR de uma Unidade de I&D classificada com “Excellent”.

Apresenta-se de seguida a lista dos Laboratórios Associados ativos organizados por região, sendo que 5 se situam na região Centro; 14 na região de Lisboa e Vale do Tejo e 7 na região do Norte.

Nº LA	Nome do Laboratório Associado	SIGLA	REGIÃO
50001	Centro de Neurociências e Biologia Celular	CNC	Centro
50007	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas	LIP	Centro
50011	Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos	CICECO	Centro
50012	Centro de Estudos Sociais	CES	Centro
50017	Centro de Estudos do Ambiente e do Mar	CESAM	Centro
50004	Instituto de Tecnologia Química e Biológica	ITQB	LVT
50005	Instituto de Medicina Molecular	IMM	LVT
50006	REQUIMTE - Rede de Química e Tecnologia - Associação	REQUIMTE	LVT
50008	Instituto de Telecomunicações	IT	LVT
50009	Laboratório de Robótica e Sistemas em Engenharia e Ciência	LARSyS	LVT
50010	Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear	IPFN	LVT
50013	Instituto de Ciências Sociais	ICS	LVT
50016	Centro de Biotecnologia e Química Fina	CBQF	LVT
50019	Instituto Dom Luís	IDL	LVT
50021	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, I&D Lisboa	Lisboa	LVT
50022	Laboratório Associado de Energia, Transportes e Aeronáutica	LAETA	LVT
50023	Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia	IBB	LVT
50024	Instituto de Nanotecnologias	IN	LVT
50025	Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação	I3N	LVT
50002	Instituto de Biologia Molecular e Celular	IBMC.INEB	Norte
50003	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto	IPATIMUP	Norte
50014	INESC Tecnologia e Ciência	INESC TEC	Norte
50015	Centro de Investigação Marinha e Ambiental	CIMAR	Norte
50020	Laboratório de Processos de Separação e Reacção	LSRE	Norte
50026	ICVS/3Bs - Laboratório Associado	ICVS/3Bs	Norte
50027	Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva	InBIO	Norte

TABELA Nº. 8 – LISTA DOS LAS POR REGIÃO

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES DE I&D

Em Junho de 2011 iniciaram-se os trabalhos de preparação do próximo Exercício de Avaliação das Unidades de I&D e dos Laboratórios Associados. Numa perspetiva de melhoria contínua do processo, e considerando os principais intervenientes de forma a detetar insuficiências e encontrar soluções viáveis para as ultrapassar, elaboraram-se dois manuais de recomendações que permitirão um planeamento mais esclarecido e a contínua construção de um sistema avaliativo que se pretende cada vez mais claro, objetivo e equitativo.

A elaboração do primeiro manual baseou-se exclusivamente nos comentários dos Painéis de Avaliação, presentes no ponto 5) *General Comments of the Panel* dos Relatórios da Avaliação de 2007, em cada uma das 25 áreas científicas avaliadas. A análise desta informação permitiu aceder,

ainda que de forma indirecta, à percepção do processo do lado de quem avalia: sugestões de melhoria e pontos fortes a conservar.

O segundo manual foi preparado sobre as recomendações dos Coordenadores das Unidades de I&D que serão avaliadas. Neste caso foi enviado aos responsáveis, por correio eletrónico, um pedido solicitando a sua colaboração para a recolha de opiniões acerca de quais as alterações a observar no próximo exercício. A adesão foi bastante satisfatória, já que num universo de 295 Unidades contactadas, cerca de 169 responderam ao repto, o que permitiu a reunião de um conjunto interessante de propostas de melhoria.

2.2.2. FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE I&D

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Para 2011 e 2012 foi implementado um novo modelo de financiamento das Unidades de I&D e Laboratórios Associados, através da aprovação de projetos estratégicos, que veio deste modo substituir neste período o Financiamento Plurianual. O valor do financiamento das Unidades de I&D para cada ano foi calculado numa base proporcional aos EETI's a 31 de Dezembro de 2009. Relativamente aos Laboratórios Associados manteve-se o valor do financiamento para cada ano igual ao valor transferido em 2010.

No âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE, as Unidades de I&D e Laboratórios Associados sediadas nas Regiões de Convergência Norte, Centro e Alentejo viram as suas candidaturas avaliadas e aprovadas, no total de 71 projetos, constituindo o total do financiamento para o biénico 2011-2012 o montante de **71.062.615€**, e sendo a comparticipação FEDER (85% do montante aprovado) no valor de **55.865.178€**.

As restantes Unidades de I&D e Laboratórios Associados, depois de preencherem igualmente um formulário de dados, obtiveram aprovação dos projetos estratégicos para o biénio 2011-2012, no montante total de **90.985.712€**, sendo o financiamento exclusivamente suportado por verbas do Orçamento de Estado.

No total são financiados através de projetos estratégicos, 26 Laboratórios Associados num montante de **90.251.786€** e 293 Unidades de I&D num montante de **71.796.541€**.

O financiamento aprovado para 2011 e 2012, para os 320 projetos estratégicos ascende a **162.048.327€**, tendo em relação ao mesmo sido apresentada despesa em 2011 (pedidos de pagamento em papel entrados na FCT até ao final do ano) pelas Unidades de I&D e Laboratórios Associados no valor de **23.432.253€** (14,46% do aprovado). Do valor de despesa apresentada foi analisada até ao final do ano **18.917.526€** e pago pela FCT **39.443.003€** (24,34% do aprovado) a título de adiantamentos e reembolsos.

A Figura 31 representa graficamente os valores acima referidos.



FIGURA 31 – FINANCIAMENTO APROVADO, EXECUTADO E PAGAMENTOS A 31/12/2011

FINANCIAMENTO DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

Para o período 2011-2012 foram aprovados 27 projetos estratégicos para os 26 Laboratórios Associados financiados. Um dos Laboratórios Associados tem aprovados dois projectos estratégicos, uma vez que resultou da fusão de duas Unidades que já tinha cada uma o seu projecto estratégico aprovado.

A distribuição dos financiamentos relativos aos projetos estratégicos por região está espelhada no gráfico apresentado em seguida:

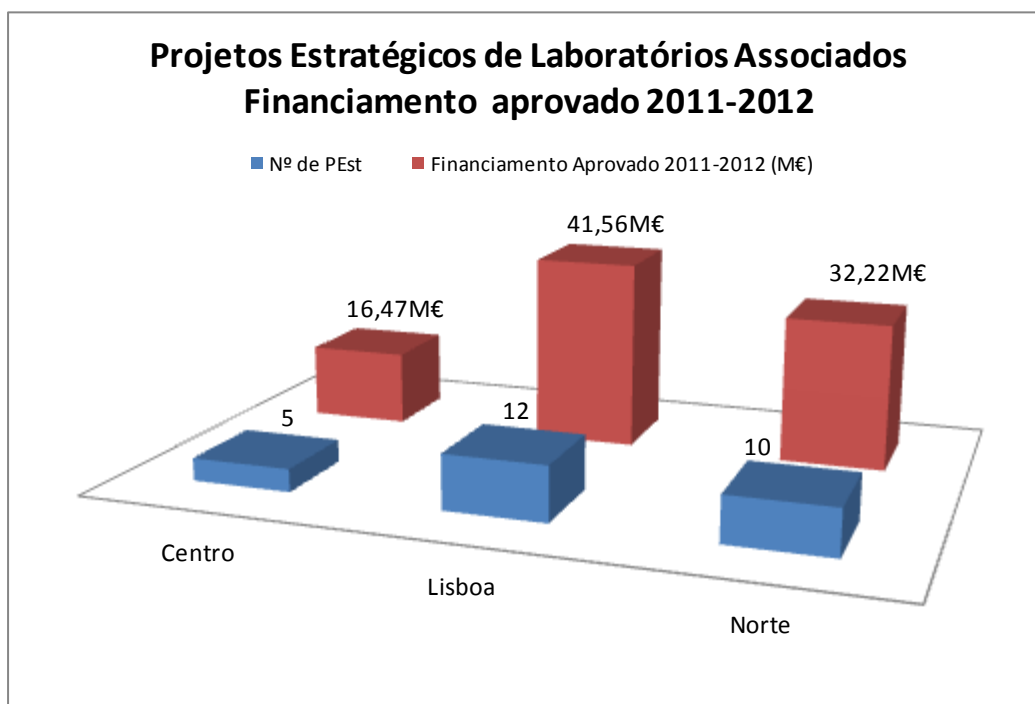


FIGURA 32 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEST APROVADOS DOS LAS POR REGIÃO PARA 2011-2012

FINANCIAMENTO DAS UNIDADES DE I&D

Para as 293 Unidades de I&D que se encontram ativas, avaliadas e financiadas pela FCT, foi aprovado um igual número de projetos estratégicos.

A distribuição dos financiamentos dos projetos estratégicos de Unidades de I&D por região está espelhada no gráfico apresentado em seguida:

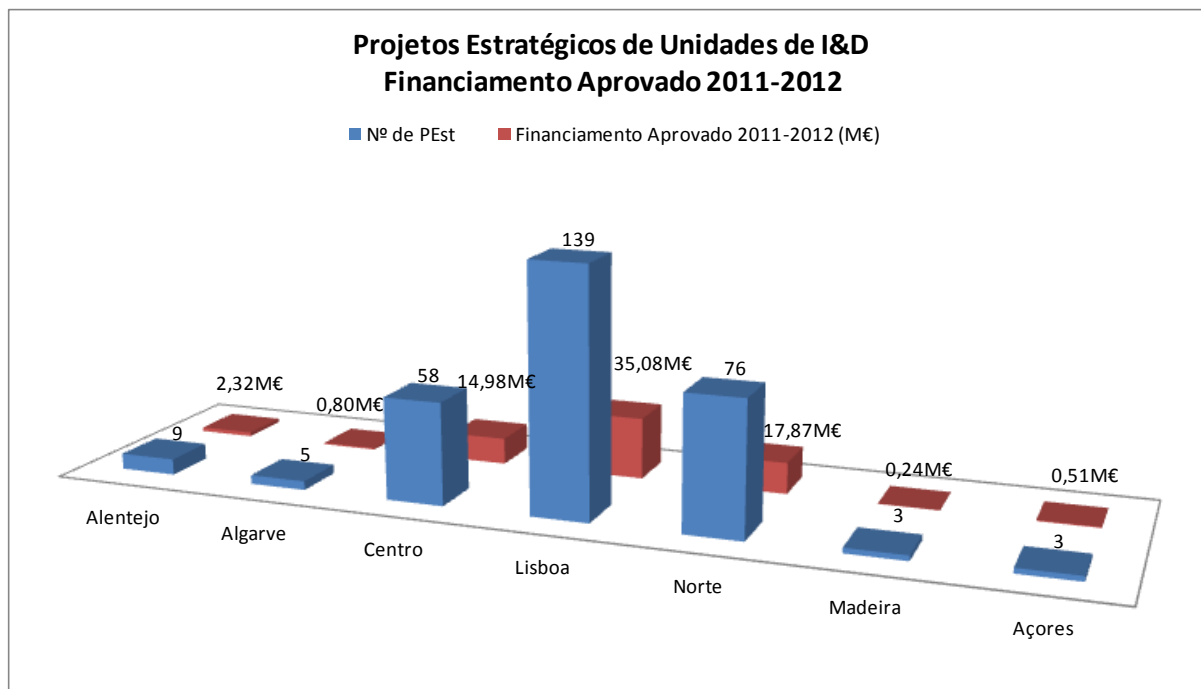


FIGURA 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEST APROVADOS DAS UNIDADES DE I&D POR REGIÃO PARA 2011-2012

2.2.3. PRORROGAÇÃO PARA 2011 DA EXECUÇÃO DO FINANCIAMENTO PLURIANUAL DE 2010

O Financiamento Plurianual atribuído às Unidades de I&D e aos Laboratórios associados para o ano de 2010 foi objeto de prorrogação para 2011, dando possibilidade às instituições de realizarem despesa com os saldos não executados até à data limite de 31 de Dezembro de 2011.

A apresentação do Relatório Financeiro dos saldos executados no 1º semestre de 2011 foi efetuada através da submissão da despesa na hiperligação “**Relatório Financeiro 2011 (Referente ao Saldo do Financiamento concedido para 2010)**” disponível no endereço <http://www.fct.mctes.pt/actualiz>, utilizando os elementos de autenticação atribuídos para efeitos da atualização das Equipas. O Relatório Financeiro (1º e 2º Trimestres) foi posteriormente **lacrado, impresso, assinado** pelo Coordenador/Director da Unidade de I&D/laboratório Associado e pelo Responsável da Instituição de Gestão, se aplicável, e **enviado à FCT**, tendo sido estipulada a data limite de lacragem o dia 30 de Setembro.

Foi dado ênfase aos seguintes aspetos:

- Dar prioridade à submissão de despesa no Portal de Ciência e Tecnologia, referente à execução do Projeto Estratégico.
- Comunicação às Instituições do montante de saldo do financiamento de 2010 por justificar, apurado a 31 de Dezembro de 2010.
- Atenção especial à **tabela de rubricas** (Lista de rubricas para o ano de 2010) que consta das instruções de preenchimento.

- Mesmo que não fosse inserido qualquer documento de despesa nalgum dos trimestres do relatório financeiro, o mesmo teve de ser também lacrado, impresso, validado e enviado à FCT.
- Toda a despesa referente ao período em causa teve de ser submetida no *Actualiz* no prazo previsto, uma vez que não se aceitou posteriormente, a apresentação de despesa não submetida na aplicação.

O ponto de situação dos saldos do financiamento de 2010, à data de 31/12/2011 é o seguinte:

Em Euros

Instituições	Saldo do Financiamento de 2010	Despesa apresentada no 1º semestre de 2011	Saldo a justificar no 2º semestre de 2011
Laboratórios Associados	8.169.222,63	3.344.375,03	4.824.847,60
Unidades de I&D	13.887.053,12	7.239.695,95	6.647.357,17
Total	22.056.275,75	10.584.070,98	11.472.204,77

TABELA Nº. 9 – SALDOS DO FINANCIAMENTO PLURIANUAL DE 2010

A submissão e lacragem dos relatórios financeiros relativos ao 2º semestre de 2011 terá como data limite o dia 16 de Abril de 2012.

2.2.4. ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE FINANCIAMENTO 2003-2008

AUDITORIAS

Na sequência do concurso público lançado no 2º semestre de 2010 foram selecionadas duas empresas de auditoria para efetuar a verificação e validação de despesas realizadas pelas instituições beneficiárias do Financiamento Plurianual. O concurso lançado prevê a auditoria de 315 Unidades de I&D e 25 Laboratórios Associados mais 18 Unidades de I&D que os integram, num total de 358 auditorias. A verificação das despesas apresentadas pelas Unidades de I&D financiadas pela FCT foi adjudicada à empresa AB - António Bernardo, Sociedade Revisores Oficiais de Contas Unipessoal Lda enquanto a auditoria às despesas realizada pelos Laboratórios Associados (e unidades I&D que os integram) ficaram a cargo da empresa Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.

Os trabalhos de campo tiveram início no final do ano de 2010 e os primeiros dez relatórios foram rececionados em Dezembro de 2010.

Até à presente data, das auditorias realizadas às Unidades de I&D e Laboratórios Associados, foram rececionados 357 relatórios preliminares e 331 relatórios finais.

O processo de encerramento dos financiamentos concedidos pelo Programa de Financiamento Plurianual no período 2003-2008 foi iniciado em 2010 com a comunicação a todas as Unidades do saldo do período. Para a maioria das Unidades os saldos foram apurados com base na despesa apresentada à FCT através de relatórios financeiros. Na sequência da realização em 2010 e 2011 das auditorias que procederam à certificação da despesa ainda não verificada do período de financiamento 2003-2008 e da emissão dos relatórios finais, foi iniciada a comunicação aos beneficiários da situação final de execução do financiamento concedido, com base na despesa considerada elegível no período.

2.2.5. PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAS

O processo de atualização das equipas das Unidades de I&D (UI's) e Laboratórios Associados (LA's) é realizado anualmente tendo como referência a data de 31 de Dezembro do ano anterior, com vista ao apuramento do total de Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral - EETI's em cada UI/LA. Deste exercício fizeram parte 304 Unidades de Investigação e 25 Laboratórios Associados.

De acordo com os critérios vigentes no âmbito deste processo de submissão electrónica, os Coordenadores/Diretores das UI's/LA's validaram os membros da equipa com o estatuto de colaborador ou integrado, utilizando as suas chaves de associação.

Na atualização de equipas referente a 31 de Dezembro de 2010, foram validados pelos Coordenadores/Diretores das respectivas UI's/LA's, 34.468 investigadores/membros, dos quais 20.446 foram validados como estatuto de membros integrados. A todos os membros integrados foi solicitado, através do envio de e-mails automáticos, que confirmassem, na plataforma informática FCT/SIG, a sua integração nas respectivas equipas de investigação. Aos membros colaboradores foram enviados e-mail automáticos a informar a sua inclusão.

Após a conclusão do processo foi feita uma verificação interna, através dos documentos enviados em suporte electrónico, do cumprimento dos critérios relativamente a um conjunto de 30 UI's (10,2% de um número total de 294 Unidades) que serviram de amostragem relativamente ao Universo em questão. Foram verificadas todas as equipas de todos os LA's, incluindo as equipas das 10 unidades que em 2011 passaram a integrar as equipas de Laboratórios Associados.

A constituição da amostra aleatória foi sujeita a algumas correções, de forma a garantir representatividade em termos das seguintes características: (1) número de Investigadores, (2) tipo de Instituição de Gestão, (3) Região e (4) Área científica.

Dentro da amostra foram identificados 80 investigadores em situação anómala. Foram efetuados contactos com os Coordenadores/Diretores das respectivas UI's/LA's no sentido de esclarecer e/ou normalizar estas situações.

Foram apurados no total do Universo visado 13 414,8 Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral – EETI's, dos quais 10 134,9 pertencentes a UI's e 3 279,9 pertencentes a Laboratórios Associados.

As Unidades de I&D e os Laboratórios Associados estão organizados de acordo com as áreas científicas constantes na seguinte tabela:

Área Científica	Sigla
Ambiente	AMB
Ciências Agrárias	AGR
Ciências Biológicas	BIA
Ciências da Comunicação	COM
Ciências da Linguagem	LIN
Ciências da Saúde	SAU
Ciências da Terra e do Espaço	CTE
Ciências do Mar	MAR
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM
Ciências e Políticas da Educação	CED
Ciências Jurídicas e Ciências Políticas	CJP
Economia e Gestão	EGE
Engenharia Civil	ECI
Engenharia Electrotécnica e Informática	EEI
Engenharia Mecânica	EME
Engenharia Química e Biotecnologia	EQB
Estudos Africanos	AFR
Estudos Artísticos	EAT
Estudos Literários	ELT
Filosofia	FIL
Física	FIS
História	HIS
Matemática	MAT
Psicologia	PSI
Química	QUI
Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	SADG

TABELA Nº. 10 – LISTA DAS ÁREAS CIENTÍFICAS

No Gráfico Nº 34 é apresentada a taxa de crescimento conjunta dos EETI's referentes às UIs e LAs, entre 2009 e 2010 por área científica. A taxa de crescimento mais elevada registou-se na área científica de Ciências Políticas e Jurídicas (30%), sendo ainda de salientar ainda as taxas de crescimento acima de 10% nas áreas de Ambiente (11%), Filosofia (12%), Engenharia Química e Biotecnologia (12%) e Ciências Biológicas (13%). O decréscimo de EETI's registou-se nas áreas das Ciências e Políticas da Educação (-7%), Psicologia (-7%) e Engenharia Civil (-2%). No Gráfico Nº 35 apresenta-se a evolução do nº de EETI's por área científica entre o ano de 2009 e 2010.

Taxa de crescimento dos ETI's das Unidades de I&D e LA's 2009-2010

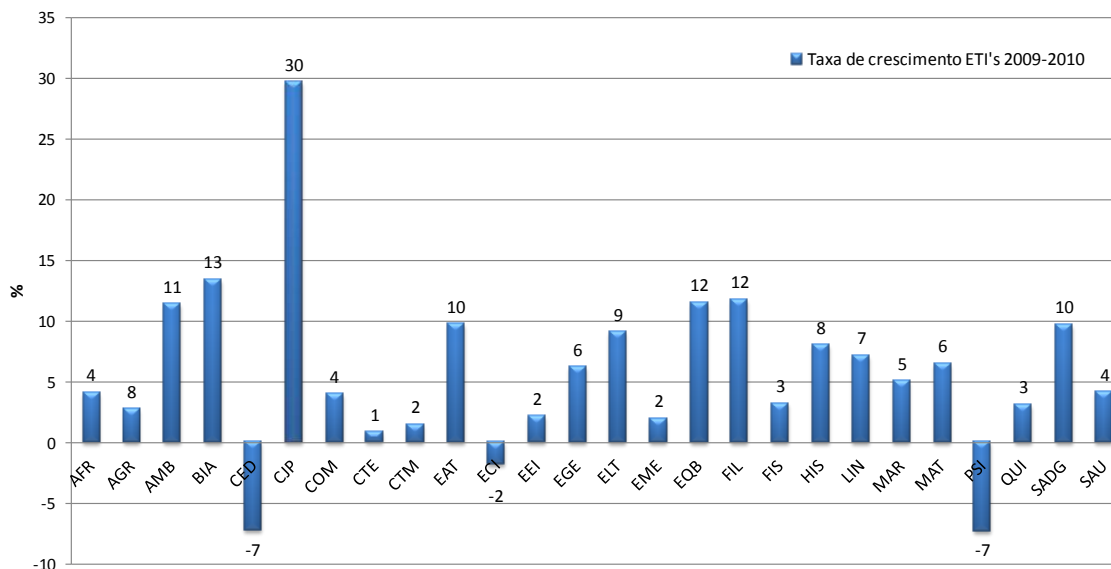


Figura 34 – Taxa de crescimento dos ETI's nas Unidades de I&D e LA's 2009-2010

Evolução do número de ETI's por Área Científica

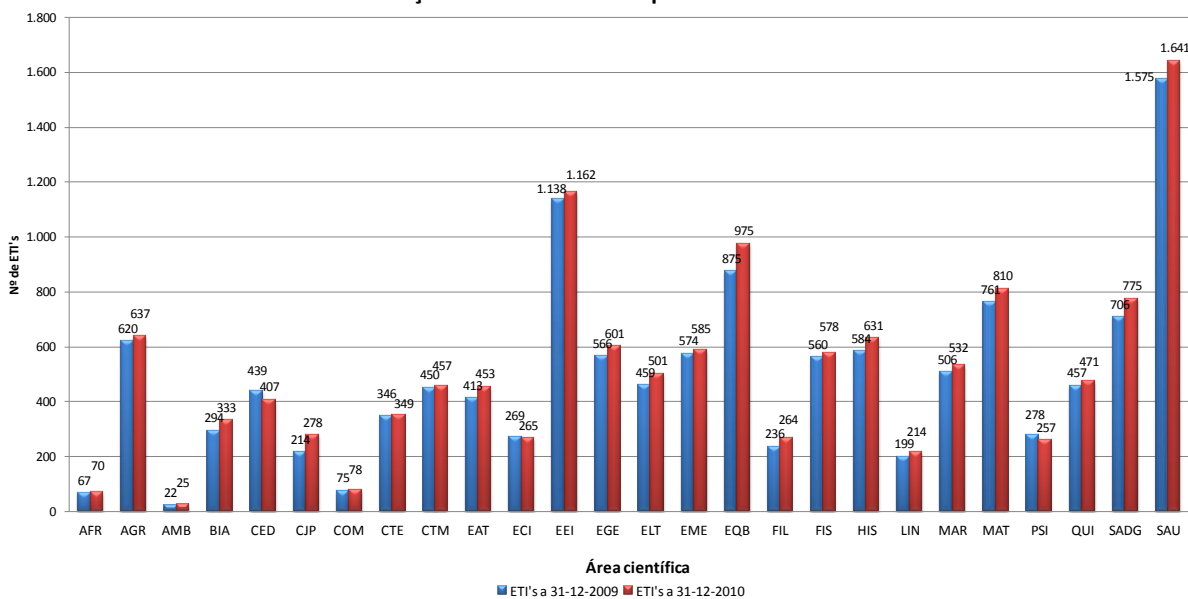


FIGURA 35 – EVOLUÇÃO DOS ETI'S POR ÁREA CIENTÍFICA NAS UNIDADES DE I&D E LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

2.2.6. REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE I&D

Ainda na sequência do processo de avaliação das Unidades de I&D de 2007 e sobretudo devido à criação dos projetos estratégicos, e tendo em vista uma melhor organização interna de acordo com as atividades científicas em curso, quer de Unidades quer de Laboratórios Associados, foram apresentados à FCT vários pedidos de reestruturações durante o ano de 2011.

Dos pedidos de reorganização interna de grupos de investigação referentes a 64 UI's e 17 LA's foram concretizados respectivamente 49 nas UI's e 15 nos LA's, tendo ficado os restantes pedidos a aguardar o envio da documentação de suporte requerida e informações adicionais.

Foram também rececionadas propostas que não se limitaram a reorganizações internas, envolvendo desta forma mais do que uma Unidade (integrações/fusões). Destas propostas, acompanhadas dos pareceres dos respectivos Conselhos Científicos e Comissões Externas de Acompanhamento, foram concretizadas:

- a) A integração da Unidade 644 na 317;
- b) A integração de 12 Unidades em 6 LAs (incluindo nos dois novos).

2.2.7. SUBMISSÃO DOS RELATÓRIOS CIENTÍFICOS DE 2010

Os Relatórios Científicos das Unidades de I&D e Laboratórios Associados são apresentados anualmente, através de submissão electrónica, visando descrever as atividades desenvolvidas, os objetivos alcançados, o financiamento recebido e os indicadores e a produtividade dos grupos e das linhas de investigação.

Os referidos Relatórios devem ser submetidos à análise das respectivas Comissões Externas de Acompanhamento Científico com vista à emissão dos seus pareceres anuais.

O Universo deste processo de submissão do Relatório Científico de 2010 compreendeu um total de 305 Unidades I&D e 25 Laboratórios Associados, com financiamento em curso e decorreu de 28 de Fevereiro a 31 de Março de 2011.

2.2.8. COMISSÕES EXTERNAS DE ACOMPANHAMENTO

Na estrutura interna das Unidades de I&D e Laboratórios Associados, reveste-se de carácter obrigatório a constituição da Comissão Externa Permanente de Acompanhamento Científico – CEPAC, de acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual.

A CEPAC deve ser composta por especialistas e individualidades exteriores à instituição, por esta seleccionadas, a quem seja reconhecida competência na área de atividade a que a instituição se dedique, devendo, sempre que possível, pelo menos uma parte deles, exercer a sua atividade em instituições não nacionais; cabendo à mesma, analisar regularmente o funcionamento da UI ou LA; devendo para o efeito, visitá-la anualmente, bem como, emitir parecer sobre o plano e o relatório de atividades anuais e o orçamento da unidade, a remeter à FCT.

Tendo-se verificado que algumas Unidades não estavam a cumprir o estipulado no Regulamento acima mencionado, foi enviado um e-mail a todas as Unidades de I&D financiadas alertando para a obrigatoriedade do cumprimento das regras neste âmbito. Foi ainda solicitada informação sobre a página da Unidade de I&D na internet onde se encontra publicada a composição da CEPAC.

Na sequência do referido e-mail e com base nas respostas fornecidas apresenta-se de seguida o ponto de situação da monitorização efetuada à data de 31 de Dezembro :

- a) 153 Unidades de I&D, representando 52,40% do total, enviaram os pareceres anuais da CEPAC (com data de 2011);
- b) 126 Unidades de I&D, representando 43,15% do total, enviaram o endereço da página web onde se encontra publicada a CEPAC.

Com base neste exercício, pode-se concluir que o trabalho de sensibilização para o cumprimento desta obrigatoriedade terá de ser continuado em 2012, estando previsto disponibilizar no FCT/SIG, um sítio para a submissão dos pareceres anuais das Comissões Externas de Acompanhamento sobre os relatórios científicos anuais e planos de atividades propostos, através de upload de ficheiros,

assim como para o endereço da página web da instituição onde se encontram publicadas as composições das respetivas comissões.

2.2.9. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Durante o ano de 2011 foram realizados pagamentos de honorários a avaliadores no âmbito do processo de reavaliação de Unidades de I&D, bem como aos membros dos painéis internacionais de avaliação dos Laboratórios Associados das áreas avaliadas em 2010. O montante total envolvido com avaliações foi de **27.199€**.

Deu-se por concluída a edição de seis volumes agregando os resultados das avaliações das Unidades de I&D do exercício de 2007 por grandes áreas científicas. O trabalho de impressão gráfica dos seis volumes envolveu o pagamento do montante **de 56.196€** à empresa contratada segundo os trâmites procedimentais previstos no Código da Contratação Pública em vigor.

Os trabalhos de auditorias técnico-financeira realizados pelas empresas de auditoria selecionadas para a validação de despesa no âmbito do encerramento do Financiamento Plurianual do período 2003-2008 originaram o pagamento de tranches de acordo com os contratos celebrados com a FCT, ascendendo a **€ 122.687€** o montante total pago.

Na sequência da atribuição de receitas consignadas pelo MCTES foram executadas transferências, no valor total de **3.246.250€**, para as seguintes Instituições:

- Inspeção Geral do MCTES,
- Secretaria-Geral do MCTES,
- Instituto de Investigação Científica e Tropical,
- Centro Científico e Cultural de Macau,
- Instituto de Meteorologia,
- Academia das Ciências de Lisboa,
- Instituto Tecnológico Nuclear,
- Agência para a Sociedade do Conhecimento – UMIC,
- Secretaria-Geral do MCTES,
- Complexo Interdisciplinar (UL).

No âmbito do Programa de Financiamento Plurianual foram efetuados pagamentos às Instituições de I&D, referentes a montantes remanescentes de anos anteriores, correspondendo respectivamente o valor de **2.081.025€** ao financiamento de Unidades de I&D e **910.569€** a Laboratórios Associados.

Relativamente ao financiamento de projetos estratégicos, além da transferência do 1º adiantamento de todos os projetos (20% a PEst-OE e 15% a PEst-COMPETE), foram efetuados pagamentos de reembolsos, após análise e certificação da despesa submetida no PCT, por técnicos do DSRICT e pela empresa de auditoria contratada para a realização desta tarefa – JAMBA. O montante total transferido para Unidades de I&D ascendeu a **14.599.364€** sendo **24.843.639€** o montante global transferido para Laboratórios Associados.

- Em 2011 deu-se continuidade ao financiamento das atividades da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva, tendo sido transferido o montante total de **13.125.000€**. A verba foi transferida para o Ciência Viva com os seguintes objetivos: Incentivar a cooperação entre diversas Instituições, sendo neste momento a rede de centros Ciência Viva constituída 20 centros.
- Promover o contacto com Investigadores e educadores, através da realização de diversas iniciativas.

- Promover a Ciência e Tecnologia junto da população através de campanhas nacionais, nomeadamente a semana de Ciência e Tecnologia realizada em Novembro de 2010.

Na Tabela Nº 11 são apresentados os financiamentos totais transferidos pelo DSRICT em 2011 através dos projetos do PIDDAC 6817, 6820 e 6821, por tipo de financiamento, no total de **59.011.929€**.

Tipo de Financiamento	Montante pago (€)
Avaliações	27.199
Relatórios de Avaliação - impressão	56.196
Despesas com a realização de auditorias	122.687
Receitas consignadas	3.246.250
Financiamento Plurianual de Unidades de I&D	2.081.025
Financiamento Plurianual de Laboratórios Associados	910.569
Projectos Estratégicos de Unidades de I&D	14.599.364
Projectos Estratégicos de Laboratórios Associados	24.843.639
Ciência Viva	13.125.000
Total	59.011.929

TABELA Nº. 11 – MONTANTES PAGOS EM 2011

2.2.10. INFRAESTRUTURAS DE C&T

Durante o ano de 2011, a equipa de Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia, desenvolveu diversas acções, em particular, no âmbito do QREN⁷, do acompanhamento da execução de subsídios concedidos no período 2005/2010 e do Programa Nacional de Re-equipamento Científico.

As acções no âmbito do QREN decorrem da nomeação, pelo MCTES, da FCT enquanto organismo responsável, no que respeita à emissão de pareceres conclusivos e à participação na avaliação dos critérios de apreciação de mérito das operações cuja tipologia se refira a “infra-estruturas físicas de PCT” e “infra-estruturas científicas”⁸.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC) foi concluído no último trimestre de 2011. Financiou projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos. O financiamento atribuído teve como objectivos, entre outros:

- o reforço das condições infra-estruturais para actividades científicas de elevada qualidade e para a cooperação científica nacional e internacional;

⁷ QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013)

⁸ Regulamentos Específicos dos “Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica” e “Sistema de Apoio a infra-estruturas Científicas e Tecnológicas”, no âmbito do Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento dos Programas Regionais do Continente (Norte, Centro e Alentejo)

- a prática institucionalizada da partilha de recursos;
- a disponibilização de equipamentos científicos de uso comum para uso alargado da comunidade científica.

O financiamento concedido teve como fontes de financiamento o POCI 2010 – Programa Operacional Ciência e Inovação 2010⁹ e o Projecto Nacional “Reequipamento Científico”.

COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

O financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico cifrou-se em € 91 820 500,40 (78,4% reporta-se a “projectos não integrados em Rede” e 21,6% a “projectos integrados em Rede”), a que corresponde um total de 241 projectos financiados, dos quais 214 são “projectos não integrados em Rede” e 27 projectos estão integrados em Redes Nacionais.

O financiamento aprovado teve a seguinte origem 59,1% foi co-financiado por fundos comunitários FEDER (a taxa média de financiamento FEDER foi de 53,8 % sendo o remanescente suportado por financiamento nacional) e 40,9% foi financiado exclusivamente por verbas nacionais (OE).

A distribuição do financiamento aprovado, por região, é a seguinte Norte (25,8%), Centro (21,3%), Lisboa e Vale do Tejo (37,2%), Alentejo (0,9%), Algarve (2,1%), Região Autónoma dos Açores (0,3%) e Região Autónoma da Madeira (0,3 %) e “Não Regionalizáveis” (12,1%).

A repartição do financiamento aprovado, por área científica, é a que consta do Gráfico A, do Anexo I.

A distribuição do financiamento aprovado para as Redes Nacionais de Computação Avançada (RNCA), Espectrometria de Massa (RNEM), Microscopia Electrónica (RNME), Ressonância Magnética Nuclear (RNRMN), Geofísica (RNG) e Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC), está representada no Gráfico B, do Anexo I.

OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS

No âmbito dos Contratos-Programa Plurianuais em curso de execução foram feitos em 2011 os pagamentos que constam no QUADRO Nº 3.

Foram ainda concedidos outros apoios a acções para aquisição e/ou renovação de equipamento infra-estrutural científico (ver QUADRO Nº 3).

Designação do Projecto/Acção	Designação da(s) Instituição(ões) Executora(s)	Total Pago em 2011 (€)
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNEM	Instituições de Acolhimento dos Nós da RNEM	131.357,54
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNME	Instituições de Acolhimento dos Pólos da RNME	33.756,95
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNRMN	Instituições de Acolhimento das Unidades da RNRMN	664.692,59
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNIFC	Associação Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral (ANIFC)	305.947,42
Sub-total Pagamento às Redes		1.135.754,50
Outros Apoios Infra-estruturais de C&T		907.147,50
Total Pagamentos Realizados em 2011		2.042.902,00

⁹III Quadro Comunitário de Apoio, Eixos Prioritários II: Medidas II.2 – “Organizar uma Matriz Coerente de Equipamentos Científicos” e IV – Ciência e Ensino Superior, Medida IV.5 – “Equipamentos da Ciência”

QUADRO Nº 3 – OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS

EXECUÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA

EXECUÇÃO DE CONTRATOS

Do financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico foi liquidado às Entidades Beneficiárias, no período de 2005 a 2011, o montante de € 88 976 646,83 €.

Dos 241 projectos financiados, foram concluídos com Relatório Final validado e aprovado pela FCT até finais de 2011, 241 projectos que correspondem a 100% do total de projectos financiados, 97 % do total do investimento global previsto e 96,9 % do financiamento total máximo atribuído.

A distribuição regional do financiamento atribuído aos 241 projectos concluídos (Gráfico E) que se cifra em 88 976 646,50 € é a seguinte: Norte (25,9%), Centro (21,7%), Lisboa e Vale do Tejo (37,6%), Alentejo (0,9%), Algarve (2%), Região Autónoma da Madeira (0,4%), Região Autónoma dos Açores (0,2%) e Não regionalizáveis (11,4%).

No que se reporta à distribuição do financiamento atribuído por área científica (Gráfico F), verifica-se que 70% do mesmo está repartido pelas seguintes áreas: Ciências Biológicas (11%), Ciências e Engenharia dos Materiais (11%), Ciências do Mar (9%), Ressonância Magnética Nuclear (7%), Química (7%), Física (7%), Ciências da Saúde (8%), Engenharia Electrotécnica e Informática (5%) e Engenharia Civil (5%), sendo que as restantes áreas registam valores inferiores a 5% do total.

No que se reporta aos 7 (sete) projectos que se encontravam por concluir/encerrar em 31/12/2010, dos quais 6 se localizam na Região de Lisboa e Vale do Tejo e um na Região Centro, foi possível ultrapassar as questões que estavam pendentes, particularmente no último trimestre de 2011, o que possibilitou a conclusão dos mesmos.

Importa assinalar que a conclusão destes 7 projectos viabilizou a conclusão/encerramento do Programa Nacional de Re-equipamento Científico.

Em 2012, o Sub-sector das Infra-estruturas procederá à elaboração de um Relatório Global detalhado do PNRC.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICOS E DE RESULTADOS (RELATÓRIOS FINAIS VALIDADOS)

Os Indicadores de Realização Físicos e de Resultados foram obtidos a partir dos dados fornecidos pelos Investigadores Responsáveis nos Relatórios Finais Validados (241 projectos concluídos até finais de 2011).

No que se reporta à análise dos Indicadores de Realização dos projectos concluídos pode inferir-se:

INDICADORES FÍSICOS

Os Gráficos G, H, I e J (Vide Anexo I) ilustram a distribuição dos equipamentos adquiridos (n.º de peças e custo) por intervalos de custo unitário, por região e por área científica.

No entanto pode adiantar-se, Gráficos H e I, que os equipamentos adquiridos com custo unitário situado no intervalo:

[500 000, +∞[constituem um número reduzido de peças (18 de um total de 3169) e localizam-se no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Não Regionalizáveis e o seu custo global representa 17,7% do custo total dos equipamentos adquiridos;

[0, 100 000[€ constituem 92,3 % das peças de equipamento, e o seu custo global representa 38,4% do custo total dos equipamentos;

[100 000, 250 000[€ constituem 5,5% de peças de equipamento e representam 27% do custo total dos equipamentos.

[250 000, 500 000[€ constituem 1,6% de peças de equipamento e representam 17% do custo total dos equipamentos.

Em síntese, o custo das peças de equipamento com um custo unitário compreendido nos intervalos [0, 100 000[€ e [100 000, 250 000[€, representam 98% das peças do equipamento adquirido e constituem 65,4 % do investimento em equipamento.

Podemos, assim, concluir que o PNRC foi essencialmente um programa de renovação e actualização de equipamentos de médio porte, com excepção das Redes de Espectrometria de Massa, Imagiologia Funcional Cerebral, Microscopia Electrónica e Ressonância Magnética Nuclear.

INDICADORES DE RESULTADOS: EMPREGO E FORMAÇÃO

Importa mencionar o número de postos de trabalho mantidos (468) e criados (265) decorrentes da execução dos projectos e o impacto na Formação Avançada, em particular, no número de Alunos de Mestrado e Doutoramento (8357) e de Pós-Doutoramento (1857) abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações, entre outros impactos.

No que concerne aos “Postos de Trabalho criados”, a distribuição regional e por área científica é a seguinte (Gráfico K): Norte (26,8%), Centro (11,7%), Lisboa e Vale do Tejo (57%), que representa 95,5% dos 265 novos postos de trabalho, distribuindo-se o remanescente por: Algarve (0,8%), Região Autónoma da Madeira (0,8%) e Não Regionalizáveis (3%).

Estes postos de trabalho foram criados nas seguintes Áreas Científicas (Gráfico L): Ciências da Saúde (24%), Ciências Biológicas (12,5%), Física (7%), Ciências Sociais e Humanas (7%), Engenharia Electrónica e Informática (6%), Ciências e Engenharia dos Materiais (5%), Química (5%), Engenharia Química e Biotecnologia (4%), Ciências da Terra e do Espaço (4%) e Rede Nacional de Espectrometria de Massa (4%), o que representa 78,5% do total.

No que se reporta ao impacto do PNRC, dos projectos concluídos, na Formação Avançada (Gráfico M), o número total de alunos abrangidos pelo re-equipamento efectuado nas instalações é de 10214, dos quais 82% são Alunos de Mestrado e Doutoramento e 18% Alunos de Pós-Doutoramento.

Por área científica (Gráfico N), a repartição dos Alunos de Mestrado e Doutoramento tem expressão em Engenharia Civil (14%), Ciências Biológicas (14%), Engenharia Mecânica (11%), Ciências Sociais e Humanas (9%), Ciências da Saúde (8%), Engenharia Electrotécnica e Informática (6%), Ciências e Engenharia dos Materiais (6%), Química (5%) e Rede Nacional de Espectrometria de Massa (5%).

Os Alunos de Pós-Doutoramento inserem-se nomeadamente em: Ciências Biológicas (17%), Rede Nacional de Espectrometria de Massa (17%), Ciências da Saúde (16%), Química (7%), Ciências e Engenharia dos Materiais (6%), Ressonância Magnética Nuclear (6%).

CONTRATOS-PROGRAMA PLURIANUAIS DAS REDES NACIONAIS

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico foi criado com o objectivo de apoiar financeiramente “projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos” e de “promover parcerias e a partilha de equipamentos entre instituições de investigação científica e tecnológica”.

Dando cumprimento a este último objectivo, foram constituídas 6 (seis) Redes envolvendo grandes equipamentos, definidas com base nas propostas recomendadas para financiamento pelos Painéis de avaliação e no conhecimento das necessidades e capacidades das instituições nacionais, e obedecendo a condições de contratualização, utilização e acompanhamento específicas.

A Proposta de criação de cada uma das Redes prevê que seja estabelecido um Contrato-Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos que a integram e instituições aderentes, em função dos equipamentos que trouxeram para a Rede e dos serviços que prestarem no seu âmbito.

No âmbito do Contrato-Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos definiu-se a comparticipação das despesas inerentes ao funcionamento da Rede como um serviço aberto à comunidade científica em geral e foram estabelecidas as obrigações institucionais correspondentes.

Na fase final de aquisição e instalação dos equipamentos, em 2006/2007, os Investigadores Responsáveis das Entidades de acolhimento dos equipamentos em colaboração com as Infra-estruturas da FCT elaboraram um Protocolo de Colaboração e o Modelo de Gestão das Redes.

Em 2011, não estavam ainda reunidas as condições necessárias para a aprovação da Proposta de Contrato-Programa da Rede Nacional de Computação Avançada (RNCA), e os quesitos mínimos para a apresentação de uma Proposta de Contrato-Programa da Rede Nacional de Geofísica (RNG) não estavam satisfeitos, nomeadamente a assinatura do Protocolo de Colaboração e do Modelo de Gestão, aprovado anteriormente por todos os Nós da RNG e homologado pela tutela à data, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), cujo processo de assinatura se iniciou pelo Instituto de Meteorologia, I.P. que considerou que nesta fase não estavam criadas as condições para proceder à assinatura do mesmo.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2011, a equipa de Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia procedeu, nomeadamente à realização das seguintes tarefas:

- Encerramento dos dossiers de suporte dos projectos por concluir física e financeiramente com Relatórios Finais por validar.
- Análise dos Pedidos de Pagamento apresentados à FCT (Análise e verificação da elegibilidade e legalidade da despesa apresentada e verificação do suporte documental dos procedimentos utilizados para aquisição dos “equipamentos” financiados pela FCT e das despesas financiadas pelo co-financiamento das Entidades Beneficiárias/Executoras dos subsídios atribuídos que se encontravam ou estão em curso de execução.
- Análise das alterações propostas pelas Entidades Beneficiárias/Executoras no que se reporta, em especial, à natureza e valor do investimento previsto e preparação das Informações Internas correspondentes com vista à decisão superior.
- Acompanhamento/Monitorização da execução dos projectos/acções em curso de execução.
- Análise e validação dos 7 Relatórios Finais do PNRC correspondentes aos projectos que concluíram em 2011.
- Acompanhamento da execução material e financeira da RNEM (Ano III), da RMME (Ano III), RNIFC (Ano II e III) e RNRMN (Ano II).
- Análise da execução material e financeira da RNEM (Ano I, II e 1º semestre do Ano III), RMME (Ano I, II e 1º semestre do Ano III), RNIFC (Conclusão da análise do Ano I e análise do Ano II) e RNRMN (Ano I).

- Acompanhamento “in loco” da execução de uma amostra dos projectos/subsídios atribuídos no período 2005/2010.
- Realização das acções necessárias para a emissão dos “Pareceres Conclusivos” relativamente às operações submetidas nos concursos dos Parques de Ciência e Tecnologia e Infra-estruturas Científicas, realizados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte: Avisos SAPCTIEBT/IEFIEBT/1/2010 e SAIECT-IEC/3/2010 e Alentejo: Aviso ALENT-15-2011-05.
- No caso do PO Norte a FCT participou ainda na avaliação do mérito das candidaturas submetidas aos Avisos mencionados no parágrafo anterior.
- Elaboração de diversos “Pareceres” solicitados pela Direcção da FCT, em particular, no quadro de apoios a conceder a acções para a aquisição e/ou renovação de equipamento infra-estrutural científico.
- Participação nas acções de Formação aprovadas para 2011.
- Coordenação das diversas actividades desenvolvidas no âmbito do PNRC e de outras acções a cargo das Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia.

RECURSOS HUMANOS AFECTOS

As diferentes tarefas de gestão e acompanhamento técnico encontram-se a cargo da equipa Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia/DSRICT da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), constituída por: (4) Técnicos Superiores.

A coordenação esteve a cargo da Técnica Superior, Maria José Mateus e Silva, em articulação e colaboração com o Presidente da FCT, Professor João Sentieiro.

CONDICIONALISMOS

Alguns dos condicionalismos sentidos pela equipa e que afectaram o seu desempenho durante o ano de 2011 e que são comuns a outros serviços da FCT, tais como:

- Número insuficiente de “Recursos Humanos” para as tarefas a executar.
- Incumprimento da programação acordada no que respeita às “obrigações” por parte das Entidades Executoras, em particular, a submissão atempada de contas e Relatórios à FCT e apresentação da informação insuficientemente documentada e/ou carecendo de sucessivas correcções.

2.2.11. PROGRAMA FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA (FACC)

O Fundo de Apoio à Comunidade Científica é um programa específico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que se destina a apoiar as actividades regulares da comunidade científica e das suas instituições e a promover o seu desenvolvimento e internacionalização e que não possam ser apoiadas através de programas específicos da FCT, com os quais actua de forma complementar e articulada, nomeadamente:

- Organização de reuniões científicas em Portugal;
- Edição de publicações periódicas de natureza científica;
- Funcionamento de sociedades científicas ou de outras instituições científicas da mesma natureza;
- Edição de publicações não periódicas de natureza científica;
- Participação de doutorados ou estudantes de pós-graduação em reuniões científicas no estrangeiro;
- Estadia de curta duração em Portugal de cientistas residentes no estrangeiro.

O concurso para apresentação de candidaturas ao Programa FACC encontra-se aberto em permanência devendo ser respeitados os prazos estipulados no Regulamento para cada tipo de apoio.

Em 2011 foram apresentados 1412 pedidos, tendo sido apoiados 1017, de acordo com a seguinte distribuição por tipos e respectivo financiamento concedido:

TIPOS	NÚMERO DE PEDIDOS	PEDIDOS APOIADOS		FINANCIAMENTO CONCEDIDO (€)
		Nº	%	
T1	568	507	89	875.653
T2	85	61	72	63.328
T3	45	31	69	39.400
T4	137	100	73	85.200
T5	540	315	58	209.120
T6	37	3	8	850
TOTAL	1412	1017	72	1.273.551

QUADRO Nº.: 4 - APOIOS FACC POR TIPO DE PEDIDO – 2011

- T1** - Organização de Reuniões Científicas em Portugal
- T2** - Edição de Publicações Periódicas de Natureza Científica
- T3** - Funcionamento de Sociedades Científicas
- T4** - Edição de Publicações Não Periódicas de Natureza Científica
- T5** - Participação de doutorados ou estudantes em Reuniões Científicas no Estrangeiro
- T6** - Estadia de Curta Duração de Cientistas Residentes no Estrangeiro

FINANCIAMENTO

Para além das acções atrás mencionadas a FCT procede ainda ao financiamento selectivo de iniciativas de índole geral da comunidade científica portuguesa, reconhecidas pelo mérito e impacto no plano nacional e internacional, e que contemplem a promoção de actividades de I&D e/ou de transmissão de conhecimento em qualquer área científica.

No ano de 2011, foram apoiadas as iniciativas constantes do Quadro Nº.5:

TIPO DE APOIO	ACÇÕES	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (€)
Quotas e contribuições nacionais e internacionais	IBET	121.762
	ILTEC	25.000
	Contribuição para o Common Fund	31.000
	Sociedade de Geografia de Lisboa	24.102
Protocolos	FCT/Museu Nacional do Azulejo (base artstor)	350
	FCT/Fundação Calouste Gulbenkian (Textos Universitários em Ciências Sociais e Humanas)	200.000
	Despesas de avaliação dos Textos Universitários	36.233
	FCT/Eurocean rp	30.000
	FCT/Fundação António Quadros	50.000
	Atlas de História da Ciência	12.000
Prémios	Prémio ISEG	2.500
	Prémio Pulido valente	5.000
	Prémio Fernando Gil	62.500
	Acesso ao Prémio: "IEEE Photonics Society Graduate Student Fellowships"	550
Acções de Apoio à C&T	Campanha Antartica Portuguesa 2011-2012	92.000
	Academia das Ciências - Projecto de Informatização, Digitalização e Divulgação do Arquivo Histórico, Científico e Académico da ACL	2.933

)Projecto Bela Adormecida no Jardim:Estudo Preliminar na Recuperação e Valorização do Observatório da Escola Politécnica (1898-1998)	42.500
	Projecto inserção profissional de investigadores doutorados	26.020
	Livro GABBA – 15 anos	10.000
	Rede de Doutoramento IDPASC	5.000
	Exposição: Os Africanos em Portugal: História e Memória (séc. XV-XXI)	7.500
	Instalação do Arquivo da JEN	20.600
	Projecto Linguateca	93.788
	Preservação do Património Arquivístico	54.000
	Consórcio Nacional para a Valorização e Uso Científico das Colecções de História Natural	25.000
	Prospectiva Portugal 2040	75.000
	A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)	6.000
	Trends in Nanotechnology	12.390
	IRGC – Portugal	100.000
	Participação na Experiência “Large Underground Xénon (LUX)”	40.000
TOTAL		1.213.728

QUADRO Nº.: 5 - FINANCIAMENTOS NO ÂMBITO DOS APOIOS ESPECIAIS - 2011

COLECÇÃO TEXTOS UNIVERSITÁRIOS

Através de um Protocolo estabelecido com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), é apoiada a edição de monografias na área das Ciências Sociais e Humanas, sendo as obras seleccionadas posteriormente publicadas na série “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas FCT/FCG”.

São admitidos trabalhos originais com a forma de monografias científicas, elaboradas no quadro de ensino superior ou de instituições a estas associadas, incluindo as que revestem a natureza de teses de doutoramento. Não são admitidos trabalhos no âmbito de licenciaturas e mestrados. Apenas são seleccionados trabalhos redigidos em língua portuguesa ou com compromisso de tradução para a publicação.

As obras submetidas a concurso são objecto de duas avaliações, sendo a primeira da responsabilidade da FCT e a segunda da FCG.

Em 2011 foram apresentados -126 pedidos, dos quais -12 foram recusados e um desistiu. Foram objecto de avaliação por parte da FCT 113 candidaturas.

2.2.12. OBJETIVOS DO DSR ICT

Nesta secção pretende-se dar a conhecer os objetivos definidos para o DSR ICT no âmbito do SIADAP e o seu grau de cumprimento perante as metas estabelecidas para o ano em análise.

Objetivo 1 - Implementar acções de melhoria administrativa

Indicador: Nº de acções implementadas a 31/12/2011

Meta: Supera: >2; cumpre: entre 1 e 2; não cumpre: 0

Objetivo Superado

Foram implementadas as seguintes acções de melhoria administrativa:

- a) Gestão dos projetos estratégicos a partir de uma base de dados centralizada com permissões de acesso dadas aos técnicos de apoio à gestão e acompanhamento dos mesmos projetos;
- b) Implementação da base de dados SQL no FACC (a 22.DEZ.11 foi feita a entrega e instalação do sistema informático, em ambiente de qualidade/certificação, desenvolvido pela GMV no âmbito do projecto de migração Filemaker);
- c) Implementação do backoffice da base de dados FCT – Laboratórios (a 13.DEZ.2011 foi disponibilizada a primeira versão em ambiente de qualidade/certificação, desenvolvida pela equipa de informática da FCT com base nas especificações elaboradas pelo DSRICT).

Objetivo 2 - Garantir o envio à FCT dos Termos de Aceitação (TA's) no âmbito do concurso dos projectos estratégicos. (Universo =320 projectos)

Indicador: Nº de TA's à data de 31/07/2011

Meta: Supera: >=90% ; cumpre: entre 75% e 90%; não cumpre: <75%

Objetivo superado

A data de 31 de Julho tinham sido recepcionados na FCT 317 Termos de Aceitação o que configura uma taxa de execução de 99%.

Objetivo 3 - Elaborar os pareceres dos programas Integrados aos Programas Operacionais Regionais ON.2, MAIS CENTRO e INALENTEJO

Indicador: Taxa de execução

Meta: Supera: antes de 15 de Dezembro; cumpre: entre 15 e 31 de Dezembro; não cumpre: depois de 31 de Dezembro

Objetivo superado

Os pareceres de todos os programas integrados dos PO Centro, PO INALENTEJO e PO Mais Centro foram elaborados e enviados antes de 15 de Dezembro.

Objetivo 4 - Cumprir o prazo para análise das candidaturas devidamente instruídas no âmbito do Programa FACC

Indicador: Prazo após a recepção das candidaturas devidamente instruídas

Meta: Supera: 80% <1 mês; cumpre 80% = 1 mês; não cumpre 80%>1 mês

Objetivo superado

Este Programa encontra-se aberto em permanência, sendo apenas exigido o cumprimento dos prazos para apresentação de candidaturas estipulados no Regulamento do FACC. Todos os colaboradores envolvidos na análise das candidaturas superaram este objectivo pois as decisões foram comunicadas aos proponentes num prazo inferior a 1 mês, desde que dos processos recebidos constassem todos os documentos exigidos.

Objetivo 5 - Garantir que os pedidos no âmbito do Protocolo FCT/FCG tenham avaliador atribuído (Universo = 117)

Indicador: Nº de pedidos com avaliador atribuído a 30/09/2011

Meta: Supera: >=80% ; cumpre: entre 60% e 80%; não cumpre: <60%

Objetivo superado

Das 114 candidaturas aceites, 111 tinham avaliador atribuído a 30/9/11.

Objetivo 6 – Garantir a análise de listagens de despesa submetidas pelas instituições proponentes dos projectos estratégicos

Indicador: Taxa de execução a 31/12/2011

Meta: supera: >= 75% do total da despesa apresentada; cumpre: entre 60% e 75% do total da despesa apresentada; não cumpre: < 60% do total da despesa apresentada

Objetivo superado

Do montante total de despesa submetida no âmbito dos projetos estratégicos, resultado de um esforço conjunto dos técnicos do DSRICT e da empresa de auditoria contratada para a verificação e validação de despesa, foi possível analisar 88% da despesa com data de entrada na FCT a 31/12/2011.

Objetivo 7 - Concluir o acerto dos financiamentos atribuídos e executados no período 2003-2008, após a apresentação dos relatórios finais de auditoria

Indicador: Taxa de execução à data de 31/12/2011

Meta: Supera: >=90% ; cumpre: entre 75% e 90%; não cumpre: <75%

Objetivo superado

À data de 31/12/2011 encontram-se concluídos, após a receção dos relatórios finais de auditoria, os acertos dos financiamentos atribuídos e executados no período 2003-2008 para 331 instituições, o que representa uma taxa de execução de 92,7%.

Objetivo 8 - Conclusão do PNRC - Encerrar os dossiers de projecto por concluir em 31 de Dezembro de 2010. (Universo= 7)

Indicador: nº. de Relatórios validados a 31/12/2011

Meta: supera: >= 90%; cumpre: entre 75 e 90%; não cumpre: < 75%

Objetivo superado

No âmbito do PNRC – Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC), dos 7 dossiers de projeto por concluir, em 31 de Dezembro de 2010, foi possível resolver as questões pendentes e proceder ao encerramento do dossier dos 7 projetos, encerrando os 241 contratos previstos no PNRC (100%).

Objetivo 9 - Acompanhar “in loco” a execução de uma amostra dos projetos/subsídios atribuídos no período 2005/2010

Indicador: nº. de projetos/subsídios auditados até 31/12/2011

Meta: supera: $\geq 70\%$; cumpre: entre 50 e 70%; não cumpre: $< 50\%$

Objetivo cumprido

No quadro do objetivo estabelecido, foi possível acompanhar a execução de 50% dos subsídios atribuídos, em particular, no que se refere ao cumprimento dos objetivos subjacentes à atribuição dos mesmos e a apresentação e análise do investimento executado.

Objetivo 10 - Promover o Acompanhamento da Execução das Redes Nacionais com financiamentos plurianuais aprovados

Indicador: nº. de Relatórios de Execução e Pontos de Situação submetidos atempadamente e devidamente instruídos à FCT

Meta: supera: nº. de relatórios e pontos de situação ≥ 6 ; cumpre: nº. de relatórios e pontos de situação =4; não cumpre: nº. de relatórios e pontos de situação < 3

Objetivo superado

No âmbito do financiamento plurianual aprovado para as Redes Nacionais, as Redes designadas por RNEM – Rede Nacional de Espectrometria de Massa, RNME – Rede Nacional de Microscopia Electrónica e RNIFC – Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral apresentaram Relatórios de Execução Material e Financeira, assim como Pontos de Situação, de acordo com os compromissos assumidos com a FCT. Foram apresentados e analisados 6 Relatórios e 4 Pontos de Situação.

Objetivo 11 - Elaborar proposta de plano de formação para 2012

Indicador: Apresentação da proposta

Meta: Supera: proposta apresentada até 30 de Novembro; Cumpre: proposta apresentada entre 2 e 15 de Dezembro; Não cumpre: proposta apresentada após 15 de Dezembro.

Objetivo eliminado de acordo com Despacho do CD.

2.3. PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO

2.3.1. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

No âmbito da missão da FCT, e em cumprimento das atribuições que lhe foram cometidas, cabe à instituição “promover e apoiar a realização de programas e projectos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” e ainda “financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução”. Para a concretização destas acções, a FCT conta especificamente com o apoio do DPICDT.

Efectivamente, constitui prioridade da política de Ciência e Tecnologia nacional o crescimento, reforço e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), tornando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional, agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas.

Neste âmbito, assume particular relevância a promoção e reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em todos os domínios científicos.

No ano de 2011, o DPPICDT foi responsável pela gestão de 4.023 projectos de investigação em todos os domínios científicos e em áreas estratégicas definidas como fundamentais para o desenvolvimento económico-social da sociedade portuguesa.

Seguidamente, irá ser realizada uma distribuição por Domínio Científico, por Fonte de Financiamento e por Região dos projectos considerados activos.

Especificamente, serão abordados os Concursos com maior relevância no DPPICDT, com especial incidência nos Concursos em Todos os Domínios Científicos e nos Projectos decorrentes da participação de equipas de investigação nacionais em Programas Internacionais pela sua importância crescente e contribuição para a internacionalização da ciência.

DISTRIBUIÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

O Domínio Científico que apresenta um maior número de projectos em execução é o das Ciências Exactas e da Engenharia (1.726 projectos). O das Ciências Naturais e do Ambiente é, por outro lado, aquele, cuja representatividade é menor, pois representa apenas 15% do conjunto de todos os Domínios Científicos.

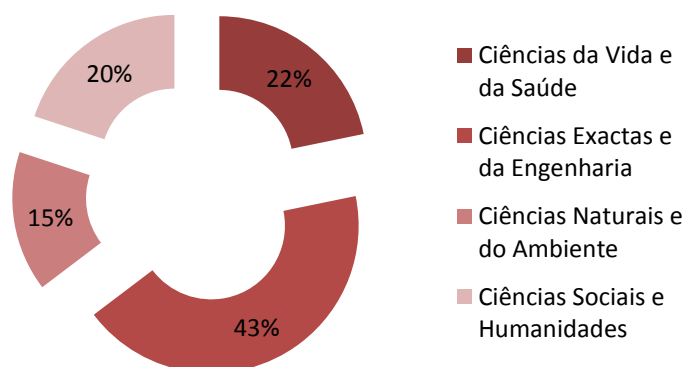


FIGURA 36 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

DISTRIBUIÇÃO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Relativamente às Fontes de Financiamento, 2.317 projectos são financiados exclusivamente por fundos nacionais, sendo 1.706 projectos co-financiados através do programa COMPETE.

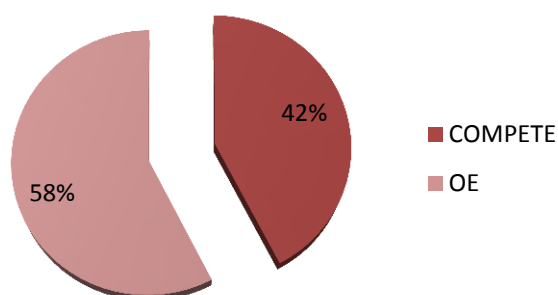


FIGURA 37 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Em relação ao financiamento concedido a estes projetos, a distribuição é a seguinte:



FIGURA 38 - DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Os projectos com Instituição Proponente localizada nas Regiões NUT II de Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas são integralmente financiados por fundos nacionais através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Os Projectos com Instituição Proponente localizada nas Regiões NUT II do Objectivo Convergência (Norte, Centro e Alentejo) são co-financiados com verbas do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC), sendo que nestes casos, as Instituições Participantes localizadas em regiões fora do Objectivo Convergência são financiadas por fundos nacionais, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

O número de projectos activos em 2011, como vimos anteriormente, é de 4.023. Das zonas integradas no Objectivo de Convergência, verificamos que a Região Norte domina relativamente ao número de projectos e financiamento concedido quando comparada com a Região Centro ou Alentejo.

Região	Nº de projectos	Financiamento Concedido
Alentejo	73	7.103.778,75 €
Algarve	129	17.104.161,90 €
Centro	632	71.850.954,41 €
Lisboa e Vale do Tejo	1984	235.448.170,22 €
Norte	1050	129.483.114,40 €
Região Autónoma da Madeira	12	1.959.105,00 €
Região Autónoma dos Açores	16	2.081.558,00 €
TOTAL	4023	487.385.857,58 €

TABELA Nº. 12– DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS APROVADOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Quanto aos projectos financiados exclusivamente por Fundos Nacionais, Lisboa e Vale do Tejo é a região que apresenta um maior número de projectos (1.984).

Considerando que o Primeiro Eixo de Intervenção do COMPETE Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico pretende actuar de forma integrada, concluímos, no entanto, que as zonas integradas neste objectivo, quando comparadas sobretudo com a região de Lisboa e Vale do Tejo, continuam a apresentar uma divergência territorial em matéria de I&D.

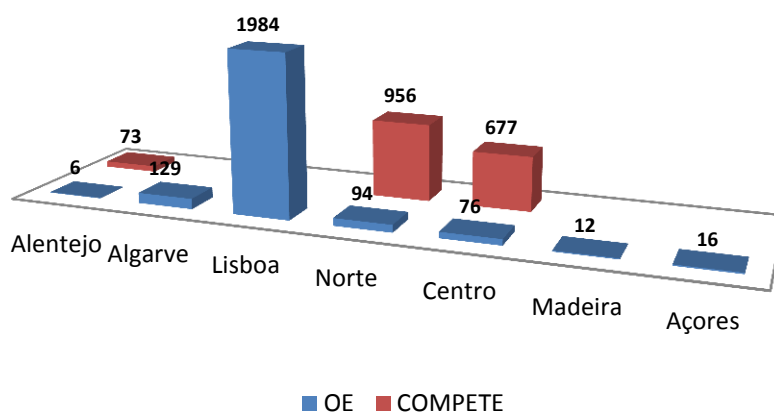


FIGURA 39 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO

PROJETOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

No âmbito dos últimos concursos abertos em todos os domínios científicos, o número de projectos activos em 2011 ascende a 3.500, envolvendo um financiamento total concedido de 425.282.489,00 €, cuja redistribuição é a que se segue:

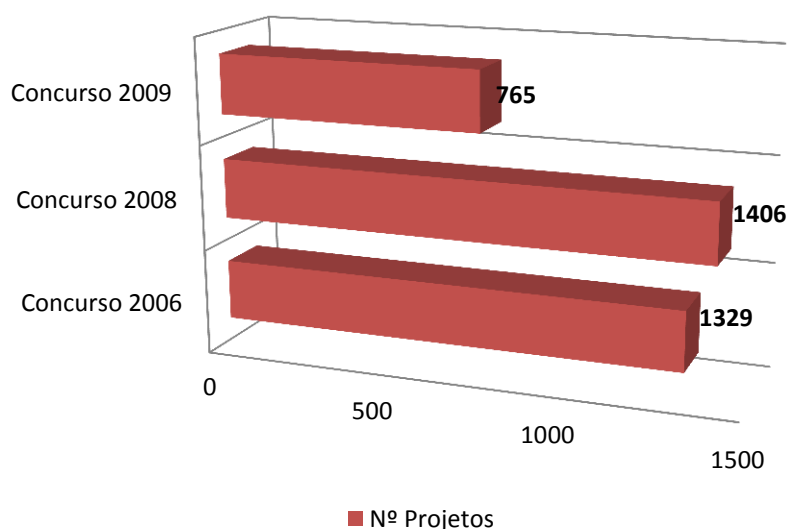


FIGURA 40 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

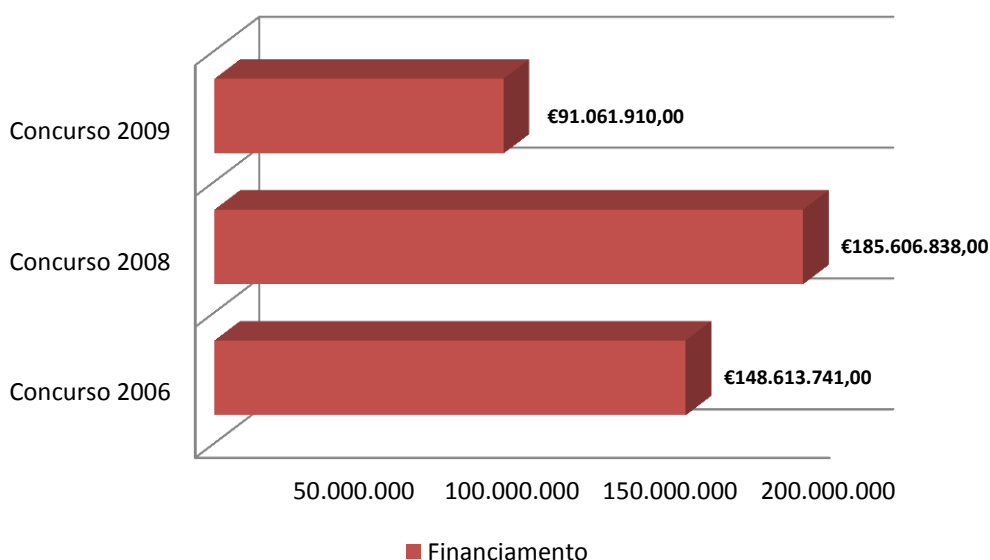


FIGURA 41 - FINANCIAMENTO CONCEDIDO A PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

Nesta análise não se incluem os projectos do concurso de 2010 aprovados para financiamento porque só iniciaram a sua execução em 2012. Convém ainda esclarecer que a redução (para cerca de metade) da dotação disponível para o concurso de 2009 relativamente ao de 2008 se explica pelo facto de, a partir de 2008, os concursos de projectos terem passado a ter periodicidade anual ao contrário do que aconteceu até então em que só ocorriam de dois em dois anos. Seguidamente, apresenta-se um resumo das taxas de execução destes projetos, em termos de despesa, pagamentos e execução temporal.

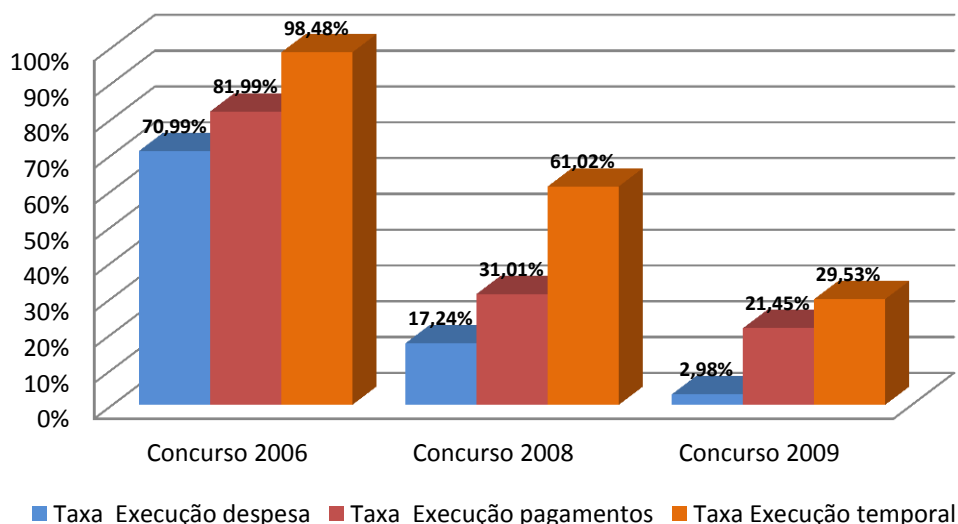


FIGURA 42 - TAXAS DE EXECUÇÃO DESPESA, PAGAMENTOS E TEMPORAL, À DATA DE 31/12/2011

Importa referir que os projetos financiados ao abrigo do Concurso em Todos os Domínios Científicos - 2010 iniciaram a sua execução apenas em 2012, motivo pelo qual não são abordados neste ponto do relatório.

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

De entre os 4.023 projetos em execução no DPPICDT no decurso de 2011, destacam-se também os projetos de cooperação transnacional, em número de 291, com um financiamento envolvido de cerca de 42 M€ e que têm como principal objetivo incentivar a participação da comunidade científica portuguesa em Programas Multilaterais e Redes Científicas, em Organizações Internacionais, bem como em projetos ou realizações conjuntas, integrados em acordos e convénios de cooperação científica e tecnológica ou ainda em acordos culturais de natureza bilateral celebrados entre Portugal e outros países ou instituições.

Seguidamente, apresenta-se um quadro resumo dos projetos de Cooperação Transnacional geridos pelo DPPICDT em 2011:

Projetos de Cooperação Transnacional	Nº projectos em execução	Financiamento Concedido (€)
Programas da União Europeia e Multilaterais	130	16.794.350
Parcerias internacionais	81	20.697.366
CERN	80	4.485.000
Total	291	41.976.717

TABELA Nº. 13– PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

O financiamento no âmbito dos **Programas da União Europeia e Multilaterais** exige a articulação interdepartamental entre o Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM), o DPPICDT, a Equipa de Informática e o Departamento de Formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRHCT), num esforço conjunto de adaptação interna a fim de garantir a eficiência e rigor processual, mas também a cooperação interinstitucional, quer a nível nacional quer a nível transnacional.

O DPPICDT gere estes projetos de acordo com esquema de financiamento específicos que variam entre o Joint Pot - que implica que cada agência financiadora nacional suporte integralmente a participação das suas equipas de investigação de acordo com as regras de financiamento nacionais - e a comparticipação financeira – que define diferentes taxas de financiamento atribuídas pelos Programas/Redes.

Os Programas da União Europeia e Multilaterais cuja gestão dos projetos apoiados se encontrou em 2011 a cargo do DPPICDT, distribuem-se pelos seguintes Programas/Redes:

- ⇒ Cooperação Bilateral e Multilateral;
- ⇒ Programa EUROCORES (ESF);
- ⇒ ERA-NET;
- ⇒ Iniciativas ao abrigo do artigo 169º do Tratado da CE;
- ⇒ Iniciativas Tecnológicas Conjuntas.

O enquadramento específico desta tipologia de projetos exige a reprogramação financeira, temporal e física dos projetos ao longo do seu ciclo de vida, motivada quer pela necessidade de adaptação às regras nacionais, quer por alterações ao nível do projeto colaborativo e do próprio consórcio.

No que se refere aos projetos financiados ao abrigo de **Parcerias Internacionais** e reconhecendo-se que a cooperação internacional é uma mais-valia para a promoção e avanço do conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico, tal facto tem conduzido à celebração de vários acordos de cooperação entre a FCT e instituições internacionais de referência como a Harvard Medical School (HMS), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas at Austin (UTAustin). Estes acordos de cooperação levaram à abertura de Concursos para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico com periodicidade anual e que envolvem a avaliação de mérito de candidaturas.

O financiamento de projetos no âmbito destas parcerias exige, da mesma forma, a articulação entre o DPPICDT e o Gabinete de Parcerias Internacionais que gerem todos os programas no âmbito destas parcerias num esforço conjunto de eficiência e rigor processual.

Salienta-se, ainda, o **Programa de Cooperação entre Portugal e o CERN**, que surge na sequência do acordo de adesão de Portugal a esta instituição internacional e se traduz, para além do pagamento de uma quota anual, na disponibilização de um montante financeiro para apoiar projetos e infra-estruturas de ciência e tecnologia.

Em cumprimento deste acordo, têm sido abertos concursos anuais para financiamento de projetos, no domínio das partículas de alta energia, o que tem permitido o desenvolvimento de investigação de grande qualidade neste domínio da Física das Partículas e áreas afins.

2.3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2011

O grupo de Gestão Financeira do Departamento de Programas e Projectos (DPPICDT) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem por missão assegurar a boa execução dos projectos do Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) cuja gestão lhe está afectada.

No decurso de 2011, foram três os projectos PIDDAC com dotações orçamentais afectas a este departamento, a saber:

- ⇒ 3599 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
- ⇒ 5876 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
- ⇒ 6879 – Apoio à Gestão do Financiamento de Projectos de I&D (AT/QREN)

Em conjunto, estes projectos permitiram concretizar a missão da FCT através da concessão de financiamento na sequência da avaliação do mérito de propostas de equipas de investigação financiadas no âmbito de concursos que visam o incrementar e consolidar o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Caracterizando-se por uma duração plurianual, as dotações orçamentais destes projectos viabilizaram não apenas a abertura de novos concursos, como também a assunção dos compromissos transitados de anos anteriores, suportando ainda as inerentes despesas de gestão, avaliação, acompanhamento e divulgação.

No final de cada ano orçamental, o DPPICDT colabora com o Departamento de Gestão e Administração (DGA) da FCT na elaboração dos Relatórios de Execução Anual solicitados pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI/MCTES).

Este contributo centra-se unicamente naquela que é a execução material apurada para o ano em análise e permite verificar se as metas previstas aquando da elaboração do Orçamento foram atingidas.

Relativamente à execução financeira, 2011 encerrou com uma taxa de 99% face aos fundos recebidos:

Fundos Recebidos Total	Execução Financeira Total	Taxa de Execução
65.084.983,00	64.629.465,00	99%

TABELA Nº. 14– EXECUÇÃO FINANCEIRA TOTAL

Desagregando, e tomando como referência a fonte de financiamento (OE, FEDER, RNA e Receitas Próprias) temos:

Unidade: Euro

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
3599 - OE	34.200.000,00	35.416.514,00	35.416.514,00	349.656,52	34.775.731,76	35.125.388,28	99%
5876 - OE	7.300.000,00	7.909.766,00	7.909.766,00	138.700,46	7.741.789,72	7.880.490,18	100%
6879 - OE	169.729,00	148.513,00	148.513,00	118.443,20	0,00	118.443,20	80%
Total OE	41.669.729,00	43.474.793,00	43.474.793,00	606.800,18	42.517.521,48	43.124.321,66	99%

TABELA Nº. 15– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO OE EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
5876 - FEDER	48.700.000,00	43.684.250,00	18.639.184,98	218.123,20	18.374.099,43	18.592.222,63	100%
6879 - FEDER	961.800,00	961.800,00	713.545,63	666.972,50	0,00	666.972,50	93%
Total FEDER	49.661.800,00	44.646.050,00	19.352.730,61	885.095,70	18.374.099,43	19.259.195,13	100%

TABELA Nº. 16– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FEDER EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
3599 - RNA	105.000,00	535.140,00	518.788,96	235.068,53	276.169,38	511.237,91	99%
5876 - RNA	305.000,00	305.000,00	261.273,91	0,00	260.809,21	260.809,21	100%
Total RNA	410.000,00	840.140,00	780.062,87	235.068,53	536.978,59	772.047,12	99%

TABELA Nº. 17– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RNA EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
3599 - RP	0,00	1.477.397,00	1.477.396,58	0,00	1.473.900,80	1.473.900,80	100%
Total RP	0,00	1.477.397,00	1.477.396,58	0,00	1.473.900,80	1.473.900,80	100%

TABELA Nº. 18– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS EM 2011 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Ainda que se possa dizer que, no global, 2011 foi relativamente homogéneo no que concerne à distribuição dos pagamentos efectuados, podemos observar que o 1º e 2º trimestres do referido ano registaram, no seu conjunto, um significativo volume de transferências efectuadas para projectos de investigação. Para esta constatação contribui o facto de ter sido nestes dois primeiros trimestres de 2011 que se executou a grande maioria dos adiantamentos iniciais do concurso 2009 (cerca de 90% dos mesmos).

Relativamente ao 4º trimestre de 2011, verificamos também um relevante nível de transferências efectuadas para projectos, em particular, respeitantes a reembolsos do concurso 2008.

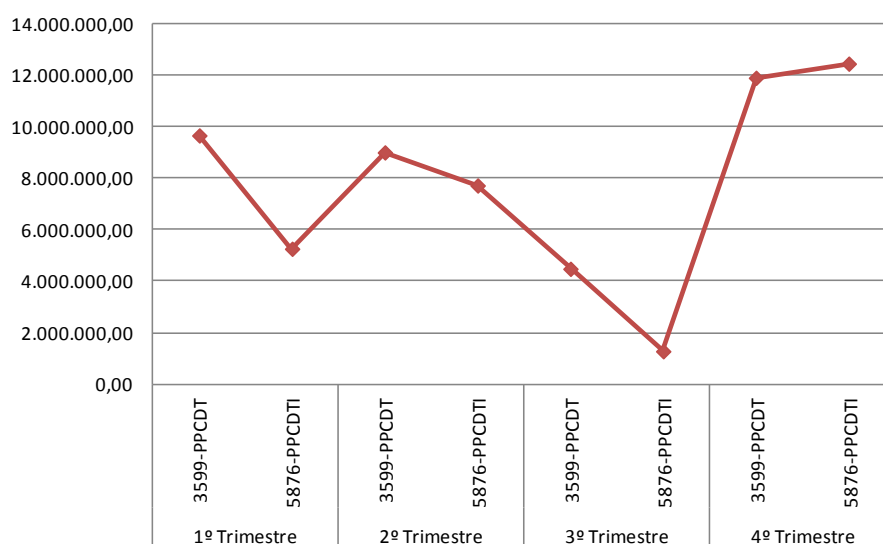


FIGURA Nº 8 -

FIGURA 43 - EXECUÇÃO DO CAPITAL POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

2.3.3. ACTIVIDADES REALIZADAS

2.3.3.1. AVALIAÇÕES

Este ponto do Relatório procura traduzir as seguintes actividades desenvolvidas:

- ⇒ Avaliação de Candidaturas;
- ⇒ Análise de Alegações Contrárias submetidas em sede de Audiência Prévia;
- ⇒ Relatórios Finais.

AVALIAÇÃO DE CANDIDATURAS

Concurso de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos (2010)

No âmbito do Concurso de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2010, aberto de 30 de Dezembro a 24 de Fevereiro de 2011, foram apresentadas 4.591 candidaturas distribuídas por 31 áreas científicas.

Em cumprimento do “Regulamento de acesso a financiamento de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico — 2010”, o Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT) procedeu à verificação dos requisitos formais de enquadramento no concurso, tendo-se concluído que 92 candidaturas não reuniam condições de admissibilidade pelo facto de não terem sido cumpridos os requisitos regulamentares estabelecidos.

Nesta conformidade, prosseguiram para o processo de avaliação 4.499 candidaturas envolvendo um financiamento solicitado de € 623.710.733, das quais foram propostas para financiamento 634 candidaturas (14,09%) envolvendo um financiamento global de € 68.909.364, correspondendo a 11,05% do financiamento total solicitado.

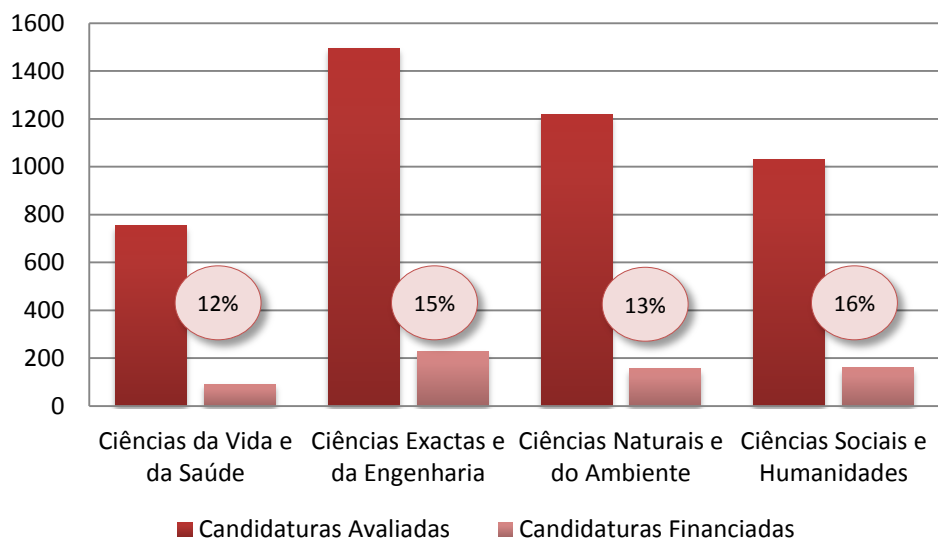


FIGURA 44 - CANDIDATURAS AVALIADAS, CANDIDATURAS FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO

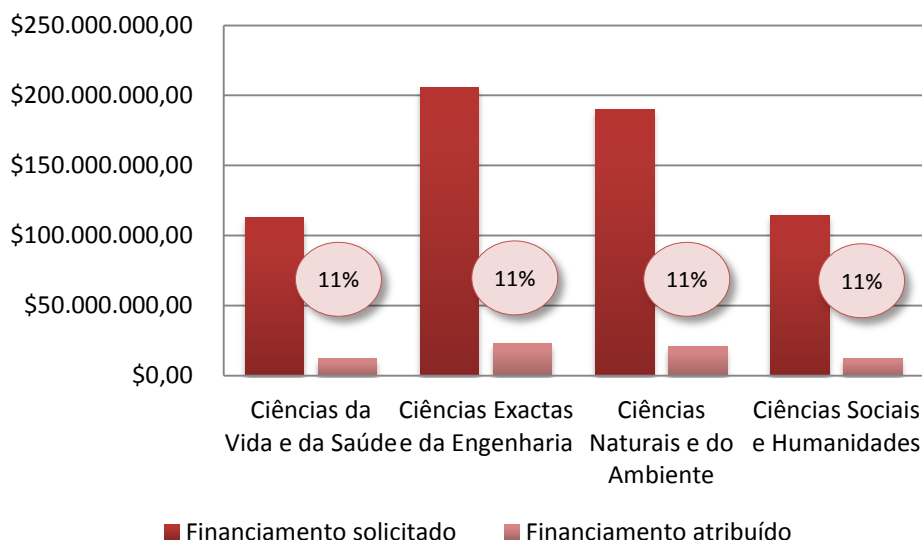


FIGURA Nº 10 –

FIGURA 45 - FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE APROVAÇÃO

A avaliação das candidaturas foi efectuada por 31 Painéis de Avaliação e Selecção Internacionais e de reconhecido mérito e idoneidade, envolvendo, no total, 244 avaliadores. Atendendo à especificidade das candidaturas submetidas a concurso, cerca de 68% dos Painéis de Avaliação e Selecção recorreram também ao auxílio de um total de 886 Peritos Externos.

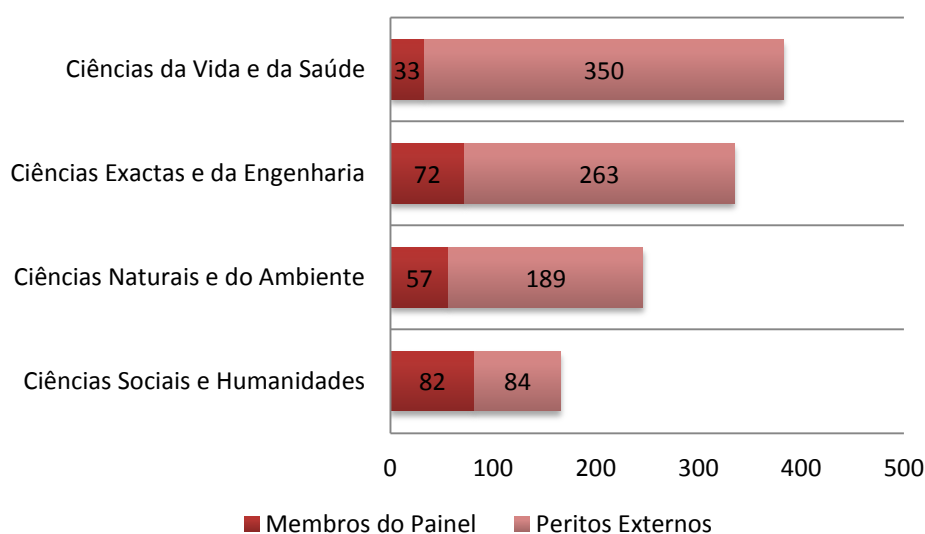


FIGURA 46 - NÚMERO DE AVALIADORES

O processo de avaliação das candidaturas decorreu entre os meses de Abril e Julho de 2011, sendo que as reuniões presenciais dos 31 Painéis de avaliação e Selecção tiveram lugar em Lisboa, nas instalações da FCT, entre os dias 18 de Maio e 20 de Julho de 2011.

A metodologia de selecção e hierarquização das candidaturas baseou-se no indicador de mérito do projecto que assenta nos critérios e factores estabelecidos no Edital do Concurso de 2010 e no Regulamento aplicável:

- A. Mérito científico e carácter inovador do projecto numa óptica internacional;

- B. Mérito científico da equipa de investigação;
- C. Exequibilidade do programa de trabalhos e razoabilidade orçamental;
- D. Contributo para a acumulação de conhecimento e competências do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

As 4.499 propostas de decisão de financiamento ou não financiamento das candidaturas, onde constam os respectivos pareceres dos Painéis de Avaliação, foram comunicadas aos Investigadores Responsáveis por email no dia 5 de Setembro de 2011.

Concursos de Cooperação Transnacional: Parcerias Internacionais

Durante o ano de 2011, abriram, no total, 5 Concursos:

- ⇒ Concurso para Projectos de Investigação Clínica – Modalidade Sénior – **HMSP-ICS1**
Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School
(14/02/2011 - 03/03/2011)
- ⇒ Concurso de Projectos para Produção de Conteúdos Médicos e Informação Médica – **HMSP-PCM**
Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School
(19/09/2011 – 16/11/2011)
- ⇒ Concurso de Projectos de Investigação Clínica de Tipologia Júnior - **HMSP-ICJ**
Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School
(19/09/2011 – 16/11/2011)
- ⇒ Concurso de Projectos de Investigação Clínica -Modalidade sénior - **HMSP-ICS1**
Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School
(19/09/2011 – 16/11/2011)
- ⇒ Concurso de Projectos de Investigação Clínica e Translação - **HMSP-ICT**
Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School
(19/09/2011 – 16/11/2011)

Salienta-se que os 4 concursos de projectos do Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School que encerraram em Novembro de 2011 ainda não se encontram avaliados no momento da elaboração deste relatório, pelo que não é possível indicar o número de candidaturas financiadas, o financiamento concedido e respectivas taxas de aprovação.

Relativamente ao Concurso HMSP-ICS1, o Painel de Avaliação e Selecção foi constituído por 2 avaliadores não tendo participado no processo qualquer perito externo. O Concurso HMSP-ICS1 abriu no início do ano 2011 atendendo ao facto de não ter existido qualquer candidato na edição anterior realizada em 2010.

Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics – CERN 2011

O Concurso para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics – CERN 2011,

aberto de 20 de Abril a 1 de Junho de 2011, teve como objectivos e prioridades o financiamento de projectos de investigação científica e tecnológica no domínio da Física de Altas Energias e outros domínios afins relevantes para a participação Portuguesa no European Laboratory for Particle Physics (CERN), associados às colaborações científicas oficiais ou reconhecidas pelo CERN, bem como a projectos de base tecnológica no domínio das ciências aplicadas em colaboração com actividades apoiadas pelo mesmo Laboratório.

Foram apresentadas 32 candidaturas, sendo que apenas 31 reuniram condições de elegibilidade tendo sido solicitado o montante total de € 6.682.835. Após a realização do processo de avaliação foram recomendados para financiamento 30 projectos envolvendo um financiamento global de € 3.000.000. Comparativamente com o Concurso CERN 2010, verifica-se que tanto o montante total solicitado como o montante recomendado são praticamente o dobro, valores que se devem ao facto da duração máxima para a execução dos projectos ter sido alterada de 12 para 24 meses.

Salienta-se que a periodicidade dos concursos CERN também foi alterada, passando a realizar-se de 2 em 2 anos a partir do concurso de 2011.

O Painel de Avaliação e Selecção, por sua vez, foi constituído por 5 avaliadores, não tendo sido verificada a participação de peritos externos

ANÁLISE DE ALEGAÇÕES CONTRÁRIAS

Concurso de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos (2010)

O processo de análise dos comentários apresentados pelos Investigadores Responsáveis à proposta de decisão do Concurso de 2010, foi iniciado em 2011, o qual se prevê estar concluído antes do final primeiro semestre de 2012. Foram submetidas, no total, 429 reclamações, representando cerca de 9,5% do total de candidaturas avaliadas.

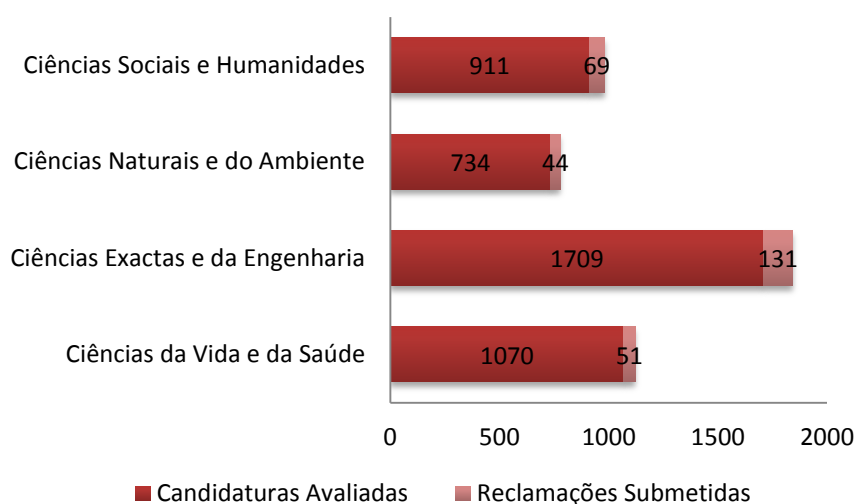


FIGURA 47 - CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS

A análise das 21 reclamações de carácter exclusivamente administrativo ou processual foi comunicada aos Investigadores Responsáveis a 17 de Novembro de 2011 as quais, em cumprimento com o previsto no regulamento, foi efectuada pela FCT, não tendo havido reversão de nenhuma das decisões dos Painéis de Avaliação e Selecção.

Encontra-se igualmente em fase de finalização o processo de análise das 177 observações de carácter administrativo ou processual respeitante às candidaturas cujos investigadores submeteram também alegações científicas.

A totalidade das 408 observações de carácter científico será analisada por 4 Painéis de Peritos referentes aos mesmos domínios científicos já considerados aquando da análise das reclamações submetidas em sede de audiência prévia do Concurso de 2009, onde a área das Ciências Biológicas é considerada no domínio das Ciências Naturais e do Ambiente.

RELATÓRIOS FINAIS

Os Relatórios Finais dos projectos, submetidos electronicamente no sítio da FCT na internet, são apreciados:

- ⇒ Na componente científica, por Comissões de Avaliação constituídas por elementos da Comunidade Científica nomeados para o efeito;
- ⇒ Na componente financeira, pelos serviços da FCT.

Durante o ano de 2011, foram avaliados, pelas diversas Comissões de Avaliação constituídas para o efeito, 702 Relatórios Finais Científicos, cuja distribuição por domínio científico se encontra na figura seguinte:

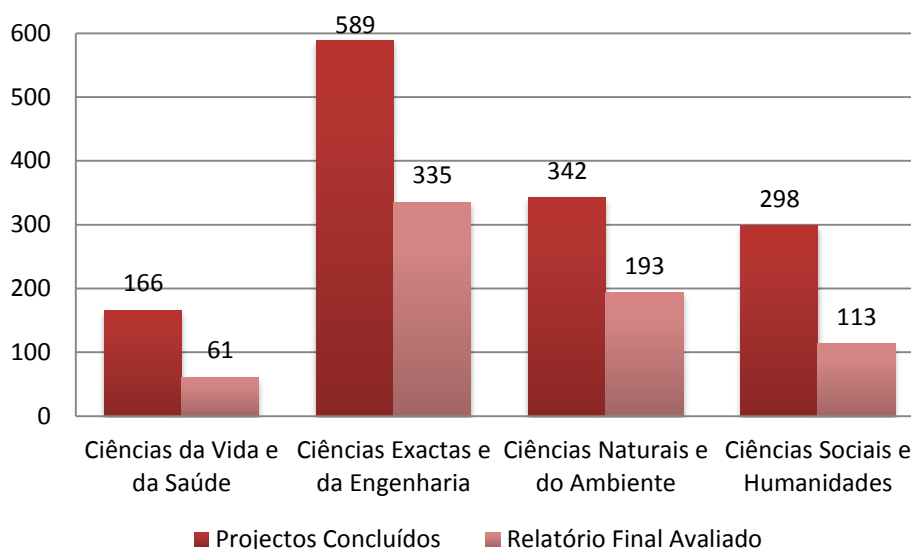


FIGURA 48 - RELATÓRIOS FINAIS CIENTÍFICOS AVALIADOS

2.3.3.2. VALIDAÇÃO DE DESPESA

A análise de despesa realizada no âmbito de projectos de investigação é uma das actividades relevantes a cargo do DPPICDT, encontrando-se espelhada na figura 14 a distribuição da despesa apresentada, analisada e considerada elegível durante o ano de 2011, por domínio científico.

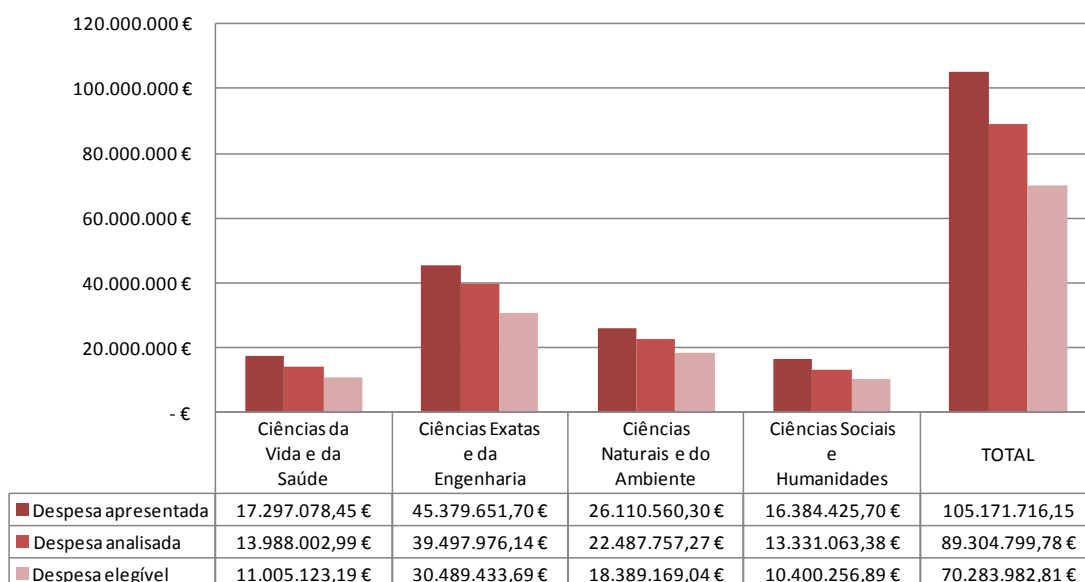


FIGURA 49 - DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL (2011)

Durante o ano a que reporta o presente relatório, as Instituições Beneficiárias apresentaram à FCT despesa realizada no âmbito de projectos de investigação, no montante global de 105.171.716,15 € (correspondente a 8.322 pedidos de pagamentos), sendo os projectos dos domínios das Ciências Exactas e da Engenharia, seguidos dos das Ciências Naturais e do Ambiente, os que mais contribuíram para esse valor.

Relativamente à despesa analisada durante o ano de 2011, a mesma ascendeu a 89.304.799,78 € (correspondente a 6.548 pedidos de pagamentos verificados em 2011). Cerca de 79% dessa despesa foi considerada elegível, com a seguinte repartição por rubricas:

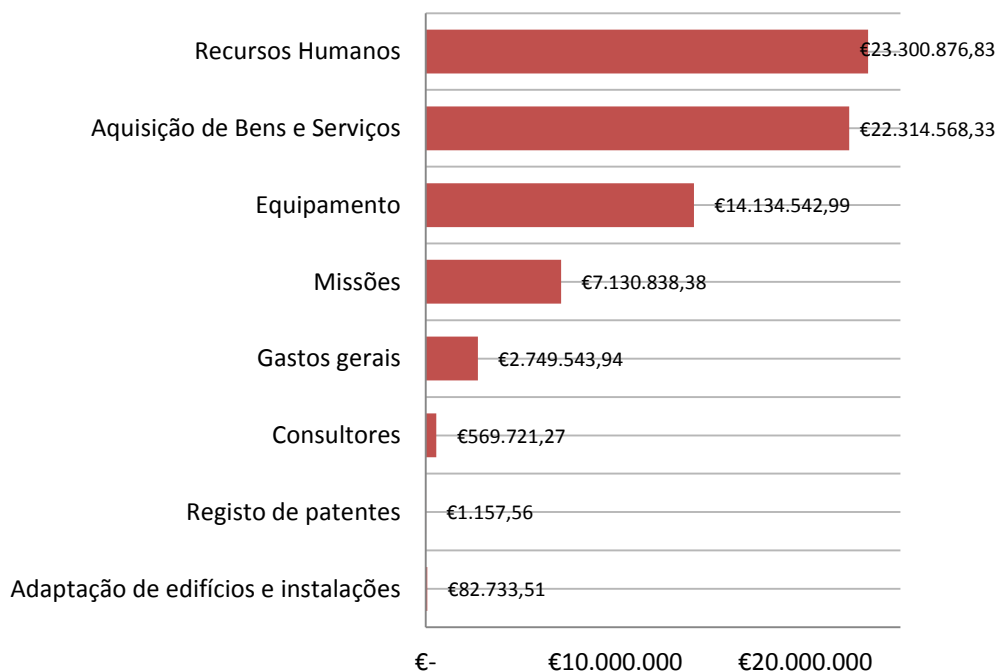


FIGURA 50 - DESPESA ELEGÍVEL por rubricas orçamentais (2011)

Importa salientar, também, que dos 6.548 pedidos de pagamento vistos, 1.325 incluem despesas relativas a Gastos Gerais, tendo sido consideradas elegíveis despesas gerais no valor de € 2.749.543,94 dos cerca de 4,446 M€ apresentados. Atendendo à especificidade da análise das despesas desta rubrica, a mesma continua afecta ao Grupo de Gastos Gerais.

Atendendo às diversas actividades desenvolvidas pelos técnicos do DPPICDT e ao volume de despesa envolvida, tornou-se indispensável a continuação do recurso à aquisição de serviços externos de validação de despesa efectuada no âmbito de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Deste modo, conforme estabelecido no Código dos Contratos Públicos, a FCT procedeu, em 25 de Julho de 2011, à abertura do concurso público para aquisição de serviços de validação de despesa - 2011, no valor estimado de 90 milhões de euros, no âmbito de projectos de investigação e de projectos estratégicos, estes últimos geridos pelo DSRIT. Saliente-se que, este processo foi coordenado pelo DPPICDT e acompanhado na plataforma electrónica de contratação pública - Construlink.

A empresa adjudicada iniciou os trabalhos na FCT em 7 de Outubro de 2011, tendo analisado a elegibilidade de despesas apresentadas pelas Instituições Beneficiárias em Pedidos de Pagamento através de submissão no Portal de Ciência e Tecnologia (PCT) e inserido, na plataforma de análise electrónica, os resultados obtidos em termos de montantes de despesa elegíveis, não elegíveis e de elegibilidade duvidosa e respectivas justificações.

2.3.4. OUTRAS ACTIVIDADES NA ÁREA DE C& T

MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2011

A iniciativa *Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência* foi criada pela L'Oréal Portugal, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) e com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, I.P), com o objectivo de promover a participação das mulheres na Ciência, incentivando as mais jovens e promissoras cientistas, em inicio de carreira, a realizarem estudos avançados na área das Ciências da Vida e das Ciências do Ambiente.

O concurso para atribuição das *Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência* 2011 encontrou-se aberto entre 15 de Junho e 15 de Setembro, tendo sido apresentadas 75 candidaturas.

O Júri constituído para avaliação das candidaturas, coordenado pelo Professor Alexandre Quintanilha e composto pelos Professores Nuno Ferrand de Almeida, Helena Freitas, Cecília Arraiano e Cláudia Pereira, reuniu nas instalações da FCT, em 7 de Dezembro de 2011, deliberando atribuir, por unanimidade, as três Medalhas às seguintes candidatas:

Candidata	Designação do projecto	Área científica do projecto	Instituição de acolhimento
Ana Lúcia Barbas	Phage Display as a tool for development of novel therapeutics for breast cancer: targeting Notch1 Jagged 2 ligand	Ciências da Saúde	IBET

Inês Girão Meireles de Sousa	Genetics and genomics of primary spontaneous pneumothorax in the Portuguese population	Ciências da Saúde	IMM/IGC
Adelaide Fernandes	S100B in central nervous system myelination and re-myelination: a target for therapeutic intervention on demyelinating disorders	Ciências da Saúde	FFUL

TABELA Nº 19 - MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2011

A cerimónia para entrega das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência 2010 decorrerá no Pavilhão do Conhecimento no dia 25 de Janeiro de 2012.

PRÉMIO PULIDO VALENTE CIÊNCIA 2011

Doenças genéticas – Novas abordagens para diagnóstico, mecanismo e tratamento

O Prémio Pulido Valente Ciência, criado conjuntamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela Fundação Professor Francisco Pulido Valente (FPFPV), visa distinguir o melhor trabalho publicado no domínio das Ciências Biomédicas, que descreva a investigação executada por investigadores, com idades inferiores a 35 anos, em laboratórios nacionais. O prémio, a atribuir anualmente, é no montante de 10 000 Euros, a compartilhar, em partes iguais, pelas duas instituições promotoras.

O concurso da edição 2011 do PPVC, na área Doenças genéticas – Novas abordagens para diagnóstico, mecanismo e tratamento esteve aberto entre 1 de Junho e 30 de Setembro de 2011, tendo sido apresentadas dezoito (18) candidaturas.

As candidaturas foram avaliadas pelo Júri constituído pelos Professores Miguel Seabra (Presidente), Maria João Saraiva, Margarida Amaral, João Lobo Antunes e João Monjardino.

O Júri deliberou distinguir, por unanimidade, o artigo *Silencing ataxin-3 mitigates degeneration in a rat model of Machado-Joseph disease: no role for wild-type ataxin-3 ?*, publicado na revista Human Molecular Genetics, da autoria de Sandro Alves do Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC).

PRÉMIO INTERNACIONAL FERNANDO GIL 2011

O Prémio Internacional Fernando Gil para a Filosofia da Ciência foi anunciado pelo Governo português em 2006, por ocasião do seu falecimento, no intuito de homenagear a obra de um dos nomes maiores do pensamento e do ensino filosófico português no séc. XX. De facto, a obra do autor de *Mimésis e Negação* e o *Tratado da Evidência*, estende-se da epistemologia à estética, passando pela filosofia moral e política. A filosofia de Fernando Gil visa “não obscurecendo discontinuidades, buscar as ligações entre os vários planos do pensar humano” (Paulo Tunhas).

A parceria firmada entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P viabilizou o lançamento, em Março de 2010, da 1ª edição desta iniciativa que pretende honrar a memória do filósofo Fernando Gil e contribuir para o desenvolvimento da Filosofia da Ciência promovendo a sua aproximação à Ciência.

Trata-se de um Prémio internacional, anual, ao qual está associado o montante de € 125.000,00, destinado a galardoar uma obra de particular excelência, no domínio da Filosofia da Ciência, da autoria dum-a investigador-a de qualquer nacionalidade ou afiliação profissional, publicada nos três anos anteriores ao ano de atribuição do Prémio.

O 2º concurso do *Prémio Internacional Fernando Gil* encerrou no dia 15 de Março de 2011 tendo sido admitidas para a fase de avaliação onze (11) obras nomeadas.

O processo de selecção foi concretizado por um Júri internacional composto por filósofos de reconhecido mérito, designados pelas entidades instituidoras sob proposta de instituições académicas de referência no domínio da Filosofia da Ciência, cuja composição foi publicada no Edital do concurso.

No decurso da reunião final de selecção que se realizou nos dias 14 e 15 de Novembro de 2011, o Júri congratulou-se com a excelente qualidade de várias obras nomeadas, tendo deliberado atribuir o Prémio à obra *Isaac Newton on Mathematical Certainty and Method*, da autoria de Niccolò Guicciardini, especialista em História das Ciências Exatas, que receberá esta distinção no dia 19 de Março de 2012, na Fundação Calouste Gulbenkian, numa cerimónia que incluiu uma conferência proferida pelo investigador laureado.

Nascido em 1957, o premiado Niccolò Guicciardini é professor de História da Ciência na Università degli Studi di Bergamo (Itália), sendo licenciado em Filosofia (1982) e em Física (1992). Obteve ainda o grau PhD (doutoramento) em História da Matemática. A sua área de especialização é a História das Ciências Exatas nos séculos XVII e XVIII.

2.3.5. ACÇÕES DE CONTROLO A PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

As acções de controlo realizadas em 2011 envolveram significativamente o Departamento quer ao nível da disponibilização de informação, acompanhamento e prestação de esclarecimentos, quer na análise de relatórios e contribuição para os processos de contraditório.

De acordo com o estabelecido na alínea v) do nº1 do artigo 45º do DL nº312/2007 de 17 de Setembro (republicado pelo DL 74/2008, de 22 de Abril e alterado pelo DL nº99/2009 de 28 de Abril), bem como nos termos previstos nos protocolos de delegação de competências celebrados com a FCT, a Autoridade de Gestão do COMPETE, no âmbito do Plano de Controlo Interno para 2010 realizou uma acção de controlo às operações co-financiadas pelo POFC centrada ao nível da supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios e já descrita no Relatório de Actividades de 2010.

As auditorias foram realizadas no final de 2010 com recurso a auditores externos, os quais foram acompanhados por Técnicos da Autoridade de Gestão do COMPETE e do DPPICDT tendo decorrido inicialmente na FCT e posteriormente nos beneficiários, cujas visitas acabaram por ocorrer já em 2011, nos meses de Janeiro e Fevereiro, sendo acompanhadas por dois Técnicos Superiores do DPPICDT.

Para além destas verificações no local, ocorridas no primeiro trimestre do ano, e na sequência da aceitação formal pela Comissão Europeia da Adenda à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do POFC, relativo à FCT, e da estratégia definida pela IGF, enquanto autoridade de auditoria decorreu, também no início de 2011, uma auditoria da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) tendo em vista efectuar testes de percurso às diferentes fases do ciclo de vida dos projectos, tendo sido seleccionados para o efeito 4 projectos de investigação co-financiados pelo COMPETE.

O projecto de Relatório elaborado pela IGF foi enviado à FCT no dia 14 de Março de 2011, tendo o DPPICDT elaborado a sua contribuição para o contraditório, que veio a ser remetido pela Autoridade de Gestão do COMPETE à IGF a 30 de Março de 2011.

Ainda na sequência desta auditoria foi preparada, com a colaboração do DPPICDT, uma “Nota de Esclarecimento” que a Autoridade de Gestão do COMPETE remeteu ao IFDR em Julho de 2011, com conhecimento à IGF, quanto à recomendação emanada em sede de relatório preliminar de que “*a elegibilidade das operações enquadradas no “regime transitório” deverá ficar condicionada à*

demonstração, pela AG, de que os procedimentos observados não ferem os princípios gerais previstos na regulamentação comunitária e nacional.”

De salientar não ter sido formalmente enviado à FCT, até à presente data, o Relatório Final com as conclusões da referida Auditoria.

Em 16 de Maio de 2011, o DPPICDT foi informado pelo COMPETE de que o IFDR havia desencadeado um procedimento de despiste de duplicação de despesas entre Programas Operacionais e Medidas dentro de cada PO, focalizado nos sistemas de apoio do QREN dada a inexistência de um registo de despesas comum às várias Autoridades de Gestão envolvidas.

No caso do SAESCTN foram seleccionados 23 projectos, sendo que apenas 4 apresentavam despesas registadas no SI POFC e para os quais foram remetidas ao COMPETE, pelo DPPICDT, as respectivas listas de despesa correspondentes aos montantes transferidos para SI POFC.

Logo em Abril de 2011, a FCT foi novamente informada pela Comissão Directiva do COMPETE de que o Tribunal de Contas Português se encontrava a efectuar uma auditoria ao POFC com os seguintes objectivos:

- Apreciação global da gestão do PO
- Resultados alcançados
- Sistema de gestão da informação
- Controlo interno
- Regularidade e legalidade das operações

Foi assim construída uma amostra de 8 projectos de investigação alvo de auditoria com incidência sobre as autorizações de pagamento e fluxo financeiro associado.

O relato de auditoria foi remetido à FCT em 19 de Outubro de 2011, tendo sido apresentados, em 02 de Novembro de 2011, os comentários considerados por convenientes no que reporta às conclusões e recomendações efectivadas à FCT na qualidade de organismo intermédio.

No âmbito das suas competências de validação dos pedidos de certificação de despesa e na sequência da recepção de 2 Pedidos de Certificação de Despesas do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) que incluíam projectos de IC&DT enquadrados no SAESCTN (7º e 8º PCD), o IFDR desencadeou uma acção de controlo prévia ao envio da Declaração de Despesas à Comissão Europeia.

Esta acção incidiu sobre uma amostra de 30 projectos todos eles enquadrados no POFC ao abrigo das Disposições Transitórias do Regulamento do SAESCTN, e abarcou não só procedimentos de verificação da despesa e pagamento dos financiamentos pela FCT mas também as fases anteriores de lançamento dos concursos e aprovação e contratação dos projectos.

Os trabalhos iniciaram em Agosto de 2011 na FCT, tendo o relatório preliminar sido apresentado em formato electrónico, em 07 de Novembro de 2011, e a contribuição para o contraditório sido remetida pela FCT ao POFC em 11 de Novembro 2011.

Por fim, dando cumprimento à Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de Maio, que prevê, no que diz respeito às verificações no local, que as mesmas sejam efectuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão, foram efectuadas verificações no local, promovidas pela FCT em Novembro e Dezembro de 2011.

Estas verificações reportam ao Plano Anual de Verificações no Local para 2010 definido pelo COMPETE e incidiram sobre 4 projectos de investigação cujas instituições beneficiárias se encontram sedeadas na zona Norte do País.

Em jeito de conclusão, reconhecendo a importância de que se revestem as acções de controlo, destaca-se o forte envolvimento do Departamento no acompanhamento destas acções e no tratamento da informação e documentação a elas associada, assegurando a qualidade e demonstração de provas suficientes e apropriadas para a emissão dos processos de contraditório, considerando os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

2.3.6. OBJECTIVOS DO DPPICDT EM 2011

A análise do grau de realização dos resultados obtidos na prossecução dos objectivos fixados, constitui-se como uma prioridade do DPPICDT pelo que, nesta perspectiva, se inclui no Relatório de Actividades informação sobre o nível de execução e grau de cumprimento de cada um dos objectivos previamente definidos no âmbito do “Tableau de Board” do Departamento relativo a 2011.

Objectivo 1: Lançar novos concursos públicos para financiamento de Projectos de Investigação após deliberação do Conselho Directivo da FCT

Meta: Abertura de 4 concursos públicos

Resultado: Objectivo Superado

Este objectivo integra o QUAR da FCT e foi considerado superado atendendo à abertura em 2011 dos seguintes concursos públicos para financiamento de projectos de investigação em domínios ou temas específicos e decorrentes de acordos internacionais:

⇒ 19/09/2011 — 16/11/2011

Vários concursos no âmbito do acordo Portugal — Harvard Medical School

⇒ 17/06/2011 — 30/08/2011

Infecção VIH/SIDA

⇒ 20/04/2011 — 01/06/2011

Acordo de Cooperação entre Portugal e o Laboratório Europeu de Física de Partículas

⇒ 14/02/2011 — 3/3/2011

Investigação clínica (modalidade sénior) no âmbito do acordo Portugal — Harvard Medical School

A abertura destes concursos públicos permitiu o desenvolvimento das actividades de várias equipas de investigação e a formação de jovens investigadores.

Ainda em 2011 a FCT anunciou o lançamento de um concurso público para financiamento de projectos de investigação em todos os domínios científicos, que se veio a concretizar já em 2012.

Objectivo 2: Encerrar o processo de avaliação das candidaturas submetidas ao Concurso para Financiamento de Projectos de Investigação em Todos os Domínios Científicos 2010, e verificação da conformidade dos pareceres dos Painéis com elaboração das respectivas informações internas com os resultados da avaliação

Meta: Entre 80% a 90% encerrado até 31/07/2011

Resultado: Objectivo Superado

Graças a um forte envolvimento do Departamento no cumprimento deste objectivo, o mesmo foi considerado superado com a totalidade das Informações Internas relativas aos resultados da avaliação dos 31 domínios científicos considerados no âmbito deste concurso, elaboradas até 29/07/2011.

Faz-se notar o esforço que tem vindo a ser efectuado no sentido de reduzir os prazos de avaliação das candidaturas apresentadas no âmbito de concursos públicos, promovendo a FCT um processo coerente e transparente, cuja qualidade tem sido elogiada pelos cientistas estrangeiros que nele têm participado.

Objectivo 3: Reduzir o tempo médio de análise dos Pedidos de Pagamento

Meta: média do tempo de análise entre 90 e 120 dias;

Resultado: Objectivo Superado

Este objetivo, de crucial importância não só para a FCT como para as entidades beneficiárias, foi superado, tendo-se constatado uma redução significativa do tempo médio de análise dos pedidos de pagamento apresentados à FCT, graças a um forte envolvimento dos Técnicos do Departamento nesta tarefa e à colaboração de uma empresa externa contratada para o efeito, sem a qual, face ao elevado volume de despesa envolvido, não seria possível atingir os resultados alcançados.

Objectivo 4: Incrementar a análise da despesa apresentada pelas Entidades Beneficiárias

Meta: Analisar (até 31/12/2011) entre 60% a 75% da despesa total apresentada pelas Entidades Beneficiárias até 31/10/2011

Resultado: Objectivo Superado

Este objetivo, diretamente relacionado com o anterior, demonstra a importância e prioridade dada pelo DPPICDT em 2011 à análise de despesa apresentada pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos, por forma a garantir o cumprimento das metas de execução 2011 do COMPETE.

Como se pode constatar, o balanço da execução dos objetivos definidos para o Departamento em 2011 é bastante positivo, tendo o DPPICDT contribuído de forma ativa para os resultados institucionais.

As atividades levadas a cabo pelo DPPICDT comprovam o forte empenho dos seus colaboradores no sentido de levar a bom termo o cumprimento dos objetivos e missão deste departamento.

2.4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM C&T

Ao DREBM compete, de acordo com os Estatutos da FCT, o acompanhamento das actividades de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia (C&T) levadas a cabo no seio da União Europeia (UE), no quadro das organizações internacionais de que Portugal ou a FCT são membros e no âmbito dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral negociados com outros países.

As actividades desenvolvidas assumem fundamentalmente duas características, a saber:

- Acções de apoio aos processos políticos de tomada de decisão (negociação de instrumentos de cooperação científica internacional, aprovação de programas quadro comunitários de investigação, etc.);
- Acções de carácter operacional conducentes a apoiarem a participação da Comunidade Científica nacional em projectos ou realizações conjuntas resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral ou resultantes de programas lançados no quadro das Organizações Internacionais de que a FCT é parceiro.

Para além das actividades atrás referidas, o DREBM assegura a representação nacional ainda em vários comités e grupos de trabalho da UE e das Organizações Internacionais, garantindo ainda a representação da FCT nas Comissões Mistas dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral, onde são seleccionados os projectos conjuntos a financiar.

2.4.1. RELAÇÕES EUROPEIAS

CONSELHO MINISTROS DA COMPETITIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

O DREBM participou activamente no acompanhamento e na preparação técnica das reuniões formais e informais dos seis Conselhos da Competitividade realizados em 2011. Este apoio técnico traduziu-se na preparação de pareceres sobre os vários assuntos agendados, na recolha e tratamento de informação relativamente à política nacional e comunitária de I&DT para apoio à tomada de decisão nas várias instâncias envolvidas no processo de decisão comunitário, e por fim na preparação de todas as Pastas para apoio às intervenções do Senhor Minisnos referidos Conselhos.

Neste âmbito foi mantida uma estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério de Negócios Estrangeiros (DGAE-MNE) e com a Representação de Portugal junto da UE, REPER, bem como com outros organismos relevantes para os assuntos propostos nas agendas dos referidos Conselhos.

O DREBM assegurou ainda a representação de Portugal no Grupo de Investigação (grupo do Conselho responsável pela preparação da componente de investigação do Conselho da Competitividade), em caso de indisponibilidade da REPER.

ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO

A prioridade atribuída à construção do Espaço Europeu de Investigação (EEI) foi reforçada com a nova agenda estratégica europeia adoptada até 2020 (Estratégia UE 2020), lançada em 2010, passando também a componente da Inovação a ser um elemento a ter em conta na sua realização. Nesse sentido, foram revistos os mandatos das várias formações do *European Research Area Committee* - ERAC (recursos humanos - SGHRM, programação conjunta - GPC, transferência de tecnologia – KT WG, e cooperação internacional - SFIC).

Assim o DREBM, em paralelo com a preparação dos trabalhos do ERAC e a participação em algumas das reuniões, assegurou a presença ou deu apoio à participação nacional nos grupos supramencionados, assegurando ainda a representação da FCT noutros eventos relacionados. Neste âmbito, e com o intuito de fazer um ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das Iniciativas de Programação Conjunta (IPC), para preparação de eventual adesão nacional às várias IPC, foi elaborada uma extensa nota informativa com a descrição sumária de todas as IPC.

Em 2011, o DREBM continuou apoiar a delegação nacional ao ESFRI, tendo também acompanhando os processos de participação nacional nos projectos de infraestruturas do seu *Roadmap*. Assim, foi assegurado pelo DREBM a participação em reuniões nacionais e/ou internacionais relativas às infraestruturas europeias em que houve manifestação de interesse nacional em participar ('CESSDA -

Council of European Social Science Data Archives, e *'CLARIN – Common Language Resources and Technology*, bem como em reuniões internacionais dos projectos de futuras infra-estruturas em que existe envolvimento da FCT. A FCT, assinou Memorandos de Entendimento e participou em reuniões internacionais ,que visam a implementação das futuras infra-estruturas, para os projectos *'ESS – European Social Survey'* e *'INSTRUCT - European Integrated Structural Biology Infrastructure'* . A FCT assinou ainda o *European Research Infrastructure Consortium (ERIC)* da infra-estrutura *'SHARE – Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe'*, que estabelece e constitui a primeira infra-estrutura efectiva .

No quadro da Iniciativa Emblemática «União da Inovação» da Estratégia UE 2020, foi proposto o lançamento de Parcerias Europeias de Inovação - PEI para acelerar a investigação, o desenvolvimento e a chegada das inovações ao mercado, enfrentando deste modo os grandes desafios sociais. Para analisar a visibilidade e eventual impacto destas novas iniciativas o DREBM acompanhou os trabalhos de implementação da primeira experiência piloto das PEI, na área do envelhecimento activo e saudável, tendo preparado a intervenção do Sr. Ministro sobre o assunto no Conselho da Competitividade de 30 de Setembro 2011.

O DREBM garantiu a intervenção nacional na preparação do contributo para as novas acções a realizar pela Comissão Europeia com vista à implementação dos compromissos previstos na 'União da Inovação': criar, até 2012, um quadro normativo para o EEI (*ERA Framework*), e medidas de apoio para a remoção de obstáculos à mobilidade dos investigadores e à cooperação transfronteiras, algo que foi igualmente endossado pelo Conselho Europeu de 04 de Fevereiro 2011.

Assim, o DREBM:

- contribuiu para o *ERA Framework Impact Assessment*, através da elaboração de inventário de medidas de enquadramento regulamentar do sistema de investigação em articulação com os representantes portugueses da ERAWATCH Network. A plataforma ERAWATCH é uma iniciativa conjunta do Directorado-Geral para a Investigação e Inovação da Comissão Europeia e do Centro Comum de Investigação, relativa ao serviço de informação on-line sobre actividades de I&D dos Estados-membros da UE, Estados Associados e outros países como EUA, Japão China;
- garantiu a participação nacional na consulta pública lançada pela Comissão para melhor analisar os principais obstáculos ainda existentes, e possíveis medidas, nos seguintes temas: formação, carreira e mobilidade dos investigadores; cooperação transfronteiras; divulgação, transferência e utilização dos resultados da investigação; infra-estruturas de investigação; cooperação internacional na área da ciência e tecnologia. Nesse sentido, e com vista a melhor enquadrar a comunidade científica nacional sobre este processo e incentivar uma participação alargada dos principais intervenientes do Sistema Científico, Tecnológico Nacional, o DREBM organizou uma sessão pública de esclarecimento, que decorreu em Lisboa , 18 de Novembro, tendo adicionalmente elaborado a resposta da FCT à referida consulta.

O DREBM passou também a assegurar a função de Ponto de Contacto Nacional (PCN) para a ERAWATCH, no seguimento de solicitação da Comissão Europeia à Delegação Nacional ao ERAC, a qual se traduzirá em complementar o trabalho da ERAWATCH Network, que produz inventários de informação e relatórios anuais das actividades de I&D de cada país. Neste âmbito preparou comentários ao *'ERAWATCH COUNTRY REPORT 2010: Portugal'*, os quais foram enviados com a colaboração da coordenadora do Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente.

Âmbito	Eventos	Nº de reuniões
Programação Conjunta	Reuniões GPC	3
	Workshop: <i>'Joint Programming, the potential of the ERA Framework to foster Cross-border operation'</i>	1
	Participação em reuniões de IPC	4

TABELA Nº. 20 – PARTICIPAÇÃO DO DREBM EM COMITÉS E OUTROS EVENTOS

INICIATIVAS DE PROGRAMAÇÃO CONJUNTA

Merecem ainda referência particular o acompanhamento pelo DREBM das actividades decorrentes dos trabalhos do GPC, a saber, as novas Iniciativas de Programação Conjunta (IPC) que foram adoptadas em vários domínios (desafios sociais), numa 1ª fase (1ª Vaga de IPC) e posteriormente (2ª Vaga de IPC).

O DREBM, como membro do *Call Steering Committee*, acompanhou e executou a implementação do 1º concurso para apresentação de projectos de investigação transnacionais em 'Optimização e Harmonização de Biomarcadores em Doenças Neurodegenerativas', no âmbito da IPC JPND, aberto entre 13 de Maio e 5 de Setembro 2011. A participação portuguesa traduziu-se em 9 equipas envolvidas em 5 projectos, dos 14 a concurso, tendo sido financiados 3 projectos integrando 6 equipas portuguesas. A FCT assumiu um compromisso final de 300,000€.

INICIATIVAS DE PROGRAMAÇÃO CONJUNTA		
	IPC	ENVOLVIMENTO DA FCT
1ª Vaga de IPC	JPND - Neurodegenerative Disease Research (Alzheimer)	Membros - as Coordenadoras dos Conselhos Científicos das Ciências da Vida e da Saúde e das Ciências Naturais e do Ambiente da FCT fazem parte do <i>Management Board</i> desta IPC; A FCT é ainda parceiro associado no projecto JUMPAHEAD, financiado pelo 7º PQ, que visa implementar a Agenda Estratégica Comum.
	FACCE - Agriculture, Food Security and Climate Change	Observador
	Cultural Heritage and Global Change: a new challenge for Europe	Observador
	A Healthy Diet for a Healthy Life	-
2ª Vaga de IPC	Antimicrobial Resistance - The microbial challenge	Observador
	Clik'EU - Connecting Climate Knowledge for Europe	-
	Healthy and Productive Seas and Oceans	Membro - participação nas reuniões realizadas e colaboração nos exercícios de <i>mapping</i>
	More Years, Better Lives - The Potential and Challenges of Demographic Change	-
	Urban Europe	Observador

INICIATIVAS DE PROGRAMAÇÃO CONJUNTA	
IPC	ENVOLVIMENTO DA FCT
Water challenges for a changing world	Membro - participação nas reuniões realizadas e colaboração nos exercícios de <i>mapping</i>

TABELA Nº. 21– IPC EXISTENTES E O ENVOLVIMENTO DA FCT

O DREBM elaborou ainda, neste âmbito, um espaço na página online da FCT, sobre as IPC com informação geral e ligações para as páginas de cada IPC. Relativamente à IPC JPND, foi elaborada uma página destinada a fornecer informação sobre o concurso piloto transnacional.

A realização do EEI é prosseguida também através de vários mecanismos operacionais do Programa Quadro, a saber as *European Research Area Networks* (ERA-NETs), *Coordination Support Action - Preparatory* (CSA-Preparatory), as *International Cooperation Networks* (INCO-NETs) e as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (ITCs). Neste âmbito, o DREBM participou em 27 ERA-NETS, e associou-se ao concurso transnacional da NetBiome (Biodiversidade nas Regiões ultra-periféricas) bem como operacionalizou a participação da comunidade científica nacional nos concursos transnacionais das referidas redes (Anexo I). No que se refere às INCO-NETS, o DREBM colaborou na definição de estratégias de cooperação internacional entre a UE e as regiões alvo (África, América do Sul e Região Mediterrânica). DREBM participou ainda em 2 ITCs no quadro das quais operacionalizou a participação da comunidade científica nacional nos respectivos concursos transnacionais.

Tipo de Iniciativa	Envolvimento da FCT	Nº Reuniões
ERA-NET	Membro do conselho directivo e/ou executivo e/ou administrativo	111
CSA	Membro do conselho directivo e/ou executivo e/ou administrativo	1
INCO-NET	Membro do conselho directivo e/ou executivo e/ou administrativo	7
ITCs	Membro do conselho directivo e do Conselho das Autoridades Públicas	4

TABELA Nº. 22 – PARTICIPAÇÕES DA FCT NAS INICIATIVAS ERA-NET, INCO-NET, ITC E ART.185 EM 2010

Em todas estas iniciativas, o DREBM garantiu a representação de Portugal nos órgãos de administração e decisão, bem como o envolvimento de cientistas portugueses nos conselhos científicos, painéis de avaliação entre outras actividades das várias iniciativas (tabela 4). Com a excepção das ITCs e do Artigo 185, os custos associados à participação nas referidas acções das redes ERA-NET, *CSA-Preparatory* e INCO-NET foram totalmente cobertos pelo orçamento atribuído à FCT pela CE no âmbito destas iniciativas.

Especialistas Portugueses Envolvidos		
Área	Comissões da Rede/ Paineis de Avaliação/ Outras actividades	
Física e Matemática	Gaspar Barreira (LIP); Mário Pimenta (LIP); Pedro Assis (LIP).	
Engenharia	Américo Azevedo (FEUP)	
Ambiente	Pedro Beja (CIBIO-Lisboa); Miguel Araújo (CIBIO-Évora); Henrique Pereira (FCUL); Paula Antunes (FCT-UNL); José Lima-Santos (ISA-UTL); Rui Santos (FCT-UNL); João Coimbra (CIIMAR); Isabel Sousa-Pinto (CIIMAR); Jorge Palmeirim, CBA-FCUL; Margarida Santos-Reis, CBA-FCUL; Henrique Pereira CBA-FCUL, Diversitas; Tiago Lourenço, Fundação da Faculdade de Ciências, coordenador da ERA-Net CIRCLE2; David Avelar, Fundação da Faculdade de Ciências, coordenação da ERA-Net CIRCLE2; Isabel Sousa-Pinto, CIIMAR-UC; Ana Carpeta CBA/ISA-UTL; Miguel Bugalho CEABN/ISA-UTL; Francisco Moreira CEABN/ISA-UTL; Mário Silva ICNB; Paulo Oliveira U. Évora; Nuno Oliveira (Quercus); Paula Silva (Quercus); Filipe Dias (WWF); Frederico Cardigos (Gov. Regional Açores); Bernardo Faria (Gov. Regional Madeira); Helena Freitas (UC); Henrique Pereira (FCUL); António Abreu (Gov. Regional Madeira); Filipe Duarte Santos (FCUL).	
Ciências do Mar	Telmo Carvalho (EurOcean); Ricardo Serrão Santos (Univ. Açores) João Coimbra (CIMAR).	
Materiais e Nanotecnologias	Luís Melo (ICENS/IST/UTL); Luís Plácido Martins (DGEG); Daniel Oliveira (LNEG); Helena Viegas (LNEG); Fernando Noronha (UP); Joaquim Luis Lopes (UE); Luís Sousa (UTAD)	
Tecnologias de Informação	Pedro Veiga (FCCN); Lusitana Fonseca (FCCN).	
Aeronáutica	Joaquim Silva Gomes (FEUP)	
Ciências Biológicas e Biotecnologia	Joaquim Sampaio Cabral (IST); Bruno Sommer Ferreira (Biotrend); Nuno faria (APBio); Fernando Garcia (U. Coimbra).	
Ciências da Saúde	Fátima Carneiro (IPATIMUP); Diogo Bastos (Samushi); Luis Magalhães (UMIC); João Moreira (FFUC); Heloísa Santos (FMUL); João Lavinha (INSA).	
Ciências Sociais e Humanidades	Tiago Santos-Pereira (CES-UC); Boaventura Sousa Santos (CES-UC); Tiago Santos-Pereira (CES-UC).	
Internacional	Manuel Mota (IBB-UM); Ana Morgado (IICT) .	
CSA	Biotecnologia Marinha	Ricardo Serrão Santos (U. Açores/IMAR)
INCO-NET	Cooperação Bi-regional	Amélia Areias (NCP Energia, GPPQ, FCT)
ITC	Tecnologias da Informação e Nanotecnologias	Luís Melo (ICENS/IST/UTL)

TABELA Nº. 23 – LISTA DE ESPECIALISTAS PORTUGUESES ENVOLVIDOS NO ÂMBITO DAS ERA-NETS, CSA, INCO-NETS E ITCS

Seguidamente descrevem-se as actividades levadas a cabo pelo DREBM, no âmbito dos mecanismos / iniciativas acima enunciadas.

ERA-NETS

As redes ERA-NET são instrumentos que visam promover a cooperação entre agências de financiamento de investigação científica e ministérios na Europa, e também entre esta e regiões alvo, com o objectivo de promover a cooperação e internacionalizar as equipas de investigação nacionais e assim contribuir para a construção do EEI.

A estratégia para a participação da FCT nas actuais ERA-NETS (Anexo II) teve em conta prioridades nacionais e o alinhamento destas com as directivas europeias. Entre estas destacam-se:

- Prioridades identificadas no Plano Nacional de Saúde (2011-2016), como o cancro e HIV/SIDA;
- Transferência do conhecimento para o tecido empresarial (através da promoção de parcerias entre instituições I&D e PME em projectos de investigação em áreas como a nanotecnologia, materiais e biotecnologia);
- Promover e posicionar a inovação como um sector que pode contribuir para um crescimento sustentável, um objectivo que também está contemplado na estratégia europeia 2020.

No âmbito das ERA-NETS várias foram as actividades em que o DREBM esteve activamente envolvido

e, em muitos casos, coordenou tarefas específicas - *workpackages* (Ex: Secretariado de concurso transnacional conjunto; Gestão dos concursos transnacionais conjuntos; Comunicação e divulgação; Monitorização e avaliação dos trabalhos da rede; Informação Disseminação) e/ou liderou várias tarefas, como se pode constatar na TABELA Nº. 24.

A concretização das tarefas atrás descritas no âmbito destas redes envolveu, igualmente, a participação e/ou a organização de várias reuniões e workshops quer em Portugal quer nos países parceiros (TABELA Nº. 26) e ainda a elaboração de planos estratégicos para as actividades futuras, documentos de suporte para reuniões, redacção de relatórios de actividade, relatórios financeiros e relatórios para a concretização/finalização das tarefas e WP em que a FCT esteve envolvida.

ÁREA	REDE	Responsabilidades da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
FÍSICA E MATEMÁTICA	ASPERA 2	Co-liderança de tarefa e participação em outras Tarefas	Concepção de um questionário e análise dos resultados; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade); Apoio à participação de peritos portugueses no Forum da rede. Participação nos procedimentos do concurso.
	COMPLEXITY-NET	Participação em várias tarefas	Acompanhamento do concurso transnacional conjunto; partilha de informação sobre investigação e programas nacionais na área da rede e envolvimento da industria.
ENGENHARIA	MANUNET 2	Participação em várias tarefas	Acompanhamento da preparação do segundo concurso transnacional conjunto. Participação em actividades da rede.
AMBIENTE	CIRCLE 2	Co-liderança de tarefa e participação nos WPs	Participação na definição da Agenda Estratégica de Investigação da rede. Inventariação dos projectos nacionais para Infobase europeia de projectos de I&D no tema "Adaptação ao clima"; Análise e validação dos documentos associados à implementação do concurso conjunto.
	ARIMNet	Co-coordenação com o Egipto (ARC) de WP. Lider de 2 tarefas.	Estudo sobre a viabilidade de implementação de diferentes tipos de futuras actividades conjuntas
	Biodiversa2	Coordenação de WP; Liderança de tarefa	Fortalecer e expandir a rede: integração de novos parceiros e melhoria dos processos; Gestão comum do programa.
	Net Biome	Secretariado do Concurso transnacional	Implementação do concurso transnacional, incluindo a recepção de todos os projectos submetidos, selecção de avaliadores externos para cada uma das propostas recebidas, recolha dos relatórios dos peritos. Organização da reunião final do painel de avaliação do concurso. Análise do concurso, seus procedimentos e resultados (brochura).
CIÊNCIAS DO MAR	SEAS-ERA	Coordenação de WP; Liderança de Tarefas; Co-liderança de tarefas;	Informação e disseminação das actividades e resultados da rede (e.g. portal electrónico; e-Newsletter; publicações em estreita colaboração com EuroOcean) Desenvolvimento de competências humanas na região do Atlântico; Preparação de futuro concurso conjunto na região do Atlântico (desenvolvimento de ferramenta de submissão e de avaliação electrónica em colaboração com o EuroOcean).
MATERIAS E NANOTECNOLOGIAS	ERA-COBUILD	Liderança de Tarefa e participação em outros WP	Análise sobre a continuidade das actividades da rede após o fim do contrato da Comissão (redacção de deliverable). Definição de sinergias com outras redes no sector da construção.
	SIINN	Participação em tarefas	Análise do acordo de consórcio; aprovação do panfleto da rede; Inventariação das instituições, programas e projectos nacionais na área com vista a constituir um grupo virtual nacional.
	MNT-ERA.NET II	Participação em tarefas	Monitorização online da execução dos projectos financiados pela rede; Preparação da cooperação internacional da rede com o Brasil, através da inventariação dos programas na área dos materiais e nanotecnologias para um futuro concurso conjunto na área. Análise do impacto da participação da FCT na rede.
	ERA-MIN	Liderança de Tarefa	Participação no evento de apresentação da rede aos principais <i>stakeholders</i> da área, onde participaram um total de 8 representantes nacionais (FCT, Universidades, LNEG, DGEG).
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	E-Infranet	Participação em tarefas	Acompanhamento dos trabalhos da rede.
AERONÁUTICA	AIR-TN 2	Participação em várias tarefas	Acompanhamento da preparação do primeiro concurso transnacional conjunto. Participação em actividades da rede.
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E BIOTECNOLOGIA	ERA-IB	Coordenação de WP; Liderança de Tarefas	Monitorização/avaliação dos trabalhos da rede; Selecção dos tópicos de investigação para a cooperação transnacional; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	ERA-IB 2	Coordenação de WP; Liderança de Tarefas	Monitorização e avaliação dos trabalhos da rede, e estudo da sustentabilidade da rede; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	ERA-SynBio	Liderança de tarefas	Recolha e compilação da capacidade de investigação nacionais e transnacionais; Mapeamento das estratégias e programas internacionais em biologia sintética; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).

TABELA Nº. 24 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT

ÁREA	REDE	Responsabilidades da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
CIÊNCIAS DA SAÚDE	TRANSCAN	Coordenação de WP; Liderança de tarefas	Monitorização das actividades da rede bem como o estudo da sustentabilidade da mesma; Elaboração de um plano de sustentabilidade a longo prazo para o futuro; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	EuroNanoMed	Coordenação de WP	Análise/Avaliação dos concursos transnacionais; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	PathoGenoMics	Coordenação de WP; Liderança de 2 tarefas.	Avaliação dos trabalhos da rede; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	E-Rare 2	Coordenação de WP; Liderança de 1 tarefa; Liderança de 1 sub-tarefa.	Coordenação do WP de Monitorização/Avaliação dos trabalhos da rede; Selecção dos tópicos de investigação para os concursos de tópico focalizado.
	HIVERA	Coordenação de WP; Liderança de 3 Tarefas.	Coordenação do <i>Workpackage</i> da gestão dos concursos transnacionais conjuntos; Preparação da documentação para os Concursos transnacionais; Mapeamento das actividades de investigação nos países da rede; Participação nos diversos trabalhos da rede.
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	NORFACE II	Liderança de Tarefa e participação em várias tarefas	Acompanhamento da preparação do segundo concurso transnacional conjunto. Participação em actividades da rede.
	HERA	Participação em várias tarefas	Acompanhamento da preparação do concurso transnacional conjunto. Participação em actividades da rede.
	URBAN-NET	Participação em várias tarefas	Participação em actividades da rede.
INTERNACIONAL	New INDIGO	Coordenação de WP; participação em várias tarefas	Análise de estudos estratégicos; Mapeamento de actividades; Acompanhamento do concurso transnacional conjunto.
	EULANEST*	Coordenação de WP	Participação no grupo editorial de uma publicação impressa com os principais resultados da rede. Apoio ao projecto transnacional de mobilidade financiado pelo DREBM.
	ERAfrica	Participação em várias tarefas	Acompanhamento da rede. Contributo para o mapeamento dos programas nacionais em cooperação de C&T, regionais incluindo projectos FP7 e outras iniciativas relevantes.

TABELA Nº. 25 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT (CONT)

Nota à Tabela nº: *A rede terminou em 2010, no entanto em 2011 realizaram-se os trabalhos referidos.

Actividade			
TIPO	NOME	OBJECTIVO	Nº participadas pela FCT
Reuniões Conselho Directivo /Executivo/ Administrativo	Reunião dos conselhos gestores da rede	Discutir dos trabalhos da rede; Preparar concursos conjuntos; Apresentar e validar os relatórios; Preparar as diversas actividades conjuntas (ex.: <i>PhD awards</i> , selecção tópicos por especialistas científicos).	54
	Lançamento da rede	Dar início aos trabalhos da rede; discutir e planear os trabalhos a levar a cabo.	7
	Reunião Anual / Assembleia Geral	Fazer ponto de situação dos trabalhos.	3
	Reunião Final da Rede	Concluir os trabalhos da rede; fazer ponto de situação e balanço.	4
	Reunião do Grupo Regional do Atlântico		3
	Pré-Reunião Rede		1
	Grupo de redacção do programa de trabalhos de nova ERA-NET		1
	Reunião dos parceiros líderes dos <i>Workpackages</i>	Progresso/ponto de situação; Coordenar o trabalho realizado nos diferentes <i>Workpackages</i> .	2
Reunião Conselho Científico	Conselho Científico	Sugerir e/ou avaliar tópicos para concurso; Aconselhar cientificamente a rede.	3
Reuniões Avaliação	Conselho de Acompanhamento do Concurso / Secretariado Concurso	Geerir concurso / Decidir quais as propostas a serem financiadas.	5
	Painel de Avaliação	Discutir / Avaliar as propostas a concurso.	3
	Avaliação intermédia	Avaliar a meio-termo as propostas seleccionadas em determinado concurso.	2
Workshops	Procedimentos para a gestão de informação para a base de dados		1
	Delinear o futuro das actividades conjuntas		3
	Novas perspectivas no desenvolvimento de competências humanas nas actividades marinhas e marítimas		1
	Multiplicação e aprendizagem em actividades conjuntas		2
	Discussão das expectativas dos parceiros		1
	Experiências dos estados membros e países associados com o instrumento ERA-NET		1
	Implementação de ERA-NETs: <i>Workshop</i> para gestores juniores envolvidos em ERA-NETs		2
	<i>Stakeholders</i> : Discussão dos temas para os concursos conjuntos		3
	Definição de indicadores		2
Outros	Lidar com a Alteração Climática em zonas costeiras do Mediterrâneo - O Desafio da Gestão da Água		1
	Inventariação dos projectos nacionais para base de dados europeia (Infobase) de projectos de I&D		1
	Forum Estratégico		1
	Forum Aberto		1
	Annual Joint Programming 2011		2
	Coferência "Safety of Manufactured Nanomaterials: from Design To safe Production"		1

TABELA Nº. 26 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ERA-NETS

No âmbito das ERA-NETs, em 2011 a FCT participou em 6 concursos transnacionais conjuntos. Para o concurso da rede HIVERA, FCT é a entidade gestora dos projectos aprovados para financiamento e a Coordenação Nacional para o VIH/Sida a entidade financiadora do concurso, ao abrigo de um protocolo assinado entre as duas instituições. Na sequência destes concursos foram seleccionadas para financiamento 6 propostas com participação portuguesa, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 23% e a um montante estimado de financiamento de 247.915€ (TABELA Nº. 27), por um período de 3 anos. O decréscimo de cerca de 90% relativamente ao mesmo valor para 2010 deveu-se ao facto de se ter optado por não participar em 7 dos concursos lançados pelas redes em que a FCT é parceira, devido a restrições orçamentais. A elevada participação portuguesa nestes concursos que ascendeu a 30 propostas num total de 42, é demonstrativa da atractividade que as ERA-NETs têm para a comunidade científica nacional, em conformidade com o verificado para 2010.

	REDES	Concursos Transnacionais			Nº Propostas submetidas		Nº Propostas Financiadas		Montante Atribuído (€)/3anos
		Iniciou em 2011	Finalizou em 2011	FCT não participou	PT	Total	PT	Total	
TOTAL	28	3	3*	7	30	42	7	10	247.915

TABELA Nº. 27 – CONCURSOS TRANSNACIONAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DAS ERA-NTS EM 2011

Nota à Tabela nº :* Um dos concursos foi financiado pelo CNSida e a FCT é a entidade gestora dos projectos, ao abrigo de um protocolo assinado entre as duas instituições. # Há concursos em fase de conclusão. PT= Portugal.

As coordenações das ERA-NETs são financiadas pela UE para permitir às várias agências, ministérios e outros, a realização das diferentes actividades conjuntas (TABELA Nº. 25 e TABELA Nº. 26), descritas nos programas de trabalhos. Durante o período de 2011, da verba atribuída à FCT para a gestão das 28 redes activas foram executados 251.700 € em despesas com recursos humanos, consultores científicos, deslocações, material informático, organização de eventos, etc. (TABELA Nº. 28). Este valor corresponde a 77% do valor atribuído à FCT, valor ligeiramente superior àquele observado para 2010 (62%).

	Recursos Humanos	Deslocações	Organização Eventos, Eq. Informático, Trabalhos Especializados	Total
Valor atribuído (€)	110.370	174.074	43.500	327.944
Valor dispendido (€)	105.100	77.600	69.000	251.700
Taxa de execução (%)	95	45	159	77

TABELA Nº. 28 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES ERA-NET

Durante o ano de 2011, a FCT colaborou na preparação de candidaturas a novas ERA-NETs. Para o efeito, foram levadas a cabo várias actividades com os outros parceiros, como a redacção dos projectos, a definição de *workpackages* e tarefas e a participação em reuniões de preparação e discussão das candidaturas a serem submetidas (Tabelas 6 e 9). Nestas redes o DREBM conseguiu a participação da FCT na coordenação de 2 *WP*, a liderança de 4 tarefas e co-liderança de 2 tarefas, o que corresponde a um total de 52,1 pessoas-mês e a um financiamento previsto de 124.200 € (TABELA Nº. 29). Este valor permitirá cobrir todas as actividades, material e deslocações a serem levadas a cabo pelos recursos humanos dedicados a estas funções, bem como a todos os especialistas envolvidos nas respectivas redes.

ÁREA	REDE	Tipo de Envolvimento na preparação da nova rede	Responsabilidades da FCT (Liderança ou co-liderança de WP/Tarefas)	Caracterização da Actividade (Mapeamento, Actividades conjuntas, Monitorização etc...)	Total PMs alocados	Montante Total Proposto
CIÊNCIAS DA SAÚDE	EuroNano Med II	Redacção de Workpackage e de tarefas; revisão do programa de trabalhos.	Coordenação de workpackage; Liderança de 2 tarefas; co-liderança de 1 tarefa	Monitorização do programa EuroNanoMed; Selecção de indicadores para avaliação da ENM e dos Concursos transnacionais conjuntos; Necessidades e expectativas das partes interessadas (agências de financiamento e parceiros da ENM) para uma cooperação sustentável a longo prazo em nanomedicina.	15,6	54.600
	Infect-ERA	Parte do grupo de redacção do Programa de trabalhos; Redacção de Workpackage e de tarefas.	Coordenação de workpackage e Co-ordenação de outro; Liderança de 3 tarefas; co-liderança de 1 tarefa	Mapeamento de infraestruturas e programas de financiamento essenciais para a investigação em microorganismos patogénicos humanos; Monitorização da ERA-INFECT; Selecção de indicadores para avaliação da ERA-INFECT e dos Concursos transnacionais conjuntos.	32,5	ND
MATERIAIS	ERA-MIN*	Acompanhamento/co-redacção de tarefa e do DoW	Liderança de tarefa	Preparação de cooperação internacional e Integração de parceiros fora da EU	11,0	69.600

TABELA Nº. 29 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NET COM PARCERIA DA FCT

Nota à Tabela nº: *O montante para esta rede é o final, ou seja o contratualizado.

CSA-PREPARATORY – COORDINATION AND SUPPORT ACTION

As *CSA-preparatory* são instrumentos do 7º PQ que têm por objectivo principal a preparação de redes ERA-NET e promovem a cooperação entre agências de financiamento de investigação científica e *stakeholders*. A FCT é parceira na CSA Marine Biotech, uma CSA em biotecnologia marinha, iniciada em Outubro de 2011. No âmbito desta rede, o DREBM esteve activamente envolvido na coordenação de um *workpackage* (Mobilização de agências de financiamento e *stakeholders*) e liderou várias tarefas. Para a CSA Marine Biotech, cujo tempo de vida são 18 meses, a FCT tem uma verba de 77.040 € atribuída pela CE, para despesas com recursos humanos deslocações, organização de eventos, etc.

INCO-NETS - INTERNATIONAL COOPERATION NETWORKS

As INCO-NETs são instrumentos do 7º PQ que visam catalisar a cooperação em C&T entre a UE e as várias regiões do mundo. Em 2011 a FCT participou em três redes INCO-NET, CAAST-Net, EULARINET e MIRA destinadas a promover a coordenação e cooperação entre a UE e a África sub-sariana, UE e América Latina, UE e região mediterrânica, respectivamente. No âmbito destas redes várias foram as actividades em que o DREBM esteve activamente envolvido e, em duas redes, coordenou *workpackages* (Ex: Fortalecimento a participação de África no 7º PQ e Actividade de disseminação e sensibilização da cooperação UE-América Latina em C&T) e/ou liderou várias tarefas (TABELA Nº. 30).

ÁREA	REDE	Responsabilidades da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
Coordenação bi-regional em C&T	CAAST-Net	Coordenação de WP; liderança de 3 tarefas.	Prestar informação e serviços de aconselhamento às Comunidades Económicas Regionais; Organização da Sessão 4 Partnerships, projects and funding instruments do Simpósio CAAST-Net/SADC em I&D&I em Energia Solar. Reporteur da mesma sessão.
	EULARINET	Coordenação de WP; participação em várias tarefas.	Actividades de disseminação e de sensibilização. Diálogo bi-regional e implementação da Senior Officials Meeting EU-América Latina
Cooperação Euro-Mediterrânica	MIRA	Participação em várias tarefas	Diálogo bi-regional; Identificação de bases para a coordenação de programas nacionais e análise de viabilidade de lançamento de ERA-NETs envolvendo países mediterrânicos. Análise de condições para implementação de uma ERA-NET PLUS de incidência euro-mediterrânica.

TABELA Nº. 30 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS E/OU PARTICIPADAS PELA FCT

A concretização das tarefas acima descritas no âmbito destas redes envolveu, igualmente, a participação e/ou a organização de várias reuniões e workshops quer em Portugal quer em Países terceiros (TABELA Nº. 31) e ainda a elaboração de planos estratégicos para as actividades futuras, documentos de suporte para reuniões, redacção de relatórios de actividade, relatórios financeiros e relatórios para a concretização/finalização das tarefas e WP em que a FCT esteve envolvida.

Actividade			
TIPO	NOME	OBJECTIVO	Nº participantes pela FCT
Reuniões Conselho Directivo / Executivo / Administrativo	Reunião com o Secretariado		1
	Reunião da Assembleia Geral	Fazer ponto de situação dos trabalhos.	2
	Reunião Final	Concluir os trabalhos da rede; fazer ponto de situação e balanço.	1
	Reunião da Assembleia Plenária		1
Workshops	Reunião para discussão de viabilidade de uma ERA-NET no âmbito Mediterrânico		1
Outras	A SADC - Simpósio europeu de energia solar		1

TABELA Nº. 31 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS INCO-NETS

Durante o período de 2011, da verba atribuída à FCT para a gestão das 3 redes activas foram executados 14.900 € em despesas com recursos humanos, deslocações de gestores e peritos

nacionais (TABELA Nº. 32). Este valor corresponde a 43% do valor atribuído à FCT, ligeiramente superior ao observado para o ano de 2010 (15%). Esta baixa taxa de execução deve-se a constrangimentos inerentes a este tipo de projecto com os parceiros das regiões alvo, dependendo de vários factores, como por exemplo, as agendas políticas em I&D.

	Recursos Humanos	Deslocações	Auditorias, Trabalhos Especializados	Total
Valor atribuído (€)	21.663 €	45.164 €	18.000 €	84.827 €
Valor dispendido (€)	8.900 €	6.000 €	0 €	14.900 €
Taxa de execução (%)	41	13	0	18

TABELA Nº. 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES INCO-NETS

Durante o ano de 2011, a FCT colaborou na preparação da candidatura a 3 novas INCO-NETS. Para o efeito, foram levadas a cabo várias actividades com os outros parceiros, como a redacção dos projectos, a definição de *workpackages* e tarefas e a participação em reuniões de preparação e discussão das candidaturas a serem submetidas (TABELA Nº. 33). Nestas redes o DREBM conseguiu a participação da FCT na coordenação de 2 *workpackages*, a liderança 4 tarefas e co-liderança de 2 tarefas, o que corresponde a um total de 47 pessoas-mês e a um financiamento previsto de 130.000 € (TABELA Nº. 33). Este valor permitirá cobrir todas as actividades, material e deslocações a serem levadas a cabo pelos recursos humanos dedicados a estas funções, bem como a todos os especialistas envolvidos nas respectivas redes.

ÁREA	REDE	Tipo de Envolvimento na preparação da nova rede	Responsabilidades da FCT	Caracterização da Actividade	Total PMs alocados	Montante Total Previsto (€)
COORDENAÇÃO COOP. EM C&T EU-ÁFRICA-SUBSARIANA	CAAST-NET	Acompanhamento e participação em reuniões	Co-liderança de Tarefas	(i) Análise das condições de referência para a cooperação bi-regional no âmbito do desafio societal segurança alimentar; (ii) Desenvolvimento de uma plataforma de colaboração para apoiar parcerias de investigação no domínio do desafio societal saúde	5	ND
COORDENAÇÃO COOP. C&T EU-AMÉRICA LATINA	ALCUE NET	Acompanhamento, Participação em reuniões e Co-redacção	Liderança de um WP; Co-liderança de Tarefas em vários WPs	Participação mais intensa nos WPs relativos a tecnologias de informação bem como em matéria de promoção do diálogo bi-regional a nível transversal	25	ND
COORDENAÇÃO COOP. C&T EUROMEDITERRANICA	SPRING	Acompanhamento, Participação em reuniões e Co-redacção	Co-liderança de um WP	WP incidindo de forma transversal sobre os desafios sociais escassez de recursos, energia e alimentos de alta qualidade;	17	130.000

TABELA Nº. 33 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NETS COM PARCERIA DA FCT

INICIATIVAS TECNOLÓGICAS CONJUNTAS

As ITCs são parcerias público-privadas criadas no âmbito do 7º PQ, em que os Estados-membros e a UE co-financiam e apoiam a estratégia desenvolvida pela indústria. Estas iniciativas são implementadas através de entidades legais denominadas Empresas Comuns (Joint Undertaking - JU) e resultaram essencialmente do trabalho desenvolvido pelas plataformas tecnológicas europeias (PTE).

Em 2011, a FCT foi parceira em 2 ITCs na área das Tecnologias de informação - ARTEMIS JU e Nanotecnologia - ENIAC JU. Várias foram as actividades levadas a cabo pela FCT no âmbito destas iniciativas, entre as quais se destacam: i) Elaboração e aprovação do programa anual dos trabalhos, do plano estratégico multi-anual e do plano de implementação anual; ii) Acompanhamento do

concurso conjunto (apoio aos investigadores, elegibilidade, avaliação, negociação e decisão). A FCT participou ainda em órgãos de decisão no âmbito desta rede, nomeadamente, no conselho das autoridades públicas e conselho administrativo (TABELA Nº. 34).

ÁREA	REDE	Responsabilidades da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
Tecnologias da Informação	ARTEMIS JU	Representação de Portugal nos Conselhos de Administração e das Autoridades Públicas	Aprovar o Programa Anual dos Trabalhos (AWP) para 2011, a abertura do 4º concurso em 2011 e a extensão do mandato de negociação de 4 propostas do concurso 2010; Aprovar o Plano de Implementação anual 2011; Verificação da elegibilidade das Instituições e dos orçamentos das pré-propostas e propostas completas com participação nacional submetidas ao concurso 2011; Comunicação ao DPPICDT dos resultados das avaliações efectuadas pela JU aos projectos dos concursos anteriores.
Nanotecnologia	ENIAC JU	Representação de Portugal nos Conselhos de Administração e das Autoridades Públicas	Verificação da elegibilidade das Instituições e dos orçamentos das pré-propostas e propostas completas com participação nacional submetidas ao concurso 2011; Comunicação ao DPPICDT dos resultados das avaliações efectuadas pela JU aos projectos dos concursos anteriores.

TABELA Nº. 34 – LISTA DE FUTURAS REDES ERA-NETS COM PARCERIA DA FCT

Da participação da FCT no concurso da ITC ARTEMIS JU de 2010, foi seleccionada uma proposta com participação de duas equipas portuguesas, o que corresponde a um financiamento total estimado de 373.317 € por um período de três anos.

PREPARAÇÃO DO PRÓXIMO PROGRAMA-QUADRO DE IDT&I: HORIZON 2020

No âmbito das discussões dos futuros Programas Europeus de Investigação e Inovação, foi estruturada pelo DREBM, com a contribuição do GPPPQ-MCTES, uma resposta ao Livro Verde da Comissão Europeia *“Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE”*, precedida pela elaboração de um documento estratégico e de uma consulta levada a cabo pela FCT aos principais actores nacionais de I&D, ambos organizados pelo DREBM.

Neste âmbito, o DREBM promoveu ainda a participação nacional nas primeiras reuniões organizadas pela Comissão Europeia para discutir as prioridades temáticas do *“HORIZON 2020, the Common Strategic Framework of the European Union for Research and Innovation”*, através da nomeação de peritos nacionais, com o contributo do GPPQ-FCT.

REPRESENTAÇÃO EM INSTÂNCIAS NACIONAIS DE COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS

O DREBM garantiu a representação do MCTES em reuniões nacionais inter-ministeriais, coordenadas pela DGAE-MNE, com vista ao acompanhamento de assuntos em debate no quadro comunitário em que há necessidade de uma tomada de decisão concertada a nível nacional.

Neste âmbito, o DREBM contribuiu para a preparação dos Conselhos Europeus, nas temáticas da sua competência, destacando-se a preparação do Conselho Europeu de 04 de Fevereiro de 2011, dedicado à Inovação, para a qual foi mantida estreita relação com a DGAE e REPER.

De destacar ainda a preparação de contributos em resposta a solicitações da DGAE-MNE no que respeita à proposta da Comissão Europeia do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020, para as questões relacionadas com a Ciência, tendo elaborado posições oficiais como contribuição para o debate em curso nas instâncias comunitárias responsáveis pelas negociações do QFP com a Comissão.

2.4.2. RELAÇÕES BILATERAIS

ACORDOS E CONVÉNIOS

Em 2011, o DREBM continuou a apoiar activamente a participação da comunidade científica portuguesa em projectos ou realizações conjuntas com instituições de outros países resultantes de

Acordos de Cooperação Bilateral nas áreas da C&T (Anexo II) ou, ainda, decorrentes de Acordos Culturais estabelecidos com diversos países, tendo assegurado a participação nas respectivas Comissões Mistas.

Pretendeu-se, assim, fomentar e apoiar o intercâmbio regular de investigadores ao abrigo daqueles mecanismos.

Foram abertos 3 concursos para financiamento de novos projectos conjuntos anuais e bienais cujo início ocorrerá em 2012 e realizadas as respectivas reuniões de Comissão Mista com vista à sua selecção, conforme demonstrado na TABELA Nº. 35:

ACORDOS	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Candidaturas	Data Comissão Mista
Programa PESSOA (França)			10 a 30								75	Dez. 2011
DAAD (Alemanha)			9	9							34	Out. 2011
Espanha: acções de mobilidade em Física Nuclear, de Partículas, Astropartículas e e-Ciência							16 a 30				7	Nov. 2011
Total											116	

TABELA Nº. 35 – Calendário de Abertura dos Acordos Científicos Bilaterais em 2011 e respectivas Comissões Mistas

Na sequência da abertura dos concursos acima referidos, procedeu-se à avaliação das 116 candidaturas recebidas. O processo de avaliação foi efectuado em estreita colaboração com os Conselhos Científicos da FCT, que apoiaram o DREBM na selecção dos diferentes peritos especializados nos respectivos domínios a quem foram afectadas as candidaturas para parecer.

Nas Comissões Mistas dos Acordos Científicos procedeu-se à comparação dos pareceres elaborados pelos avaliadores portugueses e estrangeiros e à harmonização dos resultados das avaliações de cada uma das Partes. As candidaturas foram seleccionadas para financiamento tendo ainda em conta a complementaridade das acções propostas, bem como os valores solicitados, no quadro do orçamento anual previamente definido por cada Parte para o Programa.

No âmbito dos concursos lançados em 2010 e após a realização das várias Comissões Mistas, foram financiados 123 novos projectos com início em 2011, distribuídos de acordo com a Figura 51.

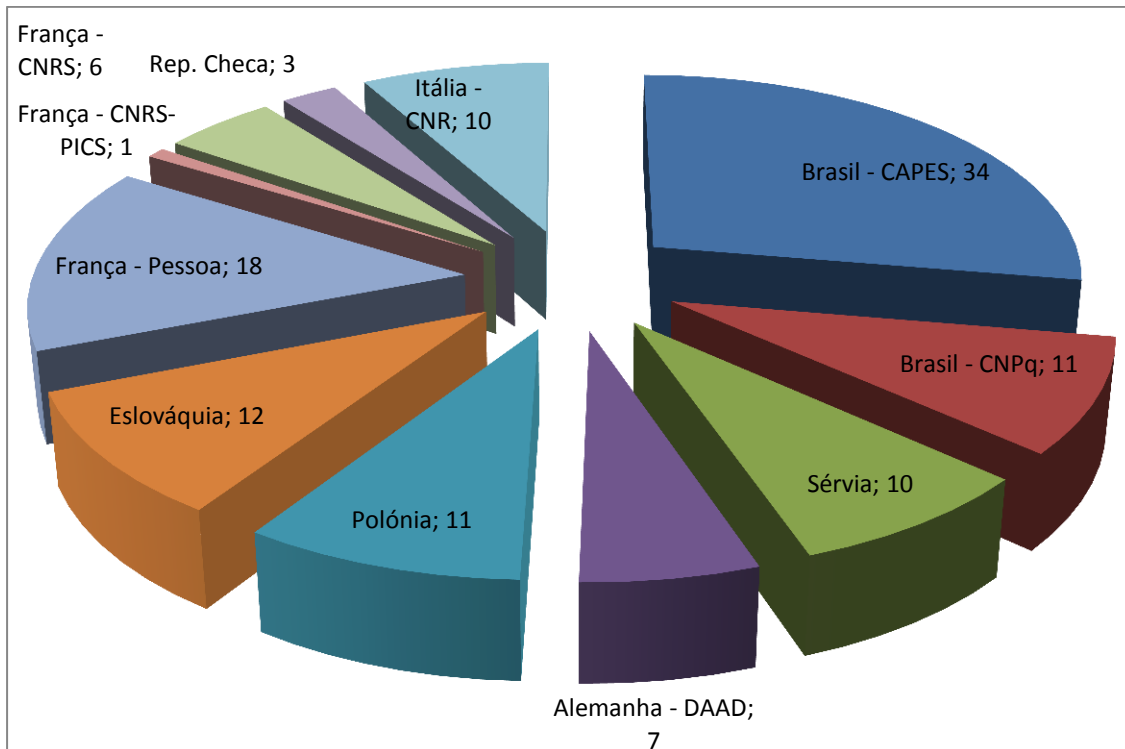


FIGURA 51– Nº de projectos que se iniciaram em 2011 ao abrigo de acordos de cooperação científica

Ao abrigo dos Acordos Científicos, foi ainda dada continuidade financeira aos 206 projectos bienais ou trienais aprovados na sequência das respectivas Comissões Mistas realizadas em anos anteriores com o DAAD da Alemanha, o CSIC da Espanha, o Programa Hubert Curien PHC - PESSOA e o CNRS de França, o MINCYT da Argentina, a CAPES do Brasil, o CNRST de Marrocos, o MOST da China, o DSTI da Índia, a Tunísia e a Eslovénia.

Em síntese, em 2011 foram financiados 329 projectos conjuntos, novos e renovações, no quadro dos Acordos Científicos em vigor, totalizando um montante de 1.018.080€.

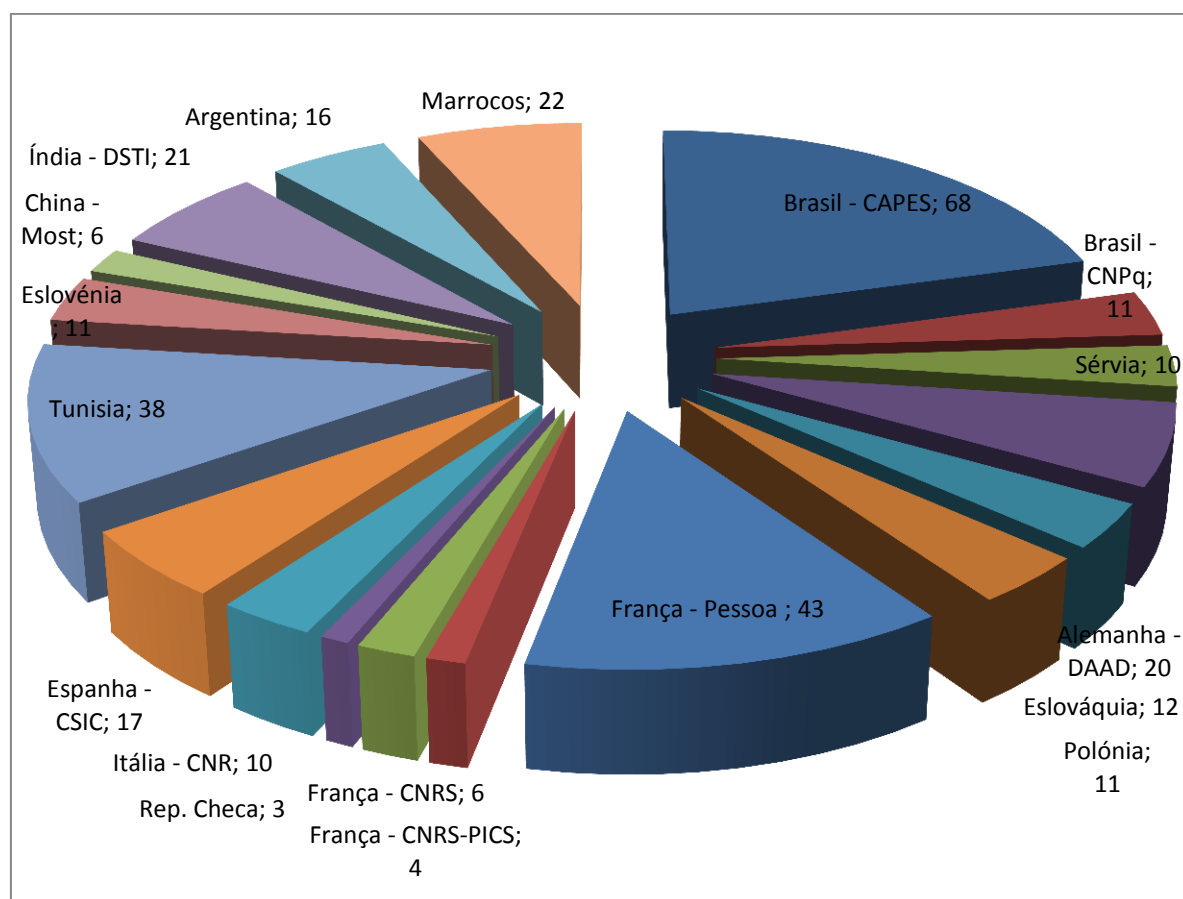


FIGURA 52 – Nº de projectos FINANCIADOS em 2011

O DREBM esteve envolvido na elaboração de relatórios de balanço, no período compreendido entre 2005-2010, sobre a participação nacional ao abrigo dos seguintes Acordos de cooperação: Espanha, Itália e Argentina.

O DREBM contribuiu para vários projectos de Acordos de Cooperação nos Domínios da Língua, Educação, Ciência, Tecnologia, Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social, nomeadamente com os EUA, com o Senegal, com a Republica Dominicana e com a Albânia, bem como para um Projecto de Roteiro Estratégico entre os Governos de Portugal e do Chile para o Desenvolvimento das Relações Bilaterais (apoiando a celebração de um Convénio com a Comisión Nacional de Investigación Científica e Tecnológica (CONICYT) do Chile para um programa de colaboração científica e tecnológica na investigação, formação e capacitação) e para um projecto de Acordo Científico a ser estabelecido entre Portugal e a Ucrânia.

Este trabalho implicou também o activo envolvimento do DREBM em processos de consulta às Unidades de Investigação portuguesas, Laboratórios de Estado e Laboratórios Associados sobre a cooperação conjunta existente ou com interesse futuro com os países em questão (texto passado do ponto outras actividades de cooperação bilateral).

No que diz respeito aos Acordos Culturais, apesar de não terem sido abertos concursos no ano em apreço, financiaram-se 3 missões de investigadores provenientes da Grécia a Portugal. O montante atribuído a estas missões foi de 1.400€.

OUTRAS ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO BILATERAL

Na componente Bilateral, o DREBM garantiu também a representação do MCTES nas reuniões de coordenação Ministeriais organizadas pelo MNE para a preparação de várias Cimeiras/Reuniões de

Alto Nível realizadas em Portugal ou no país parceiro¹⁰, no caso com Macau, Moçambique e Brasil. Para o efeito foram preparados pontos de situação sobre a cooperação com os países em questão.

A pedido da Secretaria de Estado da Ciência do MEC e de forma a ser feito um ponto de situação, foram elaboradas fichas síntese referentes a todos os Acordos Interinstitucionais e Intergovernamentais em vigor.

Importa ainda aqui destacar que, em 2011, Portugal procurou reforçar a sua cooperação com os Estados Unidos da América, nomeadamente através do fortalecimento dos trabalhos da Comissão Bilateral Permanente (CBP) no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa em vigor entre os dois países.

No intuito de dar a conhecer às autoridades norte-americanas a colaboração existente entre os dois países no âmbito da C&T, e procurando apoiar a participação nacional na reunião da CBP realizada, em Maio, em Washington, o DREBM organizou uma ampla consulta junto da comunidade científica no seu todo, bem como recolheu informação actualizada sobre as parcerias internacionais com as seguintes instituições: MIT, Universidade de AUSTIN, Carnegie Mellon University e Harvard Medical School.

Para além disso, o DREBM, iniciou o acompanhamento e o apoio ao representante nacional na 1ª reunião do Comité sobre Ciência, Tecnologia, Energia e Ambiente, órgão subsidiário entretanto criado aquando daquela CBP preparando, igualmente a intervenção nacional ao nível da C&T a transmitir à contraparte americana.

CAMPANHAS DE NAVIOS ESTRANGEIROS EM ÁREAS MARÍTIMAS SOB SOBERANIA E JURISDIÇÃO NACIONAL

Em 2011 prosseguiu o acompanhamento pelo DREBM, em articulação com o MNE, dos pedidos de autorização para a realização de 30 campanhas oceanográficas em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional. Foram recolhidos os pareceres respectivos junto de peritos da comunidade científica da área, contando o DREBM para o efeito com o apoio da Comissão Oceanográfica Intersectorial do MCTES (COI-MCTES).

Foram recebidos 4 relatórios de campanhas oceanográficas referentes a campanhas realizadas no ano de 2010.

2.4.3. RELAÇÕES MULTILATERAIS

LEVANTAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2011 actualizou-se o levantamento, efectuado no decorrer de 2010, sobre a participação nacional em todas as Organizações Internacionais.

No que respeita às 73 Organizações / Associações / experiências científicas Internacionais para as quais a FCT contribui anualmente com fundos, foram revistos os dados sobre o acompanhamento da participação nacional e comunidades científicas beneficiárias. Esta revisão foi igualmente efectuada para as organizações que não são directamente acompanhadas pela FCT, de forma a identificar a pertinência da razão da nossa participação.

¹⁰ Estas Cimeiras são anuais ou bianuais e realizam-se alternadamente em cada um dos países.

Este estudo encontra-se agora prestes a concluir e permitirá identificar as Organizações/Associações Científicas onde Portugal deverá continuar a investir e aquelas em que, por razões de restrição orçamental, deveremos equacionar o nosso pedido de renúncia.

COST – COOPERAÇÃO EUROPEIA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A COST é o mais antigo e mais amplo quadro europeu para a coordenação de actividades de investigação financiadas a nível nacional, dela fazendo parte 36 países membros e um cooperante (Israel).

Proseguiu em 2011 a promoção e acompanhamento da participação nacional na COST, incluindo o desenvolvimento do processo de adesão a 54 novas Acções COST e a nomeação de delegados nacionais aos respectivos Comités de Gestão e Grupos de Trabalho. O DREBM assegurou a participação nacional nas reuniões do Comité de Altos Funcionários (CSO), órgão decisor da COST.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A UNESCO tem por missão contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação. Muitos países membros estabeleceram Comissões Nacionais para a UNESCO, caso de Portugal.

O DREBM participou nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO, em representação do MCTES.

GBIF – GLOBAL BIODIVERSITY INFORMATION FACILITY

A GBIF, estabelecida em Março de 2001, é uma entidade internacional aberta que tem por objectivo melhorar esforços científicos e técnicos para o desenvolvimento e manutenção de uma facilidade de informação global para a partilha de dados digitalizados sobre biodiversidade. É objecto de Memorandos de Entendimento, válidos por um certo período de tempo.

No âmbito da participação nacional na GBIF foi promovida a divulgação das respectivas actividades.

Portugal assinou em 2011 o novo Memorando de Entendimento, a vigorar de 2012 a 2016.

ESF – FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A CIÊNCIA

A European Science Foundation (ESF), criada em 1974, é uma organização internacional, que apoia a investigação científica na Europa, constituída actualmente por 78 Organizações Membro, provenientes de 30 países, e da qual a Fundação para a Ciência e Tecnologia é membro, tal como a Academia das Ciências de Lisboa. Para o cargo de Vice-Presidente da ESF foi eleito, por unanimidade na Assembleia Geral da ESF, o Professor João Sentieiro que desempenhou o cargo desde 1 de Janeiro de 2011 até ter cessado a sua nomeação enquanto Presidente da FCT.

É uma organização não governamental, apesar dos seus membros serem sobretudo agências de financiamento público, que tem como principal objectivo promover, a nível europeu, a excelência na Ciência. Mantém relações estreitas com outras instituições internacionais com interesses na área da investigação científica, incluindo a Comissão Europeia. Actua nos domínios da investigação médica, ciências da vida e do ambiente, física e ciências da engenharia, humanidades e ciências sociais, para os quais foram oportunamente estabelecidos cinco Comités Permanentes: Life Sciences Standing Committee (LESC); Physical and Engineering Standing Committee (PESC); Social Sciences Standing Committee (SCSS); Humanities Standing Committee (SCH). A par destes Comités, estão igualmente estabelecidos Comités de Especialidade: Nuclear Physics European Collaboration Committee (NuPPEC), European Marine Board (EMB), European Polar Board (EPB) e Materials Committee

(MatSEEC), que se dedicam à implementação de estratégias de política científica em áreas específicas. O DREBM nomeia, acompanha e apoia a participação dos representantes nacionais nas actividades dos referidos Comités.

Em Maio de 2011, a FCT colaborou com a ESF, acolhendo e organizando em Lisboa, a 68th *Plenary Meeting of the Standing Committee for Humanities*. Realizou-se também em Lisboa, a reunião do Governing Board da ESF que teve lugar nos dias 22 e 23 de Junho de 2011.

O DREBM garantiu, em 2011, apoio financeiro aos delegados nacionais dos vários Comités da ESF e à participação da comunidade científica nacional nas actividades da European Science Foundation (ESF), nomeadamente nos Research Networking Programmes (RNP's), nos projectos nacionais decorrentes do European Collaborative Research Scheme (EUROCORES) e no financiamento do Prémio EURYI. O compromisso financeiro da FCT para a ESF em 2011 ascendeu a 570.495,46 €, como se descreve na TABELA Nº. 36.

COMITÉ	ÁREA	FINANCIAMENTO			ENVOLVIMENTO DA FCT	OBJECTIVO
		RNP's	EUROCORES			
Comités Permanentes						
			DPP	DREBM		
Life Sciences Standing Committee (LESC)	Ciências da Vida	26.000,00	26.400,00	7.700,00	Nomeação, apoio e acompanhamento dos representantes nacionais. Operacionalização e acompanhamento das acções	Identificação das prioridades científicas, estratégias e das agendas de investigação. Envolvimento dos investigadores nacionais nos programas de investigação internacionais.
Physical and Engineering Standing Committee (PESC)	Física e Engenharia	51.000,00	25.812,00	15.700,00		
Social Sciences Standing Committee (SCSS)	Ciências Sociais	31.000,00	51.940,00	18.200,00		
Humanities Standing Committee (SCH)	Humanidades	17.500,00	48.930,00	24.800,00		
European Medical Sciences Committee	Ciências da Saúde	16.000,00		0,00		
Total		141.500,00	153.082,00	66.400,00		
Comités de Especialidade						
Nuclear Physics European Collaboration Committee (NuPECC)	Física Nuclear		5.629,00			
European Marine Board (EMB)	Ciência do Mar		4.000,00			
European Polar Board (EPB)	Ciência Polar		6.936,00			
Materials Committee (MatSEEC)	Materiais		5.000,00			
Total			21.565,00			
Prémio EURYI	Todas		97.500,00		Financia os premiados no desenvolvimento da sua	Premiar investigadores jovens, em fase de assumpção de
QUOTA FCT (+ Academia das Ciências de Lisboa)			90.448,46		Contribuição para as actividades de investigação desenvolvidas pela ESF	Promover e proporcionar a excelência da Ciência na Europa
TOTAL			570.495,46			

TABELA Nº. 36 - RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO PELA FCT PARA A ESF

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Uma das preocupações da agenda da OCDE é informar e participar no debate político sobre a contribuição da ciência, tecnologia e inovação para o avanço do conhecimento, crescimento económico sustentável, bem-estar social e criação de emprego. Para o efeito, estabeleceu um Comité de Política Científica e Tecnológica, onde a FCT assegura a representação nacional.

Em 2011 prosseguiu o apoio à participação nacional nas actividades desenvolvidas pelo referido Comité e Grupos subsidiários, nomeadamente o Grupo sobre os Centros de Recursos Biológicos, o Grupo de Trabalho sobre Nanotecnologias e o Fórum Global da Ciência. Este último realizou a sua 24^a reunião em Lisboa, a 7 e 8 de Abril, tendo estado a cargo do DREBM a respectiva organização. Continuou a ser assumido pelo DREBM o pagamento da contribuição nacional para o Fórum Global da Ciência e para a Agência de Energia Nuclear e respectivo Banco de Dados.

INICIATIVA PLANT KBBE- KNOWLEDGE BASED BIO-ECONOMY

A Plant KBBE assenta num acordo entre entidades financiadoras de vários países como a Alemanha, França, Espanha e Canadá no sentido de organizar um programa conjunto na área da Genómica de Plantas. Este programa visa fomentar actividade de I&D no domínio da genómica, biotecnologia e melhoria de plantas e estimular a formação de consórcios transnacionais, entre centros de investigação públicos e privados. Em 2011 não houve qualquer actividade no âmbito desta iniciativa.

UNIÃO LATINA

A União Latina é uma organização internacional, fundada em 1954 pela Convenção de Madrid, e tem por objectivo destacar e difundir a herança cultural comum que está na base da identidade do mundo latino.

Entre as actividades desenvolvidas pela União Latina, e no âmbito de um Protocolo estabelecido com a FCT, destaca-se a atribuição do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa, objecto de concurso anual, a cujo Júri a FCT preside, e que teve a sua XIX edição em 2011.

Foram aceites 12 candidaturas para avaliação. Após as avaliações efectuadas por especialistas nas respectivas áreas científicas, o Júri deliberou atribuir: 1 Prémio ex-aequo (pecuniário), 2 Menções Honrosas, e 4 Certificados de Mérito a Editoras. Os prémios foram entregues em sessão realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Novembro.

A FCT, através do DREBM, participou também na organização da Comemoração do Dia da Latinidade, que em 2011 distinguiu uma personalidade da área literária, a saber a escritora Lídia Jorge.

CYTED - CIENCIA Y TECNOLOGIA PARA EL DESARROLLO

O Programa CYTED foi criado em 1984 e está integrado na Conferência Iberoamericana formada pelos Estados da América e da Europa de língua espanhola e portuguesa. O Programa cobre 19 países da América Latina, além de Espanha e Portugal.

Em 2011, foi lançado, nos termos usuais, um concurso para novas redes temáticas e acções de coordenação nas áreas seguintes:

- Agro-alimentar
- Saúde
- Promoção do Desenvolvimento Industrial
- Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Globais e Ecossistemas
- Tecnologias da Informação
- Ciência e Sociedade
- Energia

Um número crescente de entidades e de investigadores manifestou interesse no referido concurso, tendo sido prestado aconselhamento para participação no Programa.

Tendo em conta o orçamento disponível, no seguimento do processo de avaliação ocorrido ainda em 2011, verificou-se a participação de investigadores portugueses em dez projectos novos a iniciar em 2012.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES CIENTÍFICAS DE TIPO FEDERATIVO

Prosseguiu em 2011 o acompanhamento pelo DREBM das actividades desenvolvidas por este tipo de organizações de que Portugal é membro e o pagamento das respectivas quotas. Continuou a ser prestado apoio financeiro às actividades de alguns Comitês Nacionais, como o IGBP (*International*

Geosphere-Biosphere Programme) e apoio logístico às reuniões da Comissão Nacional de Matemática/IMU (*International Mathematical Union*).

CERN – ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PARA A INVESTIGAÇÃO NUCLEAR

Em 2011 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no CERN, assegurando-se a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos nacionais para com o CERN tanto no que respeita à contribuição nacional como à participação nas experiências do LHC e procedeu-se, ainda, ao pagamento das contribuições devidas ao LIP no âmbito das suas actividades relacionadas com o CERN e com o Observatório Pierre Auger.

Prosseguiu no ano de 2011 o levantamento e tratamento da participação portuguesa no CERN relativamente ao número e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, número de utilizadores, número de bolseiros/estudantes presentes no CERN, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela ADI, para o período 2000/2011. A análise desta evolução demonstra uma efectiva e positiva participação nacional (TABELA Nº. 37).

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em três reuniões do Comité Financeiro e elaboração dos respectivos relatórios.

CERN	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Empresas c/ contratos até 31/12/10						26	23	19	17	7	8
Contratos de bens						165	219	125	87	11	7
Montante dos contratos em bens até 31/12/2010*	2.094.965	3.429.290	2.423.355	1.208.793	1.990.410	2.842.447	3.730.988	2.610.855	1.612.650	755200	1.1415.000
Montante dos contratos em serviços até 31/12/2008*	1.055.168	4.015.353	2.630.989	2.720.728	2.207.846	5.456.635	6.026.943	3.924.646	1.080.950	800	800
Nº Bolsas atribuídas AdI	4	0	18	26	15	12	9	8	10	12	13
Utilizadores	67	68	72	66	63	71	83	82	90	112	127
fellows/estudantes	19	11	31	59	55	56	40	41	44	42	29
Staff	23	24	27	32	34	37	42	39	37	34	39
Retorno industrial em comparação c/ todos Est. M.									2º e 9º	4º e 8º	4º e 6º

TABELA Nº. 37 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CERN - PRINCIPAIS INDICADORES
 Nota à Tabela Nº : * As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

EMBC - CONFERÊNCIA EUROPEIA DE BIOLOGIA MOLECULAR

Em 2011, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa na EMBC, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo Portugal sido reeleito para a Vice-Presidência da Conferência.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos anuais para com a Organização e para com os Programas da EMBC, o “EMBO Installation Grants” (SDIG) e Young Instalattion Grants (YIP), tendo sido financiados um total de oito candidatos.

Foi superiormente decidido interromper em 2011 a participação nacional nestes 2 programas especiais da EMBC.

Foi actualizado o levantamento sobre o retorno em nº de bolsas (longa duração/curta duração/YIAP/SDIG) atribuídas pela EMBC a investigadores portugueses, no período 2000/2010, que revela, até 2009, um progressivo reforço da participação nacional. Em 2010 Portugal saiu dos programas especiais da EMBC-SDIG e YIAP's.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹¹	2010 ³
EMBC											
Nº Bolsas atribuídas longa duração + sdig+Yiap	3	7	4	8	4	4	10	14	8	14	8
Bolsas curta duração	6	1	4	7	1	6	4	5	9	6	8
Staff							0	1	2	1	1

TABELA Nº. 38 – PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EMBC- PRINCIPAIS INDICADORES

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação nas duas reuniões da Conferência com a elaboração dos respectivos relatórios.

EMBL - LABORATÓRIO EUROPEU DE BIOLOGIA MOLECULAR

Em 2011, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa no EMBL, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo sido integralmente satisfeito o compromisso anual para com a Organização.

Foi actualizado o levantamento da participação portuguesa no EMBL de 2000 a 2011 relativamente ao nº de utilizadores, nº de bolsas (PhD e PósDoc) atribuídas a estudantes portugueses, número de staff nacional. No que se refere ao retorno do investimento no período 2001/Outubro 2011 e tendo presente o peso da nossa escala de contribuição, verifica-se que o peso do nº de bolsas pós-doc atribuídas a investigadores nacionais é, em média, muito superior ao peso da contribuição de Portugal e este indicador mais que triplica quando se analisa o nº de bolsas de doutoramento atribuídas a estudantes portugueses. No que se refere ao nº de “staff” português nesta Organização verifica-se que a partir de 2010 Portugal já consegue ter um “just return”.

¹¹ As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

EMBL	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Oct 2011
Escala de contribuição (%)	1,22	1,22	1,15	1,15	1,15	1,16	1,16	1,16	1,22	1,22	1,22	1,16
Nº Bolsas Pós Doc		3	3	4	5	4	3	4	3	4	2	3
Pós Doc em % do total		2,19	1,74	2,19	2,18	1,85	1,49	1,95	1,43	1,81	0,96	1,37
Nº Bolsas Doutoramento		6	6	7	7	14	12	10	7	5	7	8
Doutor em % do total		3,47	3,47	3,7	3,7	6,06	4,9	3,91	3,08	2,34	3,1	3,28
Nº Investigadores Visitantes		2	2	2	1	2	0	0	8	3	5	4
Visitant em % do total		3,92	3,23	3,08	1,19	3,64	0	0	4,15	2,36	3,09	2,4
Nº Projectos Bilaterais		8				12	12	11	8	8	7	7
P Bilat em % do total						1,11	1,12	1,09	0,82	0,86	0,79	0,85
Nº Contratados		0	0	2	2	3	4	5	7	7	10	11
Nº Supranumerários										1	1	1
Nº de <i>Trainees</i> (EBI)									1		1	
Pessoal em % do total		0	0	0,33	0,31	0,45	0,55	0,68	0,89	0,98	1,18	1,21

TABELA Nº. 39 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO EMBL - PRINCIPAIS INDICADORES

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em duas reuniões do Comité Financeiro e do Conselho onde se discutiu aprofundadamente o Plano Estratégico para o período 2012/2016 e o correspondente plano financeiro para levar a cabo as actividades científicas aprovadas pelo Conselho.

ESO – OBSERVATÓRIO EUROPEU DO SUL

No que se refere ao ESO, foi dada continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa nesta organização, tendo sido assegurada a participação nacional nos seus diferentes órgãos de gestão. À semelhança do CERN, foi integralmente satisfeito o compromisso com o ESO referente à contribuição de 2011.

No âmbito das actividades nacionais na área da astronomia continuou a ser assegurado o financiamento do Comité Director da Revista *Astronomy & Astrophysics*.

Foi actualizado o levantamento da participação portuguesa no ESO de 2000 a 2011 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela Agência da Inovação (ADI).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁴
ESO											
Empresas c/ contratos		1			3	1	5	3	2	4	4
Montante dos contratos (€)		103.200			210.440	737	18.454	19.017	112.061	1.987.06	823.540
Bolsas atribuídas					2	1	0	0	1	0	1
<i>Fellows</i> /	2				1	2	3	3	7	9	14

estudantes											
Propostas observação				20	17	15	17	19	8		20
Staff				1	1	1	3	3	3	4	4
Retorno industrial em comparação c/ todos Est. M.										1º	3º

TABELA Nº. 40 - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO ESO – PRINCIPAIS INDICADORES

ESRF – INFRAESTRUTURA EUROPEIA DE RADIAÇÃO DE SINCOTRÃO

Em 2011 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no ESRF, tendo sido assegurada a participação nacional nos diferentes órgãos de gestão da Organização.

Foram cumpridos os correspondentes compromissos financeiros decorrentes da nossa associação.

Na sequência da aprovação, em 2010, do Acordo de Portugal como Estado Associado à Parceria de Biologia Estrutural (PSB), foi aberto concurso para financiamento das quatro posições que aí se prevêem estando para aprovação o financiamento de 3 bolsas de Doutoramento.

Durante o ano de 2011, o DREBM não teve oportunidade de participar em nenhuma reunião do Comité Administrativo e Financeiro mas as reuniões do Conselho foram acompanhadas pela Delegada Nacional, a Professora Ana Margarida Damas.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹²
ESRF										
Empresas c/ contratos				1						
Montante dos contratos				22.000						
Bolsas atribuídas				2	2	1	1			
Utilizadores						40	39	32	32	56
% tempo de feixe										
Staff					1	2	3	3	3	3

TABELA Nº. 41 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO ESRF - PRINCIPAIS INDICADORES

CGIAR - CONSULTATIVE GROUP ON INTERNATIONAL AGRICULTURAL RESEARCH

Em 2011 procedeu-se ao pagamento do compromisso anual para com o Grupo e acordou-se a distribuição dos apoios nacionais pelos diferentes centros de investigação de CGIAR.

Foi assinado um novo acordo referente aos novos procedimentos para pagamento da contribuição nacional a qual deixou de ser referenciada em dólares tendo sido fixada em 450.000€.

¹² As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

A representação nacional no CGIAR é assegurada por um delegado externo que nos reporta periodicamente tudo o que de essencial vai acontecendo.

TRATADO DA ANTÁRTIDA - CIÊNCIA POLAR

Na sequência da nossa adesão ao Tratado da Antártida em 9 de Novembro de 2009, Portugal passou a assumir responsabilidades na contribuição para o avanço do conhecimento científico resultante da cooperação internacional em investigação científica levada a cabo na Antártida.

Dada a complexidade dos recursos envolvidos na investigação polar, foi reconhecida a necessidade de manutenção de uma equipa de profissionais dedicados a esta matéria no seio da FCT, tendo sido criado para tal efeito um Grupo de Trabalho que constitui o Gabinete Polar da FCT. No âmbito das atribuições deste grupo de trabalho, o DREBM tem estado envolvido em processos que apoiam a participação portuguesa nas actividades de investigação polar. Assim, no decorrer de 2011, foram desenvolvidas diversas actividades no contexto da assinatura deste Tratado, sendo de destacar as seguintes:

- Implementação do MoU entre Portugal e Espanha para a participação conjunta em investigação polar, assinado em 22 de Janeiro de 2009: o DREBM integra não só a Comissão Ibérica deste MoU, como também acompanhou e apoiou as actividades conjuntas desenvolvidas pelas comunidades científicas portuguesa e espanhola, com vista ao reforço da participação ibérica nas actividades de temática polar. Efectuou ainda as diligências necessárias para a realização do segundo encontro das duas partes desta Comissão, que está previsto realizar-se no 1º trimestre de 2012;
- Preparação da adesão ao Protocolo ao Tratado da Antártida sobre a Protecção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madrid): o DREBM, em colaboração com o MNE, encontra-se a instruir o processo para aprovação da adesão de Portugal a este Protocolo;
- Apoio ao lançamento da Campanha Antártica Portuguesa 2011-2012/PROPOLAR 2011 – O DREBM, em articulação com o FACC, tem acompanhado e apoiado a Equipa de Investigação responsável pela coordenação desta campanha, a qual conta pela primeira vez com financiamento nacional que irá permitir o investimento em logística para deslocação. Este acompanhamento traduz-se principalmente na emissão de cartas de conforto e de declarações a instituições estrangeiras que têm colaborado formal ou informalmente com a nossa comunidade científica polar, de forma a permitir a presença portuguesa na Antártida, atendendo a que Portugal não dispõe de bases científicas nesta região;
- Colaboração com a British Antarctic Survey (BAS) – o DREBM efectuou os procedimentos necessários para assinatura de um “Statement of Commitment” entre a FCT e a BAS, através do qual foi assumido um compromisso para futura colaboração entre estas duas entidades, com vista ao benefício comum entre as comunidades científicas polares portuguesa e britânica. A assinatura deste documento realizou-se no final de Novembro;
- Colaboração com o Brasil – o DREBM colaborou nas diligências destinadas à assinatura de um possível MoU em matéria de apoio à investigação em Ciências Polares entre a FCT e o CNPq, cuja assinatura está prevista para o próximo ano.

2.4.4. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP

2.4.4.1 COOPERAÇÃO COM O BRASIL

De entre os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), merece particular destaque a colaboração com o Brasil, com o qual existem diversos instrumentos de cooperação, quer de carácter intergovernamental quer interinstitucional. Ao abrigo destes últimos, assinados entre a FCT e instituições congéneres, foram realizadas as seguintes actividades:

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): assinado novo texto do Convénio em Abril de 2010. Ao abrigo deste Convénio, tal como já foi indicado no ponto referente às relações bilaterais, foram financiados 82 projectos conjuntos de investigação, num total de 164 missões por parte dos investigadores portugueses. A verba dispendida foi de 410.000 €.

Em todos os projectos dá-se particular ênfase à inclusão de alunos de Formação Avançada, quer portugueses quer brasileiros, que durante períodos de média duração fazem investigação no outro país.

No âmbito do concurso aberto em 2010 houve 139 candidaturas apresentadas à FCT para avaliação.

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): no âmbito do concurso aberto em 2008, foram financiados 8 projectos de investigação conjunta, num total de 32 missões de investigadores portugueses e brasileiros, relativas ao biénio 2009-2010. A verba dispendida com este Convénio em 2010 foi de 36.000 €.

No âmbito do concurso aberto em 2010 foram submetidas à FCT 62 candidaturas para avaliação.

FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo): o texto do Convénio encontra-se para revisão por ambas as partes.

2.4.4.2 COOPERAÇÃO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

A cooperação bilateral com este grupo de países limitou-se, em 2010, ao apoio à realização das seguintes actividades conjuntas:

Encontro Internacional sobre Educação Artística, Cabo Verde (organizado pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, o Centro de Investigação e Intervenção Educativas, em colaboração com o M_eia - Mindelo_Escola Internacional de Arte de Cabo Verde - Cabo Verde);

1ª Conferência de Física das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, Maputo (organizada pelo Instituto Superior Técnico e o Departamento de Física da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique).

De salientar ainda alguma colaboração com estes países no quadro de ERA-NETs e INCO-NETs.

2.4.5. COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERSECTORIAL (COI-MCTES)

As actividades desenvolvidas pela Comissão Oceanográfica Intersectorial do Ministério da Educação e Ciência (COI-MEC) em 2011 e asseguradas na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo Departamento de Relações Europeias Bilaterais e Multilaterais (DREBM), centraram-se no acompanhamento do Grupo Coordenador de Atribuição de Tempo de Navio de Investigação (GC-ATNI), traduzindo-se fundamentalmente na:

- Organização e acompanhamento das Reuniões do CG-ATNI realizadas na FCT;
- Compilação e análise das respostas obtidas, entre 2010 e 2011, ao inquérito realizado em 2010 à Comunidade Científica Nacional, sobre as suas necessidades em termos de navios nacionais para investigação marinha;
- Alteração e actualização da página da Web (<http://coi.web.ua.pt>) do GC-ATNI da COI-MEC;
- Abertura de concurso para submissão de candidaturas a tempo de navio para 2012 por parte da comunidade científica e respectiva comunicação das condições de acesso.

PROJECTO EUROFLEETS

O EUROFLEETS – *Towards an Alliance of European Research Fleets* - é um projecto aprovado no âmbito da I3 – Iniciativa de Infra-estrutura Integrada, que se incluiu no tema Infra-estruturas de Investigação do Programa Capacidades do 7º Programa Quadro. O arranque formal teve início em Setembro de 2009, sendo a FCT o parceiro português neste projecto.

O EUROFLEETS é um projecto com a participação de 24 parceiros (Institutos de Investigação Marítima, Universidades, Fundações e PMEs) de 16 Países Europeus, Estados Membros ou Países Associados. Os vários parceiros neste projecto acordaram não só em colocar à disposição do consórcio os seus navios de investigação, equipamento associado e *know-how*, mas também desenvolver actividades de coordenação entre si.

No âmbito da tarefa liderada pela FCT no EUROFLEETS (Formação de Cientistas e Técnicos marinhos a nível Europeu) em 2011, a FCT acompanhou 2 cursos *on-board*, compilou e analisou todas as respostas aos dois questionários realizados por parte da FCT a cada membro EUROFLEETS.

Das actividades do Projecto EUROFLEETS levadas a cabo, a FCT garantiu a representação de Portugal nas Reuniões da Assembleia Geral e dos parceiros líderes dos *workpackages*.

No seguimento do concurso EUROFLEETS Call "Ocean" and "Regional 1" de 2010, a FCT disponibilizou o Navio NRP "D. Carlos I", do Instituto Hidrográfico, no período de 25 de Julho a 2 de Agosto de 2011, no âmbito do Projecto DIAPICNA (Diazotrophic pico-cyanobacteria in the North Atlantic open ocean: their abundance and importance as a source of new nitrogen at the Azores Current Front). A FCT foi responsável por todos os processos necessários à formalização da contratualização desta actividade, bem como os pagamentos relativos à mesma.

O Projecto EUROFLEETS atribuiu à FCT, no ano de 2011, um montante de 43.569€ que fez face às despesas de tempo de navio do cruzeiro DIAPICNA. Durante o ano de 2011 foram executados 61.930€ em despesas com recursos humanos, deslocações e trabalhos especializados.

A concretização das tarefas atrás descritas no âmbito do EUROFLEETS envolveu, igualmente, a organização de documentos de suporte para reuniões, redacção de relatórios de actividade, relatórios financeiros e relatórios para a concretização/finalização das tarefas e WP em que a FCT esteve envolvida.

2.4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

O DREBM garantiu a gestão e execução financeira do Projecto 6818 do orçamento de investimento (PIDDAC) da FCT, o qual integra fundamentalmente duas componentes: cooperação bilateral e multilateral.

Em 2011, o orçamento executado¹³ foi de 35.208.322 €, distribuído da seguinte forma:

- Cooperação Bilateral - O DREBM assegurou o financiamento da mobilidade de investigadores portugueses e estrangeiros que participam nos projectos de investigação aprovados e as despesas inerentes à XIX edição do prémio de tradução científica e técnica em língua portuguesa FCT/União Latina 2011. A despesa efectuada foi de 1.002.641 €, acrescida da despesa relativa ao painel de avaliação dos projectos bilaterais no valor de 18.317 €;
- Cooperação Multilateral - Pagamento de quotas das Organizações Internacionais de que Portugal é membro cujo valor total foi de 33.178.982 €;
- Deslocações de delegados nacionais representantes de Portugal em Organizações Internacionais (na Comissão e Conselho Europeus, nas OCDE, na European Science Foundation, ECORD/IODP, entre outras). Foram, assim, contabilizadas cerca de 400 missões, com um custo de 266.842 €, aproximadamente;
- Despesas com aquisição de serviços para a organização de eventos, reuniões e *workshops* no valor de 86.784 €;
- Pagamento aos NCP (*National Contact Points*) – O DREBM preparou e acompanhou a execução dos 15 contratos celebrados entre a FCT e as instituições seleccionadas para prestação de serviços de Pontos de Contacto Nacional do 7º Programa-Quadro, em articulação com o GPPQ, no valor de 654.756 €.

Para além das actividades atrás descritas, o DREBM garantiu ainda a gestão de verbas recebidas da Comissão Europeia relativas à participação da FCT em 26 redes europeias: ERA-NETs, INCO-NETs e EUROFLEETs.

As verbas recebidas e referentes a 2011 ascenderam a 382.333 €, tendo sido executado, no mesmo ano, 231.330 € nas componentes de recursos humanos, deslocações e aquisição de serviços e trabalhos especializados, para a gestão das referidas redes.

2.4.7. OBJECTIVOS DO DREBM

Apresentam-se nesta secção os objectivos definidos para o DREBM, em 2011, e o seu grau de cumprimento face às metas estabelecidas.

OBJECTIVO 1

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Avaliação do impacto da participação em redes de cooperação internacional.

Indicador – Prazo de execução

Meta: Entre 1 e 15 de Dezembro

Objectivo cumprido

O objectivo foi cumprido com a apresentação em 15 de Dezembro—de um Relatório com os resultados de um estudo de avaliação do impacto da participação nacional nas ERA-NETs, Iniciativas Tecnológicas Conjuntas, INCO- NETS e Iniciativas ao abrigo do artigo 185 do Tratado de Lisboa. O resultado geral desta avaliação, cujos dados foram analisados desde 2006, é positivo. A participação

¹³ Verbas executadas até 15/11/2011.

portuguesa em redes de cooperação internacional é vista como um esquema útil para contribuir para o cumprimento das metas europeias, no que diz respeito a Investigação e Inovação (I&I), bem como para o alinhamento das prioridades nacionais com a estratégia europeia em I&I.

OBJECTIVO 2

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO BILATERAL E INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Indicador – Número de relatórios no prazo definido

Meta – 4 relatórios até 15 de Dezembro

Objectivo superado

O objectivo foi superado, tendo sido entregues 6-relatórios antes de 15 de Dezembro) relativos aos EUA, Espanha, ESFRI, ESF, Argentina, CYTED.

OBJECTIVO 3

ACOMPANHAR NOVAS INICIATIVAS DO EEI (ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO)

Indicador – Número de novas iniciativas.

Meta – 2 a 3 iniciativas

Objectivo superado

A FCT aderiu a 10 novas ERA-NETS, autorizadas através da proposta externa nº83/DREBM/2011, de 5 de Julho, e ainda aderiu à IPC da Água, através uma carta de intenção assinada em 23 de Março de 2011.

OBJECTIVO 4

MAXIMIZAR O RETORNO DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS ACÇÕES E ACTIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Indicador - Este objectivo é avaliado através de 4 indicadores:

- Montante dos contratos realizados com a ESA, ESO e ESRF
- Retorno Industrial no CERN
- Nº de Bolsas
- Nº de utilizadores envolvidos

Meta – não inferior a 10% em relação ao ano anterior

Objectivo parcialmente superado

Como se pode ver nas Tabelas 24 e 25, e no Quadro seguinte, todos estes indicadores foram superados, com excepção do primeiro.

TOTAIS Comparação 2010/2011				
	2010	2011	%	Objectivos SIADAP
Bolsas	49	46	-6,1%	superado, posição acima de 44
RI do CERN - posição relativa	8	6	33,3%	superado, sobe 2 posições
Montante contratos ESO, ESA e ESRF	19544064	6485540	-66,8%	não cumprido
Utiliz/equipas	191	192	0,5%	superado
Indicador médio	5	4		cumprido

QUADRO Nº.: 6 –OBJECTIVOS

OBJECTIVO 5

REDUZIR O TEMPO DE PREPARAÇÃO DOS SUPORTES DE INFORMAÇÃO PARA APOIO À INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR NOS CONSELHOS DE MINISTROS DA UE,

Indicador - % dos suportes preparados com 2 semanas de antecedência.

Meta - 40% com 2 semanas de antecedência.

Objectivo superado.

O objectivo foi superado uma vez que 50% dos suportes finais de informação foram enviados com a antecedência estabelecida.

2.5. GABINETE DE PROMOÇÃO DO PROGRAMA QUADRO (GPPQ)

O GPPQ tem a missão de, através da rede de Pontos de Contacto Nacional (NCPs), divulgar o 7ºPQ em Portugal, apoiar a participação de investigadores nacionais no 7ºPQ, servir de interface entre a comunidade científica nacional e a Comissão, e apoiar a FCT na gestão dos Delegados nacionais aos Comités do 7ºPQ e na preparação de análises que permitam a formulação de políticas relativas aos programas europeus de ID.

Em 2011, as actividades desenvolvidas podem ser resumidas nos pontos essenciais a seguir descritos.

2.5.1. DIVULGAÇÃO DO 7ºPQ

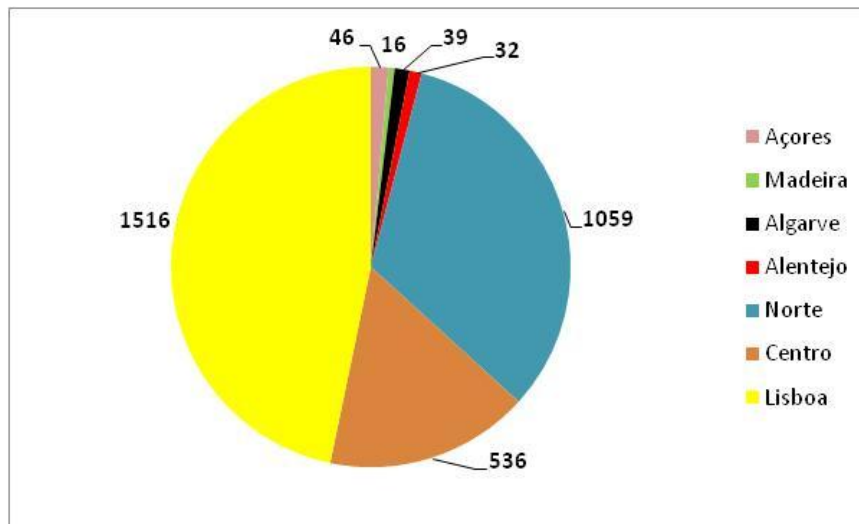
- Manutenção de um sítio *web* específico.

Ver www.gppq.mctes.pt.

- Realização em 2011 de setenta e nove (79) sessões públicas de formação e de divulgação, das quais 57 foram monotemáticas e 32 dedicadas a vários Temas ou Programas do 7º PQ, envolvendo cerca de 3250 participantes:

Programa Cooperação	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
T1. Saúde	14	447	32
T2. Alimentação, Agricultura e Pescas, e Biotecnologia (KBBE)	11	285	26
T3. Tecnologias da Informação e Comunicação (ICT)	9	431	48
T4. Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e Novas Tecnologias de Produção (NMP)	10	461	46
T5. Energia	8	442	55
T6. Ambiente (incluindo alterações climáticas)	8	390	49
T7. Transportes (incluindo Aeronáutica)	9	279	31
T8. Ciências Socio-Económicas e Humanidades (SSH)	3	74	25
T9. Espaço	7	273	39
T10. Segurança	1	70	70
Programa Capacidades	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Infra-estruturas de investigação	4	130	33
Investigação em benefício das PME	16	789	49
Regiões de conhecimento/Potencial de investigação/Apoio ao desenvolvimento coerente das políticas de investigação	3	68	23
Ciência na sociedade (SIS)	3	105	35
Cooperacao internacional	3	68	23
Programa Ideias	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	6	267	45
Programa Pessoas	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	5	122	24
Aspectos Legais e Financeiros do 7ºPQ, incluindo IPR	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	5	140	28
EURATOM	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	1	11	11
EIT	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	1	88	88
Divulgação genérica do 7ºPQ	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	2	162	81
Preparação de Boas propostas (tutoriais)	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	4	118	30
TOTAL DE SESSÕES EM TODOS OS TEMAS E PROGRAMAS	N.º	Participantes	
	Sessões	Total	Média
Total	79	3244	41

QUADRO Nº.: 7 - SESSÕES PÚBLICAS DE FORMAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO



QUADRO Nº.: 8 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS ACÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ DURANTE 2011

- Realização de alguns milhares de reuniões presenciais e comunicação por e-mail ou telefone com investigadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, do Ensino Superior, de Empresas (nomeadamente muitas PME), Fundações e Associações, etc.;
- Participação em várias conferências e workshops em diversas áreas de I&DT para divulgar os serviços prestados pelo GPPQ e as principais oportunidades de financiamento de I&DT ao nível do 7ºPQ;
- Estabelecimento de parcerias formais com a *Enterprise Europe Network* (EEN), liderada em Portugal pelo IAPMEI e pela ADI, e com a COTEC, o que permitiu ao GPPQ promover um número muito maior de acções dirigidas para empresas, em particular para as PMEs, beneficiando das sinergias com essas entidades que permitem garantir uma maior participação de empresas nos eventos e uma maior receptividade à mensagem do GPPQ para as empresas (14 sessões realizadas em parceria com a EEN e/ou COTEC). Estão em preparação acções idênticas de colaboração com a AIP;
- Adesão do GPPQ ao novo portal da COTEC, “COLABORAR”, através do qual todos os seus membros recebem na hora informação sobre assuntos relevantes aos projectos de ID do 7ºPQ, tais como abertura de concursos, sessões de esclarecimento, etc.
- Continuidade dos contactos com os Pólos e Clusters (P&C) de competitividade, na sequência do início dos contactos formais em 2010, e que já se traduziram pela apresentação de algumas propostas ao 7ºPQ. No entanto, apesar de uma participação regular nos programas europeus por alguns membros individuais dos P&C, apenas um pequeno grupo de P&C, como estrutura própria, demonstram ter capacidade e interesse para participar em projectos internacionais, havendo a destacar, pela positiva, o Pólo da Energia (um projecto submetido e aprovado), o Pólo de Competitividade e Tecnologia da Mobilidade (submeteu 3 propostas, embora nenhuma tenha sido aprovada), o Cluster da Construção Sustentável (participação regular na Plataforma Europeia E2B), o “Health Cluster Portugal” (que nunca submeteu nenhuma proposta mas participa na preparação do desafio *Active and Healthy Ageing*) e o Pólo de Competitividade e Tecnologia *Engineering e Tooling*, muito activo na Plataforma Europeia *Manufuture* e com participação em vários eventos de “networking” europeus.
- Foram produzidos vários materiais de divulgação, enviados electronicamente para a comunidade científica e empresarial, distribuídos nas Sessões ou reuniões organizadas, e disponibilizados no site do GPPQ:

- **Brochuras** – foi actualizada a selecção das brochuras mais importantes em área temática e colocadas à disposição para *download* no site do GPPQ;
- **Folhetos** – foram actualizados regularmente os folhetos individuais sobre cada tema do 7ºPQ, incluindo as *Joint Technology Initiatives (JTI)*, com informações sobre o Tema respectivo, sobre as *Calls* abertas (prazos de submissão e orçamento), e sobre o GPPQ (missão e contactos);

- Continuou a publicação, iniciada em Março de 2009, de uma **Newsletter mensal**, chamando a atenção para o que de mais importante se vai passando no 7ºPQ (Concursos, consultas, sessões de informação, etc.), e descrevendo mensalmente um caso de sucesso na participação portuguesa nos PQs, normalmente um projecto coordenado por uma equipe portuguesa.



- Foi amplamente distribuído nas sessões de divulgação um catálogo dos projectos liderados por Portugal no 6ºPQ. Foi também enviado para todas as entidades do sistema científico nacional, laboratórios de Estado, associações empresariais, etc., como inspiração para promoção de mais coordenações de projectos por equipes

nacionais nos Programas-Quadro. Este catálogo está também disponível no site do GPPQ em versão electrónica em http://www.gppq.mctes.pt/docs/Catalogo_6PQ_Proj_Coord_PT.pdf.

- Foi iniciada a preparação do catálogo de projectos liderados por equipas Portuguesas no 7ºPQ. Uma primeira versão, com os projectos 2007-2011, será disponibilizada em 2012 apenas em versão electrónica. Quando completada no final do 7ºPQ em 2013/2014, será preparada uma versão impressa para distribuição;
- Foi ainda disponibilizado um guia com orientações para a elaboração de propostas ao 7ºPQ, em que se alertam para erros frequentes a evitar e para uma estrutura de propostas que aumenta a probabilidade de sucesso. Foi utilizado como base para as sessões tutoriais sobre a preparação de propostas (ver quadro nº 17) e está disponível para todos os investigadores em http://www.gppq.mctes.pt/brochuras/online/elab_prop_7pq-orient_v1_2011.pdf.

2.5.2. APOIO AOS DELEGADOS NACIONAIS AOS COMITÉS DO 7ºPQ

Para além da gestão corrente do apoio às reuniões de Comité, com os NCPs a participarem regularmente nas reuniões dos Comités como “Peritos”, foram mantidos contactos regulares com todos os Delegados, para uniformização das posições a tomar nos Comités e nos contactos com a Comissão Europeia, e para promover coordenação entre temas sempre que tal se revelou necessário.

Continuaram também a reunir regularmente os Grupos Temáticos de Acompanhamento (GTA) nas áreas temáticas do Cooperação para apoio aos Delegados, com o mesmo duplo objectivo que levou à sua criação em 2009:

- Ajudar os Delegados a terem uma visão mais ampla e melhor fundamentada dos desejos e necessidades dos possíveis “clientes” do 7º PQ, por forma a poderem melhor defender os interesses nacionais nas reuniões dos Comités em Bruxelas.

- Informar com grande antecedência os membros dos GTA, e, por extensão, a comunidade científica, do que será o 7ºPQ no futuro a curto e médio prazos, preparando-os melhor para uma participação mais bem sucedida nos concursos.

2.5.3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7ºPQ EM 2011

Em 2011, a participação nacional (1,12%) foi novamente inferior às metas pretendidas, i.e., ao nível das de 2008 e 2009 (>1,2%). Mesmo assim, traduziu-se numa pequena subida relativamente a 2010, e num total de contratos muito perto dos 70 M€. Com este valor, atingiram-se nos primeiros 5 anos do 7ºPQ 309 M€ para contratos com entidades nacionais o que, a manterem-se estes níveis de retorno nos dois últimos anos do 7ºPQ (~60 M€/ano), fará Portugal ultrapassar a meta de 425 M€ de verbas contratadas, ou seja, os cerca de 0,8% dos 53.272 M€ do 7ºPQ que correspondem à contribuição nacional para o orçamento comunitário (em função do PIB nacional vs Europeu) alocado ao 7ºPQ.

Uma análise mais detalhada (ver figuras mais adiante e quadro final por tema) mostra que o desempenho no programa Cooperação continua a ser o esteio da participação nacional. Embora com uma excepção este ano (Tema *SSH*, com taxa de retorno de 0,33%), todos os demais 9 temas estão acima da média de 1,12%, sendo de salientar que tal ocorre pela primeira vez desde o início do 7ºPQ no tema Saúde. Há ainda a relevar os muito significativos 2,93% obtidos no tema Espaço, que cada vez mais se consolida como aquele em que a participação nacional é mais consistente ao longo dos anos e que inclui uma participação muito significativa de PMEs. O tema ICT, com mais de 11 M€ em contratos, continua a ser o que mais verbas obteve em 2011, como acontece todos os anos em que há *Calls* abertas do tema, o que se justifica pela dimensão do programa (mais de 1000 M€ de financiamento disponível em 2011) e pela taxa de sucesso regular que, este ano, se situou mesmo na média da participação nacional no 7ºPQ, com apenas 1,13% (costuma ter taxas de sucesso mais elevadas).

O programa Capacidades teve em 2011 um desempenho francamente positivo. Continuou a haver uma taxa de sucesso acima da média no tema das PMEs (1,99%) e, este ano, registou-se também uma taxa de sucesso francamente positiva nos temas ligados às Regiões do Conhecimento (1,54%), Potencial de ID e Ciência e Sociedade (ambos com quase 5% de taxa de captação de verbas europeias disponíveis). Os temas “Infraestruturas” e “Cooperação Internacional” tiveram um desempenho mais fraco (<0,5%).

O programa IDEIAS continuou a ter uma boa participação nacional na categoria de jovens (*Starting Grants*) mas os 6 investigadores portugueses que obtiveram bolsa deslocaram-se todos para uma instituição estrangeira, dando portanto um retorno formal nulo para Portugal. Os investigadores mais séniores (*Advanced Grants*) continuaram a concorrer em número reduzido, o que teve como consequência uma participação global com uma taxa de retorno para Portugal de apenas 0,3% no programa IDEIAS em 2011. Para tentar contrariar esta tendência, foram enviadas pelo Presidente da FCT a todas as Unidades de ID, Laboratórios Associados e Laboratórios do Estado duas circulares a lembrar a importância dos investigadores mais séniores, e não só estes, apresentarem mais candidaturas ao programa IDEIAS, esperando-se que, em 2012, se possa reportar uma maior taxa de sucesso.

O Programa PESSOAS (Bolsas Marie-Curie), gerida directamente a partir da FCT, teve uma taxa de retorno de 1%, abaixo da média global da participação nacional no 7ºPQ, embora represente, no global, cerca de 5 M€ de contratos assinados por instituições nacionais.

A participação portuguesa no 7ºPQ pode ser resumida no conjunto de indicadores que constam da tabela seguinte, extensiva a todo o 7ºPQ desde o seu início em 2007 (dados retirados da base de dados oficial da Comissão Europeia – as verbas indicadas para a participação nacional referem-se aos valores dos contratos assinados), para comparação de 2011 com os anos anteriores.

Totais		2007	2008	2009	2010	2011
Propostas Apresentadas UE		16388	10746	16351	15720	15070
Propostas Apresentadas PT		1524	755	1008	849	1109
Propostas Coordenadas PT		245	168	243	250	242
Projectos Aprovados UE		3508	2394	3120	2939	2476
Projectos Aprovados PT		305	218	235	226	211
Projectos Coordenados PT		66	91	96	89	25
Número de Participações PT (propostas retidas p/a financiamento)	Ensino Superior	144	109	120	127	76
	Empresas	111	61	68	55	77
	Centros de Investigação	105	77	86	76	86
	Outros	44	36	20	23	35
	Total	404	283	294	281	274
Financiamento UE		7.356,33 M €	3.447,88 M €	4.997,90 M €	4.626,68 M €	6.190,81 M €
Financiamento PT		77,13 M €	48,64 M €	64,19 M €	50,09 M €	69,23 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	UE	21.41 %	22.28 %	19.08 %	18.7 %	16.43 %
	PT	20.01 %	28.87 %	23.31 %	26.62 %	19.03 %
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE 27	21.39 %	23.25 %	20.14 %	23.44 %	22.08 %
	PT	19.17 %	26.62 %	22.24 %	26.24 %	18.15 %
Percentagem Portuguesa		1.05 %	1.41 %	1.28 %	1.08 %	1.12 %
Propostas em Reserelist UE		1268	1017	636	685	508
Propostas em Reserelist PT		75	48	75	58	80
Propostas Não Elegíveis UE		547	366	434	323	313
Propostas Não Elegíveis PT		57	28	25	21	19

TABELA Nº. 42 – PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7º PQ EM 2007-2011

Da tabela pode-se ainda concluir que:

- As entidades nacionais têm conseguido um financiamento médio ligeiramente superior a 60 M€/ano nos concursos do 7ºPQ ao longo dos 5 anos decorridos;
- A taxa média de retorno de fundos (2007-2011) não se alterou em 2011 e continua a ser de 1,11% das verbas colocadas a concurso;
- A distribuição de participações continua equilibrada entre empresas, universidades e institutos de ID, mas em 2011 notou-se uma menor participação das Universidades em favor de maior participação de empresas e instituições de ID. Em termos de montantes contratados, a participação das empresas também aumentou, tendo-se ficado ao mesmo nível da participação (28%) em vez da tradicional participação menos empenhada (isto é, taxa de financiamento inferior à taxa de participação).

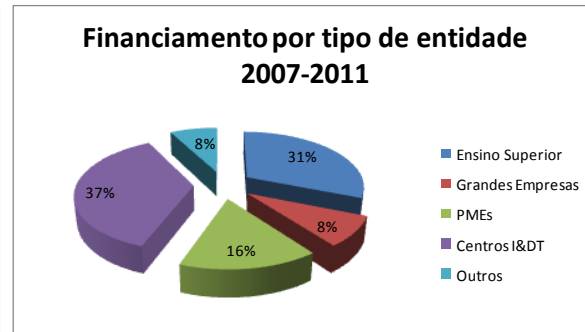
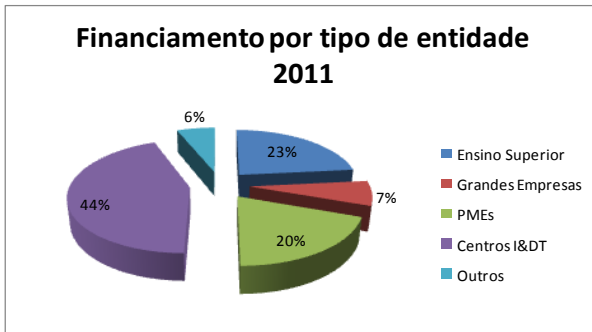
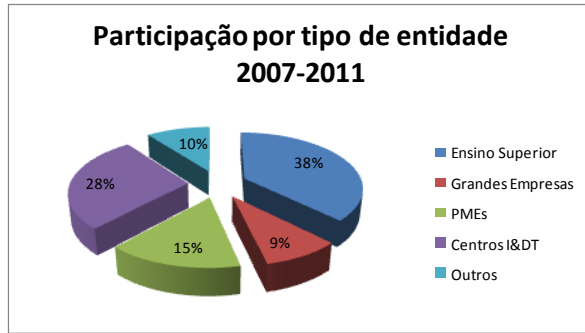
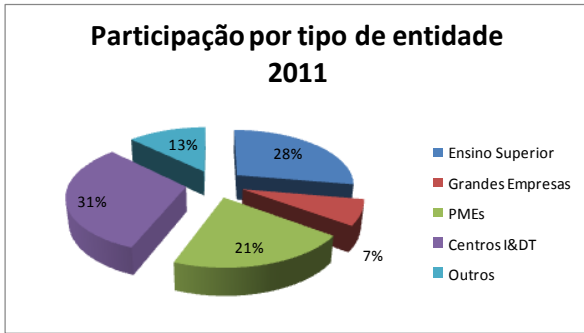


FIGURA 53 - – PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE ENTIDADE

FIGURA 54 - % FINANCIAMENTO POR TIPO DE ENTIDADE

A distribuição da participação por área temática pode ser visualizada nos dois Gráficos seguintes (0,8% representa a contribuição nacional para o orçamento do 7ºPQ):

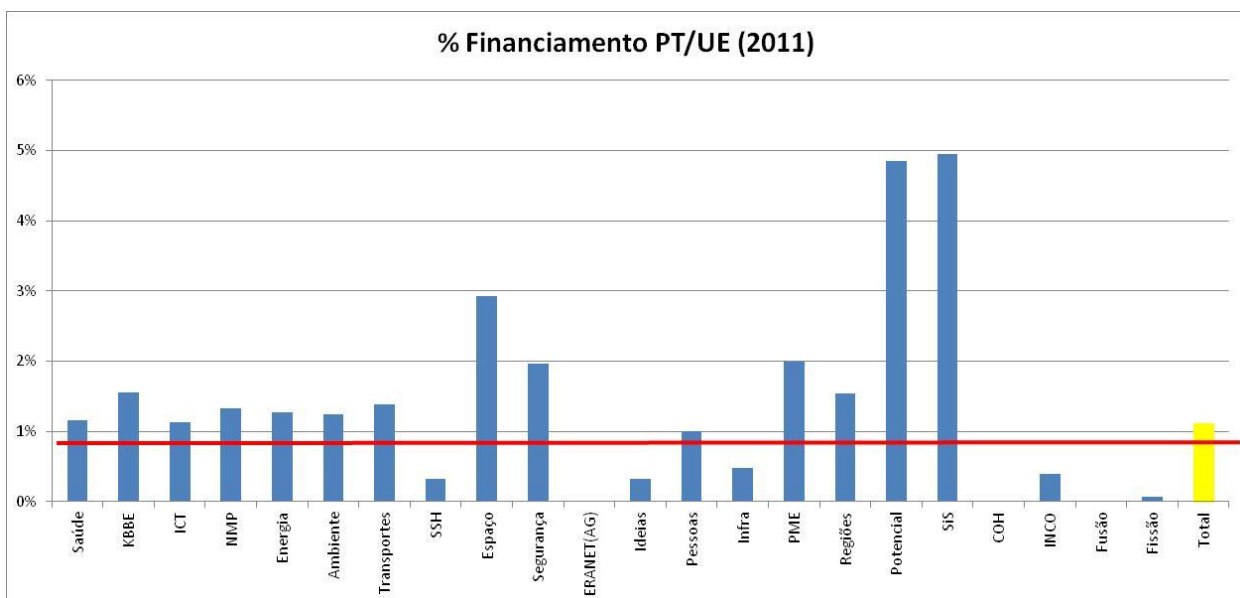


FIGURA 55 - % FINANCIAMENTO PT/UE (2011)

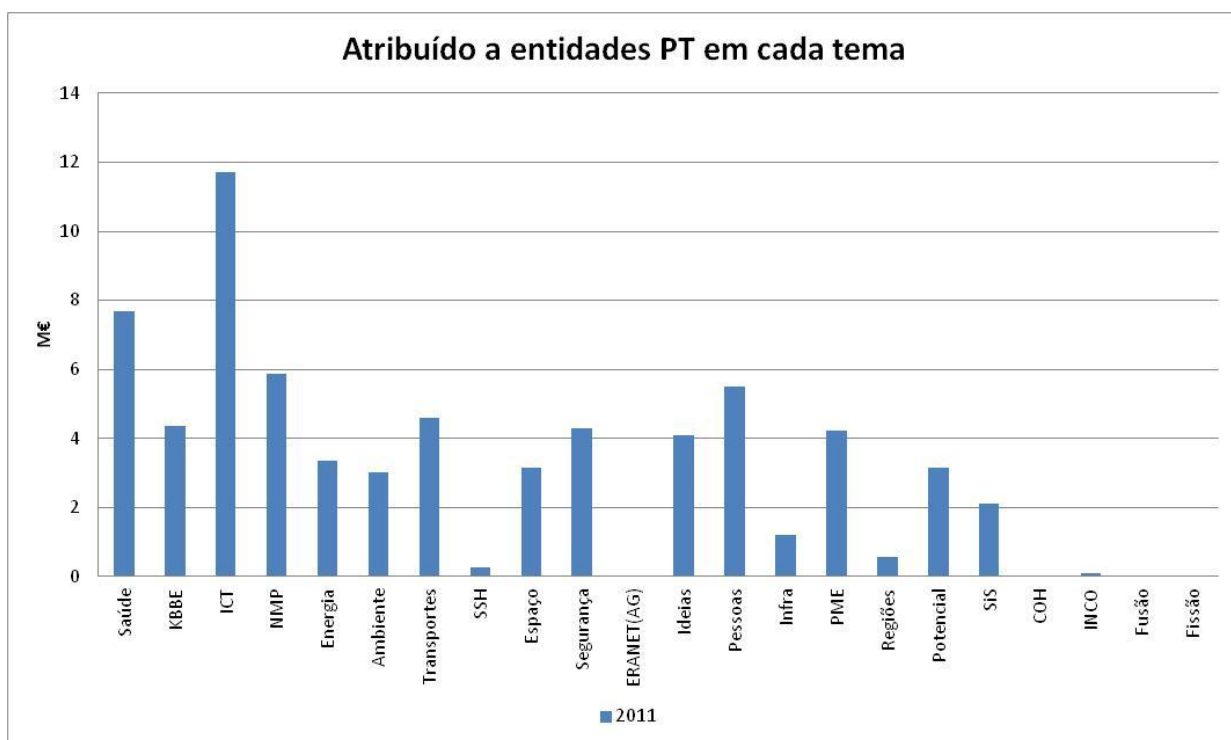


FIGURA 56 – ATRIBUÍDO A ENTIDADES PT EM CADA TEMA EM 2011

A participação por regiões em 2011 foi mais uma vez claramente dominada por Lisboa, com participações equilibradas entre Norte e Centro, sendo residual nas restantes regiões.

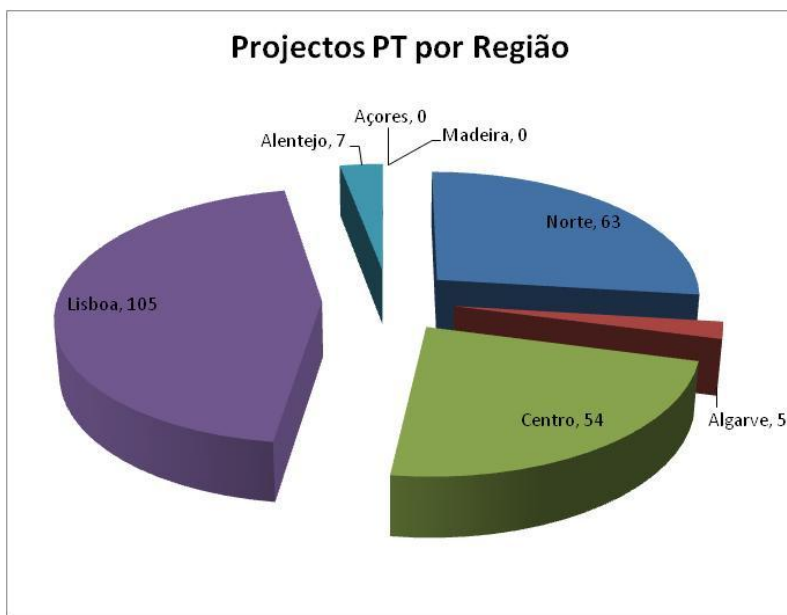


FIGURA 57 – NÚMERO DE PROJECTOS PT POR REGIÃO EM 2011

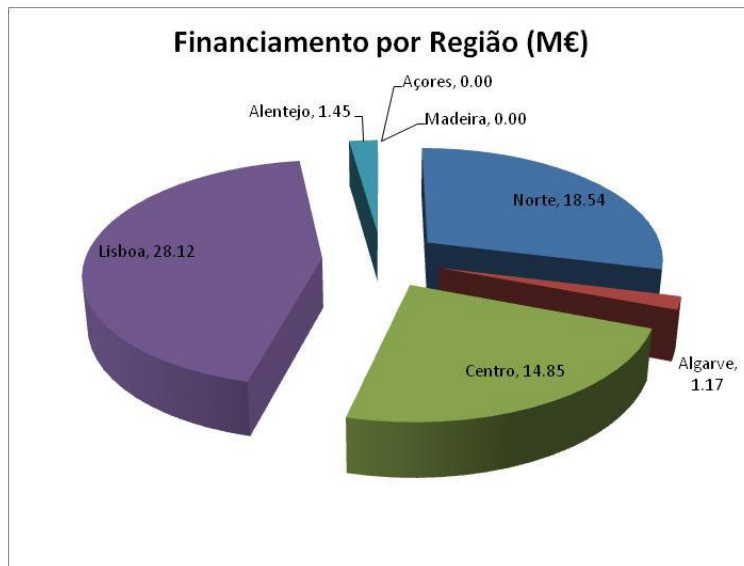


FIGURA 58 – FINANCIAMENTOS POR REGIÃO EM 2011 (M€)

Programa		Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	TOTAL
Tema		7.A.SP1.01	7.A.SP1.02	7.A.SP1.03	7.A.SP1.04	7.A.SP1.05	7.A.SP1.06	7.A.SP1.07	7.A.SP1.08	7.A.SP1.09	7.A.SP1.10	7.A.SP1.11	
2011		Saúde	KBBE	ICT	NMP	Energia	Ambiente	Transportes	SSH	Espaço	Segurança	ERANET(AG)	
Propostas Apresentadas UE		398	452	1748	500	200	360	421	164	124	307	15	4689
Propostas Apresentadas PT		33	76	217	71	18	60	76	53	16	43		663
Propostas Coordenadas PT		2	6	42	3	1	5	15	2	5	5		86
Projectos Aprovados UE		125	87	329	37	48	67	118	22	33	54	1	921
Projectos Aprovados PT		13	20	36	18	4	10	16	3	7	10	0	137
Projectos Coordenados PT		0	0	3	1	1	1	3	0	3	1	0	13
Número de Participações PT	Ensino Superior	4	9	6	5	1	8	7	1	2	2	0	45
	Empresas	6	5	14	9	3	2	8	0	6	5	0	58
	Centros de Investigação	5	7	22	6	5	1	3	1	3	7	0	60
	Outros	2	5	2	4	0	0	3	1	1	1	0	19
	Total	17	26	44	24	9	11	21	21	3	12	15	0
Financiamento UE		663,57 M €	280,38 M €	1.039,43 M €	441,03 M €	263,60 M €	239,95 M €	329,11 M €	84,00 M €	107,48 M €	218,43 M €	0,60 M €	3.583,58 M €
Financiamento PT		7,67 M €	4,37 M €	11,71 M €	5,86 M €	3,36 M €	3,00 M €	4,58 M €	0,27 M €	3,15 M €	4,30 M €	0	48,27 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	UE	31.41 %	19.25 %	18.82 %	7.4 %	24.00%	18.61 %	28.03 %	13.41 %	26.61 %	17.59 %	6.67 %	16.43 %
	PT	39.39 %	26.32 %	16.59 %	25.35 %	22.22 %	16.67 %	21.05 %	5.66 %	43.75 %	23.26 %	0.00%	19.03 %
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE 27	36.76 %	23.78 %	20.26 %	26.95 %	34.64 %	21.63 %	28.86 %	11.01 %	33.92 %	20.36 %	22.73 %	22.08 %
	PT	42.5 %	22.61 %	13.46 %	25.81 %	32.14 %	11.83 %	17.36 %	4.69 %	50.00%	22.39 %	0.00%	18.15 %
Percentagem de financiamento para Portugal		1.16 %	1.56 %	1.13 %	1.33 %	1.27 %	1.25 %	1.39 %	0.33 %	2.93 %	1.97 %	0.00%	1.12 %

TABELA Nº. 43 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2011 – PROGRAMA COOPERAÇÃO

Notas:

1 – As ERA-Nets temáticas estão englobadas nos respectivos temas. A coluna ERA-NET (AG) refere-se apenas a ERA-NETs de actividades genéricas (AG) não enquadráveis em nenhum tema específico (em 2011, apenas 1 foi aprovada, e não teve participação nacional)

2 - Não se incluíram aqui dados sobre a participação nacional nas Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (JTI) relativos a 2011 pois não há ainda dados disponibilizados pelas respectivas estruturas, que continuam a funcionar de forma muito fechada e pouco transparente.

Programa		Ideias	Pessoas	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacidades	EURATOM	EURATOM	TOTAL
Tema		7.A.SP2.01	7.A.SP3.01	7.A.SP4.01	7.A.SP4.02	7.A.SP4.03	7.A.SP4.04	7.A.SP4.05	7.A.SP4.06	7.A.SP4.07	7.B.SP5.01	7.B.SP5.02	
2011		Ideias	Pessoas	Infra	PME	Regiões	Potencial	SIS	COH	INCO	Fusão	Fissão	
Propostas Apresentadas UE		6427	2161	160	946	31	291	116	Não existem	200	Não existem	49	15070
Propostas Apresentadas PT		94	163	22	107	3	14	34		6		3	1109
Propostas Coordenadas PT		93	44		4		14			1			242
Projectos Aprovados UE		793	485	52	111	14	20	21		39		20	2476
Projectos Aprovados PT		2	27	11	20	2	1	8		2		1	211
Projectos Coordenados PT		1	9	0	1	0	1	0		0		0	25
Número de Participações PT	Ensino Superior	0	16	8	0	0	0	5		2		0	76
	Empresas	0	2	0	15	1	0	1		0		0	77
	Centros de Investigação	2	14	3	3	1	1	1		0		1	86
	Outros	0	2	1	6	3	0	4		0		0	35
	Total	2	34	12	24	5	1	11		2		1	274
Financiamento UE		1.299,69 M €	548,32 M €	251,82 M €	211,50 M €	35,56 M €	64,69 M €	42,91 M €		27,74 M €		40,99 M €	6.190,81 M €
Financiamento PT		4,10 M €	5,50 M €	1,21 M €	4,21 M €	0,55 M €	3,14 M €	2,12 M €		0,11 M €		0,03 M €	69,23 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	UE	12.34 %	22.44 %	32.5 %	11.73 %	45.16 %	6.87 %	18.1 %		19.5 %		40.82 %	16.43 %
	PT	2.13 %	16.56 %	0.5	18.69 %	66.67 %	7.14 %	23.53 %		33.33 %		33.33 %	19.03 %
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE 27	11.18 %	16.47 %	45.69 %	17.81 %	54.2 %	9.05 %	18.23 %		21.95 %		43.94 %	22.08 %
	PT	2.6 %	17.44 %	41.38 %	14.37 %	55.56 %	7.14 %	28.95 %		33.33 %		33.33 %	18.15 %
Percentagem de financiamento para Portugal		0.32 %	0.01	0.48 %	1.99 %	1.54 %	4.85 %	4.94 %		0.39 %		0.07 %	1.12 %

TABELA Nº. 44 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2011 (CONT.) – PROGRAMAS IDEIAS, PESSOAS, CAPACIDADES E EURATOM (FISSÃO APENAS)

3. ACÇÕES DIRECTAMENTE COORDENADAS PELO CONSELHO DIRECTIVO

3.1. GABINETE DO ESPAÇO DA FCT

Este Gabinete tem como principal função promover as acções da Delegação Portuguesa à ESA (*European Space Agency*), Comissão Europeia e outras organizações internacionais nas quais Portugal é estado membro, em matérias relacionadas com o Espaço. Incluem-se ainda nas suas competências a promoção da participação das empresas e institutos de I&DT nacionais nas actividades do sector espacial, maximizando o benefício que esta participação tem para o País nas suas várias vertentes. O Gabinete do Espaço reporta directamente ao Conselho Directivo, em particular ao Presidente da FCT – Chefe da Delegação Portuguesa à ESA.

No início de Junho de 2011 foram introduzidos conteúdos no website da FCT referentes ao Gabinete do Espaço. Estes conteúdos fornecem informação sobre as funções do Gabinete do Espaço da FCT e sobre os principais aspectos da participação Portuguesa nos programas Espaciais – nomeadamente os programas Espaciais da ESA:

<http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/espaco/>

A publicação dos conteúdos no website da FCT coincidiu com a divulgação da nova edição do Catálogo Português do Espaço (edição de 2011). Este catálogo foi construído com base nos contributos das principais empresas e institutos de I&DT nacionais com participação nas actividades da ESA.

O Gabinete do Espaço tem explorado activamente todos os canais de comunicação disponíveis para aumentar a visibilidade do sector espacial Português, dentro e fora das fronteiras nacionais. Para o efeito foram produzidos comunicados de imprensa e conteúdos específicos no website da FCT (e websites criados especificamente para o efeito nos servidores da FCT). Este esforço contou com o apoio essencial dos colaboradores da FCT que vieram posteriormente integrar o recém-criado Gabinete de Comunicação e Imagem. Ainda neste âmbito, importa registar as várias colaborações com a agência Ciência Viva em iniciativas relacionadas com a divulgação das tecnologias espaciais, especialmente nas camadas académicas.

Ao nível da formação de recursos humanos, o Gabinete do Espaço tem colaborado activamente com a Agência de Inovação encarregue pelos concursos de bolsas da FCT para jovens estagiários na ESA.

Ao nível científico, para além da dinamização das acções da Delegação no acompanhamento do Programa Científico da ESA, o Gabinete do Espaço tem colaborado com a Sociedade Portuguesa de Astronomia nas iniciativas que esta promove procurando, reciprocamente, o seu envolvimento nas iniciativas promovidas pela FCT.

Desde o início de 2011, o Gabinete do Espaço conta com a colaboração do Prof. Mário Caetano na qualidade de assessor ao Conselho Directivo, assumindo as funções de Delegado aos Comitês dos Programas de Observação da Terra da ESA, Delegado ao Comité de Programa do Tema Espaço do 7º Programa-Quadro da União Europeia (7ºPQ) e Delegado ao Comité do Programa GMES da Comissão Europeia. Esta colaboração permitiu à FCT conduzir uma séria de iniciativas e reforçar o seu

acompanhamento da participação nacional nos programas espaciais Europeus de Observação da Terra.

3.1.1. REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DURANTE 2011

O quadro seguinte resume as principais reuniões e eventos promovidos e co-organizados pela FCT através do Gabinete do Espaço, bem como as suas principais iniciativas. Uma referência completa aos eventos promovidos pelo Gabinete do Espaço, incluindo as reuniões e conferências da ESA e da Comissão Europeia nas quais participou, é feita nos vários quadros do Anexo A (Plano de actividades, eventos e Reuniões para 2011).

Data	Reunião/Evento
9 Fevereiro	ESO@FCT – Software
18 Fevereiro	Reunião de Delegados ESA
4 Março	EUMETSAT Industry Day Portugal
26-27 Maio	Simpósio FP7 Space GMES e SSF
31 Maio	1ª Reunião do Fórum Nacional de Utilizadores GMES
6 Junho	Workshop UTEN – Transferência de Tecnologia Espacial
7 Junho	Reunião de Delegados ESA
9 Setembro	XXI Encontro Nacional de Astronomia e Astrofísica
10 Outubro	Reunião de Delegados ESA
25 Outubro	ESO Industry Day Portugal
12-13 Dezembro	Workshop on GMES Global Land

QUADRO Nº.: 9 - REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT

O Gabinete do Espaço da FCT deu ainda continuidade ao conjunto de reuniões em empresas e institutos de I&D do sector espacial nacional iniciado em 2010. Estas reuniões permitem à FCT obter informação “in loco” sobre as competências técnicas e planos estratégicos destas entidades no que respeita à sua participação nos programas espaciais.

Data	Reunião com a entidade
28 Fevereiro	INEGI e HPS Portugal
18 Abril	Thales Portugal
18 Outubro	Deimos Engenharia
18 Novembro	Edisoft

QUADRO Nº.: 10 - REUNIÕES EM EMPRESAS E INSTITUTOS DE I&D DO SECTOR ESPACIAL NACIONAL

A FCT encomendou à empresa de consultoria Clama um *Estudo de impacto económico da participação Portuguesa na ESA (2000-2009)* com o objectivo de evidenciar os benefícios da participação Portuguesa nesta Agência. Este estudo foi publicado no website da FCT no dia 10 de Novembro:

<https://www.fct.pt/apoios/cooptrans/esa/>.

As figuras seguintes apresentam o calendário de actividades do Gabinete do Espaço da FCT nos dois semestres de 2011.

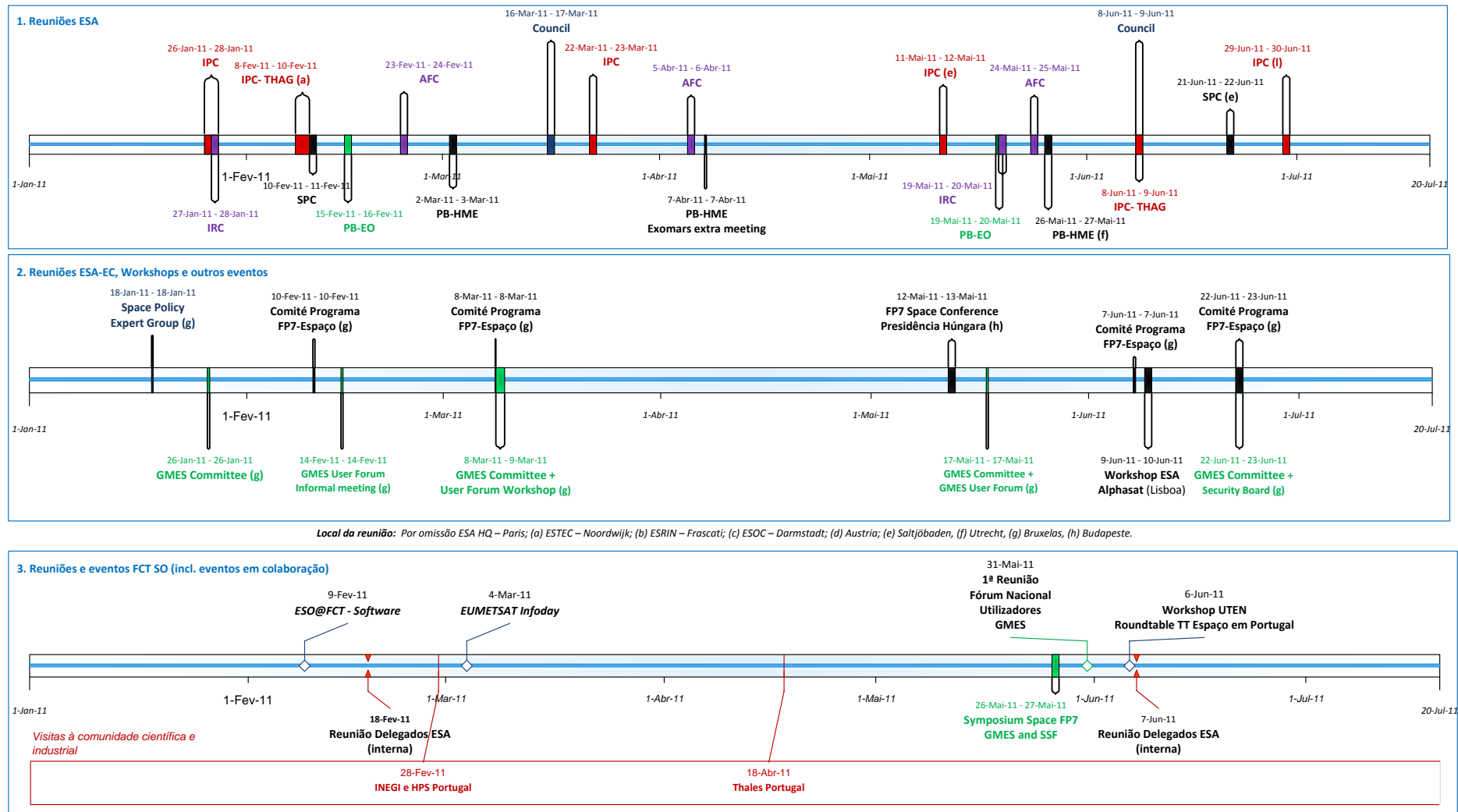


FIGURA 59 – CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES DO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT NO 1º SEMESTRE DE 2011.

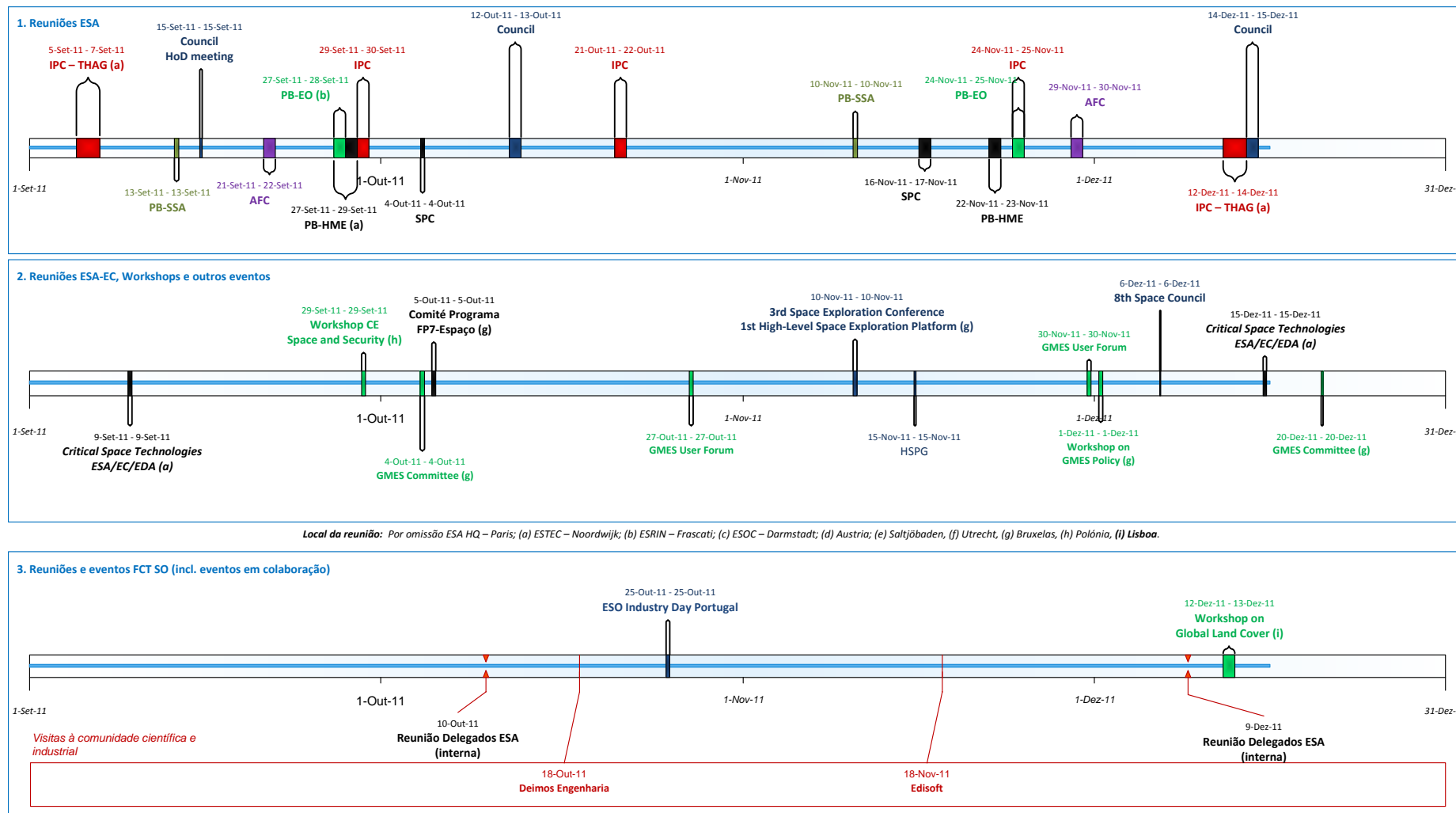


FIGURA 60 – CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES DO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT NO 2º SEMESTRE DE 2011.

3.1.1.1 ESO@FCT - SOFTWARE

No âmbito das funções do Agente de Ligação Industrial (ILO, *Industrial Liaison Officer*) ao ESO da FCT, foi organizada uma reunião entre o Executivo desta Organização e as principais empresas nacionais com competências reconhecidas no domínio do desenvolvimento de aplicações de software.

O principal objectivo deste encontro consistiu em permitir ao Executivo do ESO tomar conhecimento das competências tecnológicas dos parceiros nacionais com vista a futuras participações nas actividades industriais desta Organização. Este evento constituiu também um precursor do ESO *Industry Day* organizado em Outubro de 2011.

3.1.1.2 REUNIÕES DE DELEGADOS NACIONAIS À ESA

Estas reuniões, convocadas e presididas pelo Chefe da Delegação (Presidente da FCT) com apoio do Gabinete do Espaço, realizam-se tipicamente na antecipação das reuniões do Conselho da ESA.

Têm como propósito estabelecer um ponto de contacto formal entre os vários elementos do Corpo de Delegados Nacionais à ESA, permitindo a troca de informações e recomendações pertinentes para as reuniões do Conselho da ESA, bem como a harmonização da posição nacional nos vários Comitês da ESA.

É em sede das reuniões de Delegados que são debatidas e definidas as linhas de acção visando apoiar e promover a participação Portuguesa nas actividades do sector espacial, em particular aquelas que se realizam no âmbito dos programas espaciais e tecnológicos da ESA e da UE.

3.1.1.3 EUMETSAT INDUSTRY DAY PORTUGAL

A FCT, através do seu Gabinete do Espaço, tem como missão promover a participação industrial nos programas espaciais da ESA, nomeadamente nos programas de Observação da Terra com os quais se estabelecem importantes sinergias com os programas da EUMETSAT, especialmente o programa MTG (*MeteoSat Third Generation*). Neste sentido procurou-se capitalizar o conhecimento que a FCT tem da comunidade tecnológica e industrial do sector espacial Português na organização deste EUMETSAT *Industry Day* Portugal. A FCT disponibilizou à EUMETSAT informação agregada sobre o sector espacial Português através do Catálogo Português do Espaço.

Uma vez que o Dr. Jorge Liz da Agência de Inovação (AdI) é o Ponto de Contacto Industrial (*Industrial Focal Point*) nacional na EUMETSAT, a organização deste *Infoday* contou com a colaboração da AdI. O Instituto de Meteorologia foi informado da organização do evento, tendo participado através da Dra. Patrícia Marques.

O evento consistiu numa apresentação pública, por parte de um conjunto de altos-representantes do Executivo da EUMETSAT, dos principais conteúdos programáticos do Programa MTG, particularizando as oportunidades no segmento terrestre e concretizando as regras de “*procurement*” e apresentando recomendações sobre a melhor forma de participar nas actividades industriais e tecnológicas da EUMETSAT. A segunda parte do evento consistiu num conjunto de reuniões bilaterais organizadas entre a EUMETSAT e entidades nacionais, participando a FCT como observador.

O evento teve lugar no Centro Científico e Cultural de Macau no dia 4 de Março de 2011.

3.1.1.4 SIMPÓSIO FP7 SPACE GMES E SSF

O Gabinete do Espaço da FCT organizou em colaboração com o GPPQ e a rede COSMOS, nos dias 26 e 27 de Maio o “*Lisboa SPACE FP7 and GIO Symposium: opportunities and networking 2011-2013*”, no Pavilhão do Conhecimento em Lisboa. O simpósio contou com intervenções de representantes da Comissão Europeia e da ESA, bem como de parceiros da indústria e institutos de I&DT nacionais.

Este Simpósio teve como principal objectivo divulgar as oportunidades para a indústria, centros de investigação e academia estimulando a sua participação nos programas da Comissão Europeia e da Agência espacial Europeia (ESA) no sector Espacial, focando o Tema Espaço do 7ºPQ, as operações iniciais do Programa Europeu de Observação da Terra (GMES *Initial Operations*, GIO) e os programas de Observação da Terra da ESA.

O evento estruturou-se nas três áreas previstas pelo Tema Espaço do 7ºPQ: Programa GMES (cobrindo 85% do financiamento disponível para este Tema), *Strengthening Space Foundations* e *Cross-cutting activities* (cobrindo os restantes 15%). Para a primeira área foram convidados representantes da ESA e da Comissão Europeia responsáveis pela implementação do programa GMES. Dado que a esta área corresponde o maior esforço de financiamento do Tema Espaço, foi-lhe dedicada boa parte do segundo dia do evento com intervenções de parceiros nacionais (indústria e academia) com maior participação nas suas actividades. As restantes áreas foram abordadas por elementos do Executivo da ESA e da *European Science Foundation*.

Este simpósio procurou também estimular as parcerias com países fora do espaço Europeu, mas integrados na rede COSMOS. Foram para o efeito convidados os representantes das agências espaciais Israelita, Brasileira e Sul-Africana. Infelizmente os representantes da agência espacial Brasileira e Sul-Africana não puderam estar presentes. Da parte da agência espacial israelita (ISA) esteve presente o Dr. Zvi Kaplan, Director-Geral da ISA, que teve a oportunidade de reunir com o Gabinete do Espaço e o Presidente da FCT.

O website do simpósio contém o repositório de todas as apresentações do evento: <http://www.gppq.mctes.pt/fp7space-gio-symposium/>.

3.1.1.5 1ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE UTILIZADORES GMES

A Comissão Europeia criou em 2010 o Fórum de Utilizadores GMES com o objectivo de reunir comentários e incluir o contributo dos utilizadores do serviços GMES na implementação deste programa. O Fórum de Utilizadores constitui assim um espaço de discussão no qual é possível reunir contributos importantes para o Comité do Programa GMES, órgãos da Comissão Europeia e da própria ESA.

O Fórum Nacional de Utilizadores GMES agrega a comunidade de utilizadores Portugueses, procurando captar especialmente o ponto de vista das entidades beneficiadas pelos serviços GMES. Os comentários recolhidos à escala nacional serão convertidos em contributos pelo representante Português no Fórum de Utilizadores GMES da Comissão Europeia.

A reunião de “kick-off” do Fórum Nacional de Utilizadores GMES realizou-se no dia 31 de Maio, capitalizando o sucesso do Simpósio FP7 Space GMES e SFF. O fórum nacional reúne representantes de várias entidades do sector público, nomeadamente serviços de estrangeiros e fronteiras, protecção civil, forças armadas, marinha, força aérea, tutela das comunicações e obras públicas, entre outras.

3.1.1.6 WORKSHOP UTEN – TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ESPACIAL

Na sequência do conjunto de workshops da rede UTEN (transferência de conhecimento e tecnologia), o Gabinete do Espaço realizou em parceria com o Executivo da UTEN, uma mesa redonda dedicada às iniciativas de transferência de tecnologia no domínio espacial.

Este workshop teve como base as interações estabelecidas anteriormente com o Gabinete de Transferência de Tecnologia da ESA (*ESA TT Office*), decorrentes nomeadamente da participação do Eng. Luís Serina no estágio promovido pela UTEN junto da ESA. A 4ª Edição do Fórum do Espaço organizada pela FCT em 2010 introduziu já nessa ocasião este importante tema.

Foram convidados para o workshop alguns dos principais intervenientes nos processos de transferência de tecnologia espacial: a Proespaço, enquanto representante das principais empresas do sector espacial Português, Niels Eldering do *ESA TT Office*, bem como representantes de algumas empresas Portuguesas que beneficiam ou beneficiaram dos processos de transferência de tecnologia espacial. O evento foi acolhido pelo Instituto Superior Técnico, contando ainda com elementos do seu corpo docente e colaboradores do gabinete de transferência de tecnologia desta instituição.

Dadas as características do sector espacial, nomeadamente a sua dependência do investimento público, torna-se essencial promover os fenómenos de transferência das tecnologias espaciais e capitalizar os processos de inovação inerentes para outros sectores economicamente sustentáveis. Esta mesa redonda constituiu, assim, uma primeira abordagem pragmática a este tema identificando casos de sucesso e procurando estimular soluções adequadas ao caso Português.

Uma das soluções que continuou a ser explorada neste workshop corresponde à implementação de uma iniciativa de transferência de tecnologia espacial em Portugal à semelhança de iniciativas que são já implementadas noutros estados membros da ESA com o apoio do *ESA TT Office*. Estas iniciativas, conhecidas como *National Technology Transfer Initiatives (NTTI)*, têm tido sucesso em países como a Holanda.

Na sequência deste workshop o Gabinete do Espaço executou várias diligências junto do *ESA TT Office* no sentido de estabelecer uma *NTTI* para Portugal suportada no programa opcional *GSTP* e envolvendo incubadoras empresariais como o Instituto Pedro Nunes em Coimbra.

3.1.1.7 XXI ENCONTRO NACIONAL DE ASTRONOMIA E ASTROFÍSICA

O Gabinete do Espaço participou na 21ª edição do Encontro Nacional de Astronomia e Astrofísica promovido pela Sociedade Portuguesa de Astronomia na Universidade de Coimbra.

Neste encontro o Gabinete do Espaço foi convidado a apresentar o panorama da participação nacional nas actividades da ESA, ESO e Tema Espaço do 7ºPQ, perspectivando as principais oportunidades e desafios.

3.1.1.8 ESO INDUSTRY DAY PORTUGAL

No âmbito das competências e responsabilidades do agente de ligação industrial ao ESO (*European Southern Observatory*), o Gabinete do Espaço promoveu em Portugal a realização de um evento dedicado às oportunidades de participação industrial na construção de instrumentos e infraestruturas do ESO. A participação da indústria acontece frequentemente associada à participação de equipas científicas nos projectos do ESO, particularmente nos projectos de instrumentação.

Na sequência do evento, mais restrito, promovido no início do ano focando as oportunidades no domínio do software, a FCT procurou alargar o espectro da mensagem e aprofundar o conhecimento mútuo do ESO e da comunidade industrial, tecnológica e científica nacional.

O ESO *Industry Day* em Portugal serviu de inspiração para outros eventos análogos realizados noutros estados membros desta organização.

A agenda e apresentações do ESO Industry Day estão disponíveis para consulta no website da FCT construído especificamente para este evento: <http://esoiday.fct.pt>.

3.1.1.9 WORKSHOP GMES GLOBAL LAND

O serviço GMES de monitorização da Terra que entrou na sua fase operacional em 2011, suportado em três componentes (global, regional e local) que se distinguem não só pela escala dos mapas produzidos e extensão das áreas cartografadas, mas também pelo tipo de informação produzida. A componente global incide na produção periódica de mapas de parâmetros terrestres bio-geofísicos, e.g. índices de vegetação, percentagem de cobertura de vegetação, índice de área foliar, temperatura de superfície, com base em imagens de satélite.

Erradamente, a componente global (*GMES global land*) tem sido associada exclusivamente a estudos realizados à escala global, ignorando-se a sua importância enquanto fonte de informação para os estados membros da União Europeia. Um dos objectivos deste workshop consistiu em discutir esta dimensão da componente global dos serviços GMES de monitorização da terra. O outro grande objectivo do workshop consistiu em apresentar o ponto de situação da implementação desta componente no âmbito das GIO (*GMES Initial Operations*).

A realização deste workshop internacional em Lisboa constituiu uma oportunidade única para a comunidade nacional. Por um lado, o workshop foi importante para a indústria, academia e centros de investigação pois permitiu-lhes ter uma visão do que irá ser feito no âmbito das GIO preparando-se assim para os concursos de aquisição de serviços que irão ser lançados já a partir de 2012. Por outro lado, o workshop foi útil para os institutos da administração pública pois permitiu-lhes tomar conhecimento das actividades em curso e participar na definição dos produtos que irão ser criados já a partir de 2012 e dos quais poderão beneficiar no âmbito das suas competências.

3.1.2 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DA ESA

O Gabinete do Espaço da FCT assegurou, no cumprimento da sua missão, a participação nacional nos Comités transversais da ESA (nomeadamente no Conselho, Comité de Política Industrial e Comité Administrativo e Financeiro). Para além destes, assegurámos também o suporte na representação nacional em todos os restantes Comités da ESA, providenciando apoio aos Delegados e Peritos externos. O calendário de reuniões da ESA é apresentado no quadro 1 do anexo A.

3.1.3 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, no início de 2010, a União Europeia reforça a importância política das actividades Espaciais desenvolvidas ao abrigo da “Política Espacial Europeia” adoptada em 2007. As principais decisões respeitantes à colaboração entre a ESA, a Comissão Europeia e os respectivos estados membros na implementação desta política espacial são tomadas

em sede do Conselho do Espaço. O Conselho do Espaço reúne pelo menos uma vez por ano integrado no Conselho da Competitividade da União Europeia.

A FCT tem vindo a acompanhar os trabalhos do grupo de alto-nível responsável pela preparação dos Conselhos do Espaço e as conferências de alto nível que se realizam em prole da implementação da Política Espacial Europeia.

A FCT colabora também com a REPER no acompanhamento das reuniões do “Grupo do Espaço” criado em 2010 para abordar as questões especificamente relacionadas com as actividades espaciais. Estas questões eram, até então, discutidas ao nível do “Grupo de Investigação”.

O papel da FCT nestes fora consiste em garantir que a participação nacional nos programas da ESA, enquanto estado membro desta Agência, é coerente em matérias estratégicas e programáticas com os esforços que se fazem em abrigo das iniciativas da Comissão Europeia no domínio Espacial. Embora as actividades desenvolvidas sejam predominantemente influenciadas pelo acordo de cooperação ESA-UE (estabelecido em 2003), é necessário garantir que os interesses de Portugal, e do sector espacial Português, são salvaguardados nas respectivas estruturas de decisão da Comissão Europeia.

3.1.4 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES CONJUNTAS DA ESA E EC, SPACE COUNCILS, CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS INTERNACIONAIS

O Gabinete do Espaço assegura a representação nacional no High-Level Space Policy Group (HSPG), responsável pela discussão, definição e monitorização da implementação da Política Espacial Europeia. É em sede do HSPG que são construídas as agendas para os Conselhos do Espaço UE-ESA (UE-ESA *Space Councils*).

O 8º Conselho do Espaço foi preparado pelo Gabinete do Espaço e pela REPER produzindo-se para o efeito o “Dossier de preparação do 8º Conselho do Espaço” enviado para o Gabinete do Sr. Ministro de Educação e Ciência e para o Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Ciência.

O 8º Conselho de Espaço, realizado nas margens do Conselho de Competitividade da UE de Dezembro (a 6 de Dezembro), teve como tema central os benefícios dos programas espaciais Europeus para a segurança dos cidadãos. Um dos assuntos mais importantes em debate correspondeu à proposta de financiamento da fase operacional do programa GMES a partir de 2014, sob intenso debate já que estabelecerá a viabilidade financeira futura deste programa.

A FCT participou num conjunto de workshops dedicados a temas específicos do Espaço promovidos pelas Presidências da União Europeia (Hungria no primeiro semestre e Polónia no segundo semestre). O quadro 2 do Anexo A discrimina os vários eventos com representação nacional.

Destacam-se as reuniões promovidas pela Comissão Europeia, a EDA (European Defence Agency) e a ESA dedicadas às tecnologias espaciais críticas. Estas reuniões têm como objectivo harmonizar as estratégias de desenvolvimento tecnológico implementadas no âmbito destas organizações, identificando em particular as principais necessidades de desenvolvimento de tecnologias espaciais no sentido de promover a autonomia e não-dependência Europeias na implementação dos seus programas espaciais e no desenvolvimento da indústria espacial Europeia. Este trabalho conjunto assenta nos planos de harmonização tecnológica que têm vindo a ser trabalhados pelo Grupo de Harmonização de Tecnologia (THAG) do Comité de Política Industrial da ESA.

Portugal participa nestas actividades através dos Delegados ao Comité de Política Industrial da ESA em coordenação com o ponto de contacto nacional (NCP) para o Tema Espaço do 7ºPQ e correspondentes Delegados nacionais.

3.1.5 INDICADORES

PARTICIPAÇÃO TECNOLÓGICA E RETORNO INDUSTRIAL NA ESA

O coeficiente de retorno industrial Português na ESA determina a capacidade das nossas empresas e instituições científicas e tecnológicas ganharem de forma competitiva projectos de desenvolvimento de tecnologia espacial e fornecimento de serviços e produtos. A figura 1 apresenta a evolução temporal do coeficiente de retorno industrial e do volume de contratos atribuídos anualmente (em milhões de Euros) a entidades nacionais no mesmo período.

$$\text{Coef. Retorno industrial} = \frac{\text{valor total dos contratos adjudicados a entidades nacionais em todos os programas da ESA}}{\text{valor total ideal de contratos a adjudicar}}$$

A evolução deste indicador ao longo dos últimos 10 anos demonstra bem a capacidade competitiva do sector espacial Português suportado por uma estratégia de subscrição de programas espaciais consistente com as competências tecnológicas nacionais.

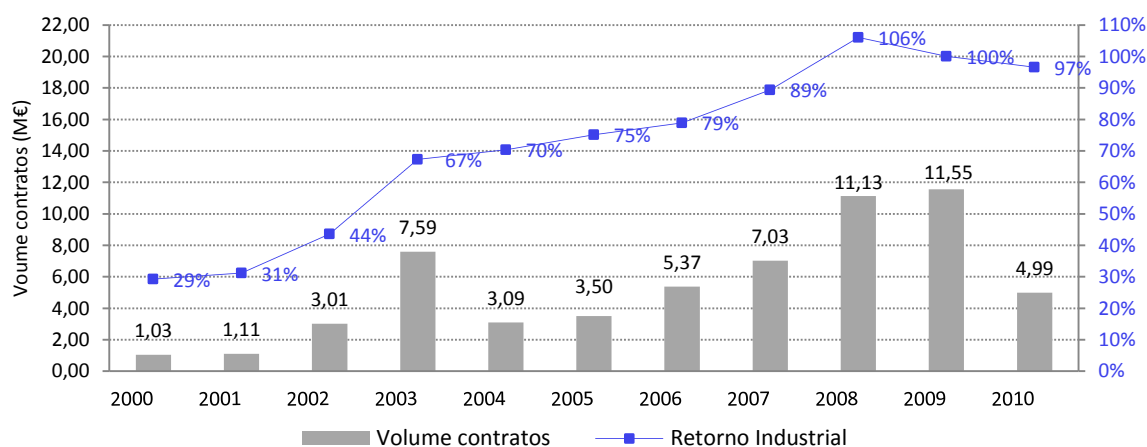


FIGURA 61 – EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO INDUSTRIAL NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2010¹⁴ E VALOR APROXIMADO DE VOLUME DE CONTRATOS ADJUDICADOS A ENTIDADES NACIONAIS (VALORES EM MILHÕES DE EUROS).

Outros indicadores relevantes são apresentados no quadro 21. Estes indicadores correspondem ao número de entidades Portuguesas que participaram em actividades da ESA, ao número de bolsas de estágios tecnológicos atribuídas pela FCT (promovidas pela Agência de Inovação com o apoio do Gabinete do Espaço) e ao número de “staffs” da ESA com nacional Portuguesa.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de entidades nacionais com actividade na ESA	6	10	17	28	19	22	42	31	38	30	28	-

¹⁴ Dados extraídos das estatísticas oficiais da ESA.

Nº de bolsas de estágio atribuídas	5	1	20	13	0	9	7	12	7	8	9	-
Nº de “staffs” Portugueses na ESA	1	3	4	8	10	11	12	17	20	23	23	-

QUADRO Nº.: 11 – INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL NAS ACTIVIDADES DA ESA (OS VALORES PARA 2011 NÃO ESTÃO AINDA DISPONÍVEIS).

ESTUDO DE IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA ESA (2000-2009)

O Estudo de impacto da Participação Portuguesa na ESA (2000-2009) produzido pela Clama evidencia estes benefícios económicos. Uma das conclusões centrais do estudo identifica um spin-off factor de 2 para o investimento nacional nos programas espaciais da ESA. Este valor, calculado de forma conservadora, significa que cada milhão de Euros investido nos programas Espaciais da ESA gera um benefício adicional de um milhão de Euros para o sector espacial Português.

Estudos análogos correspondentes ao universo Europeu identificam um spin-off factor entre 4 e 5, o que manifesta um forte potencial de crescimento deste sector em Portugal.

Este estudo demonstra ainda o importante contributo do sector espacial Português para o desenvolvimento tecnológico do País através de uma forte internacionalização e da catalisação dos processos de inovação sustentada nas colaborações entre as empresas e o sistema científico e tecnológico nacional.

O estudo foi publicado no website da FCT em Novembro:

http://spaceforum.fct.mctes.pt/docs/Impact_Study_Portuguese_Participation%20in_ESA.pdf.

3.2. GRUPO DE GESTÃO DOCUMENTAL

3.2.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVOS – SEGA

Durante o ano de 2011 foi dada continuidade ao processo de implementação do SEGA, nomeadamente na preparação de todas as condições inerentes ao arranque de um sistema desta natureza. Assim, foram feitas diversas reuniões de progresso com o Grupo de Informática e com a empresa *GMV-Skysoft*, que forneceu este sistema. Foram também realizadas diversas reuniões de apoio à implementação do SEGA nos departamentos.

Após aceitação da versão base para arranque, foram feitas sessões de apresentação do SEGA, divididas por perfil de utilizador: dirigentes, grupos de técnicos de cada departamento / grupos de trabalho, responsáveis de arquivo dos departamentos / grupos de trabalho. Procurou-se nestas sessões apresentar as principais funcionalidades que cada perfil terá de executar neste sistema.

O Grupo de Gestão Documental procurou também elaborar documentos de apoio à implementação do SEGA, nomeadamente:

- Apresentação do Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo* (Fevereiro de 2011)
- Manual do Serviço de Expediente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP* (Março de 2011)
- Orientações para a utilização do Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo* (Abril de 2011).

Com a implementação deste sistema (Abril 2011), o Grupo de Gestão Documental reforçou a equipa afectada ao expediente da FCT, pelo facto de terem sido introduzidas novas tarefas no serviço, nomeadamente a digitalização documental, o preenchimento de meta-informação e o encaminhamento das entradas e saídas no Serviço de Expediente da FCT, IP.

3.2.2 PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

A 17 de Maio foi publicado em Diário da República (Portaria n.º 194/2011) o Regulamento de gestão de documentos da FCT, aplicável à documentação produzida e recebida no âmbito das atribuições e competências da instituição.

Com a aplicação deste regulamento são estabelecidas regras de organização dos documentos de arquivo designadamente em termos de classificação e de fixação de prazos de conservação administrativa e destino final.

3.2.3 INVENTÁRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Durante o ano de 2011 foi desenvolvido um maior conhecimento das séries documentais e uma melhor aferição da densidade informacional, o que permitiu a elaboração de uma proposta de reavaliação ao *Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada da FCT* (aprovado pela ex-Direcção-Geral de Arquivos em Março de 2010). Este pedido de reavaliação foi também alvo de parecer favorável (Novembro 2011), pelo que de imediato se procedeu à sua aplicação, nomeadamente na separação da documentação para eliminação e de conservação permanente. Da documentação para eliminação, foram elaborados autos de eliminação e listagens de controlo. Esta acção permitiu libertar algum espaço nos depósitos, procedendo-se à reorganização das estantes e prateleiras, de maneira a rentabilizar o espaço afecto a arquivo.

Foi dada continuidade ao processo de identificação e avaliação documental do arquivo, nomeadamente na identificação de novas séries documentais.

A par da avaliação deu-se continuidade ao processo de descrição da documentação com valor histórico e de elaboração do Inventário do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da FCT, IP., o que permitiu a disponibilização de uma primeira versão do Inventário no site da Fundação: <http://arquivo.fct.mctes.pt/>, em Junho 2011.

Durante este ano, procurámos também responder a pedidos de consulta pontuais de investigadores / utilizadores externos a documentação histórica da FCT, IP.

No seguimento de identificação de outros espólios de ciência (institucionais, pessoais), em Junho de 2011, deu-se início ao trabalho de tratamento e organização do arquivo da Junta de Energia Nuclear, sendo o Instituto Tecnológico e Nuclear a entidade detentora. Este trabalho vai permitir a elaboração do inventário deste importante fundo e a sua disponibilização electrónica a partir do módulo Web do sistema de descrição *Digitarg* em utilização pelo Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia, IP.

Iniciou-se o trabalho de preparação para a recepção do arquivo pessoal do ex-Presidente da JNICT, Professor Mariano Gago, que entendeu doar parte do seu espólio a este arquivo.

Foi elaborada uma primeira versão do *Regulamento do Arquivo Histórico da FCT, IP.*

O Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, IP. foi inaugurado em Dezembro de 2011. Fica assim determinada a abertura oficial ao público.

3.2.4 GESTÃO DE DEPÓSITOS DE ARQUIVO

O ano de 2011 fica marcado pela oportunidade surgida de ocupação de um novo espaço de arquivo na cave do edifício da sede da FCT, precisamente onde estava localizado o arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia. Com uma área total de 800m², procedeu-se de imediato à preparação das infra-estruturas e logística necessárias para as transferências de documentação.

De seguida deu-se início à preparação e acompanhamento da transferência e arrumação de cerca de 22.000 pastas provenientes dos depósitos de São Paulo e da Ajuda para o depósito da Av. D. Carlos. Com a desocupação das instalações da FCT na Av. 5 de Outubro, foi também acompanhada a transferência, arrumação e triagem de 1.500 pastas e 60 caixotes com documentação e bibliografia diversa.

Foi elaborado um mapa topográfico do novo espaço de arquivo.

Ao mesmo tempo, foi sendo feita a recolha e a arrumação de documentação proveniente dos departamentos e grupos de trabalho da Fundação, libertando espaço junto dos serviços. Também se respondeu a pedidos de consulta de documentação por parte dos serviços.

3.2.5 BIBLIOTECA E EDIÇÕES

Tendo em conta a existência em depósito de uma grande quantidade de edições do ex-INIC, ex-JNICT e FCT, foi feita a identificação e o registo destas edições, com identificação completa da edição e do número de exemplares em depósito na FCT, IP. Foi também dada resposta a pedidos pontuais de aquisição de algumas destas edições.

Da mesma forma, foi feito o levantamento dos títulos de periódicos. Estes números resultam na sua maior parte de assinaturas feitas em tempos pelos serviços da FCT e que foram guardados em depósito.

Pelo facto de muitas destas edições e periódicos não terem interesse para a instituição / existirem muitos exemplares / existirem em versão electrónica, deu-se início à preparação para doação ou abate de muitos exemplares.

3.2.6 OUTRAS ACTIVIDADES

O Grupo de Gestão Documental participou no projecto de levantamento dos processos de negócio da Administração Central do Estado, desenvolvido pela ex-Direcção-Geral de Arquivos e pela UNISYS, que tem por objectivo a identificação das funções do estado.

Marcou também presença na jornada *Gestão da Informação Arquivística numa Administração Pública Renovada* realizada na ex-Direcção-Geral de Arquivos, a 20 de Outubro de 2011, onde foi feita a apresentação do projecto de tratamento dos arquivos da FCT, IP.

3.3. PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO

De um ponto de vista de processamento de informação, a missão da FCT caracteriza-se pelo lidar com a enorme quantidade de dados decorrente da sua interacção com as entidades que realizam actividades de investigação científica e que compõem aquilo que se designou por Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) organizadas de diferentes formas, de que se destacam:

- individualmente (bolsas e contratos);
- em grupos relativamente informais de pequena e média dimensão (projectos);
- em grupos de média ou grande dimensão estruturados de forma mais formal (unidades de I&D, Laboratórios Associados).

Para toda esta comunidade, organizada administrativamente de forma em grande parte transversal à sua organização científica (em universidades, institutos, empresas), a FCT necessita de anunciar que tem métodos de financiamento disponíveis, receber dados que permitam julgar da bondade das propostas, validar esses dados num formato que permita realizar avaliações eficazes, avaliar as propostas via *peer review*, comunicar aos interessados os resultados da avaliação, lidar com possíveis contenciosos administrativos ou científicos face ao resultado da avaliação, processar o financiamento atribuído, fiscalizar os gastos associados ao financiamento, comunicar activa e atempadamente com os investigadores e as instituições, reavaliar em fases intermédias ou finais do financiamento, permitir a auditoria por entidades cofinanciadoras, e reportar à tutela e publicamente as suas actividades. No essencial todos os programas da FCT compartilham estas características gerais com adaptações próprias da sua natural variedade de objectivos.

3.3.1. PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PCT

O desenvolvimento mais saliente ocorrido em 2011, correspondeu à actualização e manutenção do [Portal de Ciência e Tecnologia \(PCT\)](#), uma plataforma de interacção entre a FCT e as instituições do SCTN.

Algumas das aplicações críticas deste Portal correspondem à gestão de despesa, ou seja à submissão e análise de despesas no âmbito do financiamento de projectos e de projectos estratégicos. Em 2011, foi submetida, certificada e lacrada no PCT despesa por 200 instituições para 3260 financiamentos no valor de mais de 130 milhões de Euros, correspondentes a cerca de 850.000 linhas de despesa. Por outro lado, o número total de acessos de utilizadores registados nos diversos Portais, ultrapassou os 500 mil, contra os 400 mil do ano de 2010, ou seja verificou-se um crescimento de mais de 25%.

Como consequência, e perante uma realidade completamente nova, foi realizado em 2011 um esforço continuado na gestão e manutenção destes serviços.

Foi elaborado pela Equipa de Coordenação para a Área Informática um inquérito de satisfação aos utilizadores das instituições do SCTN, com uma elevada adesão e resultados satisfatórios. A análise deste inquérito revelou a necessidade de novos desenvolvimentos, grande parte implementada em 2011.

Com objectivo de tornar mais eficiente o processo de análise de despesa, foram realizadas entrevistas com utilizadores internos, no âmbito de um processo que culminou com a remodelação do interface desta aplicação. Em 2011 foram analisados cerca de 90 milhões de Euros, correspondendo a mais de 200 mil linhas de despesa, nesta aplicação.

3.3.2. INFORMAÇÃO PÚBLICA, CONCURSOS

A informatização do processamento de dados ocorreu naturalmente na história da FCT em primeiro lugar naquelas acções em que a tecnologia disponível, a descida de preço e a existência de um estrangulamento no processamento de dados tornaram mais apetecível a sua efectivação. São exemplos a existência de um sítio web público desde o final do século passado, ou a adopção do que é ainda o modelo de recolha de dados via concursos *online* de bolsas ou projectos em 2003/4. Correspondem ambos a sistemas que atravessaram uma reorganização em 2007/9, face à evolução da tecnologia no caso do sítio web, e face às limitações de escalamento das primeiras implementações no caso dos concursos, pelo que em 2010 e 2011 estiveram numa fase de alguma estabilidade no seu desenvolvimento, no entanto não interrompido.

Em 2011 foram abertos cerca de uma dezena de concursos para atribuição de financiamento geridos online em Portais da FCT. O sítio onde são geridos os dados de CV dos utilizadores registados, parte integrante da informação constante destas candidaturas, foi totalmente remodelado, passando a fornecer novos serviços.

3.3.3. INTRANET E SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVO - SEGA

A intranet da FCT passou em 2011 a ser suportada pela plataforma da Microsoft SharePoint, para onde foram migradas as funcionalidades do antigo ZEUS. Em Abril de 2011 entrou em produção, também sobre a plataforma SharePoint, o Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo (SEGA), desenvolvido pela gmv.

A implementação desta plataforma mostrou-se um desafio para a Equipa de Coordenação para a Área Informática. As actividades de gestão, manutenção, desenvolvimento e integração com os sistemas já existentes, requerem formação específica, que ocorreu em 2011, mas terá necessariamente que continuar em 2012.

3.3.4. SISTEMA TRANSVERSAL DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

No âmbito da missão institucional de “avaliar instituições de ciência e tecnologia, programas e projectos de ciência e tecnologia, formação e qualificação dos recursos humanos”, foi desenvolvida uma plataforma, integrada com o sistema de gestão de avaliadores, que permite à FCT promover e gerir avaliações científicas online e presenciais.

Em 2011 esta plataforma suportou diversas fases de avaliações de programas distintos, com candidaturas a financiamentos da responsabilidade da FCT e de entidades externas.

3.3.5. INTERCÂMBIO DE DADOS COM O COMPETE/QREN

Iniciada em 2009, a integração de dados de projectos de I&D fornecidos pela FCT no SIQREN, o sistema de informação onde estão registados os financiamentos apoiados pelo COMPETE prosseguiu em 2011. Tem sido um trabalho complexo, envolvendo inovação tecnológica para a FCT.

Em 2011 a actividade de transmissão de dados centrou-se, fundamentalmente, no envio de pareceres com ajustes à decisão do COMPETE devidas a alterações necessárias nos projetos (p.e., alterações de instituições, financiamentos), no envio periódico de valores de pagamentos FEDER e de

despesa analisada FEDER e na submissão de candidaturas e de pareceres de avaliação na sequência de abertura de concursos.

Em 2011 foram submetidos os seguintes 38.616.284,20€ e 26.356.553,82€¹⁵, de despesa elegível e de pagamentos FEDER, respectivamente, e 334 pareceres de ajuste à decisão.

3.3.6. ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS EM OUTSOURCING

Há duas ordens de razões que justificam a utilização de software especialmente criado em regime de outsourcing. A utilização de software relativamente standard usado frequentemente em organismos públicos adaptado a solicitações da instituição, são exemplos os sistemas GIAF, myGIAF, fornecidos pela empresa INDRA, e *DigitArq*, e necessidades que ultrapassem a capacidade de resposta *in house* para um fim específico e transitório, na forma de projectos de desenvolvimento aplicacional.

Além do acompanhamento de actividades de instalação e manutenção das aplicações desenvolvidas e mantidas por entidades externas, a Equipa de Informática elaborou pareceres técnicos acerca de propostas de desenvolvimento, estabeleceu a ponte técnica entre as empresas e os utilizadores finais e assegurou o bom funcionamento da infra-estrutura tecnológica, incluindo todas as aplicações existentes, base de dados e respectivos servidores.

Foram criadas equipas para o acompanhamento dos projectos de conversão de sistemas baseados em Filemaker para SQL server, contratualizados com a empresa gmV, sendo considerado prioritário assegurar a integração com os sistemas já existentes na FCT e a manutenção destes desenvolvimentos no futuro.

3.3.7. ACTIVIDADES DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

O parque informático da FCT é constituído por 248 postos de trabalho, 79 impressoras ou similares, 20 switches, 4 fiber chanel, 2 MSAs, 40 servidores e 1 enclosure com 9 blades distribuídas por 4 salas de servidores. A este parque, que requer gestão e manutenção, acresce o apoio que tem que ser dado aos utilizadores que necessitam destas ferramentas para o bom desenvolvimento do seu trabalho.

Em 2011 foi dada prioridade à institucionalização em todos os departamentos da FCT, no seu relacionamento com a Informática, de uma “Porta Única de Entrada” para a solicitação de serviços. Apesar de ainda não englobar todos os serviços solicitados esta “Porta” possibilita aos responsáveis dos diversos Departamentos/Unidades a visualização das solicitações efectuadas pelos seus colaboradores, assim como uma gestão mais racional dos recursos da Equipa de Informática.

Desde Setembro de 2011 foi registado um número médio de 10 solicitações por dia, com um tempo médio de resposta de um dia útil, para os pedidos de suporte e manutenção.

Pretende-se que a partir de 2012 todos os pedidos de serviços à Informática sejam realizados por este canal único.

Outra prioridade em 2011 foi a implementação de sistemas redundantes, com informação e aplicações críticas, em *Datacenter* fora da FCT.

¹⁵ Inclui os dados de todos os projectos, incluindo os que foram posteriormente anulados.

3.3.8. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO APLICACIONAL

O planeamento do desenvolvimento aplicacional, assim como a sua manutenção, em particular no caso de aplicações em constante evolução, como se passa na FCT, torna-se incomportável sem uma clara definição do que é feito, porquê, quando, como é quem faz. É essencial que um projeto de desenvolvimento aplicacional tenha um âmbito fechado, um calendário, pontos de controlo e uma conclusão.

A Equipa de Coordenação para a Área Informática propôs em 2011 uma nova metodologia para a gestão dos projectos de desenvolvimento aplicacional na FCT, para melhor acompanhar o ciclo de desenvolvimento, a alocação de recursos e de tarefas, com o cuidado de não comprometer a resposta destas aplicações à expectável e constante evolução do negócio que suportam.

A proposta, apresentada ao Departamento de Programas e Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT) e Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT), recebeu a concordância dos diretores destes Departamentos, sendo que o desenvolvimento de diversas aplicações já seguiu o modelo proposto.

3.4. INTERACÇÃO COM O COMPETE

A interacção com a Comissão Directiva do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade em todos os aspectos relacionados com o papel da FCT como Organismo Intermédio deste programa operacional e a especificação de funcionalidades necessárias à execução de projectos com co-financiamento FEDER foi realizada através da Assessoria para a área de projectos. Destacam-se como relevantes em 2011 os seguintes aspectos.

3.4.1. TAXA DE CO-FINANCIAMENTO FEDER

Em Março de 2011 foi aprovada uma alteração ao Regulamento específico “Sistema Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional” que prevê uma taxa de co-financiamento de 85% para os projectos geridos pela FCT e co-financiados com fundos FEDER. As disposições transitórias desta nova versão do regulamento indicam que aos projectos candidatatos ou já aprovados pelo COMPETE, que ainda não se encontrem encerrados, se aplica a nova taxa de co-financiamento.

Foram desencadeados os mecanismos para a concretização desta alteração através da importação de novos valores de financiamento do sistema informático do COMPETE e preparadas adendas aos Contratos/Termos de Aceitação que terão que ser assinadas pelas entidades beneficiárias nos projectos e pelo Investigador Responsável.

3.4.2. FUNDOS FEDER DO COMPETE

Sendo a FCT organismo pagador de fundos FEDER, na sequência de acordo estabelecido em 2010, o montante total de fundos FEDER transferidos pelo COMPETE para a FCT em 2011 foi de 20,778M€.

3.4.3. SUBMISSÃO ELECTRÓNICA E ANÁLISE DE DESPESA

A submissão electrónica de despesa em projectos co-financiados pelo FEDER é um requisito deste fundo que a FCT também adoptou para os projectos com financiamento exclusivo por fundos

nacionais. Esta funcionalidade, integralmente funcional em 2010, sofreu em 2011 melhorias resultantes da experiência de utilização em 2010 e primeiros meses de 2011. Parte das melhorias introduzidas resultaram dos resultados de um inquérito ao funcionamento do PCT, lançado em Julho de 2011, enviado a 1536 utilizadores e que teve 689 respondentes dos quais 83% (572 indivíduos) completaram o inquérito. Na sequência das alterações introduzidas, foram publicadas duas novas versões (v3 e v4) do Manual de Submissão de Despesas. De igual modo, o conjunto de FAQs disponibilizado no PCT foi sendo actualizado face às questões colocadas.

Também em 2011 foram completados os testes finais e modificações necessárias da funcionalidade de análise de despesas, que ficou em 2011 completamente operacional e em uso intensivo.

3.4.4. ALTERAÇÕES A REGULAMENTO

Face à necessidade de submeter a co-financiamento FEDER as actividades estratégicas de Laboratórios Associados e Unidades de I&D com classificação igual ou superior a Muito Bom, com número de investigadores doutorados integrados em tempo integral, contabilizados à data de 31 de Dezembro de 2009, igual ou superior a 20, foi proposta e aprovada uma alteração ao Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico.

Foi ainda proposta e aprovada uma outra alteração ao regulamento acima referido no sentido de reduzir o montante mínimo de despesa a submeter electronicamente em cada Pedido de Pagamento, permitindo assim aumentar a capacidade das entidades beneficiárias submeterem mais amiúde as despesas executadas.

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

4.1. RECURSOS HUMANOS

A FCT debateu-se na primeira década do século com um sério problema de diminuição dos seus efectivos, situação que se inverteu em 2009 e 2010, em virtude da realização de vários procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, efectuados ao abrigo do descongelamento de vagas autorizado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, com a concordância do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

Em 2011, apenas foi finalizado um procedimento ainda resultante do descongelamento de vagas acima mencionado, sendo os restantes procedimentos concursais abertos e/ ou concluídos para trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, tendo sido preenchidos os postos de trabalho a seguir indicados segundo a unidade orgânica em que os novos trabalhadores foram integrados e respectivas carreiras:

- Assessoria ao Conselho Directivo: 1 técnico superior para área comunicação e 1 assistente operacional (o último já se encontrava em regime de mobilidade interna no organismo);
- Departamento de Gestão e Administração: 2 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais (um dos assistentes técnicos e um dos assistentes operacionais já se encontravam no organismo em regime de mobilidade interna);
- Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais: 1 técnico superior (que já se encontrava em regime de mobilidade interna no organismo) e 1 assistente técnico.

Iniciou também funções como técnica superior, no Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas, uma diplomada do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), ministrado pelo Instituto Nacional de Administração.

É assim evidente que, em 2011 e em comparação com os anos anteriores, houve um elevado decréscimo no número de trabalhadores contratados em funções públicas por tempo indeterminado, ao que se juntou a aposentação de nove trabalhadores.

Face ao exposto no parágrafo precedente fica, mais uma vez, patente que se mantém a situação de grave carência de recursos humanos qualificados, algo imprescindível para fazer face aos desafios crescentes que o organismo tem de enfrentar, perante utentes (internos e externos) com um grau de exigência crescente.

4.1.1. COLABORADORES POR TIPO DE RELAÇÃO LABORAL

Data	Trabalhadores em funções públicas	Bolseiros
31.12.2008	131	64
31.12.2009	182	23
31.12.2010	192	18
31.12.2011	187	39

QUADRO Nº.: 12 - TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS E BOLSEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011, a FCT contava com 187 trabalhadores em funções públicas, nos termos a seguir expostos.

4.1.2. RECURSOS HUMANOS POR SEXO, CARGO E CARREIRA

Cargos e carreiras	Sexo	
	Masculino	Feminino
Direcção Superior	1	1
Dirigentes Intermédios	1	4
Técnicos Superiores/Docentes	30	95
Coordenador Técnico	0	2
Especialista e Técnico de Informática	3	8
Assistente Técnico	9	27
Assistente Operacional	4	2
Total	48	139

QUADRO Nº.: 13 - - CARGOS E CARREIRAS POR GÉNERO

O grupo de pessoal com um maior número de efectivos era o dos técnicos superiores, o qual representava cerca de 67% do total dos efectivos. Seguiu-se o grupo de pessoal dos assistentes técnicos, com 19% do número total de trabalhadores.

Os efectivos do sexo feminino eram 139 e representavam cerca de 74% do total dos efectivos, enquanto os do sexo masculino eram apenas 48, ou seja, 26% da globalidade dos efectivos.

O grupo com a maior taxa de feminização era o dos técnicos superiores, onde em 125, 95 eram do sexo feminino.

Analisando os grupos de pessoal que abarcavam o maior número de trabalhadores, podemos referir que as mulheres representavam cerca de 75% do total dos assistentes técnicos e de 76% do total dos técnicos superiores.

4.1.3. RECURSOS HUMANOS POR ESCALÃO ETÁRIO

A distribuição dos trabalhadores por faixa etária não sofreu alterações significativas relativamente ao ano anterior.

4.1.4. RECURSOS HUMANOS POR ESTRUTURA HABILITACIONAL

A licenciatura era o grau académico mais representado, englobando cerca de 58% dos efectivos.

Como níveis académicos menos representados encontramos os 6 anos de escolaridade e o Bacharelato, os quais apenas traduziam, cada um, cerca de 1% do total dos trabalhadores.

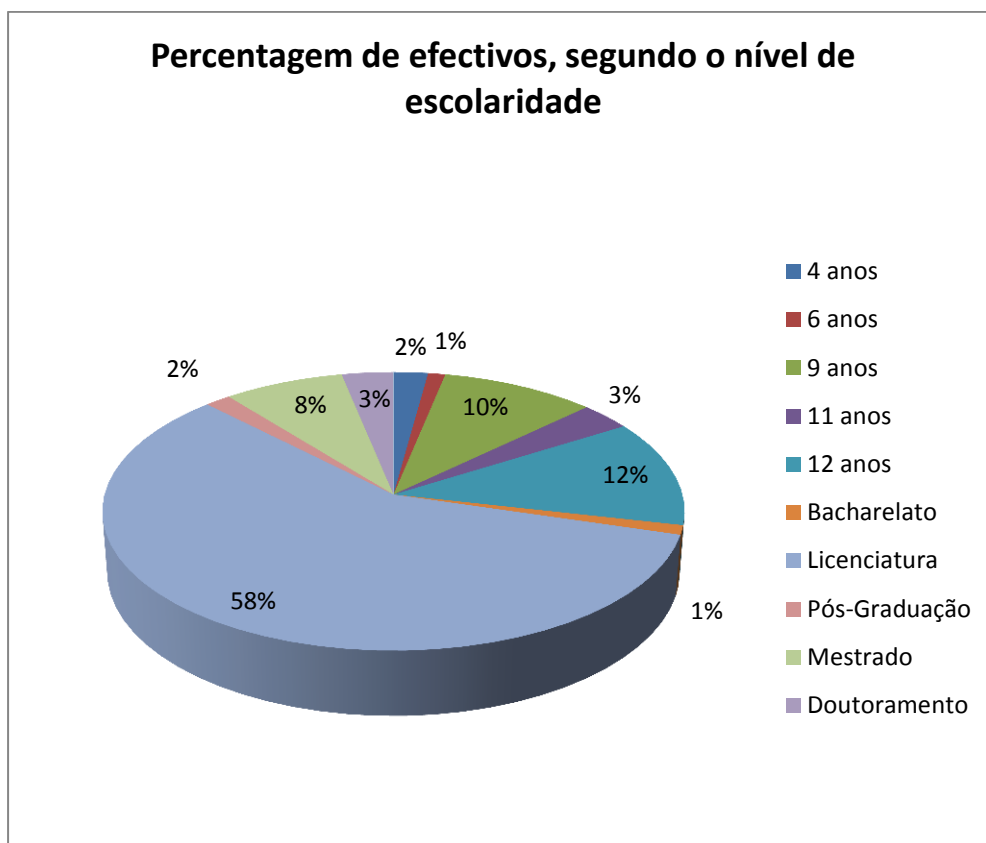


FIGURA 62 - Nº EFECTIVOS EM 2011, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

4.1.5. RECURSOS HUMANOS POR ANTIGUIDADE

À semelhança do ano anterior, o intervalo de antiguidade com um maior número de trabalhadores, cerca de 45%, é o que vai até aos 5 anos, seguido pelo intervalo de antiguidade entre os 15 e os 19 anos, com 17% dos trabalhadores.

No extremo oposto encontram-se os intervalos de antiguidade entre os 10 e os 14 anos, com apenas 1% dos trabalhadores.

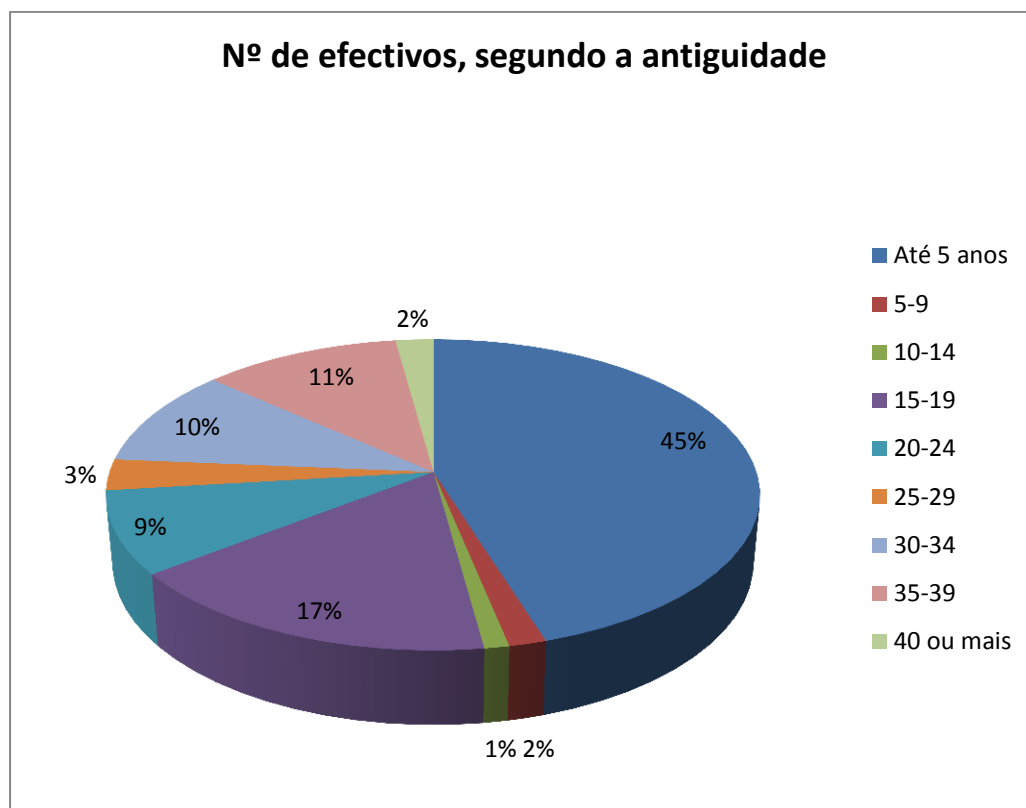


FIGURA 63 - Nº DE EFECTIVOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE

4.1.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Relativamente à formação profissional, em 2011, os trabalhadores da FCT frequentaram nomeadamente as seguintes acções de formação:

- A Fiscalização prévia do TC e o Código dos Contratos Públicos;
- Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública;
- Oracle Database: Introduction to SQL;
- Formação Inicial Geral;
- Gestão de Stocks;
- Avaliadores do SIADAP 2 e 3;
- Contabilidade Pública;
- BSC - Ballanced Scorecard inicial em B-learning;
- Atendimento ao Público;
- ASP.NET;
- Introdução ao Arquivo e Documento Digitais;
- Ballanced Scorecard;
- GEADAP (SIADAP 2, 3);
- Inglês.

4.1.7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

À semelhança do que acontecera em anos anteriores, também em 2011 foram elaborados *Tableau de Bord* de acordo com a metodologia Balanced Scorecard e EFQM/CAF para os três subsistemas do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), isto é, para o

QUAR (SIADAP 1); para os departamentos do organismo e dirigentes intermédios (SIADAP 2) e para os restantes trabalhadores (SIADAP 3).

No âmbito dos SIADAP 2 e 3 foram contratualizados objectivos ou competências com todos os trabalhadores que reuniam os requisitos para tal nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

4.1.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Como principais actividades desenvolvidas pela área do pessoal em 2011, para além das habitualmente desenvolvidas pelos recursos humanos, podemos enunciar as seguintes:

- Recepção das candidaturas aos seis procedimentos concursais abertos ou, embora abertos no ano anterior, ainda a decorrer em 2011 para constituição de relações jurídicas de emprego público, por tempo indeterminado; registo de candidaturas na BD e elaboração das listagens para os júris;
- Implementação do módulo de gestão da assiduidade na base de dados “MyGIAF”;
- Elaboração de um Manual de Acolhimento;
- Elaboração e aplicação de questionários de satisfação aos colaboradores da FCT.

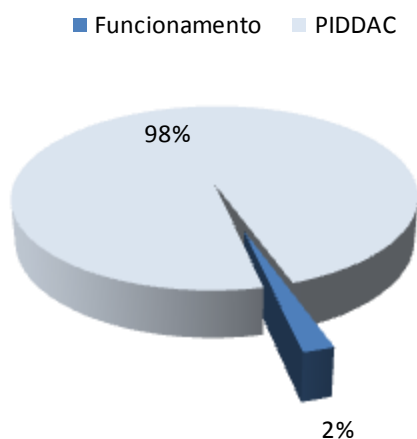
4.2. RECURSOS FINANCEIROS EM 2011

O orçamento global da FCT integra o orçamento de Funcionamento (OF) e o orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC).

Em 2011 o orçamento inicial ascendeu a 498.754.000€, com a seguinte afetação:

- Orçamento de Funcionamento 10.361.495€
- PIDDAC 488.392.505€

Orçamento Inicial 2011



Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita Cobrada	Despesa Paga	Grau de Execução
	Inicial	Utilizável			
	(1)	(2)			
Transferências OE	321.701.980	307.933.160	307.933.157	307.278.987	99,79%
Transferências FEDER-QREN	66.661.800	73.477.009	26.296.368	26.202.908	99,64%
Transferências FSE-QREN	102.000.000	95.280.000	78.685.354	78.677.508	99,99%
Transferências UE (7º PQ - Era-Net's)	476.220	1.067.053	1.042.956	282.547	27,09%
Transferências UE (7º PQ - Welcome II)	0	2.750.758	2.749.982	1.919.240	69,79%
Receitas Próprias	7.914.000	9.435.516	7.519.342	7.451.968	99,10%
Total	498.754.000	489.943.496	424.227.158	421.813.158	99,43%

QUADRO Nº.: 14 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL: FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO, POR FONTES DE FINANCIAMENTO

A execução dos pagamentos atingiu 99,4% da totalidade da receita cobrada no orçamento global (funcionamento e investimento).

Em seguida apresenta-se a evolução orçamental nas suas componentes: funcionamento e investimento (PIDDAC).

4.2.1 ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

Programa, Actividades e Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial
PROGRAMA 19 – Investigação e Ensino Superior	
ACT-258 – Gestão Administrativa	
311 - Transferências do OE	8.865.275
510 - Receitas Próprias	1.000.000
510 - Reposições não abatidas nos pagamentos	20.000
ACT-202 – Actividades relacionadas com a Ciência e a Tecnologia	
480 - Transferências da União Europeia para Projetos ERA-NET	476.220
Total	10.361.495

QUADRO Nº.: 15 - ORÇAMENYO DE FUNCIONAMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)

Por aplicação do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 2º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (lei do OE para 2011), ficaram cativos no orçamento de funcionamento 405.242€.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de Funcionamento foi reforçado pela verba proveniente da U.E. para cofinanciamento do programa WELCOME II, no valor de 2.749.984€.

Em Dezembro foi desativada a totalidade dos cativos, para reforço do orçamento de funcionamento da DGES – Direção Geral do Ensino Superior, na rubrica “Outras dotações de apoio ao Ensino Superior”.

O quadro seguinte resume a execução do orçamento de funcionamento, por fontes de financiamento.

Dotações inscritas no orçamento de funcionamento	Orçamento Inicial	Execução		Saldos
		Receitas	Pagamentos	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
I - ORÇAMENTO ESTADO	8.865.275	8.460.033	8.423.558	36.475
Despesas com pessoal	5.758.441	5.758.441	5.738.947	19.494
Aquisição de bens e serviços correntes	2.867.095	2.701.246	2.684.312	16.934
Transferências correntes para Famílias (bolsas)	7.500			
Outras despesas correntes		346	299	
Reserva legal	232.239			
II - RECEITAS PRÓPRIAS E REP. NÃO ABATIDAS	1.020.000	1.064.094	1.040.901	23.192
Aquisição de bens e serviços correntes	974.500	1.034.389	1.013.131	20.562
Outras despesas correntes (reserva legal)	25.500			
Investimentos		29.705	27.770	1.935
FUNCIONAMENTO da FCT	9.885.275	9.524.127	9.464.459	59.667

III - TRANSFERÊNCIAS DA U.E. (7º PQ/I&D)	476.220	3.775.159	2.202.174	1.572.985
REDE ERA-NET	476.220	1.025.176	282.547	742.629
PROGRAMA WELCOME II		2.749.982	1.919.626	830.356
TOTAL	10.361.495	13.299.285	11.666.633	1.632.652

QUADRO Nº.: 16 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

A despesa realizada pela FCT em aquisição de bens e serviços ascendeu a 3.697.443€. Este valor inclui os encargos com o aluguer do edifício onde está instalado o Pavilhão do Conhecimento, mas exclui as despesas no âmbito da Rede ERA-NET e do Programa Welcome, consideradas no grupo III do quadro supra.

Salienta-se que o montante dispendido em 2011 revela uma redução de 7% relativamente às despesas da mesma natureza efetuadas em 2010 (3.982.273€).

A execução do Programa Welcome decorreu no último trimestre do ano, após a aprovação dos resultados do concurso e da celebração dos contratos de trabalho dos investigadores doutorados com as instituições.

4.2.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)

Programa, Actividades e Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	%
PROGRAMA 19 – Investigação e Ensino Superior		
MEDIDA 4 - Investigação Científica de Caracter Geral (c/15 projetos)		
311 - Transferências do OE	312.836.705	64,05%
412 - Transferências do FEDER	66.661.800	13,65%
442 - Transferências do FSE	102.000.000	20,88%
510 - Receitas Próprias	6.894.000	1,41%
Total	488.392.505	100,00%

QUADRO Nº.: 17 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)

Em virtude do disposto no nº n.º 1 do artigo 2º da Lei do OE 2011, a cativação foi de 39.104.588€ (correspondente a 12,5% do OE inicial).

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de investimento sofreu as seguintes alterações:

- Descativação de 25.741.010€ (Despacho do SEO de 21.12.2011);
- Redução de 13.363.578€ (Despacho do SEO de 14.12.2011), para reforço do orçamento de funcionamento da DGES - Direção Geral do Ensino Superior em “Outras dotações de Apoio ao Ensino Superior”.

Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita Cobrada	Despesa Paga	Grau de Execução
	Inicial	Utilizável			
	(1)	(2)			
Transferências do OE	312.836.705	299.473.127	299.473.124	298.867.135	99,80%
Transferências de FEDER	66.661.800	73.477.009	26.296.368	26.202.908	99,64%
Transferências de FSE	102.000.000	95.280.000	78.685.354	78.677.508	99,99%
Receitas Próprias	6.894.000	8.371.397	6.455.248	6.411.067	99,32%
Total	488.392.505	476.601.533	410.910.094	410.158.618	99,82%

QUADRO Nº.: 18 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PIDDAC POR FONTES DE FINANCIAMENTO

No quadro seguinte apresenta-se a execução do orçamento de investimento por áreas de intervenção da FCT.

Áreas de intervenção da FCT	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga
I. Formação Avançada de recursos humanos e Emprego Científico	239.450.000	219.090.587	219.049.621
Formação avançada	167.250.000	162.578.247	162.568.364
Emprego Científico	72.200.000	56.512.340	56.481.257
II. Instituições I&D e Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	85.136.976	59.850.720	59.681.121
Laboratórios Associados, Centros I&D e Laboratórios de Estado	67.906.976	48.518.145	48.362.204
Instituto Ibérico Internacional de Nanotecnologia	10.700.000	6.500.000	6.500.000
Instalações e equipamentos científicos	3.950.000	2.212.465	2.199.941
Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	2.580.000	2.620.110	2.618.976
III. Projectos de I&D	93.610.000	64.258.649	63.845.149
IV. Cultura Científica e Tecnológica (inclui rede de Centros de Ciência Viva)	15.000.000	13.125.000	13.125.000
V. Cooperação Internacional em C&T	54.064.000	53.757.573	53.673.520
Parcerias Internacionais (MIT, CMU, UT Austin, Havard, Sloan School, Instituto Fraunhofer)	18.924.000	15.760.000	15.723.806
Cooperação Internacional em C&T (inclui contribuições de Portugal para Organizações Internacionais de C&T)	35.140.000	37.997.573	37.949.714
VI. Assistência Técnica - POFC/QREN	1.131.529	922.023	785.416
Total	488.392.505	411.004.552	410.159.827

QUADRO Nº.: 19 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DE 2011 POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

O nível de execução da despesa em relação à receita cobrada atingiu 99,8%. Apenas as despesas enquadradas na assistência técnica da gestão dos apoios FEDER (POFC/QREN) apresentam um nível de execução inferior a esta média (85,2%).

A figura seguinte ilustra a repartição da despesa por área de intervenção da FCT, destacando-se a Formação Avançada e o apoio ao Emprego Científico com 53,4%, seguindo-se o financiamento de

Projectos de I&D com 15,6%, o apoio a Instituições de I&D e equipamentos de C&T com 14,5%, a Cooperação Internacional em C&T com 13% e a Cultura Científica e Tecnológica com 3%.

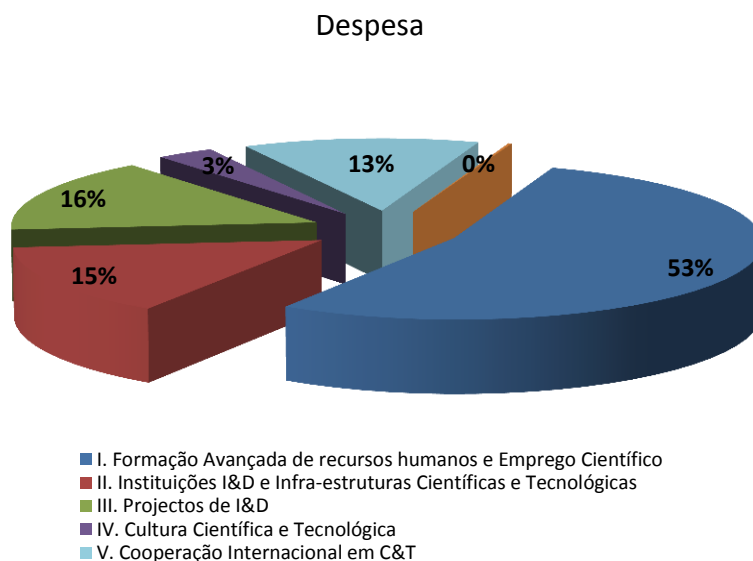


FIGURA 64 - DESPESA

5. ACTIVIDADES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS

5.1. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Durante o ano de 2011 este Conselho reuniu ordinariamente 7 vezes (27 de Janeiro; 18 de Março; 23 de Maio; 29 de Junho; 7 de Julho; 26 de Setembro; e 12 de Dezembro). Adicionalmente, organizou as seguintes sessões presenciais de audição a Unidades I&D e Laboratórios Associados de CSH financiados pela FCT: Antropologia, a 27 de Janeiro; Economia e Gestão e Laboratórios Associados, a 25 de Fevereiro; Geografia, Demografia e Sociologia, a 21 de Março; Estudos Africanos e História e Arqueologia, a 29 de Abril; Estudos Artísticos, a 15 de Junho; Ciências e Políticas da Educação, a 26 de Setembro; Estudos Literários, a 17 de Outubro; Ciências Jurídicas e Ciências Políticas, Filosofia e Ciências da Comunicação, a 2 de Novembro.

No dia 27 de Outubro o colectivo tomou parte na reunião dos 4 Conselhos Científicos no Centro Cultural e Científico de Macau, dando conta das suas actividades desde a génese e programando grupos de trabalho inter-Conselhos sobre tópicos específicos para 2012.

Para além da elaboração de pareceres científicos (sobre peritos e avaliadores, criação/fusão de unidades, prorrogação de projectos, etc.), os principais contributos do CCCSH em 2011 respeitam:

- às referidas audições a 132 Unidades I&D e aos 2 Laboratórios Associados em CSH financiados pela FCT, versando fundamentalmente sobre:
 - a) Painéis de Avaliação da FCT (bolsas, projectos e unidades)
 - b) Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade
 - c) Cooperação institucional
 - d) Apropriação social da investigação;

- à elaboração, em Maio, de um documento de resposta à consulta pública do Livro Verde “Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da EU”, publicado pela Comissão Europeia a 9 de Fevereiro de 2011;
- à promoção do protocolo assinado a 8 de Julho entre a Universidade de Évora e a Universidade de Lisboa para preservação e valorização do projecto arqueológico da cidade da Ammaia.
- à elaboração e publicação de um relatório contendo orientações para as unidades, para a FCT e para os decisores políticos (na sequência dos relatórios preliminares sobre o estado da arte nas diversas sub-áreas redigidos em 2010, das referidas audições, e ainda levando em conta documentos relevantes analisados pelo CCCSH, como por exemplo World Social Science Report de 2010 da UNESCO).

Este relatório encontra-se disponível online na página do CCCSH no sítio da FCT e foi enviado a todos os coordenadores científicos das respectivas unidades e Laboratórios Associados, para partilha com todos os investigadores CSH;

- à renovação dos painéis de avaliação de Bolsas das várias áreas científicas do CCCSH.

5.2. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS DA VIDA E DA SAÚDE

O Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde, CCCVS, reuniu 4 vezes durante o seu terceiro ano de actividades, tendo discutido vários temas/documentos sugeridos pelo CD da FCT, apresentando propostas e emitindo pareceres, bem como participado em diversas actividades no país e em reuniões internacionais, em representação de Portugal.

A sua Agenda incluiu a discussão de assuntos relacionados com:

- a avaliação de projectos, nomeadamente, indicando avaliadores para os painéis de concursos e avaliação final de relatórios de projectos;
- a avaliação de bolsas, contribuindo para a renovação dos painéis de avaliação
- emissão de pareceres a pedido do CD da FCT, nomeadamente, em pedidos do MCTES, relativos à participação em infra-estruturas EU (BBMRI – *Biobanking and Biomolecular Resources Research Infrastructures* do ESFRI) bem como participação em networks internacionais do tipo ERA-Nets;
- continuação da representação de Portugal no conselho científico no European Medical Research Council da ESF e no *Management Board* da iniciativa piloto *EU Joint Programming - Neurodegenerative Diseases, JPND*;
- evolução do programa *Internos-Doutorandos*, promovido pelos Ministérios da Ciência e da Saúde;
- distribuição do financiamento da FCT por áreas científicas afectas aos 4 Conselhos Científico e impacto do investimento em ciência nos sectores da Saúde e Ciências da Vida no panorama global em PT;
- organização de um Workshop FCT&ISCIII (Instituto de Salud Carlos III, Espanha) onde participaram cientistas dos dois países com o objectivo de estabelecer pontos de contacto para a colaboração no âmbito do JPND e outras actividades associadas, nomeadamente, a colaboração em redes de bases de dados, biobancos, plataformas de ensaios clínicos e de imagem clínica;

- Necessidade do mapeamento dos recursos existentes de bases de dados, biobancos, plataformas de ensaios clínicos e de imagem clínica, em coordenação com o Ministério da Saúde.

O CCCVS participou também na reunião conjunta dos 4 Conselhos Científicos da FCT, onde, para além da apresentação das principais actividades desenvolvidas ao longo do seu mandato, propôs tópicos considerados relevantes para discussão futura entre Conselhos. Destes temas importa salientar i) as Escolas Doutorais e ii) Estratégias para a criação de Carreiras Personalizadas para investigadores científicos.

5.3. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DO AMBIENTE

O Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente, durante o ano 2011 teve quatro reuniões. Nestas reuniões desenvolveu-se a metodologia a adoptar para caracterizar os centros de investigação e laboratórios associados das respectivas áreas científicas financiadas pela FCT, bem como as suas principais linhas de investigação. A execução deste exercício será a base da agenda estratégica a desenvolver. Destaca-se ainda as discussões sobre a participação de Portugal na *Global Biodiversity Information Facility* (GBIF), e na *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES), bem como o eventual apoio da FCT actividades da comunidade científica portuguesa em projectos de infra-estruturas Europeias, como são exemplo os projectos ELIXIR e MIRRI.

O processo de avaliação das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento foi por um lado integrado na discussão mais lata sobre as perspectivas de carreira científica, tendo sido também analisados os documentos propostos pelos outros conselhos científicos da FCT. Por outro foram feitas recomendações precisas para a renovação dos painéis de bolsas da FCT.

Regularmente este conselho elaborou pareceres científicos em assuntos relacionados com as ciências naturais e do ambiente.

No dia 27 de Outubro o colectivo participou na reunião dos 4 Conselhos Científicos no Centro Cultural e Científico de Macau, dando conta das suas actividades desde a génese e programando grupos de trabalho inter-Conselhos sobre tópicos específicos para 2012.

5.4. CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS EXACTAS E DA ENGENHARIA

O Conselho Científico das Ciências Exactas e da Engenharia reuniu-se quatro vezes em 2011 (3 reuniões ordinárias a 29 de Março, 28 de Julho e 19 de Setembro e 1 reunião extraordinária a 24 de Outubro).

A 27 de Outubro este Conselho participou na reunião conjunta dos 4 Conselhos Científicos que teve lugar no Centro Científico e Cultural de Macau. Nesta reunião foram apresentadas as principais acções que tem vindo a desenvolver, discutidas linhas estratégicas futuras e programados grupos de trabalho inter-Conselhos.

Em 2011 este Conselho Científico desenvolveu regularmente actividades em colaboração com o Conselho Directivo e com vários Departamentos da FCT tais como: elaboração de pareceres sobre renovações de bolsas; participação na avaliação de bolsas e de projectos; nomeação de peritos; etc.

Outras actividades desenvolvidas por este Conselho Científico foram:

- Proposta de renovação dos painéis de avaliação de Bolsas das várias áreas científicas do CCCEE.
- Preparação de um documento intitulado “Proposta para os procedimentos de avaliação dos investigadores contratados ao abrigo dos programas Ciência 2007 e 2008 da FCT” que foi circulado entre os outros Conselhos Científicos.
- Análise das bolsas de Doutoramento em Ambiente Empresarial já concluídas e em curso e definição de estratégias futuras para as incentivar.
- Criação de uma base de dados de peritos estrangeiros para constituição de futuros Painéis de avaliação.
- Preparação de um inquérito destinado a avaliar “O estado da arte das Ciências Exactas e da Engenharia e o enquadramento da Ciência feita em Portugal”. Utilizando uma plataforma informática (preparada em articulação com o grupo de informática da FCT) este inquérito será enviado a todas as UIs e LAs para posterior análise e preparação de um documento de referência interno.

ANEXOS

ANEXO I
PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO

GRÁFICOS

A	Projectos não Integrados em Redes Repartição, por Área Científica, do Total do Financiamento Aprovado
B	Redes Nacionais Repartição, por Rede, do total do Financiamento Aprovado e Identificação dos respectivos Pólos Fundadores
C	Repartição, por Região, do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNRC
D	Repartição do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNRC e do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, por Fonte de Financiamento
E	Distribuição do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, por Região
F	Distribuição do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, por Área Científica
G	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Região, do Total das Peças de Equipamento Adquiridas nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011
H	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Região, do Custo Total dos Equipamento Adquiridos nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011
I	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Área Científica, do Total das Peças de Equipamento Adquiridas nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011
J	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Área Científica, do Custo Total dos Equipamento Adquiridos nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011
K	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, na criação e manutenção de postos de trabalho, por Região
L	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, na criação e manutenção de postos de trabalho, por Área Científica
M	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, na formação superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), por Região
N	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2011, na formação superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), por Área Científica

A

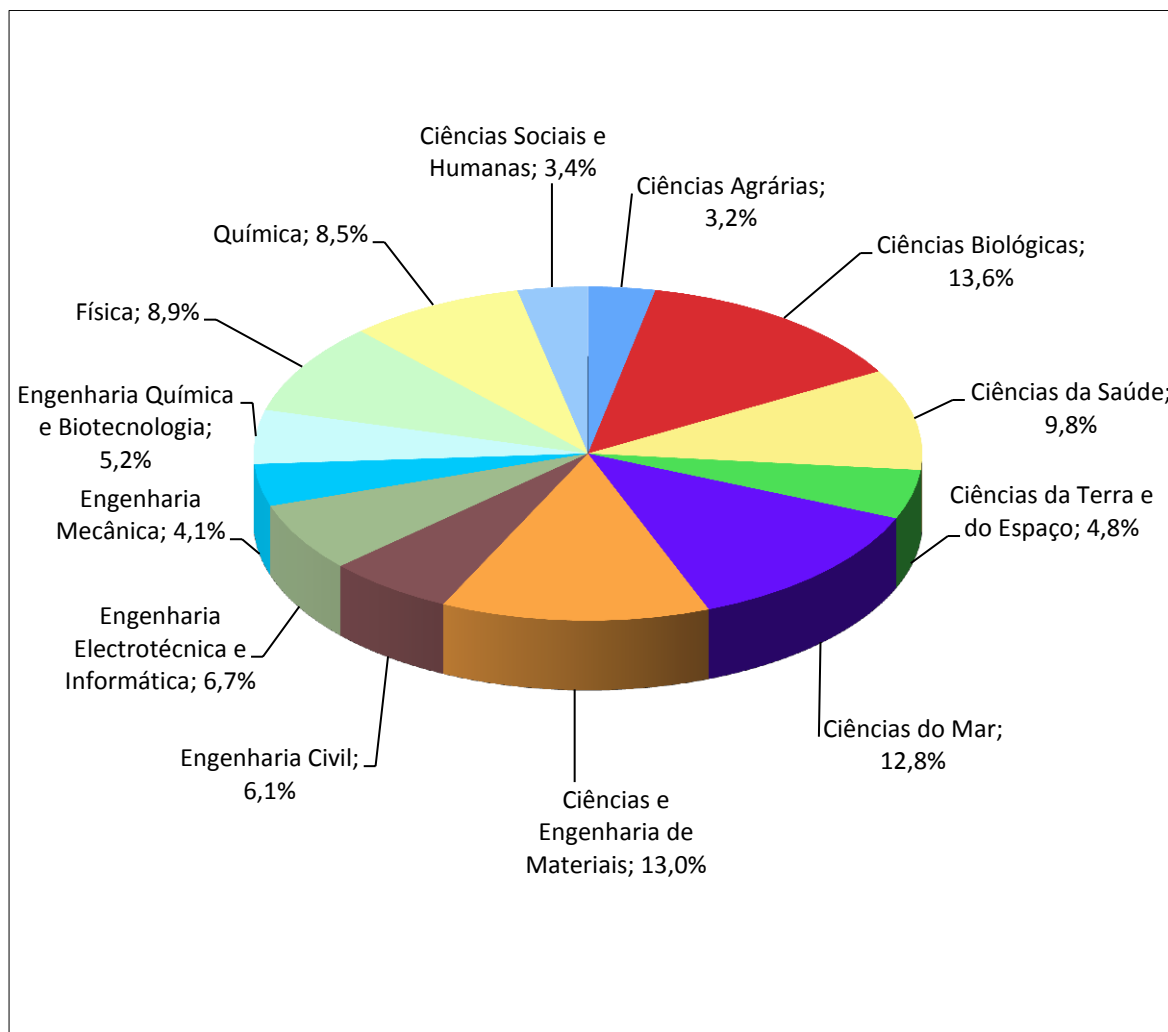


Gráfico A - Projectos não Integrados em Redes. Repartição, por Área Científica, do Total do Financiamento Aprovado.

Área Científica	N.º de Projectos / Contratos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por AC / Total	% Financ. Prev / Financ. Global do PNRC
Ciências Agrárias	14	2.328.496,00	3,2%	2,5%
Ciências Biológicas	29	9.767.086,00	13,6%	10,6%
Ciências da Saúde	15	7.036.399,00	9,8%	7,7%
Ciências da Terra e do Espaço	12	3.432.592,00	4,8%	3,7%
Ciências do Mar	7	9.194.513,00	12,8%	10,0%
Ciências e Engenharia de Materiais	25	9.360.019,00	13,0%	10,2%
Engenharia Civil	11	4.412.487,00	6,1%	4,8%
Engenharia Electrotécnica e Informática	22	4.799.621,00	6,7%	5,2%
Engenharia Mecânica	15	2.936.874,00	4,1%	3,2%
Engenharia Química e Biotecnologia	13	3.758.300,00	5,2%	4,1%
Física	18	6.391.394,00	8,9%	7,0%
Química	21	6.127.314,32	8,5%	6,7%
Ciências Sociais e Humanas	12	2.445.803,59	3,4%	2,7%
TOTAL	214	71.990.898,91	100,0%	78,4%

B

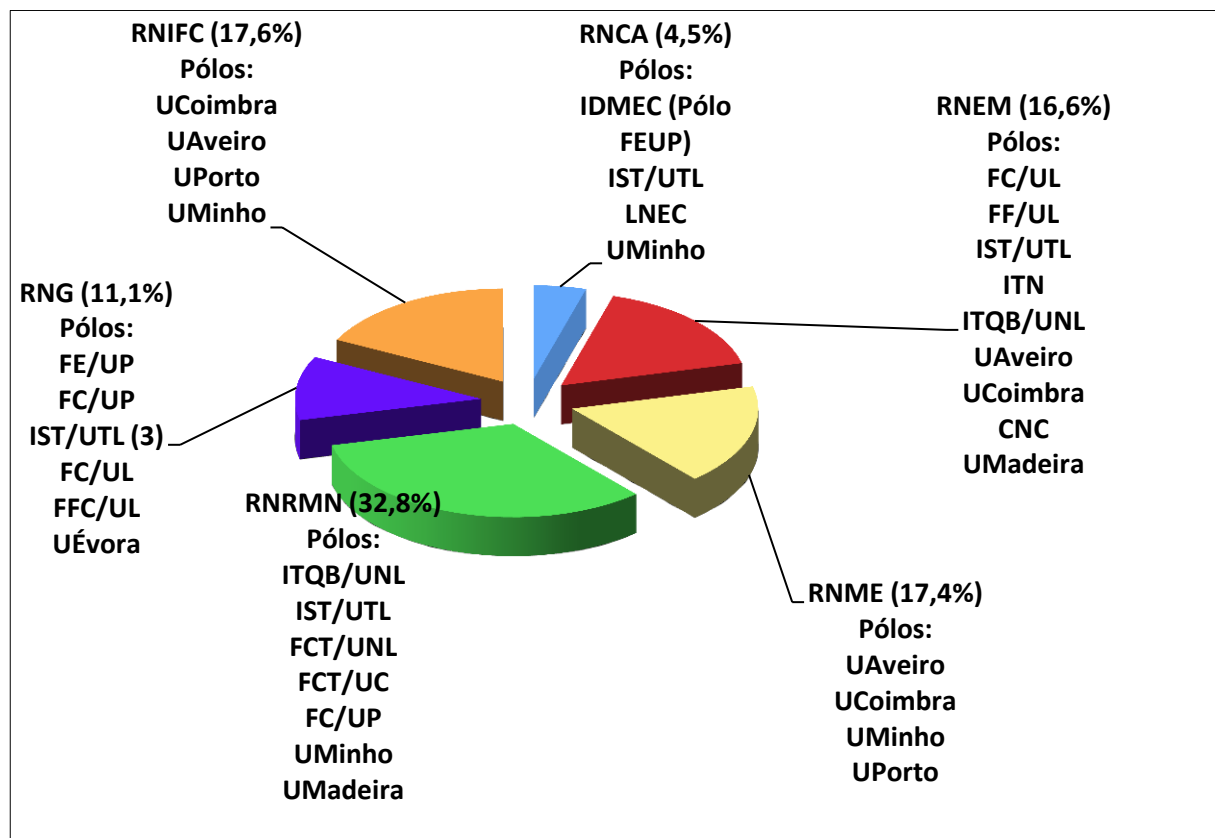


Gráfico B - Redes Nacionais. Repartição, por Rede, do total do Financiamento Aprovado e Identificação dos respectivos Pólos Fundadores.

Designação da Rede Nacional	N.º de Pólos da Rede	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Rede / Total Financ. Redes	% Financ. Prev / Financ. Global do PNRC
Computação Avançada (RCA)	4	895.000,00	4,5%	1,0%
Espectrometria de Massa (REM)	9	3.299.998,49	16,6%	3,6%
Microscopia Electrónica (RME)	4	3.448.653,00	17,4%	3,8%
Ressonância Magnética Nuclear (RRMN)	7	6.500.000,00	32,8%	7,1%
Geofísica (RNG)	6	2.200.000,00	11,1%	2,4%
Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC)	4	3.485.950,00	17,6%	3,8%
Total		19.829.601,49	100,0%	21,6%

C

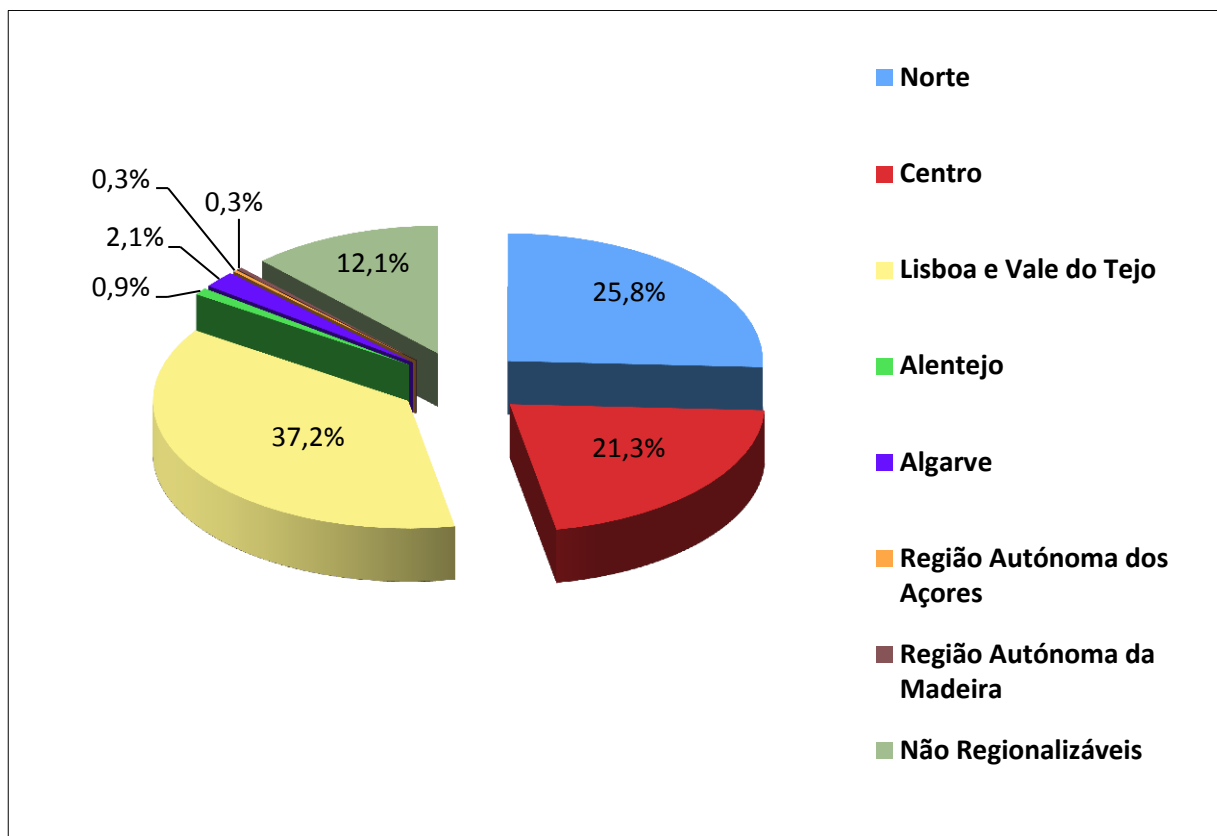
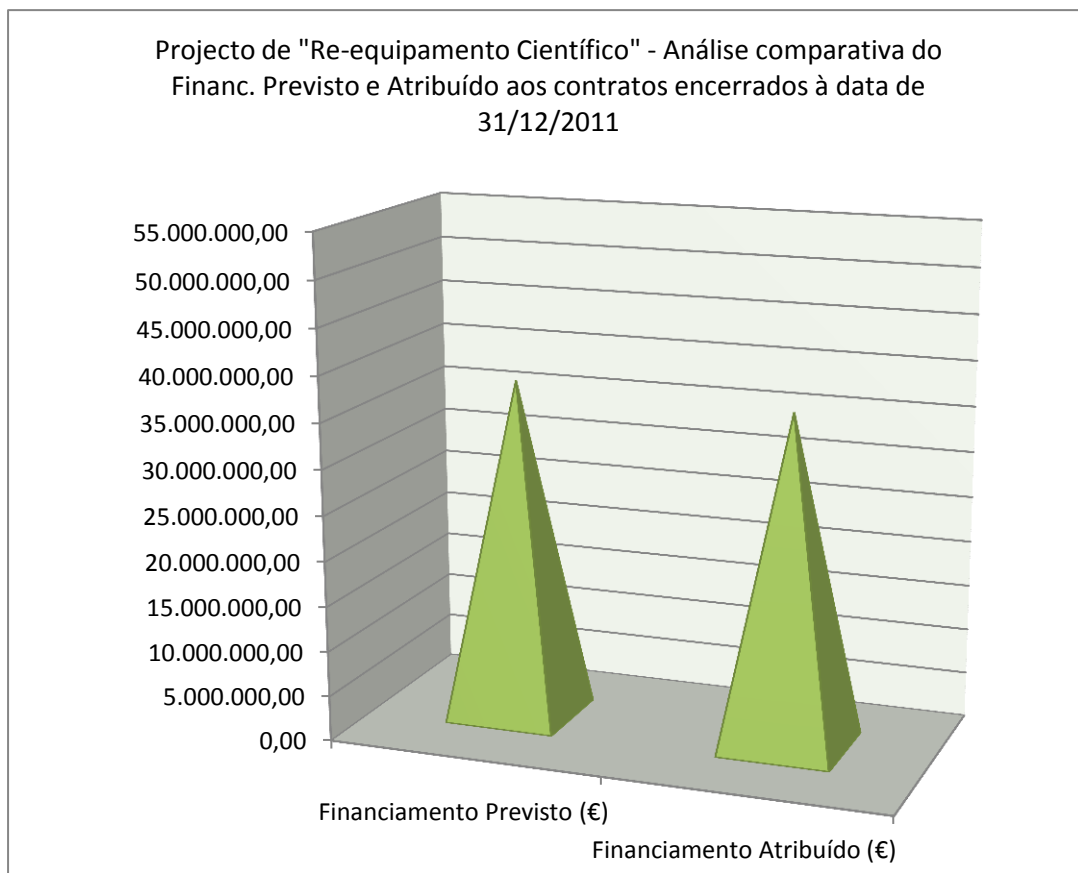
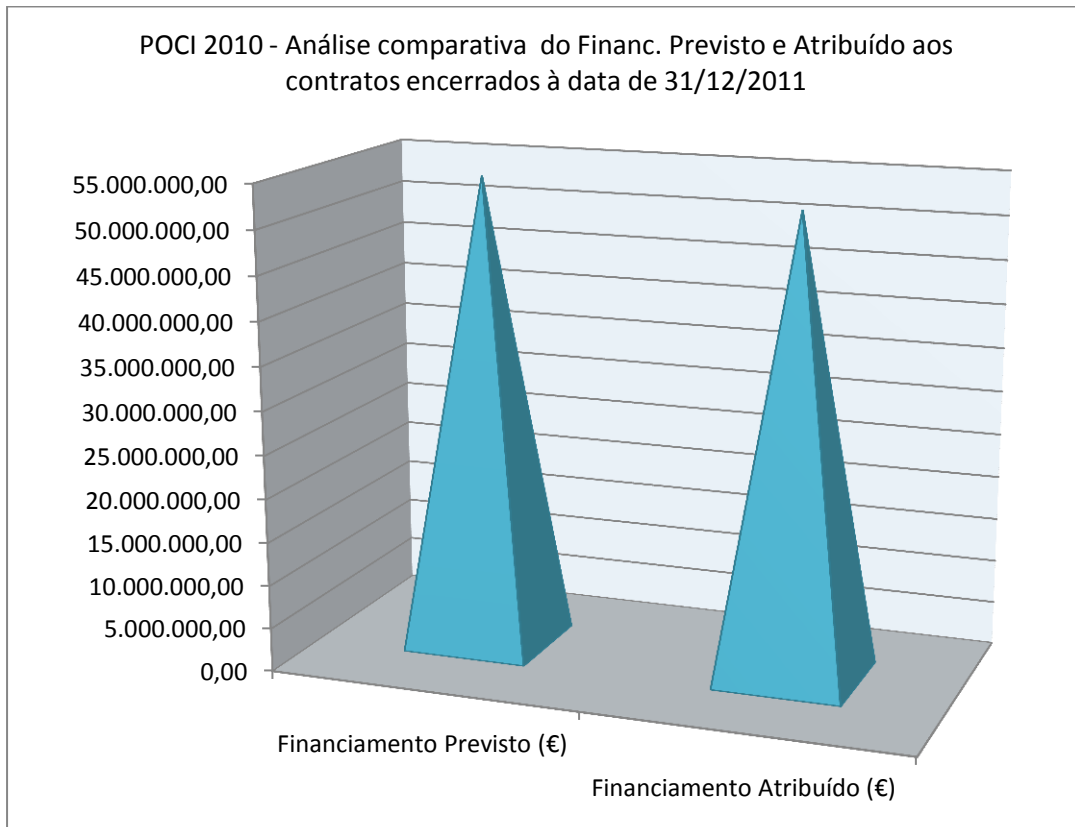
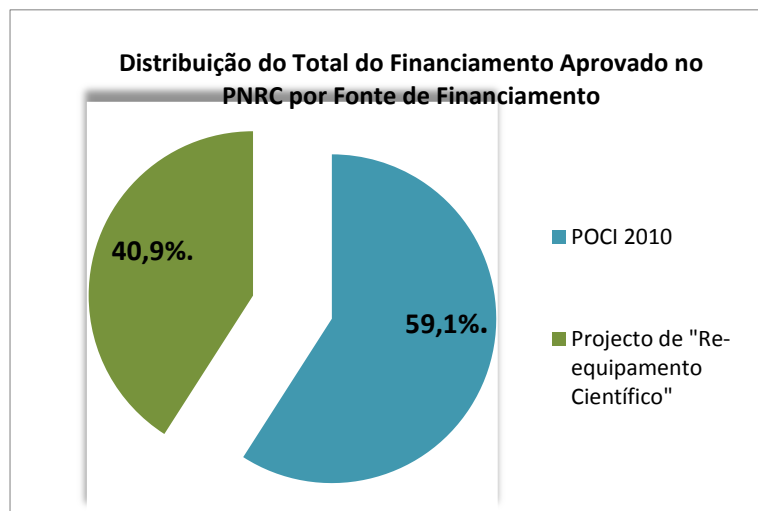


Gráfico C - Repartição, por Região, do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNR

Região	N.º de Projectos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por Região / Total
Norte	76	23.653.340,00	25,8%
Centro	41	19.567.127,32	21,3%
Lisboa e Vale do Tejo	105	34.182.583,95	37,2%
Alentejo	4	832.099,13	0,9%
Algarve	9	1.930.350,00	2,1%
Região Autónoma dos Açores	2	234.500,00	0,3%
Região Autónoma da Madeira	2	320.500,00	0,3%
Não Regionalizáveis	2	11.100.000,00	12,1%
TOTAL	241	91.820.500,40	100,0%

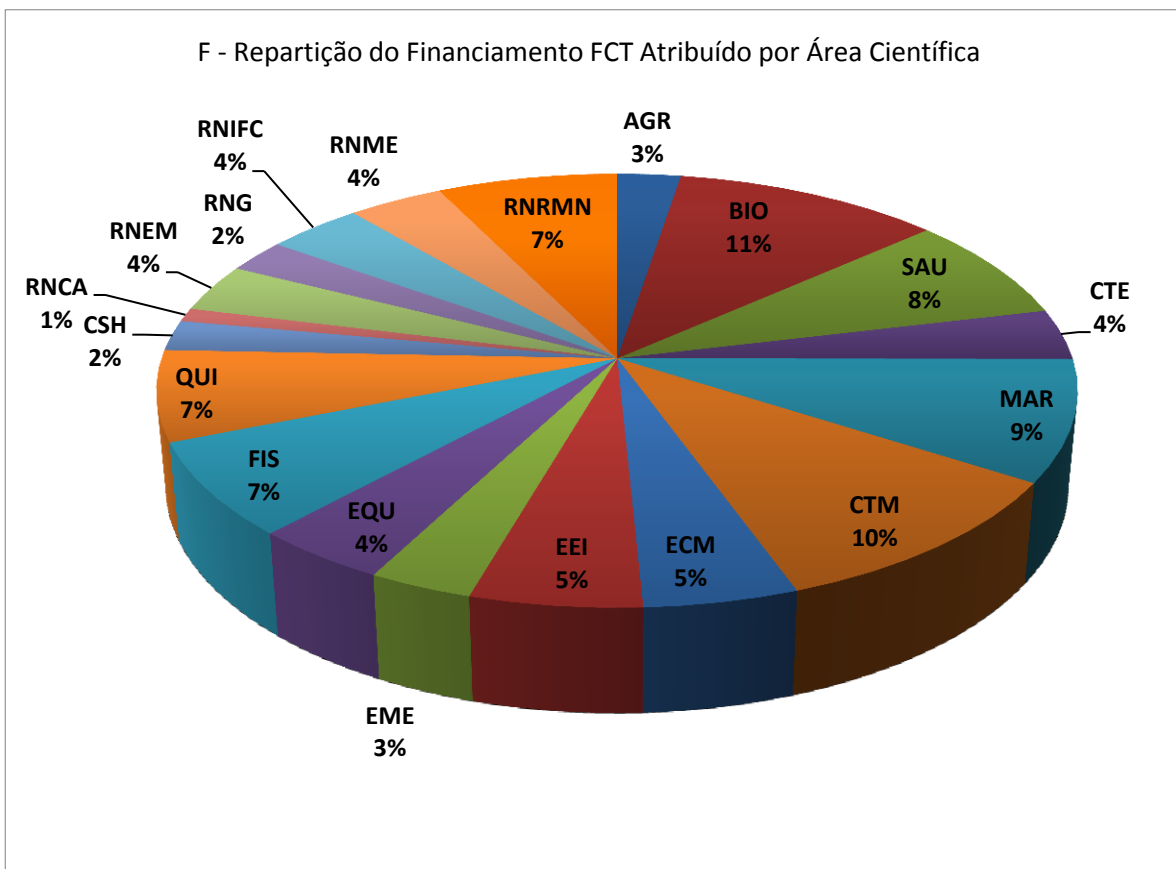
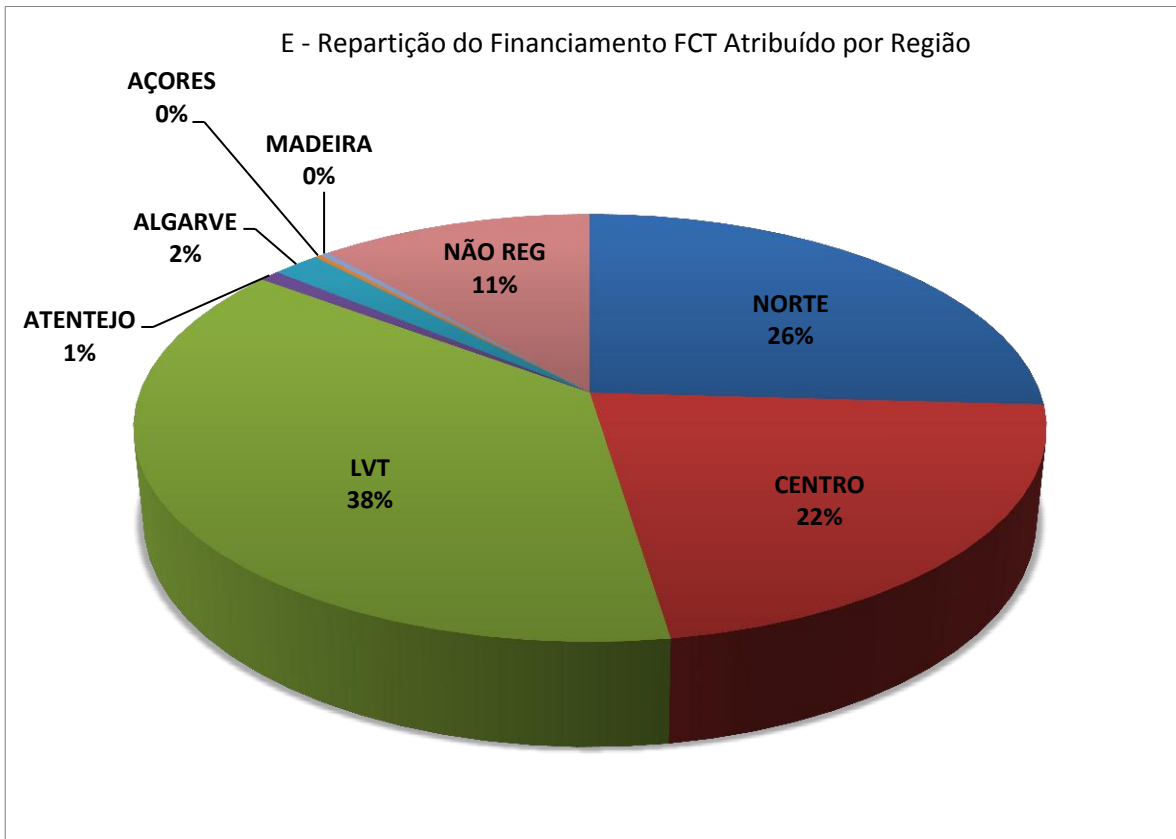
D





Fonte de Financiamento	Dados de Aprovação			Dados relativos aos contratos encerrados à data de 31/12/2011				Taxa execução Finan. Atribuído aos Contratos encerrados / Máx. Financ. Previsto PNRC
	N.º de Projectos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por Fonte / Total	N.º de Projectos com RF Validado	Financiamento Previsto (€)	Financiamento Atribuído (€)	Taxa execução face ao Financ. Previsto	
1	2	3	4 = 3 em %	5	6	7	8 = 7/6	9 = 7/3
POCI 2010	121	54.238.357,32	59,1%	121	54.238.357,32	52.471.262,09	96,7%	96,7%
Projecto de "Re-equipamento Científico"	120	37.582.143,08	40,9%	120	37.582.143,08	36.505.384,41	97,1%	97,1%
TOTAL	241	91.820.500,40	100,0%	241	91.820.500,40	88.976.646,50	96,9%	96,9%

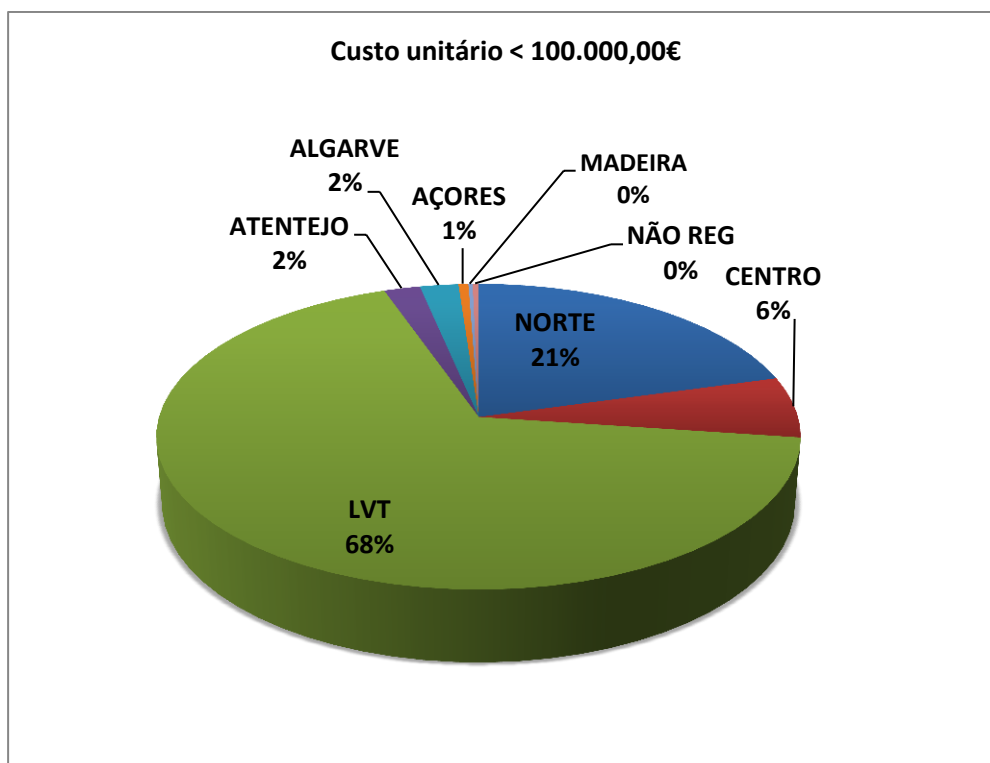
E, F

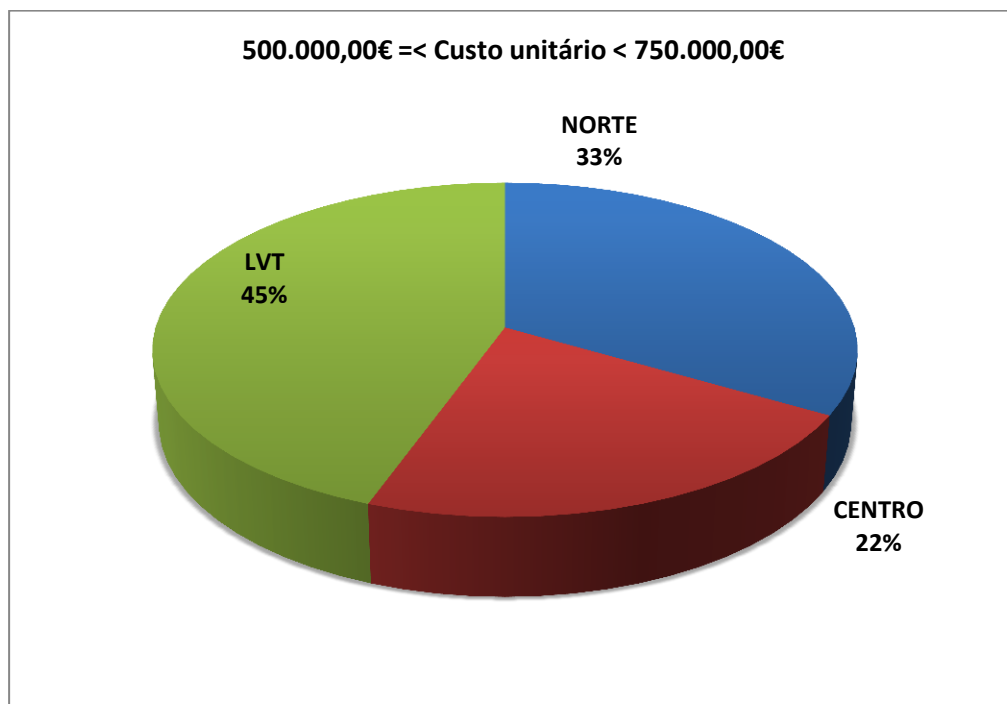
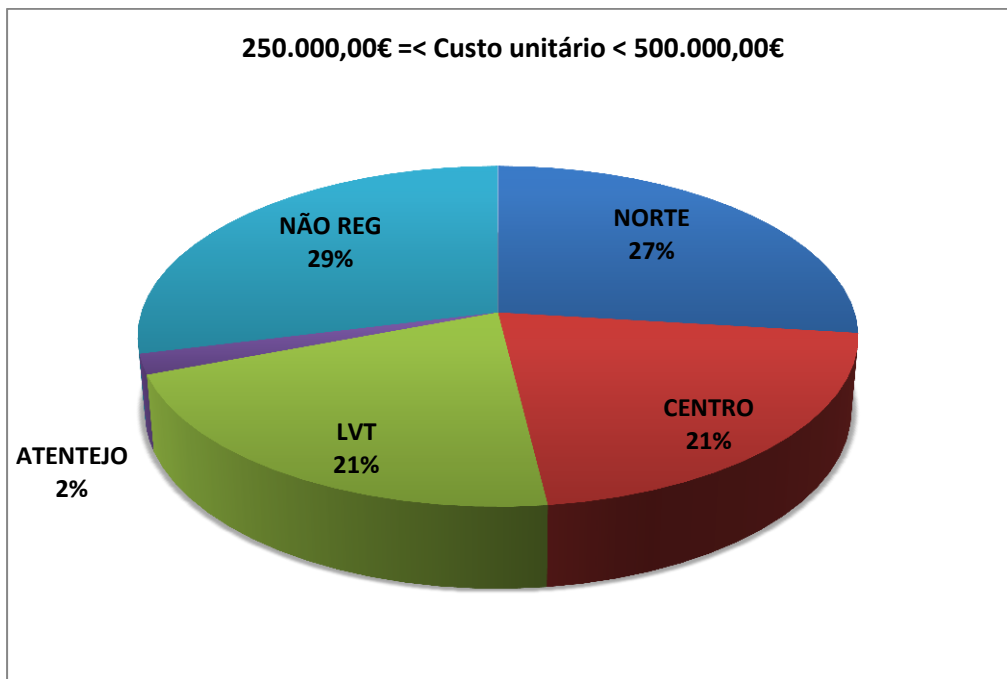


Designação da Área Científica	Sigla	Distribuição Regional do Financiamento Atribuído (€)									
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Reg. Aut. Açores	Reg. Aut. Madeira	Não Regionaliz.	Total do Financ. Atribuído	% por Área
Ciências Agrárias	AGR	320.072,22		1.244.869,84	172.035,25	378.727,10		165.611,88		2.281.316,29	2,6%
Ciências Biológicas	BIO	2.445.356,80	1.346.147,52	5.462.114,34	165.000,00	154.599,73	99.500,00			9.672.718,39	10,9%
Ciências da Saúde	SAU	1.701.066,80	1.837.435,13	3.428.420,55						6.966.922,48	7,8%
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	1.253.038,48	378.689,27	1.718.235,91						3.349.963,66	3,8%
Ciências do Mar	MAR	1.697.526,33	854.872,57	1.902.127,03					3.609.990,07	8.064.516,00	9,1%
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	3.830.942,87	1.629.812,15	3.367.691,69		429.260,97				9.257.707,68	10,4%
Engenharia Civil	ECM	1.054.680,79	995.646,89	2.155.198,55						4.205.526,23	4,7%
Engenharia Electrotécnica e Informática	EI	1.603.755,06	1.611.019,40	1.093.413,95		375.605,96				4.683.794,37	5,3%
Engenharia Mecânica	EME	1.090.725,89	200.000,00	1.550.015,85						2.840.741,74	3,2%
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	1.517.694,79		2.074.610,10			120.852,35			3.713.157,24	4,2%
Física	FIS	1.764.648,93	1.882.603,28	2.604.180,81						6.251.433,02	7,0%
Química	QUI	1.951.421,05	1.814.575,56	2.010.435,67		230.720,00				6.007.152,28	6,8%
Ciências Sociais e Humanas	CSH	561.629,37		1.096.465,92	159.990,28	192.161,14				2.010.246,71	2,3%
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	389.838,81		500.558,28						890.397,09	1,0%
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM		1.302.634,09	1.732.325,58				151.325,42		3.186.285,09	3,6%
Rede Nacional de Geofísica	RNG	401.496,41		1.516.001,53	264.495,63					2.181.993,57	2,5%
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC		3.471.464,41							3.471.464,41	3,9%
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	1.462.657,25	1.978.653,00							3.441.310,25	3,9%
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN								6.500.000,00	6.500.000,00	7,3%
Total por Região		23.046.551,85	19.303.553,27	33.456.665,60	761.521,16	1.761.074,90	220.352,35	316.937,30	10.109.990,07	88.976.646,50	100,0%
% por Região		25,9%	21,7%	37,6%	0,9%	2,0%	0,2%	0,4%	11,4%	100,0%	

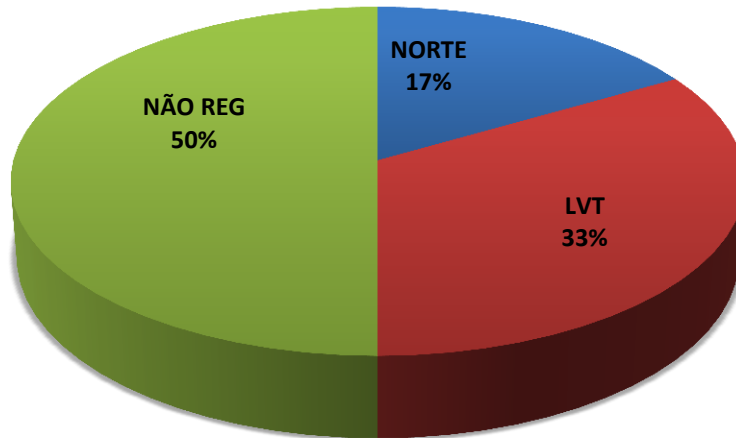
G

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR REGIÃO, DO TOTAL DAS PEÇAS DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDAS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011

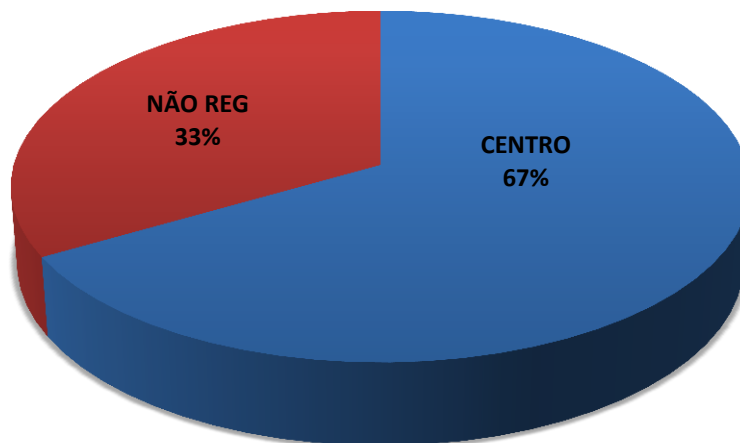




750.000,00€ ≤ Custo unitário < 1.000.000,00€



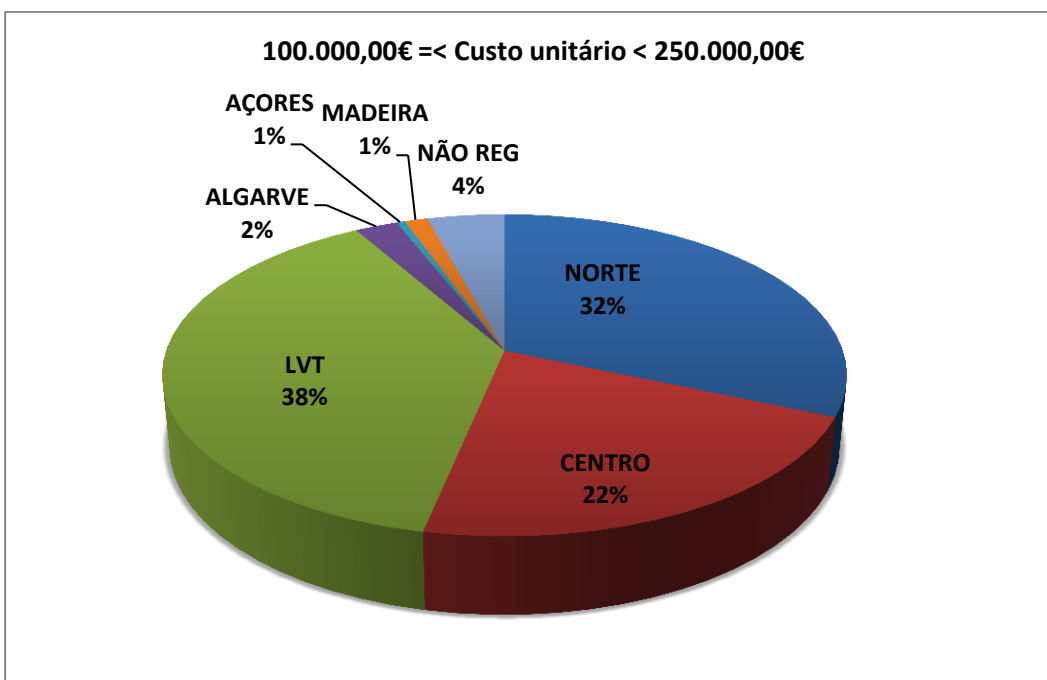
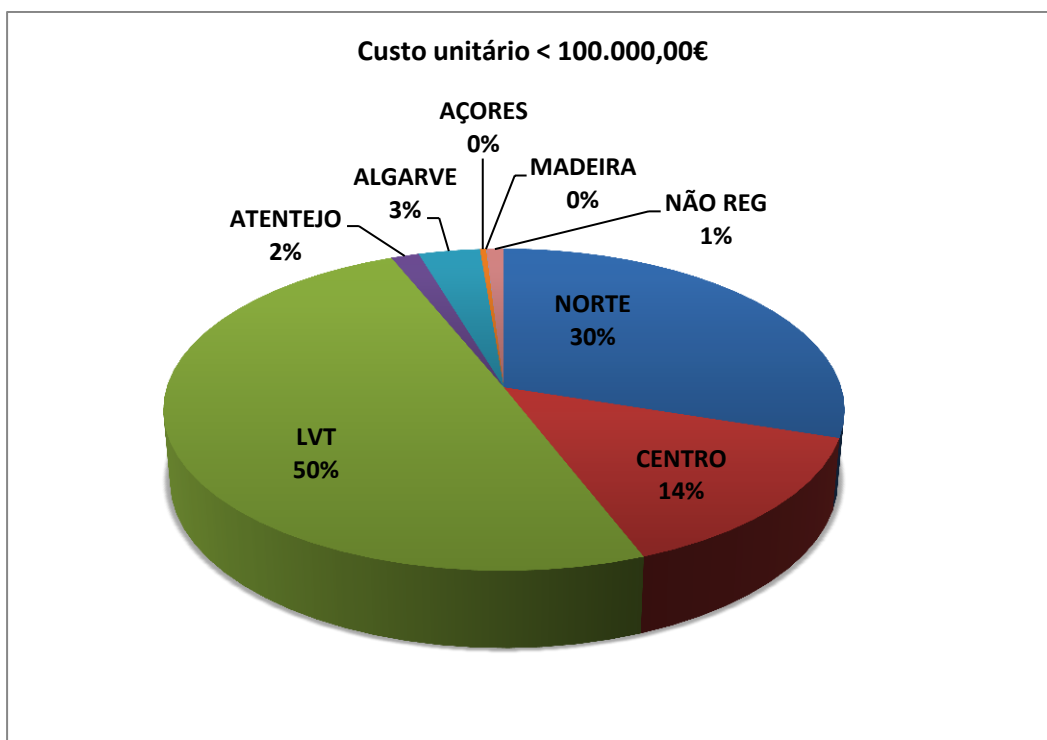
Custo unitário > 1.000.000,00€

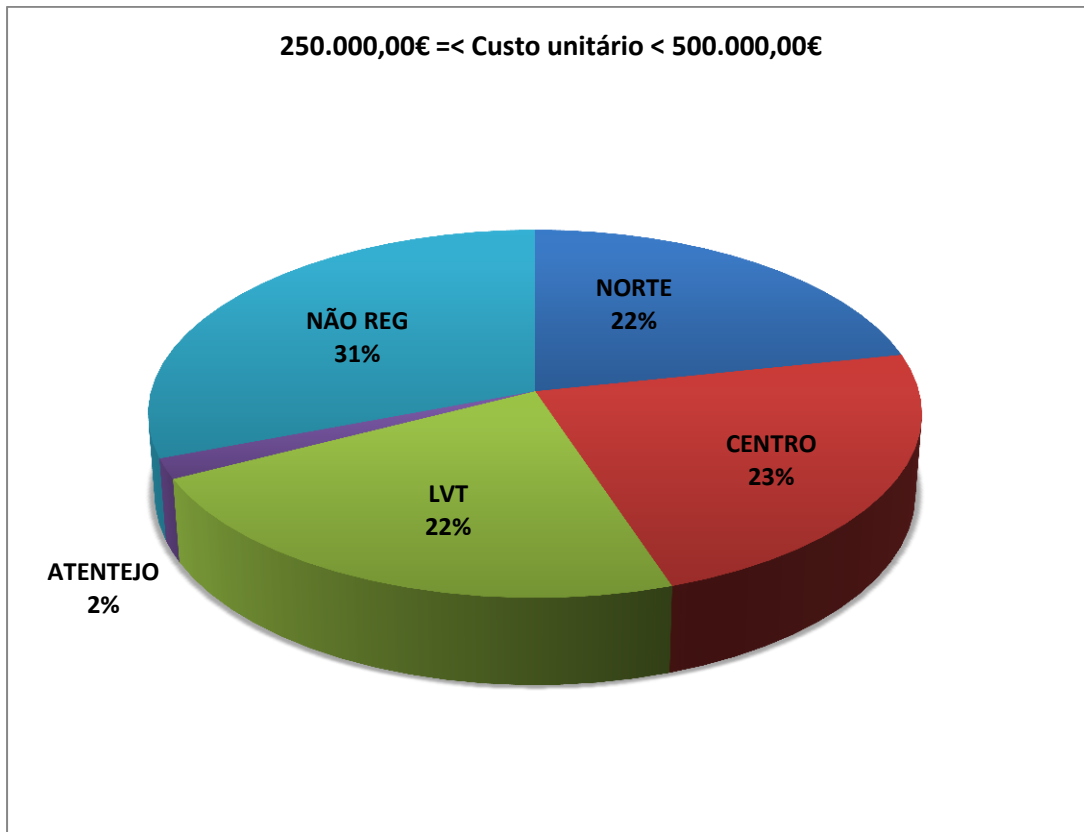


Região	Abreviatura	N.º de Peças de Equipamento Adquiridas						Total por Região
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Norte	NORTE	596	51	14	3	1	0	665
Centro	CENTRO	185	38	11	2	0	2	238
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	1988	74	11	4	2	0	2079
Alentejo	ATELITEJO	59	0	1	0	0	0	60
Algarve	ALGARVE	63	3	0	0	0	0	66
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	16	1	0	0	0	0	17
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	7	2	0	0	0	0	9
Não Regionalizáveis	NÃO REG	10	6	15	0	3	1	35
Totais por Intervalos (em n.º)		2924	175	52	9	6	3	3169
Totais por Intervalos (em %)		92,3%	5,5%	1,6%	0,3%	0,2%	0,1%	100,0%

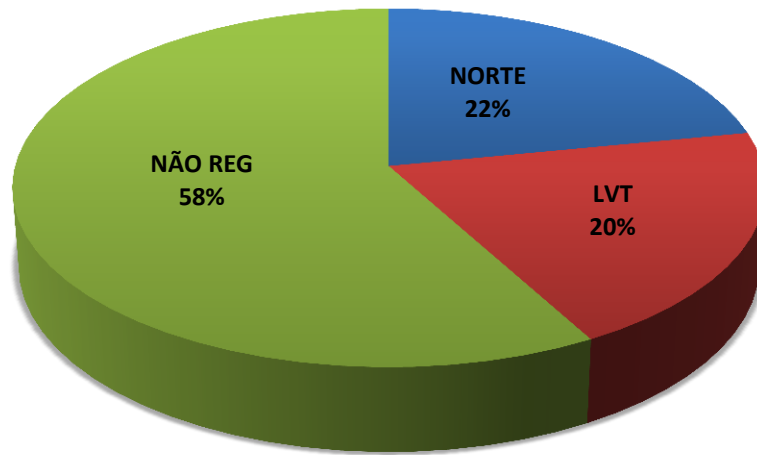
H

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR REGIÃO, DO CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011

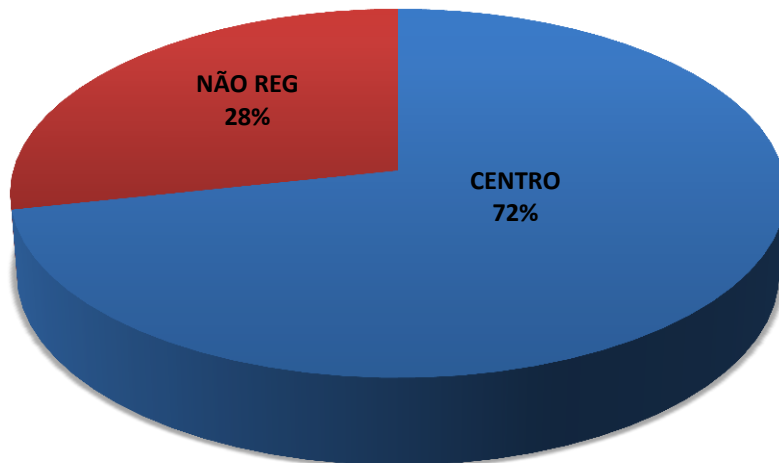




750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€

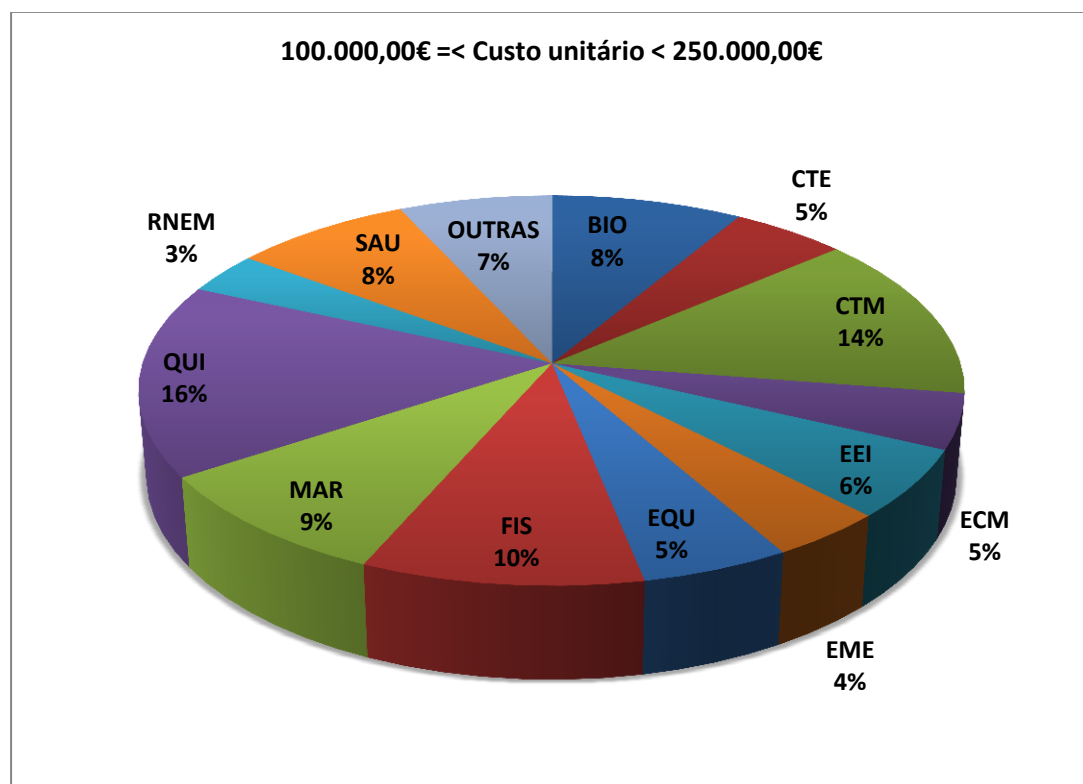
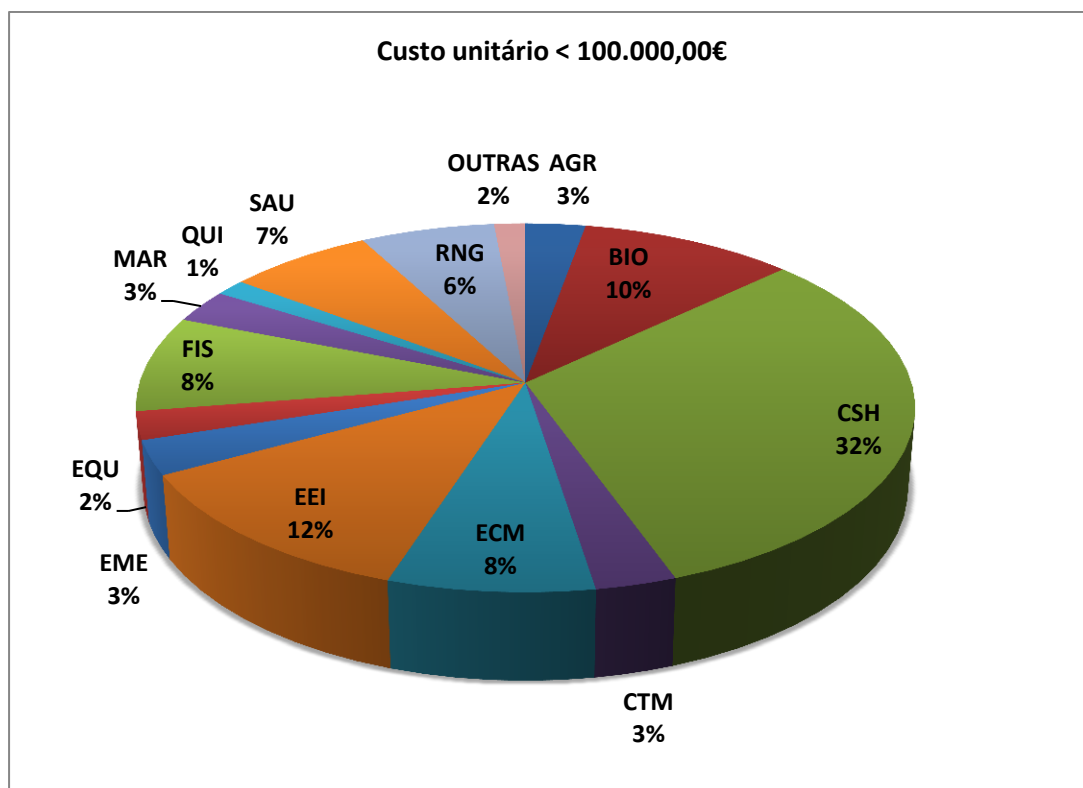


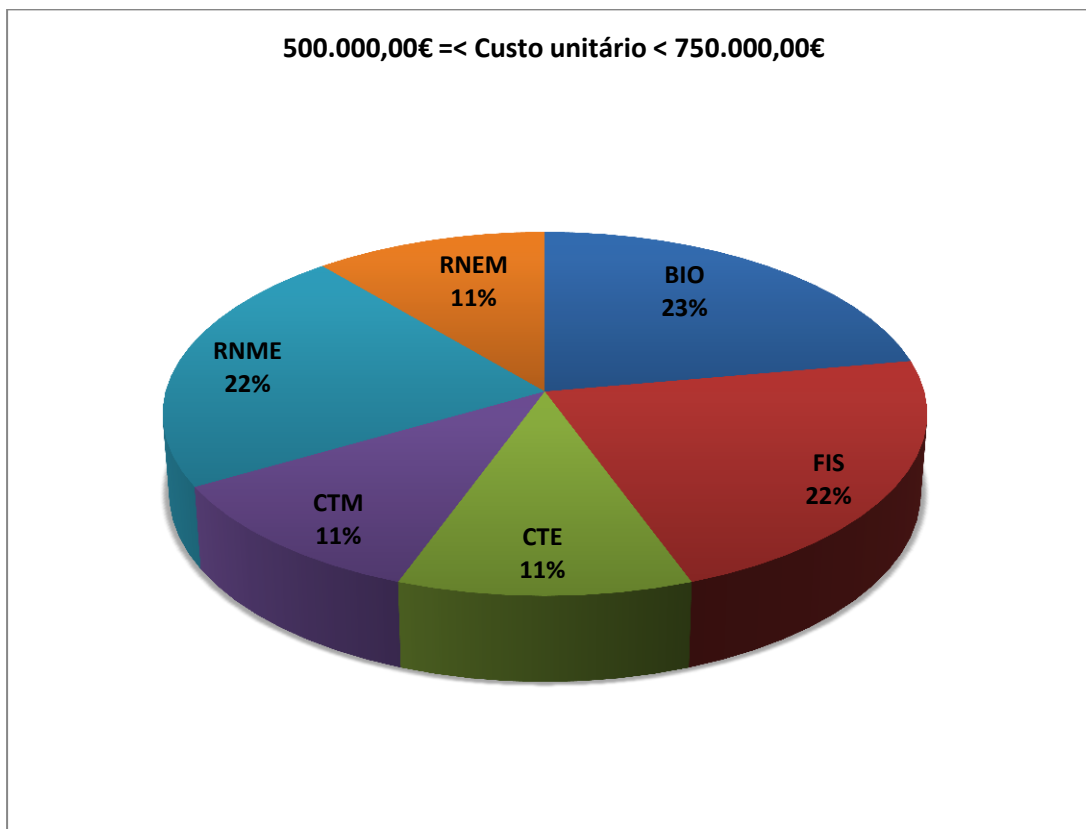
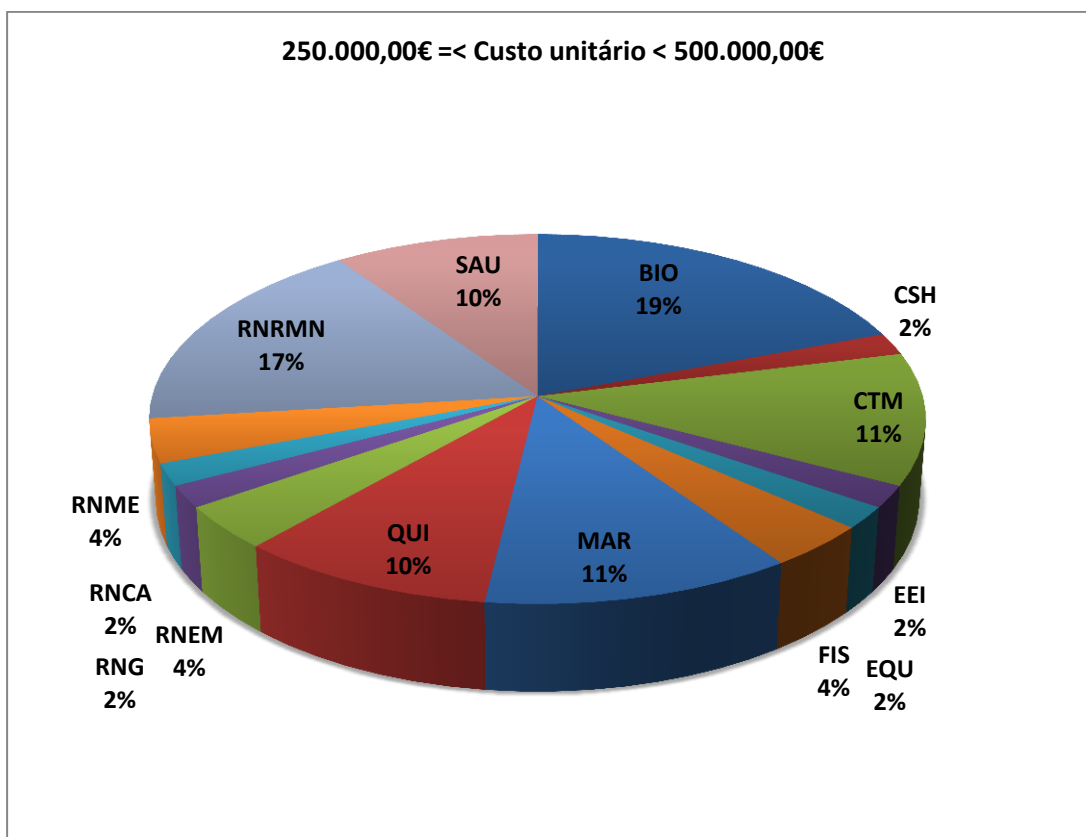
Custo unitário > 1.000.000,00€



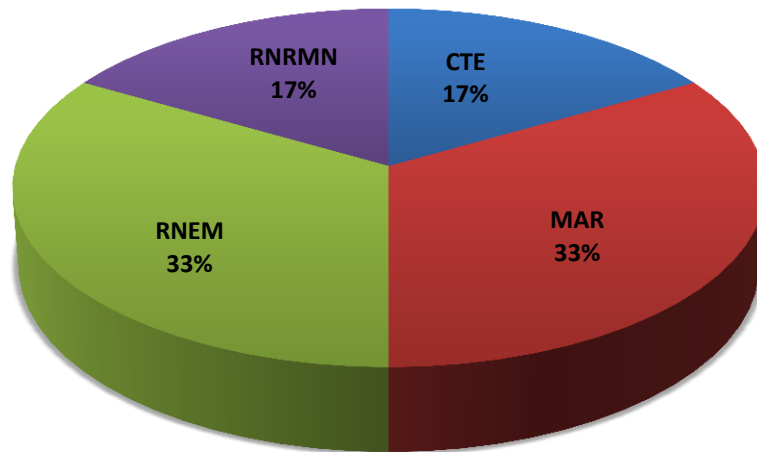
Região	Abreviatura	Custo dos Equipamentos Adquiridos						Total por Região
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Norte	NORTE	10.872.577,47	8.012.964,56	3.479.979,07	1.737.563,63	948.796,66	0,00	25.051.881,39
Centro	CENTRO	5.135.653,19	5.541.730,88	3.721.558,93	1.281.939,18	0,00	4.735.651,93	20.416.534,11
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	18.031.208,38	9.780.524,67	3.614.541,76	2.718.792,76	867.952,36	0,00	35.013.019,93
Alentejo	ATENTEJO	550.111,53	0,00	285.600,00	0,00	0,00	0,00	835.711,53
Algarve	ALGARVE	1.214.017,12	595.377,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.809.395,04
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	122.812,51	115.900,82	0,00	0,00	0,00	0,00	238.713,33
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	6.386,92	319.302,90	0,00	0,00	0,00	0,00	325.689,82
Não Regionalizáveis	NÃO REG	339.022,00	1.075.503,30	4.936.821,98	0,00	2.510.254,32	1.875.500,00	10.737.101,60
Totais por Intervalos (em n.º)		36.271.789,12	25.441.305,05	16.038.501,74	5.738.295,57	4.327.003,34	6.611.151,93	94.428.046,75
Totais por Intervalos (em %)		38,4%	26,9%	17,0%	6,1%	4,6%	7,0%	100,0%

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR ÁREA CIENTÍFICA, DO TOTAL DAS PEÇAS DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDAS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011

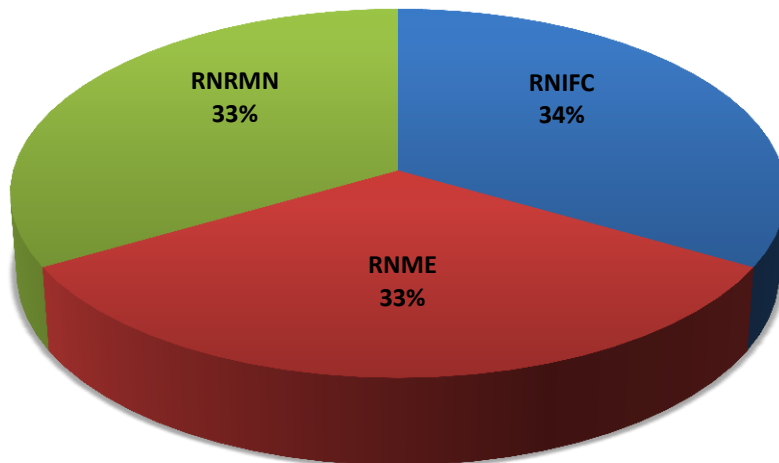




750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€



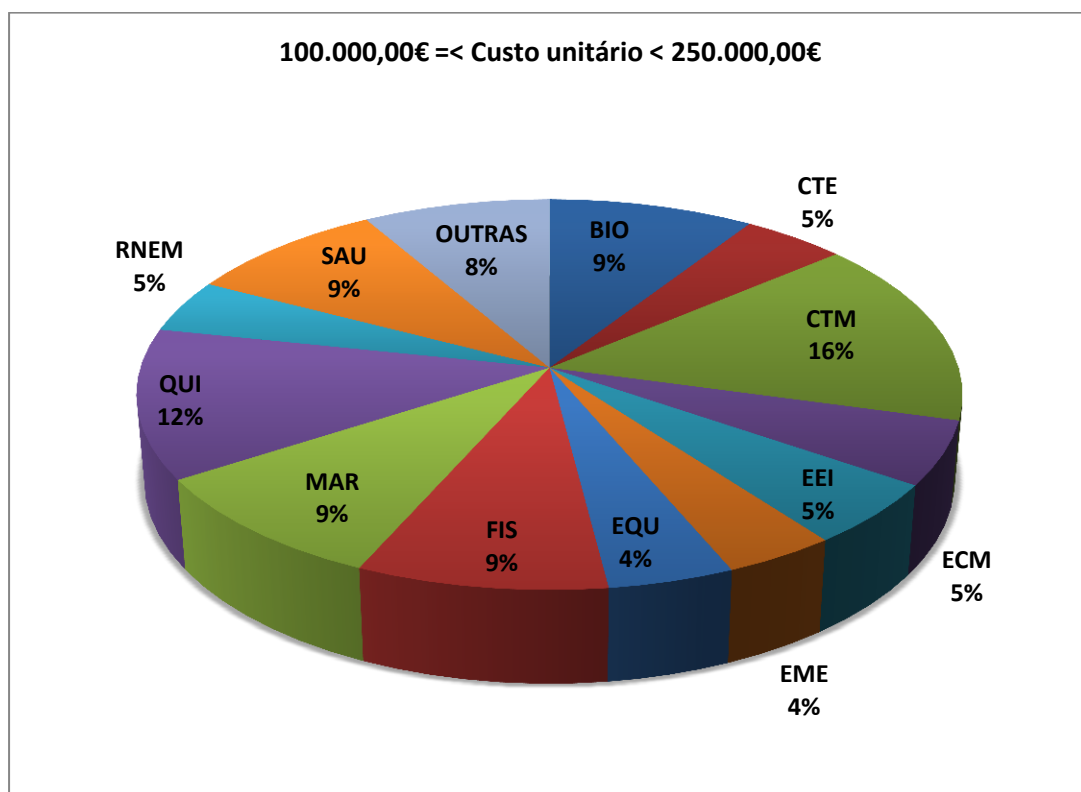
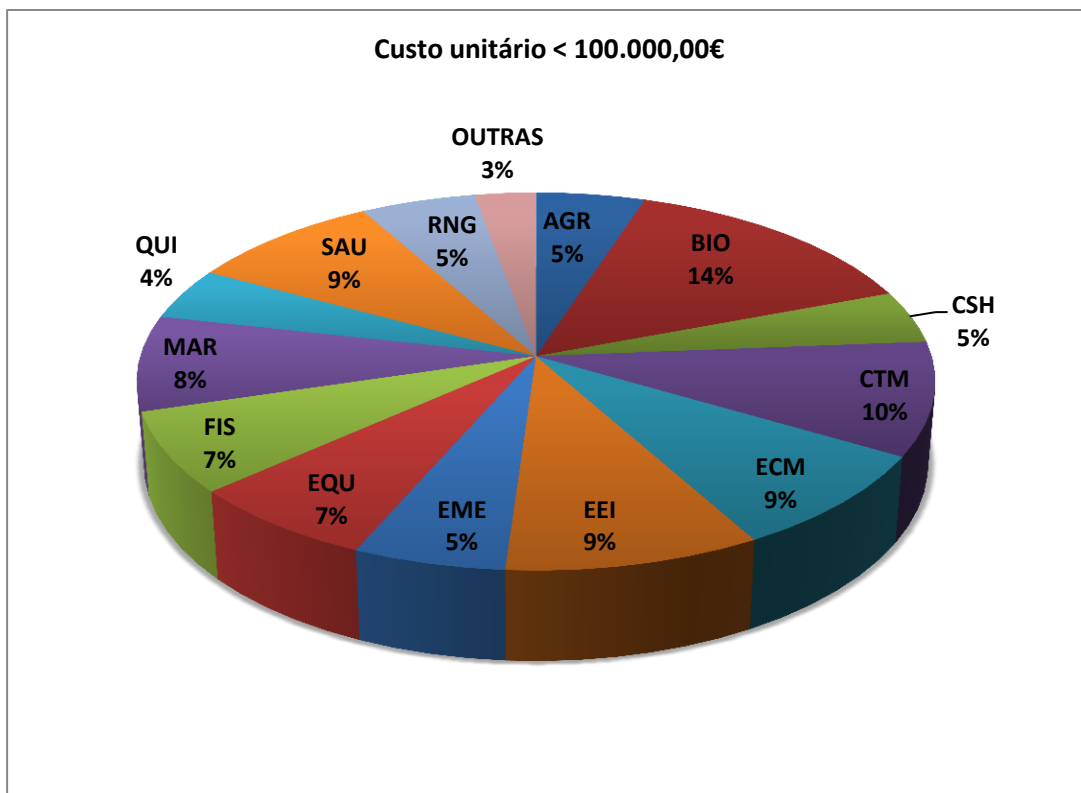
Custo unitário > 1.000.000,00€

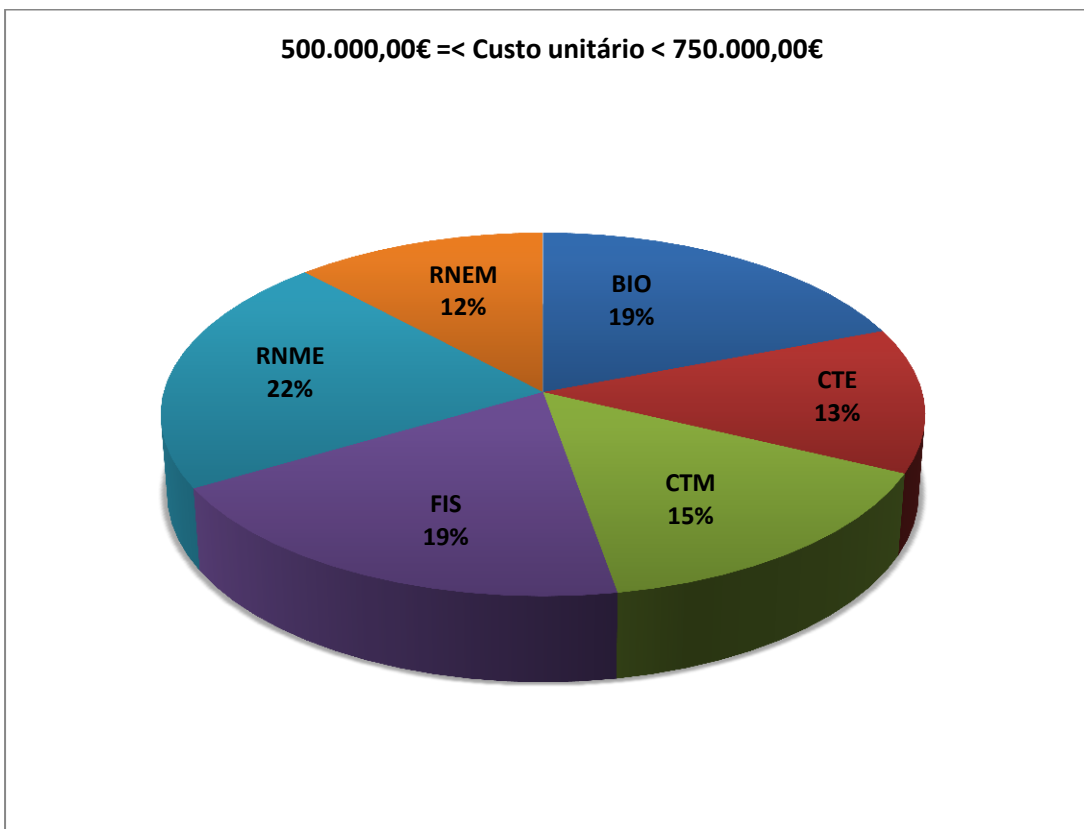
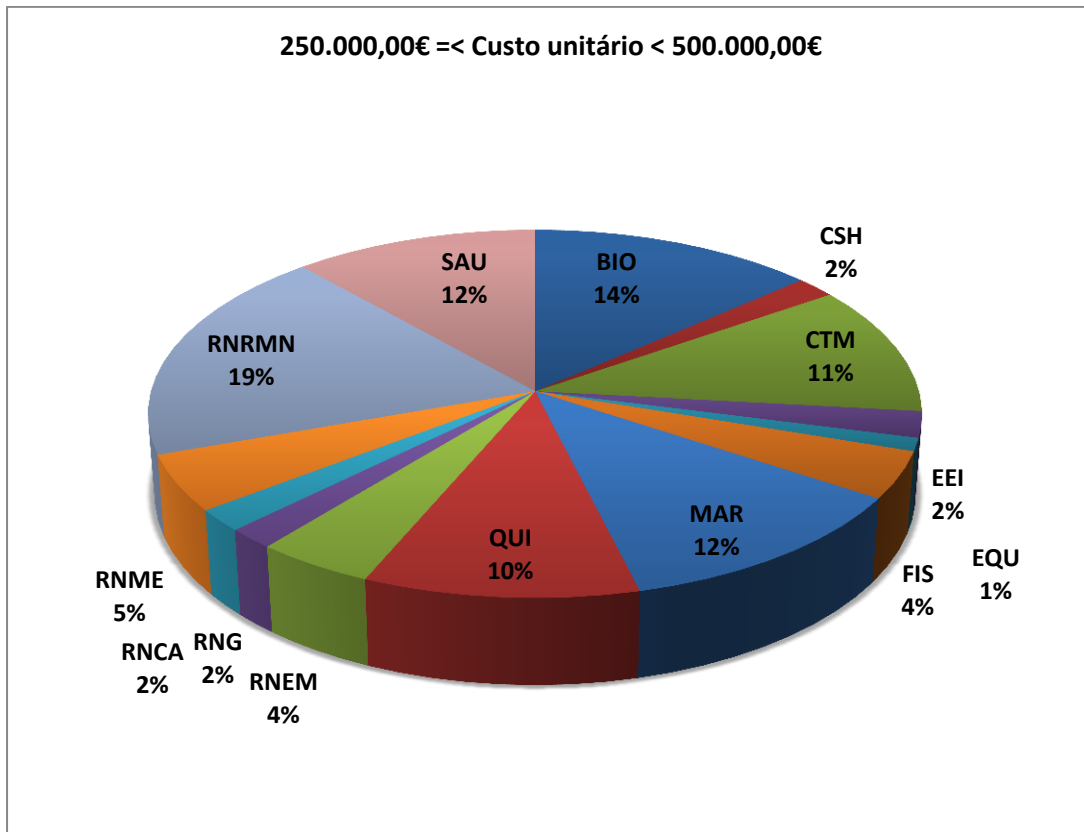


Designação da Área Científica	Sigla	N.º de Peças de Equipamento Adquiridas						Total por Área
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Ciências Agrárias	AGR	83	3	0	0	0	0	86
Ciências Biológicas	BIO	297	15	10	2	0	0	324
Ciências da Saúde	SAU	201	14	5	0	0	0	220
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	22	9	0	1	1	0	33
Ciências do Mar	MAR	85	16	6	0	2	0	109
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	87	24	6	1	0	0	118
Engenharia Civil	ECM	221	8	0	0	0	0	229
Engenharia Electrotécnica e Informática	E EI	352	10	1	0	0	0	363
Engenharia Mecânica	EME	88	7	0	0	0	0	95
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	72	9	1	0	0	0	82
Física	FIS	246	17	2	2	0	0	267
Química	QUI	42	28	5	0	0	0	75
Ciências Sociais e Humanas	CSH	921	1	1	0	0	0	923
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	1	3	1	0	0	0	5
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	9	6	2	1	2	0	20
Rede Nacional de Geofísica	RNG	186	0	1	0	0	0	187
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	0	1	0	0	0	1	2
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	2	2	2	2	0	1	9
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	9	2	9	0	1	1	22
Totais por Intervalos		2924	175	52	9	6	3	3169
Totais por Intervalos (em %)		92,3%	5,5%	1,6%	0,3%	0,2%	0,1%	100,0%

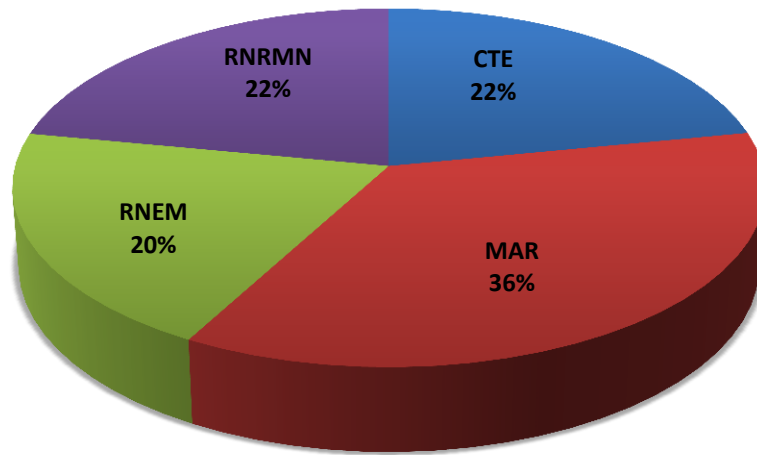
J

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR ÁREA CIENTÍFICA, DO CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011

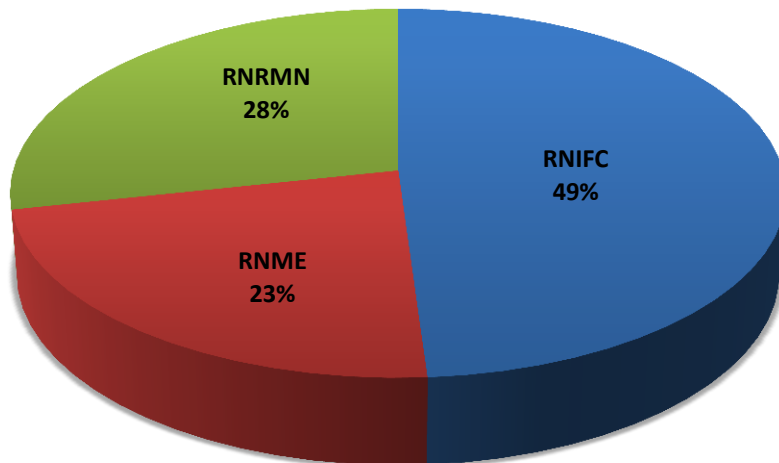




750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€



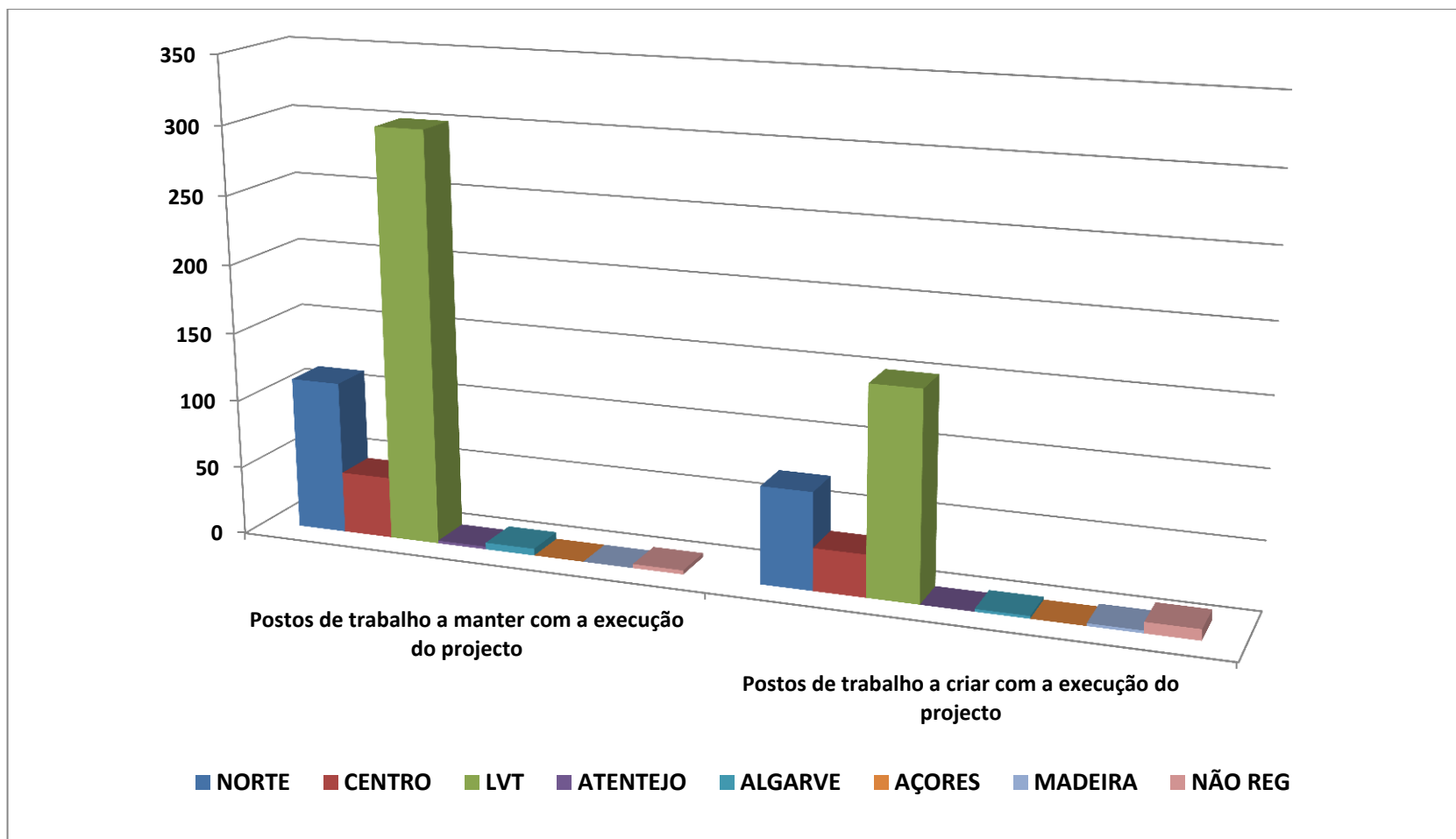
Custo unitário > 1.000.000,00€



		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	Total por Área
Ciências Agrárias	AGR	1.822.921,81	537.147,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.360.069,29
Ciências Biológicas	BIO	5.157.788,32	2.338.622,60	2.162.449,78	1.102.200,00	0,00	0,00	10.761.060,70
Ciências da Saúde	SAU	3.240.385,45	2.280.435,83	1.846.764,32	0,00	0,00	0,00	7.367.585,60
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	582.467,47	1.180.384,25	0,00	739.310,00	948.796,66	0,00	3.450.958,38
Ciências do Mar	MAR	2.956.890,31	2.347.394,73	1.897.301,98	0,00	1.557.984,32	0,00	8.759.571,34
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	3.517.582,02	3.927.179,53	1.825.721,82	869.000,00	0,00	0,00	10.139.483,37
Engenharia Civil	ECM	3.070.062,87	1.350.366,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4.420.429,35
Engenharia Electrotécnica e Informática	EEI	3.324.239,26	1.320.928,78	367.157,84	0,00	0,00	0,00	5.012.325,88
Engenharia Mecânica	EME	1.978.723,04	986.054,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964.777,77
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	2.496.370,69	1.108.709,87	183.089,76	0,00	0,00	0,00	3.788.170,32
Física	FIS	2.515.943,29	2.202.393,45	665.781,80	1.109.905,14	0,00	0,00	6.494.023,68
Química	QUI	1.612.902,90	3.150.904,11	1.648.050,70	0,00	0,00	0,00	6.411.857,71
Ciências Sociais e Humanas	CSH	1.633.181,42	119.843,20	299.186,21	0,00	0,00	0,00	2.052.210,83
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	12.925,67	620.469,01	310.000,00	0,00	0,00	0,00	943.394,68
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	44.525,26	1.118.410,28	713.766,90	688.516,80	867.952,36	0,00	3.433.171,60
Rede Nacional de Geofísica	RNG	1.924.621,41	0,00	285.600,00	0,00	0,00	0,00	2.210.221,41
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	0,00	235.950,00	0,00	0,00	0,00	3.235.514,41	3.471.464,41
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	81.675,93	228.910,72	794.110,63	1.229.363,63	0,00	1.500.137,52	3.834.198,43
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	298.582,00	387.200,00	3.039.520,00	0,00	952.270,00	1.875.500,00	6.553.072,00
Totais por Intervalos		36.271.789,12	25.441.305,05	16.038.501,74	5.738.295,57	4.327.003,34	6.611.151,93	94.428.046,75
Totais por Intervalos (em %)		38,4%	26,9%	17,0%	6,1%	4,6%	7,0%	100,0%

K

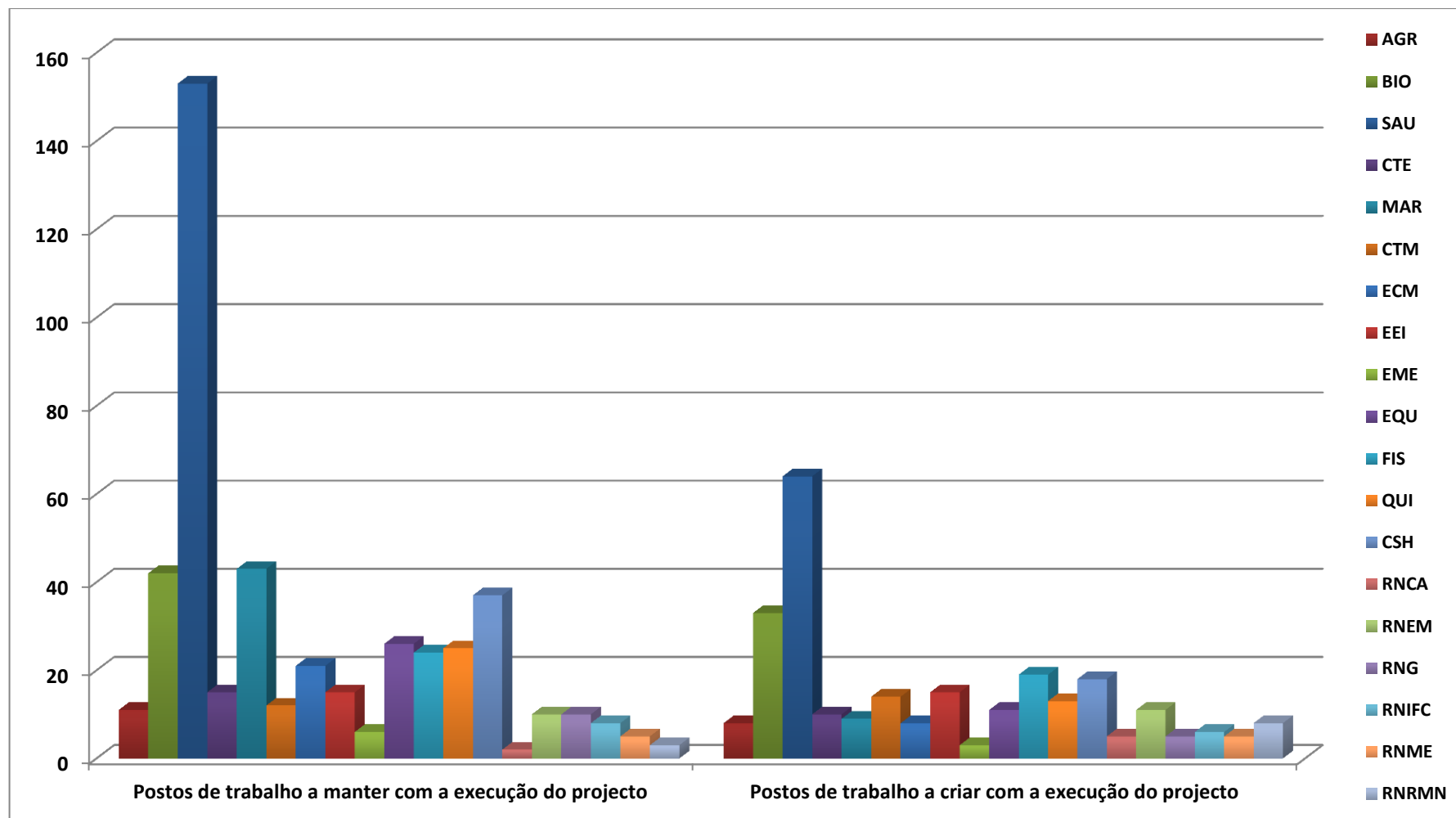
IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011, NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR REGIÃO



Região	Abreviatura	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Emprego					
			Postos de trabalho a manter com a execução do projecto		Postos de trabalho criados com a execução do projecto		Total por Região	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	NORTE	23.046.551,85	112	23,9%	71	26,8%	183	25,0%
Centro	CENTRO	19.303.553,27	45	9,6%	31	11,7%	76	10,4%
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	33.456.665,60	301	64,3%	151	57,0%	452	61,7%
Alentejo	ATENTEJO	761.521,16	2	0,4%	0	0,0%	2	0,3%
Algarve	ALGARVE	1.761.074,90	5	1,1%	2	0,8%	7	1,0%
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	220.352,35	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	316.937,30	0	0,0%	2	0,8%	2	0,3%
Não Regionalizáveis	NÃO REG	10.109.990,07	3	0,6%	8	3,0%	11	1,5%
Total		88.976.646,50	468	100,0%	265	100,0%	733	100,0%

L

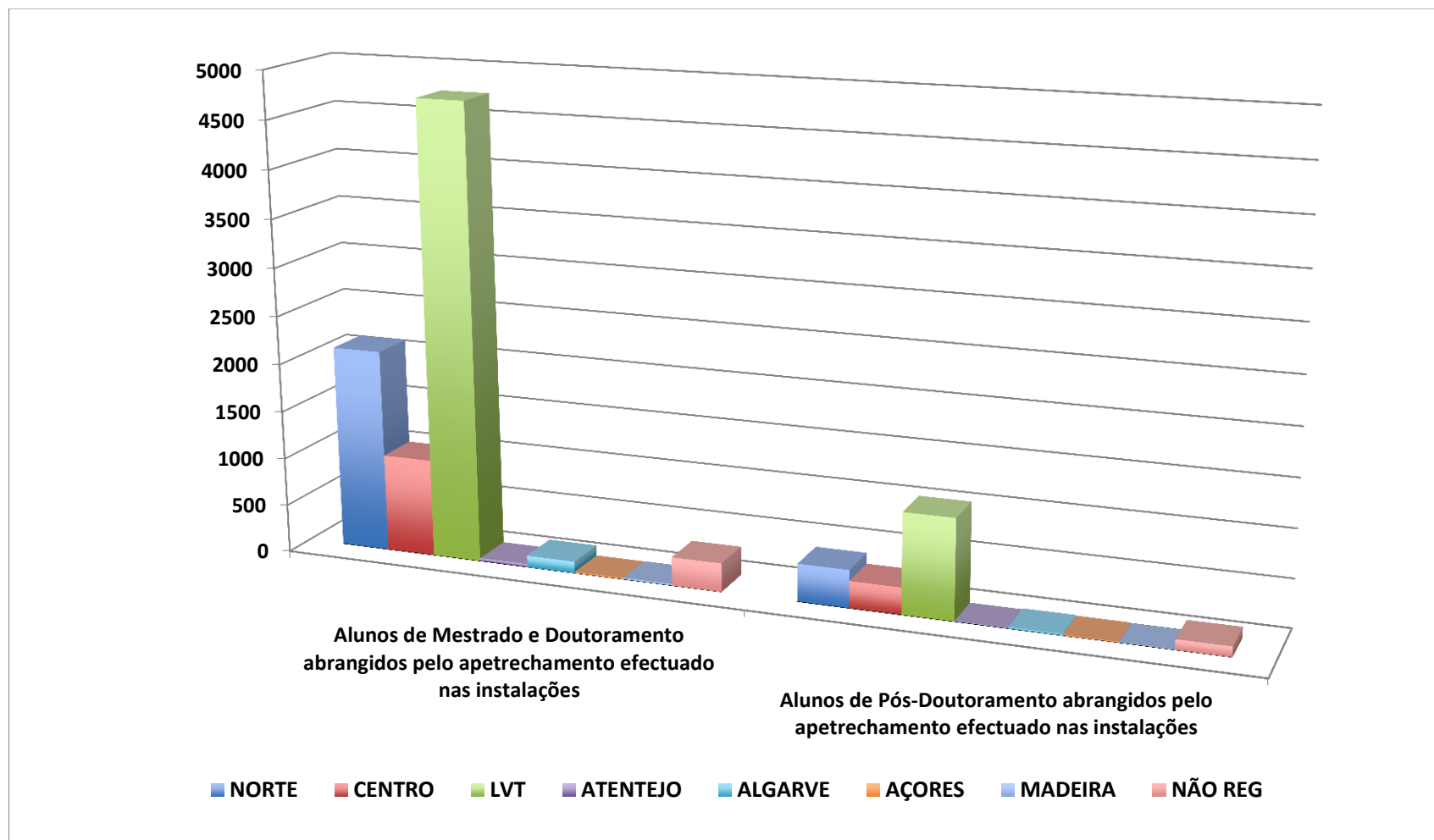
IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011, NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR ÁREA CIENTÍFICA



Designação da Área Científica	Sigla	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Emprego					
			Postos de trabalho a manter com a execução do projecto		Postos de trabalho criados com a execução do projecto		Total por Área Científica	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ciências Agrárias	AGR	2.281.316,29	11	2,4%	8	3,0%	19	2,6%
Ciências Biológicas	BIO	9.672.718,39	42	9,0%	33	12,5%	75	10,2%
Ciências da Saúde	SAU	6.966.922,48	153	32,7%	64	24,2%	217	29,6%
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	3.349.963,66	15	3,2%	10	3,8%	25	3,4%
Ciências do Mar	MAR	8.064.516,00	43	9,2%	9	3,4%	52	7,1%
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	9.257.707,68	12	2,6%	14	5,3%	26	3,5%
Engenharia Civil	ECM	4.205.526,23	21	4,5%	8	3,0%	29	4,0%
Engenharia Electrotécnica e Informática	EEI	4.683.794,37	15	3,2%	15	5,7%	30	4,1%
Engenharia Mecânica	EME	2.840.741,74	6	1,3%	3	1,1%	9	1,2%
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	3.713.157,24	26	5,6%	11	4,2%	37	5,0%
Física	FIS	6.251.433,02	24	5,1%	19	7,2%	43	5,9%
Química	QUI	6.007.152,28	25	5,3%	13	4,9%	38	5,2%
Ciências Sociais e Humanas	CSH	2.010.246,71	37	7,9%	18	6,8%	55	7,5%
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	890.397,09	2	0,4%	5	1,9%	7	1,0%
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	3.186.285,09	10	2,1%	11	4,2%	21	2,9%
Rede Nacional de Geofísica	RNG	2.181.993,57	10	2,1%	5	1,9%	15	2,0%
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	3.471.464,41	8	1,7%	6	2,3%	14	1,9%
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	3.441.310,25	5	1,1%	5	1,9%	10	1,4%
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	6.500.000,00	3	0,6%	8	3,0%	11	1,5%
Total		88.976.646,50	468	100,0%	265	100,0%	733	100,0%

M

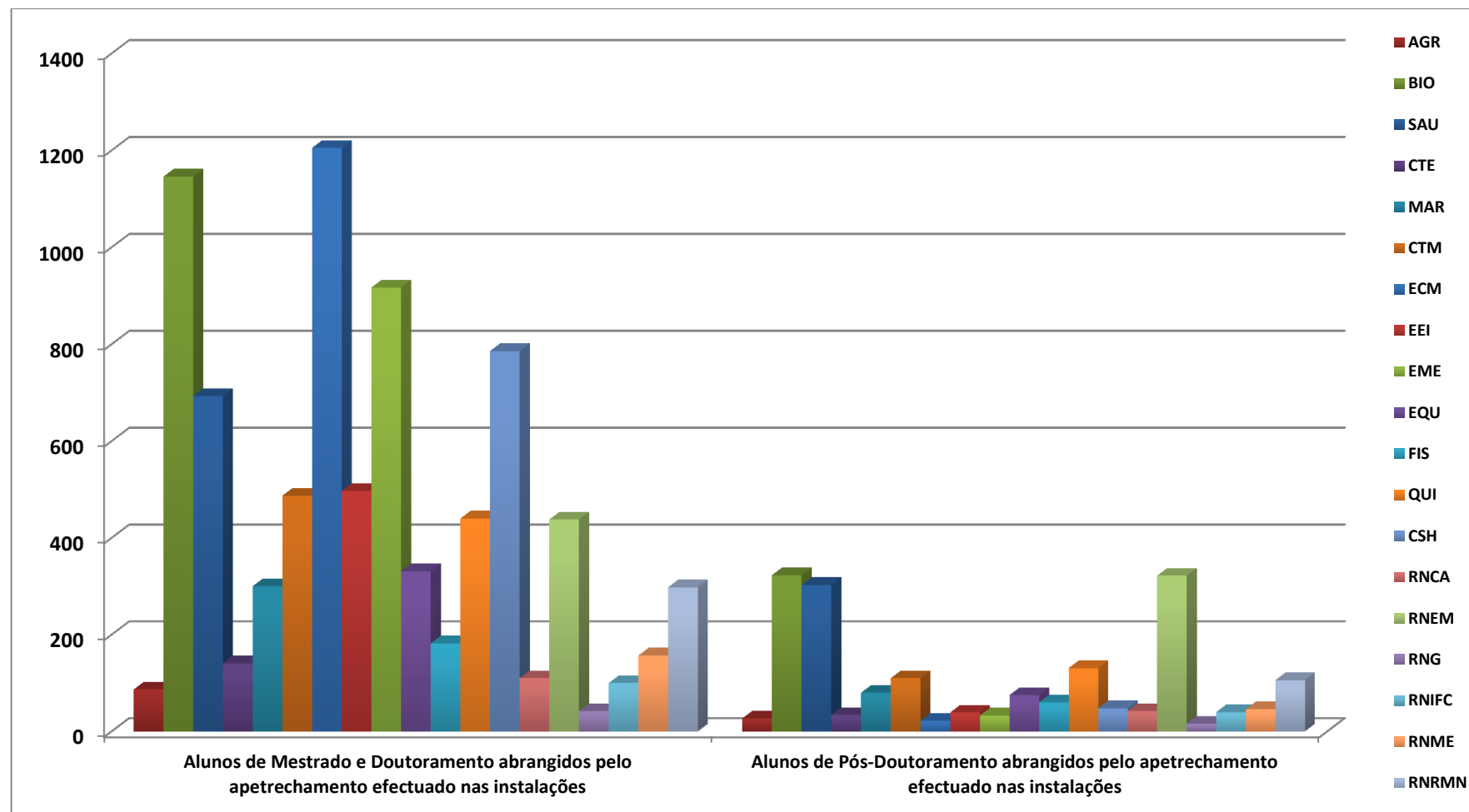
IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011, NA FORMAÇÃO SUPERIOR (MESTRADO, DOUTORAMENTO E PÓS-DOCTORAMENTO), POR REGIÃO



Região	Abreviatura	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Formação					
			Alunos de Mestrado e Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Alunos de Pós-Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Total por Região	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	NORTE	23.046.551,85	2118	25,3%	393	21,2%	2511	24,6%
Centro	CENTRO	19.303.553,27	1019	12,2%	280	15,1%	1299	12,7%
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	33.456.665,60	4741	56,7%	1044	56,2%	5785	56,6%
Alentejo	ATENTEJO	761.521,16	31	0,4%	6	0,3%	37	0,4%
Algarve	ALGARVE	1.761.074,90	122	1,5%	16	0,9%	138	1,4%
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	220.352,35	13	0,2%	9	0,5%	22	0,2%
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	316.937,30	15	0,2%	3	0,2%	18	0,2%
Não Regionalizáveis	NÃO REG	10.109.990,07	298	3,6%	106	5,7%	404	4,0%
Total		88.976.646,50	8357	100,0%	1857	100,0%	10214	100,0%
			81,8%		18,2%		100,0%	

N

IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2011, NA FORMAÇÃO SUPERIOR (MESTRADO, DOUTORAMENTO E PÓS-DOUTORAMENTO), POR ÁREA CIENTÍFICA



Designação da Área Científica	Sigla	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Formação					
			Alunos de Mestrado e Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Alunos de Pós-Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Total por Área Científica	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ciências Agrárias	AGR	2.281.316,29	87	1,0%	27	1,5%	114	1,1%
Ciências Biológicas	BIO	9.672.718,39	1146	13,7%	323	17,4%	1469	14,4%
Ciências da Saúde	SAU	6.966.922,48	693	8,3%	303	16,3%	996	9,8%
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	3.349.963,66	141	1,7%	34	1,8%	175	1,7%
Ciências do Mar	MAR	8.064.516,00	300	3,6%	80	4,3%	380	3,7%
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	9.257.707,68	487	5,8%	110	5,9%	597	5,8%
Engenharia Civil	ECM	4.205.526,23	1205	14,4%	22	1,2%	1227	12,0%
Engenharia Electrotécnica e Informática	E EI	4.683.794,37	497	5,9%	39	2,1%	536	5,2%
Engenharia Mecânica	EME	2.840.741,74	917	11,0%	33	1,8%	950	9,3%
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	3.713.157,24	331	4,0%	75	4,0%	406	4,0%
Física	FIS	6.251.433,02	182	2,2%	60	3,2%	242	2,4%
Química	QUI	6.007.152,28	440	5,3%	131	7,1%	571	5,6%
Ciências Sociais e Humanas	CSH	2.010.246,71	786	9,4%	48	2,6%	834	8,2%
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	890.397,09	110	1,3%	42	2,3%	152	1,5%
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	3.186.285,09	438	5,2%	322	17,3%	760	7,4%
Rede Nacional de Geofísica	RNG	2.181.993,57	42	0,5%	16	0,9%	58	0,6%
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	3.471.464,41	100	1,2%	40	2,2%	140	1,4%
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	3.441.310,25	157	1,9%	46	2,5%	203	2,0%
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	6.500.000,00	298	3,6%	106	5,7%	404	4,0%
Total		88.976.646,50	8357	100,0%	1857	100,0%	10214	100,0%
			81,8%		18,2%		100,0%	

ANEXO II
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EUROPEIAS, BILATERAIS E MULTILATERAIS

LISTA DE ERA NETS EM 2011

Área	Rede	Domínio Científico
FÍSICA E MATEMÁTICA	ASPERA 2	Astropartículas
	COMPLEXITY-NET*	Interdisciplinar (Física, matemática, Ciências da Computação, etc.)
ENGENHARIA	MANUNET 2	Indústria transformadora
AMBIENTE	Biodiversa2	Biodiversidade
	Net Biome	
	ARIMNet	Agricultura Mediterrânica
	CIRCLE 2	Alterações Climáticas
CIÊNCIAS DO MAR	SEAS-ERA	Ciências do Mar
MATERIAIS E NANOTECNOLOGIAS	ERA-COBUILD	Construção
	SIINN	Nanotecnologia e nanotoxicologia
	MNT-ERA.NET II*	Micro e Nano Tecnologias
	ERA-MIN	Indústria extractiva não energética (matérias primas)
	NanoSciE+	Nanociências
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	E-Infranet	Infraestruturas-TICS
AERONÁUTICA	AIR-TN 2	Aeronáutica
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E BIOTECNOLOGIA	ERA-IB*	Biotecnologia industrial
	ERA-IB 2	
	ERA-SynBio	Biologia sintética
CIÊNCIAS DA SAÚDE	TRANSCAN	Investigação translacional em cancro
	EuroNanoMed*	Nanomedicina
	PathoGenoMics	Genómica de Microorganismos
	E-Rare 2	Doenças Raras
	HIVERA	VIH/Sida
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	NORFACE II	Ciências Sociais
	HERA	Humanidades
	URBAN-NET	Desenvolvimento Urbano Sustentável
INTERNACIONAL	New INDIGO	Cooperação C&T EU-Índia: Biotecnologia e saúde humana
	ERAfrica	Cooperação C&T&I EU-África

* Rede termina em 2011

ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM C&T

País	ACORDO / CONVÉNIO
Alemanha	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst)
Angola	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e Angola
Argentina	Acordo Específico de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República da Argentina, cujos organismos executores são pela Parte Portuguesa a FCT e pela Parte Argentina o MINCYT (Ministerio de Ciencia, Tecnologia y Innovación Productiva)
Brasil	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e Brasil
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o CNPq
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a CAPES
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a FAPESP
	Memorando de Entendimento entre o MCTES de Portugal e o MCT do Brasil no âmbito das Ciências Sociais na CPLP
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a FAPERJ
	Protocolo em matéria de I&D em Nanotecnologia
	Protocolo em matéria de Computação distribuída GRID
	Memorando de Entendimento entre o MCTES de Portugal e o MCT do Brasil para o lançamento de um programa de formação avançada e investigação conjunta no sector da pesquisa e produção de hidrocarbonetos em águas profundas na bacia do Atlântico
Cabo Verde	Acordo de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde nos domínios C&T e Ensino Superior
Chile	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e a CONICYT (Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia)
China	Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica
RAEM de Macau	Protocolo de Cooperação entre a FCT, a Universidade de Macau e a Fundação de Macau
Eslováquia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Eslováquia
Eslovénia	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a Eslovénia
Espanha	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) - Este Acordo terminou em Dezembro de 2011
	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Espanha
EUA	Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos da América

País	ACORDO / CONVÉNIO
	Cabe à FCT o pagamento anual de 3 viagens a Huntsville, Alabama, E.U.A., para participação de dois estudantes e um professor de uma Escola Secundária portuguesa no “International Space Camp”.
França	Programa de Acções Integradas PESSOA, assinado em 2004
	Convénio FCT/CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)
Guiné-Bissau	Acordo de Cooperação entre Portugal e Guiné nos domínios C&T e Ensino Superior
Hungria	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e o NORT (National Office for Research and Technology)
Índia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Índia
	Memorando de Entendimento no Domínio das Ciências e Tecnologias do Mar
Itália	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica FCT/CNR (Consiglio Nazionale delle Ricerche)
Marrocos	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e o CNRST (Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique)
	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Marrocos
Moçambique	Acordo de Cooperação entre Portugal e Moçambique nos domínios C&T e Ensino Superior
	Protocolo de cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique em matéria de Ciência e Tecnologia
Polónia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Polónia
Reino Unido	Convénio FCT/ British Council
República Checa	Convénio FCT/Academia das Ciências da República Checa
S. Tomé e Príncipe	Acordo de Cooperação entre Portugal e S. Tomé nos domínios C&T e Ensino Superior
Sérvia	Programa de Cooperação Científica e Tecnológica
Tunísia	Procès Verbal de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Tunísia
	Protocolo de Cooperação nos domínios do Ensino Superior e Investigação Científica entre Portugal e a Tunísia

ANEXO III
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO: AQUISIÇÕES EM 2010

Em 2011 a FCT prosseguiu o objectivo de adaptar e equipar os seus serviços com os meios considerados necessários à melhoria da qualidade do seu desempenho.

Nesse contexto, salienta-se a obra de remodelação/conservação do 1º andar direito abrangendo o espaço destinado a 17 postos de trabalho, com uma área total de 225m². O valor gasto nesta obra foi de 72.687€.

A despesa em equipamento e software informáticos ascendeu a 49.787€, e em equipamento administrativo a 76.080€.

Apresenta-se em seguida a lista dos principais equipamentos adquiridos.

AQUISIÇÕES EFECTUADAS EM 2011	
Designação do bem	Quantidade
EQUIPAMENTO DE REDE – SERVIDORES	5
DISCO RÍGIDO	6
PLACA 32 EZ E-BOARD, CPU6, ANALOG USER LICENSE	1
IMPRESSORA MULTIFUNÇÕES	4
SOFTWARE DE APLICAÇÃO – GESTÃO DE BASE DE DADOS DE SERVIDOR - SQL	2
SOFTWARE DE APLICAÇÃO – ANTI-VIRUS	175
SOFTWARE DE APLICAÇÃO – MICROSOFT OFFICE DESKTOP ENTERPRISE	80
SOFTWARE DE APLICAÇÃO – LICENÇA SQL CAL ENGLISH SA MVL DEV D-1	20
SOFTWARE DE APLICAÇÃO – MICROSOFT OFFICE DESKTOP PROFESSIONAL	83
SOFTWARE DE GESTÃO DE REDE – MONITORIZAÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIDOR	19
SISTEMA OPERATIVO – LICENÇA SERVIDOR	25
SISTEMA OPERATIVO – LICENÇA WIN PRO	40
SOFTWARE – GESTÃO DE ASSIDUIDADE	1
TERMINAL BIOMÉTRICO	3
CADEIRAS	6
MESA	1
ESTORES	45
EXTINTORES	8
EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO	10
DESUMIDIFICADOR PARA O ARQUIVO DOCUMENTAL	4
MÁQUINA DE CAFÉ	2
MICRO-ONDAS	1
PORTÃO AUTOMÁTICO DE GARAGEM	1
GRADE DE PROTEÇÃO PARA PORTA EXTERIOR	1